



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. “B” AO Nº 124 – SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Aníbal Diniz (25)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (26)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 5 Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vincentinho Alves (42)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (11,13)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal

Ata da 21ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2012..... 00004

Ata da 22ª Reunião, realizada em 7 de agosto de 2012.....	00058
Ata da 23ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2012.....	00072
Ata da 24ª Reunião, realizada em 14 de agosto de 2012.....	00099
1.1.2 – Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2012.....	00138

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião realizada em 10 de julho de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Álvaro Dias (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Walter Pinheiro (PT-BA), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC) **e dos Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foleto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vandelei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS). **Deixaram de comparecer os Senadores** Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL) **e os Deputados** Gladson Cameli (PP-AC), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Chico Alencar (PSOL-RJ), Paulo Feijó (PP-RJ) e Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade, ocorreu a oitiva do senhor Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas-TO, na condição de testemunha, acompanhado de seu advogado o Dr. João Agripino de Vasconcelos Maia, OAB-DF 482-A.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Peço aos Srs. Parlamentares que assumam seus lugares, aos Srs. jornalistas, assessoria, que tomem seus assentos.

São 10h35min, havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, havendo quórum para deliberação na Câmara e no Senado, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas, na condição de testemunha.

Com a palavra, pela ordem, o ínclito e querido amigo Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado pelo ínclito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas o senhor o é, sempre será.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, muito obrigado.

Sr. Presidente, até um determinado momento histórico, os processos judiciais eram feitos de forma apenas oral, depois, eram reduzidos a termo por escrito e só alguns sábios sabiam escrever. Depois, chegou a máquina de datilografia – e todos aqui fizemos aquela aulinha de datilografia –; depois, o processo passou a ser reduzido, através da informática, depois, Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou uma lei, a Lei nº 11.419, de 2006, que dispõe – e como ninguém pode alegar o desconhecimento da lei, notadamente os legisladores – o seguinte: “Dispõe sobre a informatização do processo judicial”.

E diz no seu art. 1º: “O uso de meio eletrônico, na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças judiciais será admitido nos termos desta Lei”.

O seu § 1º, que nos interessa, diz assim: “Aplica-se o disposto nesta Lei indistintamente aos processos civil, penal e trabalhista”.

Sabemos que, pela Lei nº 1.579, de 52, que rege as CPIs, aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil.

Muito bem, fiz esse arrazoado para fazer um requerimento a V. Exª. Temos, aqui, uma gravação em que o depoente, S. Exª, o Prefeito de Palmas, participa de uma reunião, no mínimo, curiosa, no mínimo, curiosa, com o Cachoeira, não é isso?

Então requeiro a V. Exª que possamos assistir a esse vídeo fantástico, que, inclusive, já apareceu nesta revista televisiva, para que possamos fazer a comparação entre o que S. Exª vai dizer e o que ele já disse,

numa espécie de acareação com ele mesmo, ou acareação eletrônica, porque aqui esta Lei prevê. Esse é o pedido que faço a V. Ex^a.

Permita-me só argumentar: não há que se falar aqui em segredo de justiça no tocante a essa gravação, não há que se falar em segredo de justiça, até porque isso já foi mostrado no programa Fantástico. E seria um absurdo da nossa parte entender que o segredo de justiça ainda acoberta essa gravação. E, ademais, Sr. Presidente, essa gravação não foi feita nos termos da Lei nº 9.296, que trata de interceptação telefônica, onde teríamos o sigilo; é uma gravação de um espaço físico que o próprio Cachoeira fez, e, portanto, vejo que não há que se falar em segredo de justiça.

Eu gostaria de ver essa gravação, para, depois, fazermos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou analisar o requerimento de V. Ex^a, primeiro, tomando o arrazoado de V. Ex^a como sempre o faz, primeiro, de forma extremamente respeitosa com esta Presidência, como não poderia deixar de ser, pela sua conduta moral e ética na condição de Senador da República; pelo caráter que V. Ex^a tem, V. Ex^a firmou com esta Presidência, antes mesmo da reunião começar, que haveria de fazer esse requerimento. Torno público isso porque sempre é minha conduta, até para resguardar as honrosas ligações que eu tenho de amizade com V. Ex^a. E passei a raciocinar sobre o requerimento de V. Ex^a e, ainda, continuo a fazê-lo. Primeiro, porque eu quero entender a qualidade dessa gravação, e, inicialmente, faço uma preliminar ao arrazoado de V. Ex^a.

Assiste em razão V. Ex^a no seu arrazoado preliminar sob ponto de vista jurídico pela lei que V. Ex^a sustenta e pelo seu parágrafo. Em nenhum momento, discuto. E aí, começo a procurar entender – e quero dividir com V. Ex^as – a qualidade dessa gravação. E as minhas dúvidas – e também as divido com a minha competente assessoria – estão na qualidade dessa gravação: se é legal ou ilegal, se foi obtida de forma legal ou ilegal. Segundo: se essa gravação estava mantida na CPI sob sigilo. Terceiro, se nesse sigilo houve ou não vazamento e se esse vazamento tornou a matéria de domínio público.

Então, são essas as minhas dúvidas para atender ou não o requerimento de V. Ex^a. Devo tirá-las ou defini-las até o momento em que V. Ex^a usará da palavra quando orador inscrito. Farei isso oportunamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas para (*Falta na gravação.*) ...Senador Pedro Taques é vermos o vídeo da matéria jornalística da Rede Globo. Não é da Polícia Federal, não é da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que é o fundamento da convocação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não está reproduzindo nada daquilo que está nos autos, está reproduzindo aquilo que a imprensa já levou à sociedade brasileira. Então, vejo de bom alvitre que isso seja atendido, até porque eu ainda não vi esse vídeo e gostaria de ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Sem esse vídeo, não haveria elementos para que essa convocação ocorresse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – É o fundamento da convocação dele.

Com a palavra, o Senador...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas quero sugerir a V. Ex^a que não passe o vídeo, pelas seguintes razões: muitos aqui vieram pelas mesmas razões; muitos dos que foram convocados foram porque algumas redes de TV transmitiram materiais que são das Operações Monte Carlo e Vegas. E nós tivemos o mesmo procedimento. Muitas gravações saíram dos materiais colhidos aqui, entre eles, esse. E todos esses materiais sob segredo de justiça. E nós demos o mesmo tratamento aos demais investigados e testemunhas. Portanto, não vejo necessidade. E se é algo de domínio público, todos a conhecem. Portanto, como não demos esse tratamento aos demais, creio eu que não precisamos dá-lo ao depoente no dia de hoje.

Portanto, acho que é desnecessária a transmissão, por razão de isonomia. Não tratamos quaisquer dos depoentes dessa forma. Assim, sugiro que dessemos, Sr. Presidente, o mesmo tratamento ao depoente de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação com relação ao que disse o Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira. O que acontece? As outras transcrições estavam, todas elas, sob sigilo e eram transcrições de conversas telefônicas. Colocarmos o vídeo com uma transcrição que podemos ler é diferente de colocarmos um vídeo que podemos ver, até porque muitos aqui não tiveram oportunidade de ver aquele vídeo no momento em que passou no programa Fantástico. Lembro a V. Ex^a que teremos mais de cinquenta outros vídeos, que dúvidas poderão existir em uma transcrição feita pela polícia, por escrito obviamente, e a dúvida não persiste. Num vídeo, dúvidas, semblantes, falas, tudo pode ser diferente.

Eu acho que adotarmos hoje a postura de não colocarmos vídeo, sabendo que nós teremos, na expressão do Senador Randolfe, uma videoteca pela frente, seria tolher a capacidade investigativa desta Comissão.

Eu pondero a V. Ex^a que acolha o pedido do Senador Pedro Taques, porque já existem decisões inclusive do Ministro Celso de Mello, que é decano do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não há que se falar de sigilo de fato notório.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Lessa. Depois, Alvaro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, pedi a V. Ex^a pela ordem.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas de que as intenções do Senador Pedro Taques são as melhores possíveis, mas é preciso que V. Ex^a decida com muito cuidado, porque o que ele está pedindo neste momento pode servir, à frente, não só para constranger testemunhas, mas também como objeto obstrutivo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Vou lhe dar um exemplo aqui. Nada impede que uma testemunha venha a esta Comissão ou outra testemunha venha a esta Comissão e que um Deputado ou um Senador – uma ou cada uma que chegar aqui – peça também para ouvir todos os áudios que estão disponíveis nesta Comissão ou que foram publicados na imprensa e os vídeos também. E são inúmeros, inúmeros!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Então, se a forma será isonômica, saiba V. Ex^a que estará sujeita não só esta Comissão, mas esta Mesa a esse tipo de pedido à frente, com o intuito de obstruir também os trabalhos da Comissão.

Seriam esses os esclarecimentos e a contribuição que eu daria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Lessa.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o que importa é estabelecer prioridades. Há vídeos que são importantes, como esse, e que deveriam realmente ser expostos.

A propósito do sigilo, o Ministro Lewandowski autorizou esta Comissão a abrir o sigilo quando entender conveniente e adequado.

Eu aproveito, Sr. Presidente – sei que V. Ex^a tem se esforçado –, para insistir que os demais vídeos que foram apreendidos no dia 29 de fevereiro na casa do Sr. Adriano Aprígio são vídeos que foram apreendidos juntamente com esse e não chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chegaram, Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estão aí.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esses vídeos não chegaram. Alega-se que estão ainda sendo peritados. Ora, Sr. Presidente, a CPI tem poder para requerer vídeos sem peritagem. A Polícia Federal tem o dever de entregar à CPI.

De outro lado, Sr. Presidente, há requerimento que solicita informações sigilosas do Coaf que não chegam... Aliás, não foi aprovado nesta CPI o Requerimento nº 127, de minha autoria, que pede o Relatório do Coaf sobre movimentações atípicas da Delta. Só a revista *Veja* já publicou três matérias diferentes com base em Relatório do Coaf, relatório de informações sigilosas sobre movimentação financeira atípica, e a CPI ainda não recebeu.

Portanto, esse é um caso, mas o dos vídeos é essencial, porque nós sabemos que esses vídeos trariam para a CPI outras autoridades públicas que eventualmente estariam sendo poupadas não pela Mesa, não pelo Relator, não pelo Presidente, mas por aqueles que se negam ou se recusam a entregar esses vídeos.

Essa é a razão da nossa insistência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Deputado Onyx, os senhores vão sempre me ouvir e já estão acostumados – eu lhes peço desculpas... E sempre que for necessário, eu vou lhes pedir desculpas –, porque algumas vezes eu posso não lhes chamar de Senador ou Deputado, mas dentro dessa minha fórmula de presidir e de tratá-los, aqui todos nós somos absolutamente juízes e iguais.

Antes de me reportar ao Deputado Onyx, eu queria me reportar ao Senador Alvaro, dizendo a ele que já chegaram os vídeos – só um minuto, Senador, por favor –, já chegaram os vídeos da chamada videoteca, de que o Senador Randolfe falou, do Cachoeira. Já estão aí. Agora, quanto aos vídeos a que V. Ex^a se refere, eu já cobrei, por duas vezes, da Polícia Federal, que está com quatro analistas e já estão chegando, de forma como o Deputado Miro Teixeira cobrou a esta Comissão. Olhe que não estou querendo fazer nenhuma digressão, porque o Senador Álvaro, ao se

posicionar a respeito de uma conduta que nós vamos ter e essa conduta – atentem os senhores – que foi provocada, de forma inteligente pelo Senador Pedro Taques, agora, com a testemunha que vai depor, ela não é uma conduta de prioridade; ela é uma conduta que a Comissão e a decisão desta Presidência não vai valer apenas para esta testemunha ou para esse vídeo. Por isso o meu cuidado, o nosso cuidado Deputado Paulo Teixeira. Não é uma conduta de prioridade para esta testemunha; é uma conduta que poderá levar a um novo procedimento. Então eu estou tendo todos os cuidados.

Mas como houve uma digressão do Senador Alvaro Dias, eu quero dizer que o Deputado Miro Teixeira cobrou de forma veemente que a CPI tivesse aqui um rol – esse foi o termo – com nomes para que fosse mais facilmente pesquisado de acordo com esses áudios brutos. Por isso que nós não temos ainda o trabalho concluso pela Polícia Federal. Mas estão quatro técnicos analistas da Polícia Federal permanentemente. E com trabalhos que excedem às 18 horas por dia sobre esses áudios.

Agora, a videoteca que o Senador Randolfe se referiu já está – eu peço a assessoria para me informar – inseminada em nossos... E foi dela que saiu esse áudio...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é parte da videoteca que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – E foi dela que saiu esse áudio, e foi dela que estava sob segredo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós queremos a coleção completa, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – A coleção completa está aí.

E foi dela que saiu esse áudio, e foi dela que esse material está sob segredo, material que foi colhido de forma ilegal – e os senhores sabem disso –, de forma ilegal sob o ponto de vista jurídico, e é por isso que estou ouvindo V. Ex^a.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, primeiro, desde que houve uma divulgação na mídia, o material é público. Quero lembrar aqui que a CPI da Terra se valeu de vários vídeos que foram apresentados, tanto vídeos que faziam parte do processo investigativo, quanto vídeos que vinham para dar suporte a quem aqui vinha prestar depoimentos e esclarecimentos.

Portanto, a apresentação de material que é de domínio público não incorre. Quero pedir essa ponderação a V. Ex^a. E nenhum risco nem para a CPI, nem para a investigação e nem para o que quer que seja.

Então eu quero afirmar aqui que nós os Democratas apoiamos a iniciativa do Senador Taques, porque entendemos que contribuirá para o melhor esclarecimento e, principalmente, a condução da inquirição que será feita aqui ao prefeito que vai estar aqui.

Mas eu queria, Sr. Presidente, a atenção do senhor e do senhor relator. Faz 15 dias, Sr. Presidente, hoje, que este Deputado cobra a chegada aqui dos dados da Delta. Eu estou aqui; nós estamos trabalhando; aqui já tem um diagrama de como é que o dinheiro é depositado, para onde vai, quem é que retira. Eu tenho aqui, inclusive, o mês a mês e por trimestres, como é que o dinheiro foi aplicado na Alberto e Pantoja, na Brava. Nossos técnicos estão trabalhando. Agora, quero dizer que há duas contas fundamentais: HSBC, que não enviou até hoje, e eu não sei por que, os dados da Delta; e curiosamente ele não manda dessa conta em específico, que nós precisamos para ter os esclarecimentos e poder fazer os cruzamentos que são indispensáveis.

Então, quero dizer que o Banco HSBC não está cumprindo com aquilo que a CPI tem, ou seja, o poder e tampouco com aquilo que o Banco Central determina que o banco faça. A outra questão é o Banco Bradesco, posto que ainda não veio a conta que tem origem lá no Rio de Janeiro, fundamental para nós entendermos.

Como era o *modus operandi* da Delta? A Delta recebia dinheiro de uma conta, por exemplo, do Banco do Brasil; aí, ela jogava para outra conta, em outra agência do Banco do Brasil; depois, ela jogava de novo para outra agência do Banco do Brasil; depois, ela mandava ou para o Bradesco ou para HSBC; e, daí, esse dinheiro era jogado nos laranjas.

Então, se não tivermos como acompanhar o trânsito desses recursos, a investigação fica capenga e não conseguiremos fechar as conexões.

Então, volto a insistir com V. Ex^a para que a CPI volte ao Banco Central, à Presidência do Banco Central, para que o HSBC e o Bradesco concluam aquilo que é dever dessas instituições financeiras, isto é, atender ao comando desta CPMI e do próprio Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós, anteriormente, já havíamos destacado essa omissão por parte exatamente desses dois bancos, Bradesco e HSBC. Eu creio, Sr. Presidente, que urge uma tomada de providências por parte dessa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Ex^as, Deputado Onyx e Senador Randolfe, que redijam um ofício a esta Presidência,

comunicando os dois fatos, para que esta Presidência, de posse do ofício de V. Ex^as, reitere as providências já tomadas por esta Presidência de forma urgente.

O SR. ONYX LOREZONI (DEM – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência... Antes, porém, ouço o Deputado Domingos Sávio, para que eu possa, ao final, decidir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu vou ser objetivo, ainda porque o assunto já está por muito se alongando.

Eu apenas insisto, com todo respeito ao Líder Paulo Teixeira, nosso Vice-Presidente, que não há, no meu entendimento, essa relação que ele descreveu de que nós temos várias situações que tenham sido exibidas.

A verdade é que vídeo relacionado com todo o esquema de Carlinhos Cachoeira, que eu tenha tido conhecimento, que foi transscrito em veículos de comunicação, é esse vídeo, de uma forma clara e direta. Nas gravações telefônicas não têm o que se ver; elas são transcritas.

Então, todas as vezes que nós debatemos aqui ou que inquirimos algum depoente, sobre quem havia alguma necessidade de explicar as gravações telefônicas em que seu nome era citado ou das quais ele era interlocutor, nós dispúnhamos, na íntegra, dos dizeres das gravações transcritos. A situação de vídeo é absolutamente diferente. O vídeo traz não só a fala, mas os movimentos, os gestos, e, de fato, nós não dispomos dessas transcrições.

Como foi bem lembrado pelo Deputado Carlos Sampaio, nós estamos nos referindo a um fato público e notório, de que o Brasil inteiro tomou conhecimento. O Deputado Paulo disse que nós todos vimos. Eu vi rapidamente, mas não tenho memória absolutamente clara de cada dizer. E, para nós fazermos aqui uma reunião absolutamente produtiva, inquirindo do depoente por que ele foi procurar o Sr. Carlinhos Cachoeira, quais as vantagens que, como deu a entender no vídeo, ele poderia ter nos negócios e quais as contribuições que ele esperava ter nesse encontro com Carlinhos Cachoeira, e acho que é fundamental que a gente veja esse vídeo.

É essa a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A atividade sensorial, até a própria formação humana... Eu, que tenho uma formação religiosa, sei que Deus não fez nada por acaso, nos deu dois olhos, um nariz, uma boca e nos deu também dois ouvidos, e a capacidade auditiva também, meu querido Deputado Domingos, faz com que gravações aqui expostas, para um bom ouvinte, tenham também a força de uma interpretação aguda.

Por isso, meu caro e querido Senador Pedro Taques, indefiro o requerimento de V. Ex^a. O vídeo veiculado de forma ilícita por matéria jornalística, como prova obtida de forma, ferindo o sigilo do processo judicial pode influir nos andamentos da oitiva de hoje.

Esta CPI deve resguardar o sigilo em respeito à ordem constitucional.

Trata-se de matéria de prova viciada da teoria da derivação ilícita, a teoria do fruto da árvore envenenada, que V. Ex^a conhece melhor do que eu. A oitiva de hoje é matéria de prova, portanto, haveria derivação ilícita.

Esta é a decisão desta Presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu só quero agradecer a gentileza de citar essa decisão. Eu só queria saber o ano dessa decisão, porque o Supremo já mudou sua posição. Só o ano, só o ano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou dar a V. Ex^a.

Mas eu debato com V. Ex^a e respeito, porque V. Ex^a joga uma pedra hoje – joga uma pedra não –, alcança uma posição hoje e eu tenho que ter a inteligência – e a minha é muito anos-luz atrás da de V. Ex^a – para ter o alcance aonde V. Ex^a quer chegar, Senador Pedro Taques.

Mas agradeço o debate de V. Ex^a. (*Risos.*)

Chamo a testemunha.

Esse Senador é fantástico!

A matéria é de domínio público, está no *site* da TV Globo. Eu peço a V. Ex^as que assistam. A quem não conhece, peço a V. Ex^as que tragam seus assessores. Deve estar no *site* da Rede Globo de Televisão, matéria jornalística Fantástico, não é?

Chamo Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas, na condição de testemunha. (*Pausa.*)

Presente na reunião o Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho.

A convocação é decorrente da aprovação dos Requerimentos nºs 487, da Senadora Kátia Abreu; 641, do Senador Alvaro Dias; 642, do Deputado Rubens Bueno; 659, do Senador Randolfe Rodrigues; 666, do Deputado Paulo Teixeira; e 681, do Deputado Carlos Sampaio.

O depoimento transcorrerá conforme o Item IV do Manual de Procedimentos, adotado por esta Presidência, e é de conhecimento de todos.

Na condição de testemunha, o Sr. Raul de Jesus Lustosa assinará o termo.

Com a palavra o depoente.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu passo às mãos de V. Ex^a uma cópia do meu...

Excelentíssimo Senador Vital do Rêgo, Excelentíssimo Deputado Odair Cunha, Presidente e Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; Sr^as e Srs.

Senadores; Sr^{as}s e Srs. Deputados; senhores servidores do Congresso Nacional; senhores membros da imprensa e demais presentes, permita-me, Sr. Presidente e Membros desta Comissão, antes de tudo, agradecer a Deus o apoio que tenho recebido de minha família, patrimônio que busco resguardar acima de tudo; de minha querida esposa Deputada Solange Duailibe; do povo de Palmas e do Tocantins e pedir sua proteção para que me dê forças e me ilumine a fim de que possa esclarecer definitivamente as acusações que me foram feitas, esclarecendo todos os fatos, um por um. E, ao final, obter o reconhecimento de minha conduta ilibada preservada e mantida em todos os atos de minha vida pública.

Chego aqui com o espírito desarmado e afirmo, com toda a serenidade, que não procurei qualquer Membro desta Comissão, nem do meu Partido, para a busca de apoio e proteção precisamente porque, humildemente, consciente de que nada devo e, portanto, nada temo.

Desejo, inicialmente, fazer uma breve apresentação da cidade de Palmas, capital do nosso Estado e destacar os seus avanços nos últimos oito anos. Avanços esses que são sentidos pelos mais diversos setores, tanto no campo administrativo quanto no econômico. Passamos por uma melhoria sensível na qualidade da educação, da saúde, da habitação, infraestrutura, nos serviços públicos sociais e tantos outros. Esse crescimento não é fruto apenas de nossa avaliação pessoal, mas está amparado em pesquisas realizadas por importantes institutos respeitados nacionalmente.

Vale salientar que não foram pesquisas encomendadas pela administração municipal, mas realizadas espontaneamente para verificar o crescimento brasileiro, a exemplo do Índice Firjan de desenvolvimento econômico e social e do IBGE, entre outros. Em novembro de 2011, o índice Firjan de desenvolvimento municipal apontou Palmas entre as 100 melhores cidades do País, em termos de desenvolvimento no ano de 2009. Nossa cidade é a primeira da Região Norte a aparecer na pesquisa, mostra ainda que, pela primeira vez, Palmas sai do índice moderado de desenvolvimento em saúde e educação e alcança alto desenvolvimento como no índice de emprego e renda, em que também a vertente é crescente, chegando ao terceiro ano consecutivo sendo considerado de alto desenvolvimento.

Esses índices refletem o zelo que temos para oferecer serviços públicos de qualidade, a exemplo da educação. Em 2010, alcançamos resultados de primeiro mundo. Segundo a avaliação do índice de desenvolvimento da educação básica, ainda em 2010, já havíamos cumprido a meta estabelecida pelo Ministério da Educação para 2015.

Hoje, o programa que vemos lançado pelo Governo Federal, sob o título Brasil Carinhoso, reconhece o formato em nossos centros municipais de educação infantil que já havíamos adotado desde 2006, em que nossas crianças são recebidas desde os quatro meses, estimuladas e inseridas no contexto do desenvolvimento cognitivo e social, com participação da família e da comunidade. Em 2004, eram atendidas 860 crianças e atualmente esse número é de 7.500 crianças, chegando a 11 mil até dezembro deste ano.

Na verdade, Srs. e Sr^{as}s Senadoras e Deputadas, nos orgulha...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu não quero ser polêmico nem tumultuar o trabalho, mas ele não pode falar sobre outros assuntos, a não ser aqueles que dizem respeito à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, me permita, mas a palavra está com a testemunha. Todos os outros depoentes fizeram o mesmo aqui. Por favor, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É, infelizmente, fizeram, o senhor tem razão. Mas isso é um equívoco da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os outros fizeram o mesmo. Não tumultue, Senador. Por favor.

Com a palavra a testemunha.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na verdade, Sr^{as}s e Srs. Senadores, e Sr^{as}s e Srs. Deputados, nos orgulha que o trabalho desenvolvido em Palmas tenha promovido uma verdadeira revolução na educação, eleita como prioridade absoluta de nossa gestão. Saímos de um modelo convencional para escolas de projetos arquitetônicos inovadores, com estruturas dotadas de uma série de equipamentos para o esporte, arte, lazer e cultura, tais como piscinas olímpicas, quadras poliesportivas, salas de informática, refeitórios, auditórios, dentre outros.

Hoje, as famílias de classe média e média alta fazem o caminho inverso, trazendo seus filhos das escolas privadas para as escolas públicas do Município.

Na saúde, somos referência tanto para o interior do Tocantins quanto para alguns Estados limítrofes, a exemplo do sul do Pará e do Maranhão, que buscam atendimento na saúde pública de Palmas. Temos uma rede completa de Programa Saúde da Família, composta por 45 equipes, e 35 unidades de Saúde da Família, sendo que com esses quantitativos alcançamos a maior cobertura proporcional do Brasil, 87%. Possuímos também 18 equipes de Saúde Bucal e 12 equipes de Programa de Agentes Comunitários de Saúde que atendem na zona rural. Até o final deste ano, construi-

remos as sedes próprias das 17 Unidades de Saúde Básica, todas padronizadas, além de duas unidades de pronto atendimento.

Buscamos a independência e autonomia financeira através da administração de recursos próprios. Para isso, promovemos a revisão do Código Tributário e estimulamos o contribuinte a quitar débitos antigos. Com isso, aumentamos a arrecadação, que era de cerca de R\$70 milhões em 2009, para aproximadamente R\$100 milhões em 2011, o que significa um crescimento nos índices arrecadados de 30%, valores esses que são revertidos em benefícios para a população.

Fomos a primeira administração a reconhecer e garantir os direitos dos servidores municipais, que hoje contam com plano de carreira, com o sistema previdenciário consolidado e avaliado como um dos melhores do País, executado através do Previ Palmas, sem a participação de empresas privadas, sendo operado exclusivamente pela Caixa Econômica e pelo Banco do Brasil.

A cidade de Palmas está também entre as dez cidades brasileiras que conseguiram cumprir todas as fases de execução do PNAFM, Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

Na estruturação da cidade, construímos quase cinco mil unidades habitacionais, com projeção de chegarmos a oito mil unidades até o final de 2012, entre construídas, em construção e contratadas. Construímos quase quatro vezes mais que todos os nossos antecessores juntos. Nossos programas habitacionais são referências em qualidade das obras e no acompanhamento social das famílias, a exemplo do Habitar Brasil BID – HBB Santa Bárbara, que foi indicado pela Caixa Econômica Federal entre as 30 melhores práticas de habitação do País.

Asfaltamos quadras e avenidas, duplicamos e ampliamos, iluminamos a Avenida Teotônio Segurado, que é a principal artéria da cidade. Hoje, Palmas recebe, além de pavimentação, toda estrutura de drenagem, com grandes galerias para o escoamento das águas pluviais, o que permitirá o fim dos alagamentos que até então são comuns na cidade.

Todas essas obras foram precedidas de licitações públicas, realizadas conforme a legislação vigente.

Por toda essa nova mentalidade de gestão que empreendemos na cidade de Palmas, temos como resultado a atração de grandes investidores, como representantes de redes de supermercados atacadistas, *shoppings centers*. Oferecemos condições logísticas para empresas interessadas em investir na cidade, distribuidoras e outras tantas, pequenas e médias.

Além disso, foram abertas pelo menos dez agências bancárias nos últimos sete anos.

É importante destacar que Palmas não contou, em nenhum momento, com a participação do Governo do Estado que, em razão da diversidade política, se apequena e se recusa a prestar a contribuição que tanto Palmas necessita.

Senhoras e senhores, faço questão aqui de registrar e gravar o apoio que sempre recebemos do Governo Federal em todo o decorrer do nosso mandato. Cumpre, ainda, informar a V. Ex^{as}s a situação em que encontramos a Prefeitura de Palmas em 2005. Era um verdadeiro caos, com fornecimento de água, energia, telefonia e coleta de lixo suspensos e também sem recursos provisionados para quitar os respectivos vetos. Não havia projetos para captação de recursos nem a nível estadual, nem federal. Situação que temos a honra de afirmar que não será encontrada por quem nos suceder.

Srs. Membros desta Comissão, após explanação, onde relatamos nossas ações à frente da administração municipal de Palmas, passamos agora aos fatos, objeto da minha convocação nesta CPMI.

Solicitei que fosse convocado para aqui comparecer e agradeço esta oportunidade ímpar de poder esclarecer ao meu País, em especial, ao povo de Palmas, sobre o vídeo, veiculado em rede nacional, onde apareço conversando com o Sr. Carlos Cachoeira, e sobre o desdobramento nos noticiários nacionais.

É preciso deixar claro que o vídeo divulgado é de 2004. Ou seja, são passados oito anos. Naquela época, eu não era Prefeito, apenas candidato. O Sr. Carlos Cachoeira não fez doação para minha campanha, em que pese à expectativa criada, nem sequer chegou a concretizar, conforme comprova a prestação de contas da campanha.

Nenhuma empresa do Sr. Carlos Cachoeira prestou serviço emergencial ou por dispensa, nem venceu qualquer licitação durante o meu Governo. Além do mais, nos primeiros anos de exercício do mandato, sequer havia comentários de que a Delta tivesse algum vínculo com o Sr. Carlos Cachoeira, sendo importante esclarecer que essa empresa somente iniciou serviços de limpeza pública na Prefeitura um ano e dois meses após o início do meu Governo, e isso, após sair vencedora em procedimento licitatório.

É importante frisar que, antes disso, diante do estado de acúmulo de lixo na cidade, foi preciso fazer contrato emergencial para prestação de serviços de limpeza pública, que foi celebrado com a empresa Lutucera, sendo prorrogado até a realização e conclusão de procedimentos licitatórios.

Caso houvesse compromissos assumidos anteriormente com quem quer que fosse, certamente outra empresa teria sido chamada, com dispensa de licitação.

Feita a licitação, em que a Delta foi vencedora – Concorrência Pública nº 17/2005 –, como é comum em licitações de grande porte, vários questionamentos surgiram. Porém, todos os questionamentos jurídicos e denúncias no Tribunal de Contas do Estado (TCE) foram superados no que concerne ao processo licitatório e, quanto à questão da execução desse contrato com a Delta, é preciso tecer algumas considerações.

No Plano Plurianual (PPA) para 2005, elaborado pela gestão anterior, no que concerne ao que era possível licitar, para a limpeza pública, estava previsto um valor aquém das reais necessidades da cidade. Assim, minha administração precisou, por força de lei, licitar com base em previsão distanciada da realidade de Palmas, mas conforme o valor previsto no PPA para essa despesa, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade. Daí surgiram entendimentos equivocados quanto à execução do contrato, salientando-se que nunca houve aumento de preços, mas, apenas dos quantitativos dos serviços a fim de adequar à real necessidade de Palmas.

E aí, então, vieram os questionamentos no TCE através de denúncias formuladas pela segunda colocada na licitação, a Litucera, o que culminou com as multas aplicadas pela Corte de Contas, tão amplamente divulgadas, e que se deram somente após seis anos da primeira denúncia. Na verdade, o Relator, Conselheiro José Jamil Fernandes Martins, após seis anos com o processo e às vésperas de se aposentar, proferiu voto que culminou com aplicação de multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) pela execução do contrato de limpeza pública.

Ato contínuo, aposentou-se o Relator e voltou a exercer o cargo de Secretário da Fazenda no atual governo. Já tinha sido secretário antes de ser conselheiro.

Vale lembrar, ainda, que a área técnica do TCE, mais especificamente a Diretoria de Engenharia, manifestou-se nesse processo, quanto aos preços baixos apresentados pela Delta, concluindo que “os cálculos estão na conformidade do art 48 da Lei de Licitação”, considerando portanto **exequíveis** os preços da Delta. Por outro lado, se manifestaram pela improcedência das denúncias **auditores** e o Ministério Público do TCE. Passo à essa Comissão documentação referente ao processo no TCE.

Procurei evitar dispensas de licitação no meu governo. Tanto que, bem antes do término desse primeiro Contrato com a Delta, foi formalizado pelo Secretário da Infraestrutura, outro procedimento licitatório, em 2007. Porém, O TCE após denúncias pertinente ao

Edital, formulada, mais uma vez pela mesma empresa Litocera, houve por bem suspender esse novo procedimento licitatório, e assim permaneceu por um prazo de quase nove meses, apesar de várias alertas da Comissão de Licitação de que era necessário agilidade, a fim de se evitar dispensas. Tendo o TCE silenciado, foi necessária a primeira dispensa, por 180 dias, conforme a Lei de Licitações, e a segunda dispensa, já que o TCE ainda não autorizara a continuidade do certame. Só no decorrer da segunda dispensa, o TCE autorizou continuar o procedimento licitatório, quase nove meses após a suspensão da mesma. Aí então deu-se a publicação do edital e demais fases da licitação, que precisou de tempo hábil para conclusão, devido às formalidades do processo, (publicação de edital, julgamento de recursos administrativos nas três fases licitatórias, prazo para visita técnica, etc) – estamos concluindo – sendo necessárias, nesse período de conclusão da licitação, mais duas dispensas, já que os serviços eram essenciais.

Passo à Comissão os documentos que menciono.

O certo é que somente houve dispensas de licitação quando não havia alternativas. Quem é gestor sabe disso. Tendo a Administração se precavido de todas as formas a fim de evitá-las. E quando foram realizadas, ocorreram, estritamente, dentro da legalidade, conforme a Lei de Licitações.

Uma vez autorizado pelo TCE o prosseguimento do processo licitatório, este correu, como de praxe, com acirrada disputa, seja judicial ou administrativa, porém todas decididas e superadas, o que possibilitou a conclusão do certame. Todavia, quando já em fase executória do contrato desta concorrência pública 01/2008, questionamento surgiu quanto a uma certidão de acervo técnico, CAT, que seria falsa e que fora utilizada pela Delta, vencedora, nessa nova licitação.

Quanto a essa questão da CAT, o Ministério Público Federal apontou de quem seria a responsabilidade e recentemente denunciou exclusivamente um dos diretores executivos da Delta pela prática do ilícito. A Prefeitura de Palmas não cancelou contrato com a Delta em respeito ao princípio da legalidade e da segurança jurídica, pois o mesmo foi celebrado obedecendo a todas as formalidades legais. Ademais, a Justiça do Estado foi chamada a se manifestar na ação civil pública de autoria do Ministério Público estadual, não determinando o cancelamento do contrato. Ainda, em março deste ano, o Ministério Público Federal enviou documento ao Crea, que foi o emissor da CAT, recomendando que cancelasse a mesma. Contudo, até o momento o Crea não formalizou o cancelamento.

Dada a fé pública de que goza a CAT, por ser emitida por um órgão federal como o Crea, entendemos

que, tão logo este o cancele, o Município de Palmas também o fará e, consequentemente, será necessário que haja uma contratação via dispensa até a conclusão de um novo procedimento licitatório por se tratar de serviços especiais.

Passo à Comissão os documentos que falam das decisões da Justiça e das ações do Ministério Público estadual.

Passo a esta Comissão cópia do primeiro contrato celebrado com a Empresa Delta e que teve o edital considerado legal por resolução do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, informo a V. Ex^as que as contas da Prefeitura de Palmas relativas aos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 forma aprovadas conforme parecer do Tribunal de Contas e, em última instância, pela Câmara Municipal.

Enfim, nossa Administração, em seus atos, segue os ditames do Direito, observando os princípios éticos da Administração Pública. Questionamentos existem, e isso é bom, a fim de fortalecer a Democracia e a autonomia dos Poderes. Porém, prejulgamentos e divulgações equivocadas atingem o regime democrático, ofuscando a busca da verdade real, tão importante e valorizada pela sociedade.

Antes de encerrar, quero entregar a esta Comissão autorização para promover a quebra dos meus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Agradeço a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a oportunidade que me foi concedida e agradeço, também, a todos que me ouviram por todo esse tempo. Estou aqui no compromisso de contribuir com a elucidação dos fatos, fortalecendo o nosso Estado democrático de direito, e, a partir de agora, me coloco à disposição para responder às perguntas que esta Comissão entender necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. Raul.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Parlamentares, agradecendo a presença de todos aqui, digo, Prefeito Raul, que a presença de V. Ex^a nesta CPMI colabora com os trabalhos da mesma no sentido de, uma vez por todas, podermos jogar luz sobre uma organização criminosa que, além da prática de contravenção, busca incursões sobre o aparelho de Estado. O vídeo que esta CPMI recebe, fruto da apreensão da Polícia Federal quando da deflagração da Operação Monte Carlo, dão conta do *modus operandi* dessa organização criminosa para o vasto mundo de negócios, obviamente todos ilícitos. Por isso, a presença de V. Ex^a aqui colabora, porque há uma nítida incursão de oito anos atrás dessa orga-

nização criminosa, viva até hoje, precisamente buscando obter vantagens junto à Prefeitura de Palmas.

Antes de tudo, eu queria que V. Ex^a pudesse discorrer um pouco sobre a sua trajetória política: se o senhor já foi prefeito de outras cidades, se foi deputado... Como foi a trajetória de V. Ex^a?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, aos 22 anos de idade, eu me elegi Prefeito da cidade de Araguaçu, cidade essa que foi governada por dois mandatos pelo meu pai, que veio a falecer no exercício do seu mandato.

Estudante em Goiânia, eu fui convocado pela comunidade para disputar as eleições em 1982, quando nós tínhamos o imbatível candidato a Governador Íris Rezende Machado. Fui eleito Prefeito pelo PDS, Partido que agremiava o grupo que o meu pai liderava.

Com a criação do Estado do Tocantins e com a extinção do PDS no Estado – quando se criou o Tocantins, extinguí-se o PDS –, fui convidado a filiar-me ao PFL, pelo qual me elegi Deputado Constituinte na primeira eleição do Estado, em 1988.

Cheguei à Assembleia Legislativa na condição de Relator da Constituinte e 1º Vice-Presidente da Casa, com mandato de 1988 a 1989, pelo PFL. Foi reeleito em 1991 para cumprir o mandato até 1994 pelo PFL. Rompendo com o governo da época, em 1994, fui convidado a me filiar ao PSDB pelo Deputado Edmundo Galdino, que, até então, era Deputado Federal. Aceitei o convite porque não havia mais condições de conviver com o PFL, porque o grupo insistia em permanecer na base do atual governo, ou melhor, do governo da época.

Filiado ao PSDB, em 1995, disputei, pela primeira vez, a Prefeitura de Palmas, em 1996, ficando em segundo lugar na disputa, perdendo para o primeiro colocado por apenas treze mil votos.

Passada a campanha de 2006, fizemos um grande trabalho com o PSDB pelo Estado, estruturando o Partido para um projeto de 2008, sob a liderança do Deputado Federal Paulo Mourão, que era candidato a Governador, e eu, na condição de Senador. Esse trabalho foi árduo, difícil, mas conseguimos obter boa avaliação pela sociedade. O nome dele não se despontou para o governo, mas o meu atingiu patamares consideráveis para o Senado da República, tendo apenas como concorrente um único nome, que era o ex-Senador Eduardo Siqueira Campos, filho do atual e do candidato que está vindo também disputar o pleito.

Para a nossa surpresa, às vésperas da convenção – lutamos muito pela consolidação do nosso Partido, o PSDB, para fazer uma oposição a um sistema inquebrantável que o Estado tinha com influência nos poderes, nas instituições e também econômica –, eu me vi surpreendido quando o nosso Partido, o PSDB,

chegou à convenção com o discurso mudado para tirar a minha candidatura e se aliar ao governo a quem nós fazíamos oposição. Mesmo assim fui para uma campanha, sendo questionada a candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e cheguei a obter pesquisas que ameaçavam o candidato único ao Palácio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em que ano?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 1998; foi 1998. Estava praticamente empatado: questão de 13 pontos de diferença, em que disputava com o ex-Senador Eduardo Siqueira Campos, num comício na cidade de Tocantinópolis, quando recebi finalmente a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de que eu não seria mais candidato a senador.

O Senador eleito, na época – Eduardo Siqueira Campos –, foi Senador eleito com menos de 50% dos votos e a Revista *Veja* divulgou, na ocasião, que as duas candidaturas, ao Senado, mais caras do País tinha sido, primeiro, a do Senador mineiro, o saudoso ex-Vice-Presidente da República José Alencar, e a do Siqueirinha do Tocantins.

Aí não tive mais condições de permanecer no PSDB. O Partido voltou a apoiar o Governo que, na época, era do PFL. Aí fui convidado a me filiar ao PPS pelo Presidente da época, que me parece se encontrava aqui, neste auditório. E me filiei ao PPS e construímos um grande trabalho para a disputa de Prefeitura de Palmas, chegando a liderar as pesquisas em todos os momentos, em todos os momentos. Mas disputamos a prefeitura pelo PPS. Perdemos por menos de um ponto percentual, no momento em que as pesquisas nos mostravam favoritos. Perdendo as eleições de 2000, nós continuamos no PPS. E a comunidade parecia muito cansada de ver que as pesquisas nos mostravam favoritos, mas os resultados das urnas eram outros. E ficava meio duvidoso sobre aqueles que queriam fortalecer a nossa corrente. Mas continuamos fazendo um grande trabalho com o PPS.

Em entendimento do Presidente do PPS e do Presidente Regional do PT do Estado, entenderam a importância de me filiar ao PT, porque em 2000, saindo eu candidato a Prefeito pelo PPS, o vice nosso era do PT. E aí me fizeram o convite para ingressar no PT, levando em consideração que pudesse ter a nossa candidatura mais respeitabilidade pela sociedade, em razão de que nós morávamos num Estado em que o Governo podia tudo. Aí, filiei-me ao PT. Disputamos a Prefeitura em 2004; fomos vencedores. Filiei-me ao PT em 2003; filiamos em 2003, disputei a Prefeitura em 2004, 2008, e estou até aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a, nessa sua trajetória política, conheceu o Sr. Carlos Augusto

Ramos, o Carlinhos Cachoeira, como e quando, precisamente?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr.

Relator, conheci ocasionalmente na cidade de Goiânia, nessa ocasião em que também tentava disputar o Senado e não cheguei a ir à convenção, em 94. Aí voltei à condição da minha reeleição. E comigo dobrava o Deputado Uiatan Cavalcante, que já havia morado em Anápolis. Como nós dobrávamos, ele me convidou para vir a Goiânia; morava em Anápolis e era assessor do Senador Henrique Santillo. Viemos a Goiânia para tirar fotografia e, casualmente, o Uiatan, se encontrando com...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 1994?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 1994.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor era candidato a Deputado Estadual?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estadual, em dobradinha com o Deputado Uiatan, que dizia ser amigo do Sr. Carlos Cachoeira, e apenas me apresentou. Honestamente, nem me lembro se nós almoçamos, tomamos um café, ou coisa nesse sentido. Retornamos ao Estado; e depois, em seguida, chegou camiseta, boné. Naquela época se fazia mais campanha assim. E o Deputado Uiatan me falava que era o Carlos Cachoeira que estava ajudando na campanha dele e, consequentemente, a minha. Foi assim que eu me encontrei, pela primeira vez, com o Sr. Carlos Cachoeira; e última, até a segunda vez, na data em que o vídeo divulgou esse nosso encontro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foram, então, quantos encontros?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tão somente dois encontros; e o segundo sendo dez anos depois.

Eu não me encontrei; fui apresentado a ele em 94.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele deu essa colaboração para a campanha do Deputado Federal que, de alguma forma, beneficiou V. Ex^a.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acabei me beneficiando também, porque nós fazíamos dobrado. Então, as camisetas tinham o nome do Deputado Federal, do Deputado Estadual; os bonés, da mesma forma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nas campanhas seguintes, ele deu alguma ajuda a V. Ex^a, em 96 e 2000?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A primeira e última vez que eu vi, ou melhor, em 94 se deu esse encontro ocasional; não nos falamos mais. Nunca mais tive contato com o Sr. Carlos Cachoeira,

a não ser nesse encontro, no seu escritório, em que o vídeo mostra as gravações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi em 2004, isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 2004.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde se deu esse encontro de 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Eu estava na campanha, e parece-me que já quase na fase terminal, e no nosso Estado tudo muito difícil. Não tínhamos como arrecadar minimamente recursos, porque os empresários tinham medo até de conversar com político de oposição ao Palácio. Então, queriam ajudar, mas tinham medo de fazer e serem perseguidos. E na campanha eu enfrentava. Minhas campanhas foram sempre muito modestas, muito populares, de pé no chão. E a gente estava na fase final e tinha muitas coisas dentro do nosso universo a serem acertadas: combustível, militante, carro de som, e o pessoal pressionando. E chegou o meu amigo Silvio e falou: "Raul, nós temos um companheiro aqui que está nos convidando a ir a Brasília para buscar um apoio, mas precisa que seja você". E eu falei: Mas, por que vocês não vão então? "Não, ele disse que quer conversar é com você".

Peguei um avião com o Silvio e viemos a Brasília. Chegando a Brasília, um empresário do nosso Estado, chamado Daniel foi ao aeroporto nos apanhar. Do aeroporto, nos levou para um escritório, que não me recordo onde fica aqui, e onde conheci o Sr. Alexandre, pela primeira vez. E o Alexandre falou: "Olha, nosso prefeito [eu era apenas candidato, mas assim ele me tratou] a pessoa com quem vamos conversar não é aqui, ele mora em Anápolis, e precisamos ir lá de carro".

Eu não tive problema. Entrei e fui para Anápolis sem saber com quem ia me encontrar. Na estrada que me disseram que se tratava do Carlinhos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele foi apresentado ao senhor como um empresário, ou como o que? Alguém do jogo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Honestamente que não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal apreendeu um vídeo, então, em que V. Ex^a se reúne com Carlos Cachoeira, e um segundo vídeo em que Silvio Roberto fala em nome de V. Ex^a.

V. Ex^a já disse aqui que Silvio Roberto é seu amigo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Meu amigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele funcionou como uma espécie de arrecadador da sua campanha? Foi tesoureiro da sua campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto, Relator. O Silvio Roberto é um apaixonado por essa luta e que sempre também tentou ver um Estado democrático de fato e de direito, e ajudava a combater o sistema. E foi sempre um colaborador no sentido de estar presente, de movimentar, de ir atrás, pedir voto e tudo, mas não como um arrecadador financeiro. Era uma pessoa... Era não, é uma pessoa muito próxima de mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele o ajudou nas campanhas de 2004, de 2008, de 2002? Essas campanhas todas...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Silvio Roberto?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Silvio Roberto.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Todas elas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa ideia que o vídeo fala – e o Silvio Roberto afirma isso – que ele propõe, no segundo vídeo, uma sociedade estratégica com o Sr. Carlos Cachoeira, onde o senhor, ele e as pessoas do grupo político chamavam o Carlos Cachoeira para participar de um projeto de construção de um império, onde Palmas seria um passo inicial desse processo. A que V. Ex^a atribui ele ter dito isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Quem conhece o Silvio Roberto sabe que ele é uma pessoa extremamente empolgada. Penso que deve ter sido um momento de motivação, tentando convencer para algum tipo de ajuda, compreendendo que a nossa situação lá era sufocante. Mas sei que, no coração dele, ele nunca colocou isso com essa pretensão, até porque é uma pessoa que não tem ambições.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa parceria com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira, V. Ex^a mostra várias hipóteses de negócios a serem estabelecidos para o Sr. Carlos Cachoeira.

No caminho, daqui de Brasília até Anápolis, o senhor disse que tomou conhecimento de que se tratava do Sr. Carlos Cachoeira no caminho. Eles apresentaram o Sr. Carlos Cachoeira como um empresário de que ramo? Quero insistir nisso: como empresário de quê? Quais eram os interesses do Sr. Carlos Cachoeira em lhe ajudar?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu quero ser muito honesto. Eu não me recordo da forma como ele me foi apresentado. Eu ia conversar com um empresário. Na estrada me falaram Carlos Cachoeira, mas não falando em que área ele atuava.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em algum momento, posterior à posse de V. Ex^a, em 1º de janeiro de 2005, foi-lhe informado que havia um vídeo,

que a conversa havia sido gravada? V. Ex^a teve notícia da hipótese de uma gravação dessa conversa havida em 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento eles usaram esse vídeo para chantagear V. Ex^a?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; absolutamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a teve notícia do vídeo só quando da divulgação pela imprensa?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Da divulgação na televisão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas pessoas participaram daquela reunião em 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, saíram de Palmas eu e o Sílvio. Aqui nos encontramos com o Sr. Daniel e com Alexandre e nos dirigimos a Anápolis em quatro pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Daniel, Alexandre, o senhor e...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – E o Sílvio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal não conseguiu identificar uma pessoa que estava sentada ao lado do Sr. Carlos Cachoeira na gravação. O senhor sabe dizer quem é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obviamente, a Polícia deu conta de que o Sr. Lenine estava presente na reunião. O senhor conheceu o Sr. Lenine...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, não, Não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra dele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Alexandre é apontado por Carlos Cachoeira como principal interlocutor dele, Carlos Cachoeira, junto a V. Ex^a. Quem é esse Alexandre?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não conheço o Sr. Alexandre. Eu o conheci nessa data e tive informações de que ele voltou uma ou duas vezes a Palmas para tentar falar comigo, e não foi recebido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Logo depois de 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Logo após as eleições. Não sei precisar em que mês do ano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não sabe dizer de qual empresa o Sr. Alexandre participa?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com muita honestidade, não, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero repetir isto: da pessoa sentada ao lado do Sr. Carlos Cachoeira o senhor não se lembra? Não sabe quem era?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; honestamente, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não lhe foi apresentada?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se lhe foi, o senhor não se lembra?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu me recordo de que nós saímos daqui – eu, Sílvio, Daniel e Alexandre – e, lá, nos encontramos com o Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nos vídeos apreendidos pela PF há referências a uma doação de R\$150 mil de Cachoeira para sua campanha em 2004, além de um show que teria sido realizado pelo cantor Amado Batista. Essa doação ocorreu?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Veja bem. Deixe-me tentar explicar, porque ficou muito certo para a opinião pública que o Carlos Cachoeira havia doado esses recursos. O Sílvio garante a mim que não recebeu esses recursos e que, se for preciso, ele está para testemunhar, para falar em qualquer lugar.

O show do Amado Batista não foi pago com recursos do Cachoeira. Foi uma empresa de Araguaína que atuou, e eu não podia acompanhar isso. Um candidato não tem como precisar quem está ajudando. Mas essa empresa não tem vínculo nenhum com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a ideia era um show da dupla Bruno e Marrone, mas acabou, segundo os vídeos, se chegando ao nome do Amado Batista.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foram dadas essas duas alternativas. Eu não optei por nenhuma, só questionei que não sabia qual era o público do Amado Batista. Mas acabou chegando o Amado Batista.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas chegando por quem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Essa empresa, no final das contas, que tinha acertado, prestado contas do pagamento do cachê do Amado Batista. Uma empresa de Araguaína. Não me lembro precisamente, mas está aí nos documentos que nós vamos passar a V. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu trouxe a prestação de contas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas V. Ex^a sabe dizer se o Sr. Carlos Cachoeira pagou essa em-

presa para lhe doar esse *show* ou o senhor que pagou a empresa de Araguaína?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não. Eu tenho absoluta certeza de que ele não pagou essa empresa. Foi uma doação da empresa para a campanha. Nós não tivemos nada, absolutamente nada, de doação do Sr. Carlos Cachoeira naquela campanha, por mais que tenha parecido uma coisa concreta no vídeo, mas ela não se materializou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quanto aos R\$150 mil, o senhor também está afirmando que não foram dados os cheques, as contas... Porque o vídeo fala em depósitos em contas diversas, cinco ou seis contas.

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Ela não está na conta da campanha, e o Silvio afirma que não recebeu os recursos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E é essa afirmação que o senhor tem?

Por que o senhor mostrou ao Carlos Cachoeira uma pesquisa do Ibope que indicava sua liderança nas pesquisas? O que o senhor queria mostrar para ele?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – A pessoa que me convidou para vir pediu que eu trouxesse algumas pesquisas, que isso era uma forma de estimular o empresário a ajudar. Foi essa a razão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor afirma que os 150 mil não chegaram. Então não houve essa pulverização?

O senhor teve notícia de doação? O senhor falou aqui que o Silvio afirma que não chegou essa doação de 150 mil.

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – É a palavra dele dada a mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Silvio voltou a comentar com o senhor: “Olha, aquela reunião com o Sr. Carlos Cachoeira, ele havia prometido uma doação...”. Ele comentou com o senhor que essa doação deu errado, não chegou?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não. Absolutamente. Primeiro, porque envolvidos na campanha como a gente estava, não tinha praticamente tempo disso. E ele estava correndo atrás de ajudar, resolver outras questões na cidade, como ele sempre fez. Não me tratou disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele não voltou a dizer para o senhor: “Olha, aquela visita nossa foi infrutífera?”

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não. Nesse momento, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou aqui sobre o Sr. Daniel. Quem é ele?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Daniel é um empresário do Tocantins, da área de comunicação. Não estou assim... Não preciso bem o nome, mas eles têm televisão em Araguaína, Palmas; tem rádio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão do Sr. Alexandre, o senhor não se lembra qual é o ramo de negócios em que ele atua?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele o ajudou na campanha, o Sr. Alexandre?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Absolutamente. Se eu vir o Sr. Alexandre aqui, eu não o reconheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Vídeo 1 da PF indica que se V. Ex^a fosse eleito disponibilizaria ao grupo de Cachoeira contratos na Prefeitura de Palmas. O vídeo mostra, evidencia isso. Esses fatos ocorreram? Nenhuma empresa do grupo de Cachoeira teve contratos?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Contratos, não. Acho que ele falava em expectativas de ele ir para o Estado e fazer investimentos. Eu posso atestar, Sr. Relator, que nem em 2004, nem em 2008, não vai constar nenhum tipo de apoio ou doação, seja do Sr. Carlos Cachoeira, da própria Delta, que presta serviços na Prefeitura de Palmas há mais de seis anos; nós nunca tivemos com ela nenhum tipo de relacionamento ou intimidade para buscar qualquer tipo de apoio. Se tivesse, estaria na nossa prestação de contas, 2004, 2008, como não ocorre.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No vídeo, ele fala de interesses específicos na área do lixo. Ele não tratou deste assunto com o senhor, sobre uma empresa específica?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Ele não falou nada especificamente sobre empresa de lixo. Acho que ficou muito claro isso aí. É tanto que quando ele tocou sobre o lixo, eu me lembro que nós tínhamos falado que não era interessante discutir a questão do lixo. Eu estava observando as gravações. Eu estava tentando tirar dele esta ideia de me rotular ou carimbar com alguma coisa que ele pudesse vir a ter como benefício após a campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a notou se estava sendo gravado, se havia alguma circunstância suspeita?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesse sentido, V. Ex^a disse aqui que notou que não era interessante o lixo. Mas, pela gravação, fica evidenciado que V. Ex^a já teria, de alguma forma, se comprometido a

dar o contrato de lixo para outra empresa, de Santo André. Isso ocorreu?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Ocorreu não. Isso foi geração de expectativa. Eu estava tentando colocar para ele que nós não éramos almas depenadas, que nós tínhamos outras pessoas a quem pudéssemos recorrer. Porque a nossa situação era muito crítica. Não tinha como um empresário acreditar, “Olha, ganha, mas não leva”, porque a cultura da cidade era essa. Não adianta o Raul estar bem nas pesquisas, mas o resultado, quando abrir, é outro. E a gente teve toda aquela conversa para ver se motivava ele a ajudar. O que não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa empresa de São Paulo chegou a doar a V. Ex^a?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Eu falo com muita franqueza, e é muito fácil à polícia ou a quem for investigar procurar saber quem é aquela amiga ou esse empresário. Nunca compareceu na nossa campanha. Eu acho que é...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa amiga inexiste, então?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não me lembro. Não tenho em na mente. Mas, se tiver, Palmas é uma cidade pequena, com 250 mil habitantes, e vai chegar a ela. Mas, honestamente, eu não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem apresentou a Delta a V. Ex^a não foi o Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Eu não fui apresentado à Delta. Quando assumi a Prefeitura, a Delta já trabalhava no Estado. A Delta trabalhava no Estado prestando serviço, que eu também não sabia, só agora mais recentemente ao Dnit, e trabalhava para o Governo do Estado, prestava serviço para o Governo do Estado e participou desse certame.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantos contratos a Delta teve no seu Governo e tem no seu Governo? Todos na área de lixo?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Teve o primeiro contrato que foi da licitação normal; os quatro que intermediou como dispensa de licitação, cada um sendo 180 dias; e o segundo certame. Portanto, são seis contratos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seis contratos, todos na área do lixo?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Todos na área do lixo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E construção civil tem?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No governo do V. Ex^a?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesse período todo, então, nos últimos seis anos, nesses oito, vamos dizer assim, só nos dois primeiros anos que quem cuidava do lixo de Palmas não era a Delta?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não, o primeiro, um ano e dois meses, foi a Litucera. E por que – deixe-me colocar aqui para V. Ex^a – a escolha da Litucera?

Eu assumi uma prefeitura, primeiro, sem equipe, sem companheiros com experiência para assumir os respectivos postos; e assumi uma prefeitura sob uma expectativa também de fazer um governo que pudesse dar à sociedade aquilo que estava assim na garganta de garganta de todos. E foi quando chegaram para mim: – “Olha, os caminhões que coletam o lixo de Palmas estão entregando o serviço [isso o Secretário de Infraestrutura] e nós temos que contratar uma empresa em caráter emergencial”. Eu falei: – “Quem é a empresa?” – “Olha, teve uma empresa que prestou serviço de boa qualidade aqui no governo do Prefeito Aldir Rocha, e é bem avaliada”. Foi aí que chegaram na Litucera.

Então, a Litucera ficou o ano de 2005, os dois primeiros meses de 2006; em 2005 começou o certame, a licitação, onde ela foi vencedora, a Delta e assumindo o serviço em março.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sem licitação, o senhor fez dois contratos com eles, então, em caráter emergencial?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Na verdade, foram quatro, porque cada contrato, pela Lei de Licitação, em dispensa, ele só pode durar 180 dias. Então, os dois primeiros contratos se deram no momento em que foi suspenso o edital. A comissão solicitou do tribunal para manifestar sobre o prosseguimento do mesmo, o tribunal silenciou-se, veio o vencimento dos 180 dias, aí tiveram que fazer uma nova dispensa.

Na segunda dispensa, a comissão tornou a encaminhar ofício – está tudo aí nos documentos – para o Tribunal de Contas, pedindo ao Tribunal que se manifestasse no prosseguimento da licitação. O Tribunal só veio se manifestar quando já feita a segunda dispensa. Aí entrou no trâmite normal de um processo licitatório. Aí vieram as duas, porque não havia mais tempo de você fazer a licitação e, ao mesmo tempo, você tinha que continuar, eram serviços essenciais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o valor total desses contratos nesse período do governo de V. Ex^a?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Veja bem, deixe-me eu pegar aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque saiu uma notícia na imprensa hoje de que esses valores seriam de 119 milhões.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso não é verdadeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ocorre que os dados que nós temos aqui é de que foram, efetivamente, pagos nesse período de 2006 até hoje, 2012, 51 milhões, R\$51,9 milhões. É claro que, como bem sabemos, os dados ainda estão inconsistentes, na medida em que nem todas as contas da empresa Delta nós temos aqui – mas nós temos informações de que efetivamente o Governo de Palmas pagou R\$51,9 milhões à Delta. Então, a minha pergunta é: Quanto efetivamente foi pago e qual é o valor desses contratos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Já foram pagos mais disso, Sr. Relator. O primeiro contrato firmado com a Delta foi de 11 milhões e 554 mil reais, que era o valor que nós tínhamos no PPA. Aí veio o segundo contrato, sob o valor de 6 milhões e 726 mil reais, que foi a primeira emergencial; depois da suspensão do TCE. Aí veio a segunda dispensa, com o contrato de 7 milhões e 22 mil reais, que foi a segunda emergencial. Aí veio a terceira emergencial, com o valor de 8 milhões e 156 mil reais. Em 2009, já firmado um contrato considerado legal de 8 milhões e 326 mil reais, na quarta emergencial. Aí veio o processo licitatório, que é esse que está em questionamento sobre a CAT, de 71 milhões de reais, onde a Delta não operou isso ainda nem em 50%.

A Prefeitura de Palmas, em seis anos e um mês – seria, parece-me, que 81 meses – de serviços prestados... A Delta prestando serviço à prefeitura, ela já teve um faturamento de R\$70 milhões. Parece-me que, se o senhor dividir isso aí, vai dar algo em torno de 900 e poucos mil por mês para uma cidade... E não conseguimos atender as demandas. E quero explicar também a V. Ex^a e aos demais Membros desta Comissão: isso não é para coleta de lixo. São 12 serviços prestados: é coleta de lixo, varrição da cidade, coleta de galhadas, resíduos de cemitério, hospitalar, coleta de animais mortos, varrição de feiras e praias... São 12 serviços que ela presta para ter esse faturamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Ministério Público do Estado de Tocantins ajuizou ação civil pública – V. Ex^a já fez referência a isso aqui, mas julgo importante nós detalharmos cada ponto do depoimento de V. Ex^a – e quis anular o contrato da Delta com a Prefeitura de Palmas para a coleta de lixo. O MP afirma que os preços praticados eram inexequíveis e que a fiscalização na execução do contrato era falha.

O MP teria detectado também fraude no atestado de capacidade técnica da Delta, ou seja, não haveria uma fiscalização adequada e também haveria um problema na contratação dos serviços, na medida em que a capacidade técnica da Delta não havia sido provada.

Como se deu esse processo de licitação e como era feita a fiscalização do contrato? Porque me parece que, no caso do Distrito Federal, ficou muito evidente que todo problema de operação da empresa Delta na coleta de lixo estava exatamente na pesagem e na medição do serviço. Eles não teriam, de alguma forma, feito aqui o que foi coibido, no que ficou demonstrado aqui pelo depoimento do Governador Agnelo, mas eles não teriam feito a mesma coisa e atuado da mesma maneira lá em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, se o senhor for pegar essa briga entre a Delta e as empresas concorrentes, a gente vai perceber que foi apenas uma guerra entre essas empresas, mas, se for pegar o processo licitatório, como ele se deu em todas as suas fases, não há como questionar erros. Foi uma empresa que recorreu por ter sido perdido. Isso é um jogo que se vê em todo Estado. O que o Ministério Público estadual propôs nessa ação civil pública, eu penso que foi em cima da CAT e alegando a questão da operação do contrato. O que a operação do contrato se deu, como eu falei lá no PPA de 2005?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor me citou o valor que estava previsto.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O orçamento previsto era insuficiente para atender a uma cidade que cresce a passos galopantes, cresce a 6, 7, 8% ao ano. Então, não tínhamos como. E outra: quando a gente assumiu... Por exemplo, as principais avenidas da cidade eram varridas três vezes por semana. Nós passamos a varrer todos os dias. Eram três vezes por semana; passamos a varrer todos os dias. Tinha quadra que era varrida uma vez por semana. Nós passamos a varrer três, porque a gente queria ter com a questão da limpeza pública da cidade o mesmo com a educação, que tínhamos levado como âncora.

Então, houve esse problema do esgotamento de um contrato, que era previsto para 24 meses e se deu em 19, mas não aumentando o preço, mas aumentando os quantitativos. E o que pode comprovar isso está nos processos. Desde o primeiro dia em que a Delta começou a operar o lixo na nossa cidade todos eles eram pesados e nós temos os tickets até hoje; todos. Não existia balança no aterro sanitário, houve o entendimento com a prefeitura de ter uma balança no setor industrial e que a Delta logo em seguida ia instalar sua balança, o que foi feito dentro dos prazos previstos no edital.

Então, não há nada que não esteja pesado e guardado de 2006 até a presente data.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, permitam-me só uma... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele está como testemunha aqui e eu gostaria apenas de saber se ele assinou o termo... Foi assinado o termo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi assinado o termo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em depoimento à Polícia de Tocantins, o engenheiro da Prefeitura de Palmas, Luiz Marques, afirmou que Pedro Duailibe, ex-Secretário de Governo, e Jair Correa Júnior, ex-Secretário de Infraestrutura, comandavam a empresa Delta na cidade. Ele diz isso porque, o engenheiro afirma ainda que as planilhas de medição do serviço de coleta de lixo já lhe chegavam prontas, com assinatura do Secretário Jair e que, normalmente, seria o último a assinar. Afinal, na gestão de V. Ex^a, ele realizava a fiscalização? Como é que se dava melhor esse processo de fiscalização? Porque V. Ex^a disse aqui que havia lá uma balança, mas era ele que... Por que esse engenheiro da prefeitura levantou essas questões?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, primeiro, não procede que o Pedro Duailibe e o Jair Júnior mandavam na Delta. Isso não tem o menor sentido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem representava a Delta em Tocantins, então?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era o Sr. Cláudio Abreu. E outro detalhe que é importante que eu diga isto aqui nesta CPI: em seis anos que a Delta está trabalhando com a Prefeitura de Palmas, o senhor não consegue registrar que mais do que três vezes o Sr. Cláudio esteve no meu gabinete – em seis anos. Eu não tinha, não tenho, não tive, não tenho nenhum tipo de relacionamento com o pessoal da Delta.

Com relação à questão das planilhas a que o engenheiro se refere, eu acho muito preocupante essa declaração dele porque, primeiro, ele é um funcionário concursado; segundo, ele era o diretor da área e devia saber o peso que isso seria em termos da improbidade que ele estivesse cometendo. Então, depois conversando com o Secretário Jair Júnior, ele falou: "Não, Raul, deixa eu te explicar o que é o problema do senhor [porque ele é conhecido como mineiro, agora já recentemente]: é porque ele, como diretor, tem um filho, com a nora que tem uma empresa que estava com obras na prefeitura e nós mandamos cancelar o

contrato, porque isso não pega bem". E daí para cá começou o problema dele com o Jair Júnior.

Mas que temos para encaminhar todas as medições aqui para a CPI, são muitas caixas porque só se passaram seis anos, mas tudo está guardado e que a possa encaminhar se necessário for.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que V. Ex^a então exonerou o Pedro Duailibe, em abril deste ano?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na verdade, eu não exonerei o Pedro Duailibe. Quando noticiou o fato da assessora da Deputada Solange, a Rosilda, o próprio Pedro pediu para sair, ele queria estar respondendo a essa questão fora da prefeitura, do vínculo com a prefeitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E que notícia V. Ex^a tem sobre esse depósito de R\$120 mil na conta da assessora da Deputada?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O que eu queria primeiro colocar, Relator, eu acho que a grande maioria dos homens públicos hoje, para sociedade, é vista como corruptos. Sei que chego nesta CPI aos olhos de muitos dos senhores como homem que tem praticado atos ilícitos. Mas esse não é o meu comportamento. Eu tenho uma vida, tenho uma história, respondo processo já na Polícia Federal, também por questão de licitação, onde um lobista falava por telefone com uma das empresas vencedoras de uma obra no nosso Estado, de que eu havia pedido certa vantagem, mas que tinha que ser outra. Respondo a um processo ambiental, momento em que tive todas as aprovações de um projeto pelo órgão competente do meu Estado, poderes delegados pelo Ibama, mas, mesmo assim, a Justiça aqui entendeu que essa era uma competência do Ibama. Mas lá tem na lei que o Ibama delega competência ao Naturatins. Mas isso é outra questão. Mas, desonesto... Nós não conseguimos realmente ter isso na nossa família.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A Deputada Solange, que está aqui e é minha esposa, de quem eu muito me orgulho, ela tinha o Pedro como chefe de gabinete dela. Era um irmão. Eu já fui deputado e era muito comum que o chefe de gabinete cuidasse dessas questões de assessoria no interior. E o Pedro é filho de Araguacu e levava para a irmã os assessores que ele queria ajudar a contratar. E ela não... Ela conhece a Rosilda assim, por saber de que família ela pertence, mas não tinha uma convivência... Você entende? E contratou. Então, ela fazia parte do gabinete da Deputada Solange. É tanto que, quando a Folha de S.Paulo ligou para ela, ela não soube de pronto dizer sobre a assessora. Ela existia, mas ela não tinha convivência.

O Pedro, sobre o argumento de que tem problemas na justiça com a questão de uma propriedade que ele tem com certo senhor, e que foi hipotecada, e questão de pensão alimentícia, não sei, ele não tem conta. E amigo, como é da família, levou a Rosilda para fazer com ele uma conta no banco em que ele pudesse movimentar. E ela deu para ele todos os poderes. Eu não sei se isso é certo ou errado, mas ele fez e ela fez em confiança. Aí vem a questão do depósito de 120 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso. Por que isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em que o Pedro fala que vendeu – e tem provado, documentado; já depôs no Ministério Público do Estado – um equipamento para uma empresa, que não era a Delta, mas que tinha essa ligação com a Delta. Aí vem a pergunta: por que o Cláudio Abreu autorizou esse depósito? Então, é o Pedro que vai saber explicar isso, você entende? Mas ele está pronto...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que foi em razão da venda de um equipamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De um equipamento e que ele tem tudo documentado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele recebeu na conta da Rosilda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Da Rosilda, a conta que ele movimentou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que ele não podia ter conta própria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não podia ter conta própria. Mas eu queria, Relator, pedir a oportunidade, porque hoje o Brasil vê a Deputada Solange como alguém que está vinculada a um esquema de corrupção... E a gente tem família. A minha mulher é uma pessoa que não há nada na vida dela que desabone a honra e a conduta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No vídeo, ainda, V. Ex^a conversa com o Carlos Cachoeira sobre vários ramos de negócios com a Prefeitura de Palmas. Há falas que têm a ver com arrecadação do Governo, com transporte coletivo; tem a ver com a saúde, com a água, com o lixo; falam sobre modalidades de contratação, as facilidades. Cachoeira pretendia investir em todas essas áreas? Qual foi o contexto dessas conversas?

Nós falamos aqui do lixo. Mas V. Ex^a foi procurado por representantes do Sr. Carlos Cachoeira. O Sr. Alexandre procurou o senhor para tratar de algum outro assunto? Sobre a questão de saúde, por exemplo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente. O que gerou ali para o Sr. Carlos Cachoeira era uma expectativa que eu estava dando do que a cidade pudesse oferecer para ele. Por exemplo,

no campo imobiliário, quem detém o poder fundiário da capital do Estado é o Estado. A Prefeitura não tem terrenos à sua disposição. O Estado é quem comercializa, é quem loteia. A Prefeitura apenas aprova. E eu quis colocar para ele que Palmas era um espaço bom para fazer empreendimentos nessa área da construção civil.

Ele me fala da questão da água. Nós tínhamos, quando Deputado, o Governo do Estado terceirizou o sistema de água. Ele mandou um projeto, ou melhor, a Câmara deu para ele os poderes... Era uma competência do Município e, na época, eu era Deputado. Eu contestei muito isso, na Assembleia, pelos métodos, as formas que foram terceirizadas. O Governo, no pouco espaço de tempo de seis meses, ele terceirizou; “desterceirizou”; terceirizou e “desterceirizou” o sistema de água.

Então, eleito prefeito, eu resolvi, já tinha a pretensão de resolver... Porque a Prefeitura doou para o Estado esse sistema sem querer nada em troca. Foi uma coisa assim de amigo, de pai para filho. Na época, o Prefeito era o Odir Rocha e o atual Governador Siqueira Campos.

Ao chegar à Prefeitura, eu fui rever isso aí. A Câmara abriu uma CPI. Nós começamos a rever, a dialogar com a empresa, uma empresa do grupo... Ou melhor, o sistema de saneamento lá é explorado pela Emsa, que presta serviço no Estado desde o seu início, desde 1989. Aí a Câmara, na CPI, chegou a comprovar que o procedimento que foi adotado com a privatização estava irregular. Que a Câmara deu poderes para o Estado explorar, mas não deu poderes para ele passar para outra empresa. E aí chamamos a empresa, provamos que a gente poderia cancelar o contrato, mas os investimentos dela eram muito grandes, já passavam dos R\$100 milhões na capital, e buscamos o seguinte entendimento – isso a empresa sentada, eu, os secretários e várias pessoas: “Olha, vocês receberam isso gratuitamente. O que a Prefeitura quer em troca? Vocês vão dar a água que a gente consome, que na época eram 10 mil metros cúbicos de água por mês, o que representava uma fatura de R\$180 mil. Aí nós passamos a querer deles 20 mil metros cúbicos de água, prevendo a ampliação que a cidade ia ter nos seus logradouros públicos”. Tudo bem, então ficou acertado. Eu falei: “Mas eu quero mais, eu quero algo que vocês possam destinar da receita líquida para a fundação cultural” [que nós tínhamos acabado de criar]. Eles resistiram, discutiram com a assessoria jurídica e uns 20 a 30 dias depois aceitaram.

Então, hoje a Prefeitura tem da Saneatins 20 mil metros cúbicos de água e 3% da renda líquida do que eles faturam destinados à Fundação Cultural de Palmas. Então a água de que falamos com o Cacho-

eira aí é essa água que a gente conseguiu dar para o Município, essa rentabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Após discorrer sobre a saúde, dizer que a verba mensal para o setor girava em torno de R\$4 milhões, V. Ex^a propõe a Carlos Cachoeira uma parceria. Nesse momento, o citado Alexandre pergunta: “Qual é a sua necessidade para o término da campanha? Qual é a sua necessidade? O que você está pensando nessa composição dessa parceria?” V. Ex^a responde: “Essa composição depende muito de vocês, em que área vocês querem atuar”.

Eles disseram precisamente se queriam atuar nessa área da saúde? Que tipo de negócio V. Ex^a estava tentando estabelecer ali?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É prova que não ficou registrado. Eu estava ali tentando, na verdade, buscar uma ajuda na condição de candidato e estava precisando criar uma expectativa. Porque a gente estava com uma desilusão porque nós não estávamos conseguindo... Em Palmas ninguém doava: olha, a pesquisa está boa, mas não ganha; ganha, mas não leva. E nós estávamos angustiados e queríamos realmente esse tipo de apoio. Então eu gerei, na verdade, uma falsa expectativa para ele que nada, absolutamente nada, do que está aí está registrado em nossa cidade, passados sete anos e meio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não houve a concretização dessa parceria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nada, absolutamente nada. O senhor não vai presenciar, e ninguém, a presença do Sr. Carlos Cachoeira em nenhuma área do nosso Governo nesses sete anos e meio em que estamos à frente da Prefeitura de Palmas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E na área da comunicação, ele sugeriu alguma empresa específica para o senhor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu assumi a comunicação de Palmas... A gestão anterior tinha gastado em 2004 parece que algo em torno de R\$6 milhões. Em 2005 nós gastamos R\$1 milhão e pouco, eu tenho esses dados aqui. Em 2005 a Prefeitura gastou R\$1,2 milhão; em 2006, R\$560 mil; em 2007, R\$2,925 milhões; em 2008, R\$3 milhões; em 2009, R\$5,110 milhões. É o que a gente fazia.

Então não há absolutamente nada. É só investigar, entrar na Prefeitura e ver qual a ligação... Até mesmo o Daniel que tem a sua televisão, o rádio...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa é uma pergunta, o Daniel ele é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É do ramo de comunicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do ramo de comunicação.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Mas é só pegar as contas da Prefeitura e verificar o que o Daniel conseguiu ter nesses sete anos e meio do nosso Governo em termos de benefício para as empresas dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele atua na comunicação em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Atua na comunicação no Tocantins.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tem uma empresa de...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Televisão e rádio. Não é ele, é a família.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas qual é o nome da empresa? Tem contrato com a Prefeitura?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente não sei o nome da empresa, mas posso afirmar que não tem contrato com a Prefeitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa empresa Maquinaria Publicidade e Propaganda tem contrato com a Prefeitura?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não conheço, não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a WCR Produção e Comunicação Ltda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Quero crer que não. Não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Ginga Rara?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente não. A Ginga Rara parece que tem com o Governo do Estado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e com a Prefeitura?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente nada.

Relator, não há nada que vincule o esquema Cachoeira com a administração de Palmas. Nós estamos sendo vítimas de um problema que está acontecendo no Brasil, mas que estão tentando transferir para um governo que sempre pautou pela honestidade, pela transparência dos seus atos. Estão nos colocando nisso como um boi expiatório, alguma coisa nesse sentido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode encaminhar para nós cópia dos contratos, das agências ou, pelo menos, identificar as agências que foram contratadas por V. Ex^a nesse período?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nós nos comprometemos a, ainda hoje, solicitar o encaminhamento. (Pausa.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, era o que eu tinha a perguntar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Vou passar a palavra, agora, para os autores de requerimentos. Depois dos autores de requerimentos, não poderão falar pela ordem de inscrição; só como reinscritos. Essa é uma regra do Presidente efetivo.

Portanto, vou passar aos seguintes autores de requerimentos: Senadora Kátia Abreu, Senador Alvaro Dias, Deputado Rubens Bueno, Senador Randolfe Rodrigues. Depois, vou passar a palavra aos inscritos. A cada três inscritos, fala um líder. Há mais dois autores: eu e V. Ex^a, mas eu não vou fazer uso do meu tempo.

Eu passo a palavra, por dez minutos, à Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer aqui alguns esclarecimentos importantes, Sr. Presidente, com relação a esse requerimento.

Na verdade, eu, pessoalmente, não tenho nenhum problema com o Prefeito Raul Filho e nem com sua família. Nunca houve, que eu me lembre, algo que ou qualquer tipo de atrito, forte, violento entre nós, mesmo porque, ultimamente, no ano passado principalmente, eu recebi sua esposa em minha residência por várias vezes, pois existia inclusive a possibilidade de ela se filiar ao PSD devido a atritos que ocorreram entre ela e o marido, o Prefeito Raul Filho, em Palmas, com o próprio PT, por eles não terem o comando do Partido na capital; problemas internos partidários.

Na ocasião, inclusive, aventou-se a possibilidade de até mesmo de o Prefeito vir – muito mais a esposa do que ele –, inclusive com um convite, por parte do Prefeito e do seu grupo, para que eu pudesse ser candidata a prefeita do Sr. Prefeito Raul Filho. Eu coloquei a situação de que eu não tinha interesse, naquele momento, em me candidatar à prefeita e de que isso não estava nos meus planos, não tinha me preparado para isso, para essa situação.

Quando protocolei aqui o pedido de vinda do Prefeito Raul Filho, não houve nem uma questão partidária e política, mesmo porque ele próprio disse, na imprensa, de forma desafiadora, que gostaria de vir à CPI para se esclarecer. Eu protocolei o requerimento, mas não fiz ordem de preferência, justamente para esperar passar o período de convenções e não atrapalhar a questão política da capital, já que hoje, depois das convenções, ele deu apoio à Deputada Estadual Luana Ribeiro, filha do Senador João Ribeiro, e eu apoio outro candidato, que é o Deputado Estadual Marcelo Lelis.

A urgência da vinda do Prefeito aqui se deu, é claro – o Brasil inteiro sabe disto –, em função das

imagens reveladas pelo Fantástico, Jornal Nacional e assim em diante.

Portanto, eu estou aqui, Sr. Prefeito, apenas desempenhando o meu papel, o meu trabalho de esclarecer a situação para o Brasil, para o Tocantins, como Membro titular desta Comissão, tirar as dúvidas e trazer aqui os questionamentos que todos merecem saber a respeito do depósito dos R\$150 mil feitos pela Delta na conta do seu cunhado, Pedro Duailibe; e, depois, as imagens que estarreceram a todos que puderam assistir àquelas imagens terríveis, como outras que aconteceram durante todo esse período.

Então, vou começar com os meus primeiros questionamentos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer perguntas e respostas, Sr. Presidente.

O senhor disse, na gravação com o Sr. Carlos Cachoeira, que Palmas teria uma série de oportunidades para ser exploradas no campo imobiliário. Tudo bem que as áreas de Palmas são do Governo do Estado, e existe um sistema de parceria PPP, talvez uma das mais antigas do País, do tempo em que Siqueira Campos foi Governador anteriormente, que é o Orla S/A, em que o governo tem uma parte e vinte e seis empresas fazem parte desse pool e licitam as áreas. Quero apenas lembrar que nenhum loteamento da capital é executado sem aprovação da Prefeitura e sem o alvará da Prefeitura.

Quando o senhor conversa com o Sr. Carlos Cachoeira, talvez a frase que mais tenha indignado o povo de Palmas – e acompanhei pela imprensa e redes sociais – foi quando o senhor disse a ele que tinha um projeto de poder, de vinte anos, e que Palmas era apenas um estágio. O que significa e o que o senhor quis dizer a respeito desse estágio mencionado em frase talvez pequena, mas a que mais ofendeu e que mais indignou a população palmense? O que quer dizer “Palmas é apenas um estágio”? Por favor, eu gostaria de ouvir essa resposta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senadora, primeiro eu não falo em projeto de poder de vinte anos. Falo que tínhamos um projeto de poder. Quando me refiro a estágio, refiro-me à ascensão. Chegando à Prefeitura de Palmas, o meu propósito era fazer um trabalho que me credenciasse a galgar outros postos na vida pública, na política. Então, o estágio foi no melhor sentido da palavra. Tenho certeza de que Palmas não se sentiu ofendida por isso.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Prefeito, o senhor tem que concordar comigo em que, a partir desse momento, dessas ofertas de trabalhos e das oportunidades que ele poderia ter no campo imobiliário, transporte ou em outras áreas, acontece a questão

dos contratos sem licitações. São quatro os contratos feitos sem licitação e um último, em que foi feita licitação, o TCE apontou irregularidades com preços inexequíveis, aumento no quantitativo dos serviços licitados bem como falta de exatidão nas medições. A alteração contratual, segundo o TCE, elevou o faturamento da contratada em 107% nos primeiros sete meses.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura, inclusive irmã da primeira-dama, é a Srª Kênia Duailibe, que está aqui presente. O Pleno do TCE já julgou esse contrato ilegal e aplicou multa ao Sr. Prefeito e aos gestores do mesmo.

Nesse caso, depois de a licitação do contrato ser questionada pelo Ministério Público e referendado pelo TCU, a Justiça Federal do Estado do Tocantins proibiu a saída do País do ex-diretor da Delta, em 2009, Carlos Roberto Pacheco, em função de fraudes nesse contrato, que teria sido firmado com uma certidão de acervo técnico fraudulenta fornecida pelo Crea/Tocantins, a partir de um documento expedido pela própria prefeitura. A prefeitura, com esse documento falso, induziu o Crea ao erro – e foi suspenso pelo TRF em março último. Essa mesma certidão teria sido utilizada pela Delta em licitação em outros Estados.

O que o senhor tem a dizer a respeito dessa situação do TCU?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senadora, primeiro, eu não coloquei minha vinda aqui para desafiar, em absoluto. Tenho pela senhora o mais absoluto respeito, a senhora sabe disso, apesar das nossas diferenças ideológicas. Com relação à questão de o Tribunal de Contas ter rejeitado, isso não procede. O que foi tão somente – isso está nos documentos passados à Relatoria – é que as denúncias que já estavam no Tribunal há seis anos, tão somente após seis anos, na fase de aposentadoria do Relator Conselheiro, foram trazidas a julgamento, e me atribuíram uma multa de R\$10 mil. Uma semana depois, ele aposenta e, uma semana depois, assume a Secretaria da Fazenda. Não estou fazendo aqui vínculo com o Governo do Estado. São apenas coincidências.

Com relação ao Ministério Público, também estão colocados aqui os seus documentos. O Ministério Público entrou com uma ação questionando a CAT. A Prefeitura não vai expedir CAT. Ela expede um atestado, e, nesse atestado, constam os serviços que a empresa tenha realizado no Município. O que ocorreu? A Prefeitura expediu o documento, que está periciado pela polícia entre quatro páginas; a empresa – não estou aqui para culpar – tirou as duas páginas do meio, fazendo alteração. Com ela, conseguiu chegar junto ao Crea e emitir a CAT.

Então, a CAT, para nós, tinha que estar legal. Foi emitida por um órgão, voltando a participar do processo licitatório. Então eu presumo que se tiver algum erro aí tem que se discutir com o Crea, porque a Prefeitura... É tanto que o Ministério Público não condenou nessa fase inicial que, como se fala, indiciou o diretor executivo da Delta. O edital foi julgado legal, e as expensas foram feitas por demora de nove meses, como aqui nós citamos, do Tribunal de Contas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Prefeito, saiu no *Estado de S. Paulo* do dia 08/07 uma entrevista com o Procurador Municipal de Palmas, Afonso Celso Leal de Mello, diz ter sido afastado das funções pelo Procurador Geral da cidade, Antonio Luiz Coelho, por quase um ano, por ter sustentado a ilegalidade dos contratos com a Delta para operação da coleta de lixo. Ele diz: “Manifestei-me pela nulidade dos contratos e me afastaram”.

O que o senhor tem a dizer a respeito do afastamento desse cidadão, desse servidor público?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senadora, eu acompanhei isso pela imprensa, mas o Procurador Chefe do Município alega o afastamento dele por ele responder a nove processos na Procuradoria e todos se encontram no Conselho Superior de Procuradores. A razão não foi essa, foi o procedimento que ele tem tido dentro do órgão e o Procurador, responsável como é, creio que ele não faria um ato característico de perseguição.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O engenheiro Luiz Marques, responsável pela fiscalização dos serviços da Delta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – O tempo de V. Exª está concluído.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...dos serviços da Delta, disse que as planilhas, disse à polícia que o trâmite normal de fiscalização dos serviços da Delta não era seguido, que era encaminhado direto ao secretário para que ele pudesse dar todo o aceite e não passava pelos trâmites...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora, eu queria pedir a V. Exª a compreensão...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu quero continuar falando como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu posso dar, como Líder, depois. Fizemos já uma regra: todos aqui utilizarão os dez minutos, sendo que as lideranças utilizarão depois a cada três oitivas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria, para concluir, Sr. Presidente, de dizer que o Prefeito disse agora há pouco que se utilizou da Delta, que já

trabalhava no Estado de Tocantins e que tinha boas referências a respeito da Delta, que já trabalhava no Estado.

A Delta nunca trabalhou no Estado do Tocantins nos anos de 2004, 2005, 2006. A primeira licitação e contrato da Delta ocorreram no Governo Gaguinho, em 2010, no valor de R\$100 milhões, mas que não foi executado; foi apenas licitado e as obra não foram iniciadas nem faturadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora, quero pedir a compreensão de V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Um minutinho, Sr. Presidente, fui a autora do requerimento e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a já utilizou o tempo regimental de dez minutos; essa é uma regra que serve para a senhora e para todos os Srs. Parlamentares.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Foram feitas quatro licitações, em 2010, apenas isso, e não trabalhou mais. Além do mais, em 94, o Governador de Tocantins não era Siqueira Campos, era o Governador Avelino; e Eduardo Siqueira Campos não teve menos 50% dos votos, ele teve 74,6% dos votos, sendo um dos mais votados proporcionalmente no País. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só quero dizer que, pela regra, quem fala como autor, também não fala como líder; tem que se reinscrever.

Passo ao próximo autor de requerimento inscrito, Senador Alvaro Dias.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu espero a resposta, Sr. Presidente, das minhas considerações feitas agora, por favor.

A Delta não trabalhou no Tocantins durante todos esses anos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Essas foram as informações a que ela chegou em 2004. Eu só posso atestar que, na Prefeitura e Palmas, ela chegou concorrendo em 2005 e veio a assumir o serviço em 2006. Foram informações, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo, agora, a palavra ao Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

Só quero dizer que, como estamos começando, vou ser sempre muito rígido com o horário com todos, para que possamos conduzir a reunião como temos conduzido.

Passo ao Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Depoente Sr. Raul, Prefeito, primeiramente, o vídeo é mostrado ao País através da televisão. Era o senhor mesmo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A voz era do senhor, não houve dublagem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era o Raul.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Era o Raul.

Pois bem. O senhor estava nesse vídeo, portanto, som e imagem, realizando uma negociação com o Sr. Carlos Cachoeira, ou uma negociação, no mínimo escusa, uma barganha corrupta, em que o senhor oferecia benefícios em troca de apoio à campanha eleitoral. Foi exatamente isso, sintetizando, o que o vídeo comprovou ao País.

O senhor diz que não recebeu dinheiro para a campanha. Então, faço a seguinte indagação: O senhor acha que a Polícia Federal e o Ministério Público mentem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não mentem; dizem a verdade.

Pois bem; o Ministério Pùblico e a Polícia Federal dizem o seguinte: “Pelos diálogos firmados, Carlinhos e seu grupo pagariam mais valores ao grupo político de Raul, que, no caso específico das Águas, seria R\$400 mil mais 20%, valor este que o assessor de Raul chamou de aposentadoria”.

Na outra parte... Eu estou com o relatório, o inquérito da Polícia Federal.

Num outro momento, a Polícia Federal, referindo-se ao Ministério Pùblico, diz: “O Ministério Pùblico Federal teria descoberto que Carlinhos Cachoeira contabilizou uma doação para a campanha eleitoral de Raul Filho, que seriam oriundos de caixa 2, no valor de R\$150 mil”.

Portanto, no primeiro momento, é a Polícia Federal quem diz: R\$400 mil; no segundo momento, é o Ministério Pùblico que é referido pela Polícia Federal.

O senhor diz que o Ministério Pùblico não mente e que a Polícia Federal não mente. Então, o senhor mentiu ao afirmar que não recebeu dinheiro para a campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nesse segundo momento a que o senhor se refere, Senador, lá não estava a minha pessoa. Se alguém mentiu, foi a pessoa que se encontrava presente. Estou só afirmando que não recebi para a minha campanha os R\$150 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa transferência de responsabilidade é uma prática usual que não encanta ninguém. Diante desses fatos, o senhor

não acha que está exigindo demais da nossa capacidade de sermos ingênuos?

Veja: eu tenho aqui um relatório sucinto de uma pequena amostragem que a minha assessoria elegeu para verificar o passeio do dinheiro saindo da Prefeitura de Palmas. São R\$4 milhões na Conta 511399-9, da Agência 5 do banco BMG, da empresa Delta Construções – esse é o banco que operou também o mensalão –, e desta conta para o banco Bradesco, na conta da própria Delta.

Então, é da Delta para a Delta. O mesmo procedimento adotado durante o mensalão, para que o saque ocorresse em espécie. Da Delta para a Delta, naquele esquema que nós conhecemos aqui na CPMI dos Correios, quando do mensalão.

Por isso, Sr. Prefeito, essa liberalidade de V. Ex^a de oferecer o seu sigilo bancário conta pouco. Fica a impressão de tratar-se de uma encenação, porque há uma estratégia de liberação de recursos sem que esses recursos sejam depositados na conta bancária. E essa é a estratégia que nós conhecemos muito bem quando do mensalão.

Nós temos aqui também o repasse, nesse mesmo período da amostragem que nós apanhamos para esta análise, da conta da Delta para essa conta da Delta no Bradesco, de nº 100290-2, para a conta da Alberto & Pantoja – empresa laranja do Sr. Carlos Cachoeira.

Portanto, há aqui indícios, há aqui elementos que nos autorizam a suspeitar de procedimentos ilícitos. Aqui se falou em contratos de R\$119 milhões. Sejam R\$119 milhões ou mais de R\$50 milhões, como disse o Relator, são valores excepcionais para uma prefeitura municipal no que diz respeito ao tratamento do lixo urbano.

Portanto, sobre esta operação, o que diz V. Ex^a?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, primeiro dizer que os valores a que o senhor se refere são para cinco anos.

Segundo, não estou aqui colocando que é pelo respeito que tenho às instituições deste País...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os valores a que me referi aqui, os R\$4 milhões, dizem respeito a março de 2009 a 2011, dois anos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com o respeito que tenho às instituições do País, sobretudo ao Ministério Público e à Polícia Federal, que vem fazendo um serviço de passar a limpo o nosso País, eles terão a oportunidade de fazer, com a inteligência e a tecnologia que eles têm, uma triagem nessas contas. O senhor esteja certo de que não há suspeita nenhuma. Não há confirmação de que há nada, absolutamente nada ligado à Prefeitura.

Quero informar mais ao senhor: que o BMG nunca fez doação de campanha para nós. Doou sim para o atual Governo do Estado. Agora o BMG opera no Estado antecipação de crédito para as empresas. Eu não coloquei isso aqui, mas para que o senhor possa compreender comigo, nós tivemos muitos momentos de dificuldade porque a Delta chegou a ficar oito meses sem receber o seu faturamento na Prefeitura. E nesses oito, cinco, quatro meses, aí sim, eles pegavam um empréstimo no BMG, e a Prefeitura avalizava, porque não tinha como, porque é uma operação lícita, legal, mas não há nada que o senhor possa comprovar que tenha a ver com a mim nem com membro da Prefeitura.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na verdade, eu não disse que o BMG doou para a campanha. V. Ex^a é quem está afirmado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Para mim não doou não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor afirma que nada tem a ver com o Cachoeira. E esses indícios todos, um vídeo mostrando, imagem... O Sr. Daniel, que há pouco surgiu aí no diálogo do senhor com o Relator, segundo a Polícia Federal, é quem estava sentado ao lado do Cachoeira no vídeo. Segundo a Polícia Federal, está aqui no inquérito da Polícia Federal; seria o Daniel, e o senhor disse que não o conhecia. Estava sentado ao lado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Daniel, não senhor. Eu falei que o Daniel foi comigo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Polícia Federal coloca que quem estava sentado ao lado do Cachoeira no vídeo era o Sr. Daniel. O senhor disse anteriormente que não sabia quem era.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu nunca neguei a presença do Daniel na reunião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, se negou ou não negou, o senhor disse que não sabia quem estava ao lado do Cachoeira. E quem estava ao lado do Cachoeira era o Sr. Daniel.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi me perguntado a quinta pessoa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O meu tempo está se esgotando e eu quero dizer que, embora o senhor diga que nada tem a ver com o Cachoeira, além desses indícios todos, é bom dizer que Cachoeira e Delta são a mesma coisa.

O Sr. Cachoeira era ou sócio oculto ou o grande lobista, o grande traficante de influência utilizado pela Delta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não no nosso Governo, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como que o senhor manteve parceria com uma empresa cujos

contratos foram considerados ilegais pelo Tribunal de Contas?

Eu vou dar só o exemplo de uma obra: a pavimentação asfáltica da Quadra 508 Norte. O contrato tem vigência de cinco anos, e a população está esperando essa pavimentação.

Aprofundando as relações da Delta com a Prefeitura de Palmas, o Tribunal de Contas, embora o senhor tenha dito à Senadora Kátia que não havia irregularidades, o Tribunal de Contas considerou o Contrato 10, de 2006, ilegal. Ato contínuo o contrato que o sucedeu, Contrato de Prestação 374, de 2009, tem fortes indícios de ilegalidades, quer quanto às medições dos serviços prestados, quer por apresentação de documentação ilegal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *Fazendo soar a campainha.* – Senador Alvaro Dias, o seu tempo está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir então, fazendo a seguinte pergunta: O senhor tinha conhecimento dessas fraudes nas licitações da Delta no seu Governo? Sim ou não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nunca existiu fraude no nosso Governo e nem processo licitatório.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor diz que não. Não tomou nenhuma medida?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não é que eu não tomei medida, não houve fraude. O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, o tempo de V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir, será a última indagação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas o tempo acabou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu considero que o Sr. Raul não está sendo franco. Como ele afirma não existir ilegalidade se o Sr. Luiz Marques diz que o senhor tinha conhecimento de tudo o que ocorria? Como o senhor explica essa declaração do Sr. Luiz Marques? O Sr. Luiz Marques mentiu ou o senhor está mentindo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Sr. Luiz Marques mentiu, e nós vamos ter a oportunidade, seja com a Polícia Federal, seja com o Ministério Público Federal, de fazer uma acareação.

O que eu quero, Senador, por mais que eu tenha respeito ao senhor, pela sua história, sua biografia, mas possa ter em mim, até que essas denúncias sejam apuradas, um homem probo. Não tenha de mim esse questionamento sobre a minha idoneidade, sobre a minha honra. O senhor é homem público e sabe disso.

Eu estou vivendo um momento, mas terei momento de provar que não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, eu vou passar a palavra agora ao próximo orador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só um esclarecimento ao Senador Alvaro Dias e aos demais.

Realmente, a Polícia Federal tem um interlocutor que ela não identifica. Está, inclusive, na página 7 do Relatório da própria Polícia Federal.

O depoente disse que não se lembra de quem era essa pessoa. A pessoa citada pelo Senador Alvaro Dias foi por ele identificada aqui como o Sr. Daniel. Ele disse recordar.

Só para repor os fatos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu quero comunicar a todos os Membros o seguinte. Eu tenho conduzido e acho que uma regra comum é essa do respeito ao tempo, ao Regimento.

Então, ao final do tempo, vou solicitar a conclusão, para que nós possamos dar a palavra aos demais.

Agora, vou passar igual tempo para o ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu vou direto ao depoente. Pergunto a ele se confirma o que disse aqui no início: que, em busca de respeitabilidade, deixou o PPS para se candidatar em 2004.

O senhor disse exatamente isto. “Eu saí do PPS em busca de respeitabilidade, para uma candidatura em 2004”.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não foi isso que falei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah, não foi isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Desculpe-me. Eu tenho um profundo respeito pelo Partido que convivo muito bem até hoje. Se assim o senhor entendeu, desculpe-me. Não foi essa a minha colocação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas é isso que está. O senhor pode pegar, depois, nos Anais.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Então, eu retiro. Não foi essa a minha colocação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É bom o senhor retirar, porque eu entendo que um Partido como o nosso que tem história... O senhor esteve lá. Foi acolhido...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – E grande. Sei. Fiz parte.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...e vem fazer esse tipo de afirmação é dizer que alguém como o senhor, que começou no PDS, Partido que substituiu a Arena da ditadura, e hoje está no PT, imagino como deve ser a sua trajetória. E ainda mais...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, não foi essa a intenção. Se eu falei peço desculpas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...se saiu do PPS, em 2003, em busca de respeitabilidade, o senhor foi buscar, em 2004, com o Sr. Cachoeira, conforme os vídeos estão aí a demonstrar. E não o primeiro vídeo.

Nós já vimos aqui o vídeo do Waldomiro Diniz com o Sr. Cachoeira e era o braço direito do Sr. José Dirceu na Casa Civil, que hoje está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Vimos um segundo vídeo do Sr. Arruda, aqui no DF, que escandalizou o País. Agora, no dia 1º de julho, aparece um vídeo com o senhor, Sr. Raul de Jesus, aparece mostrando o senhor fazendo negócios, como se Palmas fosse uma propriedade sua. “Palmas é a minha propriedade. Eu venho aqui oferecer a você o negócio do lixo, o negócio da imobiliária, o negócio do transporte coletivo. Eu vim lhe oferecer. Lá, é meu. Eu mando e desmando”.

Isso quer dizer exatamente o vídeo que foi reproduzido na televisão brasileira. Eu lamento ver isso, até porque isso demonstra que a recuperação da credibilidade política no País não passa por aí.

Isso é um desrespeito à sociedade brasileira como um todo. E todos nós políticos, sérios ou não, todos pagamos a mesma conta por esse tipo de comportamento, de querer fazer da coisa pública um propriedade particular, para tirar benefício pessoal, no caso desse vídeo que foi apresentado.

Quero dizer mais. O senhor fala, durante sua exposição, que Amado Batista foi contratado para o showmício da sua campanha e que não recebeu dinheiro do Carlinhos Cachoeira. Aí é de perguntar se temos, no Brasil, agências de artistas que são entidades filantrópicas, quando sabemos o quanto cobra cada artista para fazer uma apresentação. Então, se o Carlos Cachoeira não pagou, não pagou, então, nós temos que buscar essa entidade filantrópica que forneceu esse show para a sua campanha, para poder encaminhar para os fiscais, o Fisco brasileiro, para que eles busquem algum tipo de informação, porque esse show foi de graça e a entidade que promoveu... e até agora não se sabe quem pagou.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o show está pago. Está declarado aqui. O senhor vai ter acesso aos documentos, à empresa que pagou, aos valores e tudo. Nunca disse isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor também está dizendo, e ali disse agora, interpelado pelo Senador Alvaro Dias, que a Prefeitura de Palmas avalizou os empréstimos junto ao banco, o BMG, este mesmo banco do Mensalão, para pagar a Delta. Quer dizer, esses empréstimos, quantos foram? Qual é o valor disso tudo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nós tivemos um momento em que estávamos sem condições de pagar as faturas da empresa. Ela tirou empréstimo no BMG e a Prefeitura pagou, posteriormente. Está registrado, contabilizado. E o Tribunal de Contas aprovou.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu imaginei quanto custou um empréstimo desse por um banco que antecipa recursos, a que preço, a que juros, e quanto isso significou no superfaturamento e depois naquilo que cobrou a mais nos contratos, ou seja, a população de Palmas pagou um preço altíssimo para poder fazer um negócio e atender a uma empresa, e o senhor foi buscar um banco exatamente para antecipar esses recursos a juros altíssimos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor está pré-julgando, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não estou pré-julgando. Estou afirmado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o senhor não está afirmado. O senhor não está afirmado, porque não são afirmações reais.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Afirmações reais? O senhor falou aqui que saía do PPS para um partido em busca de respeitabilidade e, no ano seguinte, o senhor estava sendo flagrado, como o vídeo mostra, o senhor estava lá conversando com o Cachoeira para entregar Palmas para os negócios dele.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é o senhor que está afirmado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não estou... Estou afirmado. O senhor disse “os negócios que melhor lhe aprouver”. O senhor disse isso no vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Deputado Rubens Bueno, eu só peço a V. Ex^a que nós possamos continuar os depoimentos, as perguntas num nível de voz mais adequado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, qual é o nível? O nível do quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Não. Houve um... Em todos os momentos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não vai dizer como eu tenho que falar, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Em todos os momentos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não faltei com o respeito. Estou afirmando a ele e ele afirma para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Eu sei. A gente só pediu o respeito neste depoimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, o respeito permanece. Estou chamando de senhor, estou respeitando e quero que ele restabeleça o respeito que ele faltou com o meu partido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Eu só vou pedir que nós consigamos continuar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...que o acolheu, e ele não foi digno disso. O PPS o acolheu, e ele não foi digno disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – ...em uma atmosfera de respeito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Afirmo aqui mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Eu vou pedir à Secretaria a transcrição dessa fala, porque, se foi feita, ele nega tê-la feito, mas se foi feita, a ele caberá as desculpas.

Mas vamos restabelecer o clima. Eu vou restituir o tempo de V. Ex^a, cinco minutos, mas vamos restituir um clima de respeito entre nós.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O clima será o mesmo clima, Presidente. Ninguém vai me censurar na forma de falar – ninguém, nem o senhor.

Eu quero também dizer ao senhor que, no vídeo que foi apresentado na sequência, o seu assessor responde exatamente assim “eu não mexo com dinheiro de jeito nenhum”. E diz aí o seu assessor: “cinco contas pulverizadas que não tem nada a ver com a campanha para o pagamento”. O senhor pode dizer que dados completos são esses dessas cinco contas pulverizadas que o seu assessor estava negociando?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, melhor quem vai poder dizer é ele, mas é mais fácil, já que foi por conta, a polícia chegar até elas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Assim... Eu estava até dizendo e comentando aqui que, quando chega aqui alguém, em vez de colaborar para que a gente possa fazer a investigação à altura do que o País necessita para sair dessa descrença generalizada... Nós temos aqui probos. E aí aquele vídeo que aparece na televisão parece um filme de ficção. Aquele vídeo parece que foi um filme de ficção.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu admito meu erro no vídeo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguém inventou um filme de ficção colocando o Prefeito de Palmas, então pré-candidato a Prefeito de Palmas, um filme de ficção, negociando, entregando Palmas: “Olha, tem o negócio do lixo, tem lá o negócio de imóveis, lá tem o transporte coletivo.” Quer dizer, é isso que nós estamos vendendo. É um filme de ficção.

Olha, eu lamento ter que ficar aqui ouvindo, e a televisão brasileira acompanhando, esse tipo de depoimento, um depoimento que depõe contra as instituições do País, até porque está tentando chamar a gente de alguma coisa a mais ou zombando da nossa inteligência, no mínimo isso. (Pausa.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero advertir... Vou paralisar o tempo e quero advertir a pessoa que está na assistência, que não é permitido à assistência se pronunciar nesta CPI.

Só quero adverti-lo de que, se repetir, vou ter que pedir a V. S^a que se retire.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, se não for da imprensa e não for assessor de parlamentar, peço a V. Ex^a que solicite a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – V. Ex^a está sendo muito maneiro... V. Ex^a está sendo muito maneiro...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Como Deputado, V. Ex^a está agindo da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto. A Presidência vai continuar conduzindo da forma que conduziu das outras vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, houve agressão a um membro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto, Senador Randolfe. Das outras vezes, quando alguém da audiência se pronunciou, eu adverti e não foi necessária outra medida, além...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Diga logo o nome do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se isso se repetir, eu vou... Se isso se repetir...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Peça ordem na Casa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Houve desacato, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Casa está em ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Está havendo crime de desacato, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não houve desacato.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – V. Ex^a precisa identificar quem é, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não houve desacato. Ele foi advertido e, se isso se repetir, será retirado. Mas a Presidência o adverte de que não pode se pronunciar e, caso se pronuncie, será retirado. Mas eu apenas o advirto. Se ele se retirou espontaneamente, ele o fez de sua própria vontade.

Então, vou devolver os três minutos ao Deputado Rubens Bueno, para a continuidade de suas perguntas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, até parece que para um depoimento...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, quem tem um advogado desse, que acabou de falou isso aí, V. Ex^a teria que perguntar o nome desse cidadão, porque, na verdade, se o Prefeito não tivesse culpa nenhuma, a partir de agora tem culpa total. Porque esse cidadão se pronunciou como aliado do Prefeito, como advogado, agredindo aqui um parlamentar, e esse Prefeito vai ter que explicar. Daqui a pouco, vou perguntar. Eu tenho aqui três envelopes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ótimo. Então, vou devolver o tempo ao Deputado Rubens Bueno. Esse fato já está superado porque a pessoa se retirou do local.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, requeiro à Mesa que faça, que identifique essa pessoa; ou é funcionário da Prefeitura de Palmas ou é um jagunço contratado para tentar atemorizar os membros desta CPI. Se o Prefeito veio aqui com seus servidores públicos, temos que ver isso. E, se foi algum contratado como jagunço, para tentar botar medo, vou repetir Juscelino Kubitschek de Oliveira: “Deus poupou-me o sentimento do medo”, para dizer ao senhor que esse tipo de situação que é colocado por figuras que vêm aqui a *entourage*, que é paga com dinheiro público, que aconteceu com o Governador de Goiás, que aconteceu com o Governador do Distrito Federal, está acontecendo com o Prefeito de Palmas, isso não pode acontecer e esta CPI tem que apurar e mandar descontar do salário dos governadores e desse prefeito essas figuras como servidores públicos estarem aqui em vez de estarem prestando serviços à população, que são pagos com dinheiro público.

Sr. Presidente, para concluir a minha parte, lamentável parte, em que a torcida organizada vem aqui, quem sabe a custo do dinheiro público, tratar disso, encerro dizendo o seguinte: o laudo da Polícia Federal mostrou que a Delta apresentou um atestado e que esse atestado foi fraudado, tanto é verdade – aí é um ponto para o Governo do Distrito Federal, viu, nosso

Relator, ponto para o Governo –, que cancelou aqui o contrato em virtude de esse documento ter sido fraudado e lá em Palmas isso não aconteceu. Quer dizer, dentro daquilo que a respeitabilidade que se buscava fora do PPS, um partido decente, que tem história, uma história de Itamar Franco, de Roberto Freire e tantos que tombaram há 90 anos para poderem dar o direito de o senhor disputar a eleição e se eleger prefeito de Palmas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Indago se V. Ex^a gostaria de responder às questões...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Só dizer ao Deputado Rubens Bueno que essa questão que houve aí no auditório não é da nossa conduta. Desculpe-me porque não me vejo como ameaçador da democracia, sempre respeitei a democracia. Portanto, isso não é do nosso comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Eu só quero dizer que aqui nenhuma pessoa vai ameaçar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – o senhor não respondeu ao documento da Delta, que foi fraudado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu já respondi. É porque o senhor não observou. Inclusive passei documentos à Mesa, sobre a CAT em relação à qual o Ministério Público já denunciou a pessoa que supostamente cometeu o ilícito, que é um diretor-executivo da Delta, que não tem nada a ver com a Prefeitura. A Prefeitura tão somente emitiu um atestado que, por sua vez, ao chegar ao CREA, Foi transformado em uma CAT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Vou acrescer mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para dizer que, quando há uma situação dessas em que há uma negociação antecipada, anterior às eleições, e, depois, se confirma com os contratos, que, depois crescem geometricamente em termos de valores, cobrando da população um negócio feito antes das eleições é algo que chama a atenção. Fui prefeito e, quando assumimos, diminuímos o valor da cobrança da taxa de lixo e, dois terços, ampliando os serviços que foram realizados. Aqui, estamos vendendo o contrário: um negócio feito, filmado e gravado, que, depois, a população paga mais cem por cento de aumento nos contratos com essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno. Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Peço atenção ao orador na tribuna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Passando direto às perguntas, o senhor falou, ainda há pouco, dialogando com o Relator, que o Sr. Silvio Roberto é do seu conhecimento e é seu amigo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É meu amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E que ele era, no dizer do senhor, um empolgado pela construção de um Estado democrático de direito em Tocantins. Confere?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Falei que era um empolgado do projeto político que temos na cidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

É, mas o senhor falou também – podemos ver agora nas notas – que era um empolgado pela construção de um Estado de direito democrático em Tocantins. Perfeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pois bem, o Sr. Silvio Roberto fala para o Sr. Carlos Cachoeira o seguinte: “é comprometer 150 mil em um show, com coisas palpáveis, vai acontecer o seguinte, vamos tentar fazer isso, certo, porque se eu puder ter uma aposentadoria e o Raul ter uma, tudo fica bem.” Mais adiante, ele diz o seguinte: “você trabalha em cheque, vocês tem como passar o dinheiro em raios-x, diz o Cachoeira, você vai de avião, né?” E, aí, responde o Sr. Sílvio Roberto, assessor: “Eu não mexo com dinheiro de jeito nenhum, lá é o seguinte, sabe o que fazer, passo para o Alexandre e um fax de umas cinco contas pulverizadas, que não têm nada a ver com a campanha. Chego lá amanhã e não tem problema nenhum.”

O senhor acha que isso é tipo de procedimento de alguém que quer construir um Estado de direito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acho que isso é realmente é indecente, mas isso foram palavras do Sílvio, não foram minhas, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito, mas o senhor declarou ainda há pouco que ele é seu amigo e...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É meu amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

...e foi junto com o senhor encontrar com o Sr. Carlos Cachoeira e, depois, esteve sozinho como Sr. Carlos Cachoeira, e, aqui o senhor, nas respostas ao Relator, declarou que “ele é seu amigo e que é um empolgado

na construção de um Estado de direito democrático no Estado de Tocantins.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Se

errou, não vai deixar de ser meu amigo, mas reconheço que ele foi realmente, que errou, como eu também errei em ter procurado. Eu tive a infelicidade de ser filmado, muitos conseguem ter esse tipo de apoio sem as câmeras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Infelicidade sua e sorte da opinião pública brasileira e nossa, por sabermos a verdade.

Voltando à questão do show, o show foi do Sr. Amado Batista. Perfeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Amado Batista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Deixe-me perguntar uma coisa: o senhor sabe dizer o valor do show? Quanto foi o pagamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Trinta mil reais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E a empresa, o senhor sabe dizer?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Não, mas está aqui na declaração, na prestação de contas para o TER, que passamos às mãos da mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Por que não está na prestação de contas a que temos acesso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tenho aqui e posso mostrar a V. Ex^a a do TRE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas, na prestação de contas que temos aqui, conta Comitê Financeiro Municipal Único.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Temos, então, duas prestações, porque tenho uma aqui, pelo TER e posso mostrar a V. Ex^a. Se me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Tem duas, mas a do TSE.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu gostaria de mostrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Só o seguinte: o senhor disse que o show foi quanto?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Trinta mil reais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Mas há uma declaração aqui de R\$50 mil entre... Comitê Financeiro Municipal Único, R\$50 mil, E, aí, no pagamento, está 50,760 (cachês de artistas e admiradores).

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu

acho que há um equívoco entre o comitê financeiro e o candidato. Nós temos declarado aí mais de 500 mil em eventos, dos quais constam a empresa e o valor que foi pago com o nome do Sr. Amado Batista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas nessa que está no TSE não consta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas nós temos aqui. Eu vou passar para V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu gostaria de ter acesso a essa informação.

Dessas cinco contas pulverizadas a que o Sr. Sílvio Roberto se refere o senhor tem conhecimento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu disse que ele disse a mim que não houve repasse, não recebeu. Portanto, ele é quem pode falar mais sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Veja uma coisa: o senhor se desloca de Palmas até Anápolis... O senhor não conhecia o Sr. Carlos Cachoeira? Não tinha conhecimento de que ele era um contraventor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, eu não me desloquei de Palmas a Anápolis; eu me desloquei para encontrar com um empresário em Brasília. Aqui, eu fui levado ao escritório do Sr. Alexandre, que conheci pela primeira vez, dizendo-me ele que a pessoa que estava para nos ajudar morava em Anápolis e que nós teríamos de ir de carro. E para lá eu me dirigi, e foi o que ocorreu, como pude declarar aqui no início da minha fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito; mas o senhor saiu de Palmas, o seu lugar de residência...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Saí de Palmas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– ...o senhor veio a Brasília, onde o senhor tinha um encontro com um empresário. O senhor não sabia que esse empresário era Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente. Eu fiquei sabendo daqui para Anápolis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas o senhor conhecia os negócios do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não conhecia. Estou dizendo ao senhor. Fiquei sabendo daqui para Anápolis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Diga-me uma coisa: o senhor vai se encontrar com alguém, com um empresário que vai colaborar com a sua campanha – até aí não tem problema nenhum –, mas daí ao senhor ter um encontro com um empresário, que vai colaborar com a sua campanha, e não ter o cuidado de saber quais são os negócios desse empresário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Primeiro, quem me trouxe foi uma pessoa em quem

eu, apesar de pouca convivência, confio, o Sr. Daniel. Então, ele que me trouxe até o Alexandre, quando o conheci pela primeira vez, E o Alexandre foi quem me levou até o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pois bem; mas o senhor vai se encontrar com o Sr. Carlos cachoeira e a cautela não lhe recomendou saber em que ramos de negócio atuava o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não me apercebi para isso não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas é muito descuido. O senhor não acha, Prefeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com certeza, descuido foi até ir. Apesar de que isso não faz muito parte da minha formação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor vai atrás de um empresário para contribuir com a sua campanha e o senhor não se interessa em saber em que ramo de negócios esse empresário está envolvido?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Confesso que não. Eu fui sem saber em que área ele atuava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E, assim, o senhor diz que essas contas não existiram porque essa doação não ocorreu. É isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas o senhor tem um encontro e é, na sequência do encontro, que uma pessoa, que o senhor diz aqui que é seu amigo, que é próximo ao senhor, que é seu assessor, intermedeia uma doação que o Sr. Carlos Cachoeira confirma que ocorrerá. E essa doação não ocorreu e essas contas não existem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, imagino que o Carlos Cachoeira ainda estará aqui nesta Comissão e deverá dizer ao Brasil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não; ele não quis falar. Nós estamos querendo contar com a sua colaboração.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu penso que ele vai dizer. Deve haver tempo para isso. Então, só ele vai poder confirmar o que estou dizendo aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor não pode falar por ele, não é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso, mas eu imagino que ele dirá. Não tem como ele ocultar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas por isso que nós queríamos contar com a sua

colaboração, porque o senhor está espontaneamente se dispondo a colaborar.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou dando a minha colaboração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Veja lá: em outro trecho do vídeo, V. Ex^a afirma que tem um gasto previsto de R\$1,2 milhão, somente com a produção do programa de TV, e que a campanha está orçada em R\$4 milhões. Na prestação de contas, encontramos somente R\$218 mil. Foi esse o custo da campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Nós tínhamos a previsão de uma campanha de R\$4 milhões, que nós sabíamos que nunca iria chegar à realidade. Porém, nós gastamos R\$1,096 milhão, como está aí no TRE. Foi o que nós conseguimos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, por que na prestação de contas só encontramos R\$218 mil? Quer dizer que o restante veio de outra fonte?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É porque não chegou para o senhor. Mas nós estamos aqui com R\$1,096 milhão. Eu acho que o senhor está pegando um documento que não é o que nós temos aqui, fornecido pelo TRE.

Eu queria aqueles dois processos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tudo bem, mas, mesmo assim, o senhor declara que tinha uma previsão de gasto com TV e rádio de R\$1,2 milhão. É um valor bem acima de R\$1,096 milhão!

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era uma previsão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas já era o começo da campanha. O senhor não tinha o orçamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; já era o fim da campanha. Eu estou falando que as nossas dificuldades de arrecadar recursos lá são muito grandes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O custo total da campanha foi de R\$1 milhão?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Um milhão e noventa e seis mil reais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, se esse foi o custo total da campanha, quanto custaram TV e rádio na campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Olha, na verdade, eu não posso precisar, mas tudo está na prestação de contas. Cria-se uma expectativa, o recurso não vai entrando, você vai diminuindo aqui o apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Isso eu entendo. Só acho o seguinte: o senhor

prevê um milhão e duzentos, já no final da campanha, tem um encontro com o Sr. Carlos Cachoeira, fala dessa previsão de um milhão e duzentos; apresenta-nos agora a prestação de um milhão e noventa e três, abaixo, que é a prestação de contas total, totalmente abaixo dos gastos somente com TV e rádio, o senhor não acha meio estranho?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, eu posso afirmar ao senhor que esses são os recursos que nós conseguimos e que gastamos na campanha. Está na prestação de contas, inclusive aprovadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor sabe dizer quanto custaram TV e rádio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar, mas o senhor tem nas mãos. Se não chegou... Onde estão os dois processos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se foram um milhão e noventa e três, então custaram menos TV e rádio – lógico, se um milhão e noventa e três é o saldo total, custou bem menos o valor da campanha. Perfeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso prever isso, mas o que nós gastamos está aí.

Essas questões, Senador, se o senhor me permitir,... Veja bem, eu, observando, diante de toda essa situação – a Senadora Kátia Abreu sabe, que foi coordenadora geral da campanha o Governador Siqueira Campos – lá quem foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me, já que o meu tempo está acabando e eu tenho que fazer essa pergunta: o senhor declarou ainda há pouco que a área do lixo foi inconsistentemente citada no vídeo e isso é dito no vídeo como área prioritária; o senhor fala de R\$80 mil em doação de uma empresa, dos R\$200 mil prometidos. Eu lhe pergunto: a empresa que fez essa doação foi a Litucera?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Essa foi uma falsa expectativa. Eu queria mostrar, na verdade, que a gente não estava sozinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor disse, ainda há pouco, que tinha R\$80 mil de contribuição.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas, não houve. Isso não é real.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Ex^a terminou. Vou passar para o próximo inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado pela compreensão.

Quero passar para o próximo inscrito, Deputado Carlos Sampaio, por dez minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, cumprimentando a todos os presentes, eu gostaria de primeiro fazer um esclarecimento ao depoente.

Nós, na verdade, não estamos aqui hoje para saber tudo que Palmas ou o governo dele efetivamente fez pela população, mas sim para saber se algo poderia ter sido feito e não foi em razão de eventual desvio de dinheiro público promovido pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Sr. Prefeito, o senhor afirmou, um dia depois da entrevista dada ao Fantástico, aliás, no dia seguinte, que “Eu estava na condição de agente político [na reunião com Carlos Cachoeira]; eu estava ali como candidato, e o cidadão é um empresário”.

O senhor confirma essa sua fala no portal G1?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Se está colocado no portal...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas para deixar claro que V. Ex^a encontrou-se ali com um empresário.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Um empresário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu digo isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque o Sr. Bordoni, quando veio aqui, disse que ele era conhecido como um empresário; o Sr. Claudio Monteiro, quando veio aqui, disse que ele era conhecido como empresário; o senhor vem e ratifica que realmente se encontrou com um empresário.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; foi-me apresentado um empresário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito, perfeito.

O senhor Carlos Cachoeira, na condição de empresário, e aí eu faço a pergunta a V. Ex^a, quer nos parecer que ele não teria nenhum motivo, em sendo de Goiás,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas peço aos jornalistas, cinegrafistas... Toca o telefone e não tiveram o cuidado de colocá-lo no modo silencioso. Isso está interferindo nos trabalhos. Agora mesmo um deles atende um telefone, interrompendo aqui o trabalho do ilustre Deputado.

Vou devolver o tempo a V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Continuo.

O Sr. Carlos Cachoeira, sendo um empresário de Goiás, quer nos parecer – o senhor está na vida pública como eu estou – que não teria razão para ele ajudar um prefeito de Palmas se não lhe fossem aber-

tas portas no seu governo. O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Primeiro, ele não ajudou. Portanto, ele não teve essas portas abertas, e, se tivesse, o nosso governo está comprovado que não há interferência dele nem do grupo dele na nossa gestão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor esteve com ele e pediu para ele – foi gravado em vídeo – e o senhor disse que ele não ajudou em absolutamente nada?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ok.

O senhor disse hoje aqui que não recebeu dinheiro do Sr. Carlos Cachoeira, sequer se lembra de ele ter ofertado ao senhor ajuda em dinheiro.

Vou reproduzir aqui a conversa que o Sr. Carlos Cachoeira teve com o Sr. Alexandre, homem de confiança dele, na sua frente. Ele disse textualmente, o Sr. Carlos Cachoeira: “E tem que ver como nós podemos ajudar aí e ver com o Alexandre aqui como é que a gente pode equacionar isso...” E continua o Carlinhos: “...ver que a gente [falando para o senhor] pode ajudar com verba e com show”. O senhor se lembra de ter ouvido isso que está no vídeo que estou reproduzindo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Vi no vídeo como V. Ex^a. São passados oito anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Ex^a deslocou-se, como bem disse o Senador Randolfe, do seu Estado para outro Estado para conversar com o Sr. Carlos Cachoeira. O senhor disse hoje, aqui, que, sequer, sabia que ia conversar com ele. Pede dinheiro, apresenta Palmas, oferece oportunidades, mas o senhor não se lembra de ele ter oferecido verbas e nem um show do Amado Batista, que, aliás, ocorreu.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não pedi dinheiro. Primeiro, não pedi dinheiro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não estou dizendo que o senhor pediu. Estou dizendo que ele lhe ofereceu. É bem diferente. Dessa parte, o senhor não se lembra?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não confirmo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito.

V. Ex^a me desculpe, mas, quando os fatos falam mais altos do que a versão, sou obrigado a me indignar. Deslocar-se de um Estado para outro; reunir-se com um contraventor, na época, um empresário, concordo; ele diz que vai ajudá-lo; V. Ex^a oferece oportunidades em seu Município; e, depois, diz que ele não ajudou em 2004, em 2008? Sou forçado a imaginar que ele

contribuiu com o caixa 2, porque V. Ex^a não pode usar a seu favor aquilo que o vídeo depõe contra V. Ex^a.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, imagino que, da forma que ele gravava as pessoas e como agia, seria intolerante, após as eleições, não ter conseguido entrar em Palmas com alguma vantagem. E o senhor não vai constatar, em nenhum momento, a presença dele ou do grupo dele em nosso Governo, e muito menos qualquer ligação...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O grupo dele, Sr. Prefeito, chama-se Delta. É o braço...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas não tem... A Delta chegou...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vou continuar. V. Ex^a vai ver que estou bem atento a esse seu questionamento.

Com relação ao contrato de lixo firmado pela Delta com a Prefeitura de Palmas, no seu Governo, V. S^a diz, com relação a esse contrato de lixo, que foi tudo através de um certame licitatório, dando a entender que a contratação foi legal. Também afirmou que, à época, Carlos Cachoeira não tinha vínculo nenhum com a Delta, que era um vínculo sabido...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não que nós conhecêssemos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nem nós. Ocorre que, na conversa abaixo, ocorrida, repito, na frente de V. Ex^a, não há dúvidas sobre o interesse de Carlos Cachoeira exatamente no lixo. Ele diz: "Alexandre, o que for possível de a gente ajudar lá e ver oportunidade lá veja, Alexandre". Alexandre responde: "Eu acho que a gente tinha conversado sobre o lixo. Tem o lixo".

Com toda sinceridade, Sr. Prefeito, se descobrimos só hoje que o vínculo da Delta com o Carlos Cachoeira já existia, talvez V. Ex^a tivesse sido um dos primeiros a saber.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Evidentemente que não, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Digo isso, Sr. Prefeito, porque o senhor foi gravado em vídeo oferecendo oportunidades e a resposta que lhe foi dada foi: tenho interesse no lixo. Um ano e dois meses depois, a Delta ganha o lixo, e, seis anos depois, descobrimos que a Delta, há muitos anos, antes de 2004, era o braço financeiro do Sr. Carlos Cachoeira, apontado pela Polícia Federal como sócio oculto. Talvez, repito, V. Ex^a tenha sido um dos primeiros a saber da vinculação da Delta com o Sr. Carlos Cachoeira, porque o pedido que lhe fora feito formalmente foi: temos interesse no lixo. E, um ano depois, quem ganha o lixo é a Delta. E como o senhor não perguntou quais eram as atuações, as atividades do Sr. Carlos Cachoeira – como disse

o Senador Randolfe, estranhamente nem se interessou por saber o que ele fazia –, V. Ex^a não pode usar, hoje, esse argumento de que, na época, ele não era vinculado à Delta, porque, na época V. Ex^a não sabia, sequer, a quem ele era vinculado, V. Ex^a não sabia, sequer, qual era a atividade dele. Então, o próprio torpor, V. Ex^a não pode usar em seu favor. Quando V. Ex^a diz que não sabia o que ele fazia, e a Delta ganha, um ano e dois meses depois, a licitação, V. Ex^a não pode dizer pura e simplesmente que, na época, não conhecia o vínculo dele. V. Ex^a não conhecia nada. Foi feito um pedido, foi formalizado e, depois, foi reiterado por um assessor de V. Ex^a, que, além do lixo, conversou sobre uma aposentadoria.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, prova disso... Se tivéssemos algum compromisso com o Sr. Carlos Cachoeira sobre lixo, por que não ficaria logo no primeiro ano?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero pedir aos ilustres Parlamentares que o próprio Parlamentar que está com a palavra está se sentindo prejudicado por esse colóquio. Então, eu vou interromper até terminar o colóquio e devolver o tempo de cinco minutos a V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Agradeço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A bancada que está... (*Fora do microfone.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, enquanto isso, eu só quero dizer ao senhor que a pessoa que estava aqui tentando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ah, eu vou dizer isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...é o Secretário Municipal do Desenvolvimento Social da Prefeitura de Palmas, Sr. Robledo D'Montalverde Suarte, que estava aqui trabalhando pela Prefeitura de Palmas, aqui agredindo os Parlamentares nesta CPMI. Aí está a *entourage* do Prefeito de Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou ali. Eu peço ao Deputado Onix...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu estou avaliando. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...aos ilustres membros do Partido Socialismo e Liberdade, Randolfe Rodrigues e o Deputado Chico, que eles... Nesse colóquio, quem está pedindo a atenção é o próprio autor aqui. Então, eu pediria a V. Ex^as que, se puderem autorizar, eu vou devolver a palavra a ele.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – O colóquio já acabou há quatro minutos e meio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, tinha um colóquio. Então, eu vou devolver a palavra para V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O que eu quero colocar, Sr. Prefeito, é que hoje o senhor dizer que não tem vínculo algum entre o Sr. Carlos Cachoeira e a Delta e que na época não existia, não procede, porque foi V. Ex^a que disse hoje que desconhecia as atividades dele na época. Então, quando quem ganha o lixo é a Delta, um ano e dois meses depois, e nós descobrimos hoje que a Delta já era o braço financeiro do Sr. Carlos Cachoeira antes de 2004, fica claro para a gente que V. Ex^a ou alguém ligado a V. Ex^a cumpriu o contrato, cumpriu o acordado que foi objeto de um vídeo que não só eu, mas o Brasil viu. Se V. Ex^a me permite, ao afirmar aqui hoje que, “se a Delta realmente tivesse vínculo com o Sr. Carlos Cachoeira, por que não ganhou no primeiro ano?”, V. Ex^a ofende a nossa inteligência.

No primeiro ano de mandato, V. Ex^a começa a tomar pé das coisas e sequer sabe como deve proceder. Eu digo isso porque, no segundo e no terceiro ano de mandato, V. Ex^a teve contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, imagina no primeiro! V. Ex^a não tinha o conhecimento pleno do que ocorria...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nossas contas não estão rejeitadas não, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu vou continuar porque eu quero fazer uma ponderação...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nossas contas estão aprovadas pelo Tribunal de Contas .

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vou fazer uma ponderação nessa linha que V. Ex^a está colocando. Quanto ao Tribunal de Contas, o senhor trouxe aqui informações que, com a devida vênus, não procedem, e eu vou lhe dizer o porquê. Primeiro, tentou passar a impressão de que o conselheiro agiu por motivação política, um conselheiro que deu um parecer seis anos depois, que, em seguida, aposentou-se e, meses depois, ele foi para uma secretaria do Estado. Essa afirmação de V. Ex^a teria coerência se ele tivesse sido uma voz destoante, se a decisão pela irregularidade dos contratos não tivesse sido votada pela unanimidade dos conselheiros. Seis outros conselheiros que não ocupam secretarias de Estado disseram que ele estava certo e, portanto, esse contrato, a denúncia feita foi provida. E V. Ex^a, hoje, está respondendo a esse questionamento. Portanto, não procede dizer: mas este um aposentou-se, os outros seis estão na ativa e todos votaram contra V. Ex^a.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, o senhor me permite?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Processo que eu passei aqui às mãos da Presidência fala todo sobre esse trâmite no Tribunal de Contas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu tenho em mãos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não estou levando, colocando aqui a questão do conselheiro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. V. Ex^a fez uma ponderação que induziu a todos nós a pensar que houve motivação política

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Veja bem, se o senhor conhecesse um pouquinho melhor o Estado do Tocantins...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perdoe-me. O que está em jogo agora não é isso. Eu vou continuar com as minhas perguntas.

V. Ex^a continuou afirmando sobre o Tribunal de Contas. Ele aprovou o edital, inclusive as resoluções do edital foram cumpridas. Só que V. Ex^a não disse para nós, mas eu li o parecer *in totum*, na sua totalidade, do Tribunal de Contas, não disse que o que está sendo questionado não é o edital. O que está sendo questionado é a forma como a Delta ganhou, com preço inexequível, segundo, repito, à unanimidade dos conselheiros.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Então, não está se discutindo a licitação, está se discutindo a operacionalidade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Ex^a incide em erro quando faz uma licitação ilegal ou quando procede ilegalmente, ao apontar quem ganhou essa licitação. V. Ex^a foi apontado como tendo uma atuação irregular por ter dado o ganho à Delta, que, segundo os sete conselheiros, era um preço inexequível. Os valores eram menores, bem menores, tanto que V. Ex^a depois aprovou vários aditivos sem licitação. Então...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, não é o que dizem aí, tanto os engenheiros...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Ex^a me perdoe, V. Ex^a me perdoe, não estou preocupado com engenheiros, estou lendo uma decisão; não estou inferindo, não estou fazendo uma ilação, nem dizendo o que penso. Estou dizendo da leitura feita no Tribunal de Contas, o parecer assinado por sete conselheiros. V. Ex^a agiu de forma irregular nesse processo, V. Ex^a atingiu efetivamente princípios básicos do direito administrativo e, portanto, o julgamento foi contrário à aprovação deste contrato.

Mas V. Ex^a vai além. Apenas para continuar.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Anos depois.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Anos depois. Sempre que V. Ex^a se refere a anos depois V. Ex^a quer dizer o seguinte: que o seu proceder ilegal ou irregular de anos passados não valem, só valem os futuros?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estou me referindo aos trâmites, o que vinha no processo enquanto o Ministério Público...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por fim, V. Ex^a disse que tinha todas as medições das pesagens realizadas. Não é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Todas, do primeiro dia até hoje.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, vou dizer o que diz aqui talvez o acórdão mentiroso dos sete conselheiros. Só pode ser um acórdão mentiroso, porque ele vai diametralmente contra ao que V. Ex^a afirma.

Diz ele:

Conforme se depreende da defesa apresentada, não foram apresentados comprovantes de pesagens referentes aos seguintes períodos: 2006, dois meses; 2007, seis meses, e a partir de 14 de maio de 2008 em diante.

V. Ex^a leu essa parte que li do relatório?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não leu. Eu percebi.

Então veja que, apesar disso, o pagamento era feito sem sequer a comprovação pela balança eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para a conclusão de V. Ex^a. Vou devolver a palavra para ele porque o tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, para conclusão, uma última pergunta, Sr. Presidente. Eu agradeço a V. Ex^a

Perguntaria ao depoente se ele conhece e se esteve alguma vez com o irmão do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Antes, porém, eu queria responder ao senhor o seguinte: o TCE abriu agora novamente para rever essa questão da pesagem. Mas, se for necessário, nós temos do primeiro ao último dia essas pesagens. Está bem?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP). – O senhor conheceu ou esteve alguma vez com o irmão do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O primo da minha sogra chamado Clávio é sogro do irmão do Sr. Carlos Cachoeira. Mas não temos nenhuma relação, moram em Anápolis.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Minha pergunta foi muito objetiva: o senhor esteve alguma vez com o irmão do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estive, conheci o Sr. Junior.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu passo agora a palavra, por dez minutos, ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Raul, gostaria de agradecer a sua presença aqui na nossa Comissão. A gente espera que o senhor esclareça o trabalho que estamos fazendo e que possa dar mais consistência àquilo que nós queremos como objetivo que é desvendar essa organização criminosa.

Talvez algumas perguntas já tenham sido feitas, mas eu gostaria de repeti-las em alguns casos porque é fundamental que a gente possa ter a sua opinião bem embasada sobre as questões que aqui estão sendo tratadas.

Sr. Presidente, antes, quero saber de V. Ex^a uma questão de ordem: se o nosso depoente está na condição de testemunha; e, se estiver, se ele assinou o termo de comprometimento com a verdade em relação a seu depoimento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele está na condição de testemunha e pergunto se ele já assinou? (Pausa.)

Já assinou, conforme atestado aqui pela assessoria.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, vou começar as minhas perguntas.

Quando e em que circunstâncias o senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira: em Goiânia, em Palmas ou em Brasília?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pela primeira vez em que estive com o Sr. Carlos Cachoeira fui apresentado a ele ocasionalmente em Goiânia, em 1994, pelo então Deputado Yatan Cavalcanti.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Em que circunstâncias foi esse conhecimento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu fui com o Deputado Yatan Cavalcanti, nós éramos Deputados Estaduais e ele saiu candidato a Deputado Federal e eu a Estadual. Viemos a Goiânia preparar fotos para a campanha, e lá ele, amigo do Carlos Cachoeira, me apresentou.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Com que razão, com que argumento ele apresentou o Sr. Carlos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eram amigos. Ele encontrou. Acho que o Carlos Cachoeira estava em Goiânia.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas ele falou desse Carlos Cachoeira como empresário...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Só apresentou que era um amigo de infância de Anápolis.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Amigo de infância de Anápolis.

Que tipo de negócios tinha o Sr. Carlos Cachoeira quando o senhor o conheceu? O senhor teve conhecimento disso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 1994, eu confesso que não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E posteriormente, 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Passou-se todo esse tempo e eu vim ver nesse momento que o vídeo nos mostra. Cheguei da forma que já coloquei aqui.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor sabia, quando teve esse conhecimento e esse contato, que tipo de negócio tinha o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu vim a Brasília, Deputado, e aqui sabendo... e aqui fiquei sabendo que nós íamos a Anápolis encontrar que esse empresário.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, o senhor não tinha conhecimento nenhum. O senhor já afirmou isso.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Agora, daqui até lá, o senhor foi informado que tipo de negócio tinha o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me recordo, honestamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas o senhor tinha conhecimento? Sabia?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não sabia. Honestamente, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor sabia se ele tinha ou não relações com o jogo ilegal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que ele era empresário, talvez?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu ia para me encontrar com um empresário, não sabia de qual ramo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Um empresário apenas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era. O Sr. Alexandre deve, posteriormente, não sei, se ouviu, confirmar isso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Em relação ao Alexandre, eu tenho aqui um depoimento da Polícia Federal, uma manifestação que diz o seguinte, na análise desse vídeo: “Na verdade, Raul, eu não tô ajudando ninguém, mas, como o Alexandre havia me falado aí, eu vou ser sincero com você. E o Alexandre vem me falando de você também. Eu te conheço tem muito tempo, desde a época do... Parece que sua esposa tem grau de parentesco com a esposa do Júlio também. E tem que ver que nós podemos ajudar aí e ver com o Alexandre aqui como é que a gente pode equacionar isso. Nós temos uma parceira em conjunto. Você acha que um grande show seria bom para você, afinal?” Raul disse...

Como é que o senhor conhecia esse Raul? O senhor afirmou que não. E como é que o senhor explica esse diálogo aqui?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou explicando, Deputado. Eu conheci o Sr. Carlos Cachoeira, em 1994, em Goiânia, certo? O primo da minha sogra tem uma filha casada com o Júnior, irmão do Cachoeira. Eu conheci o Júnior. Eu penso que ele reporta aí que o Júnior havia me apoiado. Meu sogro, o sogro, ou melhor, o sogro do Júnior, que tem uma filha casada, que é primo da minha sogra, esteve com ele em Palmas, quando me levava apoio, boné, camiseta e tudo. Foi nessa ocasião que eu o conheci.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Essa relação com o Alexandre, então, não é...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Alexandre, eu não conheci o Alexandre.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não conheceu?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Alexandre deve ter usado aí de uma prerrogativa que não é verdade. Eu conheci o Alexandre no dia em que cheguei a Brasília trazido pelo Daniel.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E o irmão de Cachoeira o senhor conhece desde 1994?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi na minha campanha de 2000... 2000...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ué, mas o senhor disse que é a partir de 1994.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, veja bem, o Carlos Cachoeira em conheci em 1994. Eu conheci o Júnior na minha campanha de 2000.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O irmão.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É, o irmão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, o senhor conhecia antes o Sr. Carlos Cachoeira.

Outra questão que eu gostaria, Sr. Prefeito, é a seguinte. Aqui tem um diálogo também em que o Carlinhos Cachoeira diz o seguinte: “O Júlio [ou Júnior, no caso] também já te ajudou na eleição passada e vai ajudar agora, e eu também vou te ajudar.” Aí o Alexandre: “O que for possível a gente ajudar e ver as oportunidades.” “Tem lá, Alexandre.” Alexandre diz: “Eu acho que a gente tinha conversado sobre o lixo. Tem lixo. O lixo foi para o Estado?” Pergunta. O Raul diz, aí a sua palavra: “Não, deixe, deixe eu te explicar. Essa situação do lixo, apareceu um cidadão lá que trabalha com essa questão do lixo em Santo André, três cidades de São Paulo.” Qual é essa empresa, Sr. Raul?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não conheço, muito menos as pessoas. Eu gerei uma expectativa, mas a verdade é que não houve essa ajuda.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor gerou uma expectativa apenas. Muito bem.

Agora vou fazer uma leitura aqui também de outro trecho dessa manifestação da Polícia Federal.

Aqui, existe uma palavra sua, e eu queria que o senhor confirmasse se realmente foi isso que aconteceu, porque o senhor falava em quatro milhões nessa campanha, quando foi perguntado numa dessas conversas. O senhor confirma isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, isso... Não chegamos a arrecadar esses valores, não. Isso era uma previsão, Deputado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não, mas era uma previsão, mas o senhor disse nessa conversa que a sua previsão de arrecadação, de gastos da campanha seria nesse valor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Havia uma previsão de que nós pudéssemos gastar isso, mas não foi concretizada. Não conseguimos recursos...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quando o senhor conversou com o Cachoeira naquele vídeo apresentado, o senhor falava em valores. Ali foi dito que a previsão de gasto da sua campanha seria nessa faixa de 4 milhões?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Absolutamente, não tratei desse assunto com ele. Acho que o vídeo mostra isso muito bem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Com quem o senhor tratou sobre o assunto desses valores?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Discutiu-se...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – As pessoas ligadas ao Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente. Foi um entendimento lá no Estado, na nossa cidade. Havia uma previsão disso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quer dizer que esse valor o senhor não tratou com ninguém ligado ao Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Aqui diz o seguinte:

Alexandre pergunta:

– E hoje, Raul, qual é a sua necessidade para o término aí da campanha? Qual é a sua necessidade e o que você está pensando nessa composição dessa parceria?

Aí, o senhor diz:

– Essa composição, isso depende muito de vocês. Em que áreas vocês querem atuar? A necessidade, a gente... Nós temos um Partido que assumiu um compromisso de campanha, 40% dela. Ela está orçada em 4 milhões, produtor e agência. Hoje, ela é de um milhão duzentos e cinquenta. Estamos lá com uma equipe de 60, 54 pessoas. Produtora, agência... Aí, você vê as despesas que é comum. Nós temos 44 vereadores. Se você não der a estrutura, nego, não tem como. Eles estão sentindo que perderam o Executivo. Tão botando peso no Legislativo. Eles fazem a maioria da Câmara. Dificilmente, farão... E, sabe, mas os nossos vereadores precisam, a gente tem de dar suporte a eles...

Isso o senhor conversou com o Alexandre.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Conversei com o Carlinhos Cachoeira.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Com o Carlinhos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É aí que está provado. O Alexandre estava presente na conversa.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, mas o senhor acabou de dizer para mim que nesse vídeo não se tratou desse assunto, desse valor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não tratei, absolutamente. Não está dito no vídeo que eu falei isso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E como o senhor teve esse contato com o Alexandre falando... E aí o senhor diz que nenhum contato do Sr. Carlos Cachoeira em relação a esse valor da campanha o senhor tinha tido alguma informação.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não tratei valores de campanha, Deputado, nem com o

Alexandre e muito menos com o Cachoeira. O senhor não vai encontrar isso registrado aí. Eu falei de uma previsão de gastos da campanha, mas não tratei com ele de valores que ele poderia me ajudar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E esse diálogo representa o quê?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acho que pensei em criar uma expectativa do que ele pudesse nos ajudar, o que não se materializou. Eu já estava enfadonho daquela conversa repetitiva, de tanta coisa que ele estava falando.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quantos processos os senhor tem, Sr. Raul?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na Justiça?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Contra o senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Respondo a três processos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por improbidade?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por quê?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu tenho um processo licitatório – eu falei aqui no início – feito na operação João de Barro, em que a Polícia detectou um lobista conversando com um empresário e falando que eu estava pedindo um apoio, uma propina, mas eu tenho certeza de que, ao chegar ao final disso, vamos constatar que não há nada que envolva o meu nome.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Agora, vou fazer uma última pergunta...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – E tenho outro na área ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vanderlei Macris, o tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Só para concluir, Sr. Presidente, porque eu acabei tendo uma questão de ordem com V. Ex^a sobre a questão da assinatura do termo. Então, eu espero pelo menos 30 segundos para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Trinta segundos para V. Ex^a.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor diz... O Cachoeira: “Você está indo bem lá em Brasília?” Sr. Raul: “Nós temos uma boa relação com os Ministros.” Cachoeira: “Gravou com eles lá? Já ou não?” Raul responde que alguns ministros vão gravar para o programa eleitoral de TV, mas outros irão apoiar nos comícios. Cachoeira, então, pergunta sobre a re-

lação de Raul com o “Ministro principal”. Cachoeira: “Mas o principal, o Dirceu, você já esteve com ele?” Raul: “Tive com ele.” Cachoeira: “Mas ele gravou para você? Ele vai lá ou vai gravar?” “Não, não gravou. Vai gravar. O Lula está querendo botar o Dirceu.” O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Talvez eu quisesse demonstrar um prestígio que eu nunca tive dentro do PT.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. É mesmo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É para ajudar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para ajudar a CPI, mesmo?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, é o seguinte: o Prefeito acaba de mentir. Quando eu for falar, eu vou provar. Então, a minha questão de ordem é a seguinte...

Sr. Relator, isso é importante.

Ele está aqui como testemunha, e eu vou provar que o Prefeito acaba de mentir, quando eu for falar.

Eu quero saber de V. Ex^a... A minha questão de ordem é a seguinte: quando uma testemunha mente em uma CPI, efetivamente, o que a CPI pode encaminhar em relação a essa pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quanto à questão de ordem de V. Ex^a, quando a testemunha mente na CPI, aqui nós temos... O rito é rito análogo ao rito judicial. Então, no relatório final, extrai cópia e manda para o Ministério Público.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por isso eu fiz a pergunta. Não é isso, Presidente.

O treinador aí atrás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, evidentemente...

Não é treinador não.

O que a CPI fará e qual é a possibilidade de a CPI agir? Ela indicia as pessoas. E denuncia. Ela pode denunciar as pessoas, e o fará a qualquer tempo ou no relatório final. Ponto.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não é isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem de V. Ex^a? Eu vou recolher a questão de ordem de V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero que V. Ex^a consulte os universitários. Consulte.

Veja, a minha pergunta V. Ex^a não respondeu ou não está querendo responder. Quando uma testemunha ou um indiciado mente numa CPI, qual é a providência que a gente tem que tomar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou recolher a questão de V. Ex^a e depois respondo.

Passo ao próximo inscrito.

O próximo inscrito está...

A resposta darei em breve. Mas ele assinou o compromisso de dizer a verdade. Se ele mentir aqui, terá consequências que eu vou dizer em pouco.

Passo a palavra agora ao Deputado Onyx Lorenzoni, por dez minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. membros desta CPMI, o Prefeito Raul podia ter nos poupado da situação de fazer aqui um relato das atividades de Palmas.

E quando ele lembra aquilo que aparentemente poderia ser classificado como uma boa gestão, ele quer na verdade passar a todos que é um bom administrador.

Mas quando ele deixa escapar que o azar que ele teve foi ser filmado, eu me lembro aqui do Arruda.

V. Ex^a é muito semelhante ao Arruda. O azar é ter sido filmado. Esse é o problema. Mas V. Ex^a foi filmado, e não foi azar. Foi para o bem da sociedade tocantinense, foi para o bem do Brasil, porque a sua solidade ideológica, como a gente já pode ver pelo seu próprio relato... Ninguém tinha lhe perguntado por que partido o senhor passou. O senhor veio da Arena para o PT. Quer dizer, é sólido como a rocha.

E quando o senhor vai conversar com um notório contraventor... Ah, a ninguém existente no Centro Oeste brasileiro pode sentar aqui e dizer que não sabia que o Sr. Carlinhos Cachoeira era, no mínimo, bicheiro. Sabe por quê? Porque ele era filho de bicheiro. Então o senhor sabia bem com quem o senhor foi falar. Muito bem. Tanto o senhor sabia que, na gravação da Polícia Federal, para azar seu, o senhor foi azarado, o senhor chegou a deixar na entrelinha aqui que o seu azar foi ser gravado, tem outros que conseguem não ser gravados. Talvez o senhor rezasse para não ser gravado.

Mas o que o senhor diz quando o senhor fala? O senhor diz aqui... Não se sustenta o seu argumento. O senhor diz que: Eu não conhecia, não sabia quem ia falar. Se o senhor não sabia com quem ia falar, por que o senhor foi falar das oportunidades de negócio em Palmas?

Onde está a razoabilidade do seu discurso? É inexistente. É uma fraude do princípio ao fim. O senhor

consegue ficar igual a Jacqueline Roriz, consegue ficar igual ao Arruda. Esses são seus semelhantes.

Eu já fui candidato a prefeito da capital do meu Estado. Eu jamais sentei com bicheiro. Eu escolhia com quem eu conversava. O senhor escolheu sentar lá.

E quando Carlinhos Cachoeira pergunta ao senhor: Como é que eu posso ajudar? Foi o senhor, não foi nem o seu assessor, que se apressou a dizer que as concessões de empresa de ônibus – a palavra é sua, está aqui escrito na gravação da Polícia Federal –, é o senhor que diz que é tudo no arranjo.

O senhor não conhecia o empresário, diz que desconhecia quem ele era. Por que dizer, Senador Pedro Taques, que lá em Palmas é tudo no arranjo? O que isso significa, Sr. Prefeito?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Eu quis dizer que lá o governo agia na base da truculência e do arranjo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E aí o senhor abre a possibilidade de que, o senhor eleito, o arranjo siga. Isso é óbvio!

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Tem alguma interpretação aí. Isso não foi como se tivesse uma ação feita por mim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso é óbvio! O senhor diante de alguém que o senhor não conhece, e o senhor sai descrevendo que tem negócio com a água... Não é razoável o seu discurso.

E mais. V. Ex^a conheceu o Sr. Adriano Aprígio? Sim ou não?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Adriano?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aprígio.

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a irmã dele, Andréia Aprígio?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Foi na casa dele que foi pego o vídeo que, para o seu azar – como o senhor mesmo disse – o senhor foi gravado.

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, eu não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nas filmagens, o Sr. Cachoeira é muito solícito com o senhor, e quer promover a sua campanha; sugere show, sugere pagamento; tanto que o seu auxiliar, depois, fala nas famosas contas para pulverizar... As pessoas, quando falam em seu nome, elas falam com a sua autorização ou sem a sua autorização? O senhor leva pessoas que são “da sua confiança” e essas pessoas quebram a sua confiança, inventando histórias que o

senhor não compactua. Com quem é que o senhor se junta? O senhor se junta com qualquer um, que fala o que quer e lhe compromete, da forma como esse cidadão lhe comprometeu na conversa gravada imediatamente depois?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO –

Não autorizei que ele falasse em meu nome, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor, quando abriu a possibilidade de negócios com o Sr. Cachoeira, depois oportuniza, como aqui já foi mostrado à exaustão, a possibilidade de a Delta fazer os negócios que fez... E veja como é importante, Sr. Presidente e Sr. Relator, chegar aqui todos os sigilos bancários, porque nós aqui temos só parte; nós temos nos dados da CPMI quarenta e poucos milhões. O senhor, aqui, acabou de dizer que já pagou 70. Então, estão faltando chegar os 30 milhões para que a gente possa fazer os cruzamentos devidos.

Na gravação o Sr. Cachoeira diz: "Em qual nicho a gente pode participar posteriormente?"

Qual foi o nicho que o senhor forneceu ao grupo do Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Eu reitero ao senhor que o Sr. Carlos Cachoeira não tem nenhum tipo de negócio com o nosso governo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Sr. Carlos Cachoeira aparece no segundo vídeo negociando valores com o Sr. Sílvio Roberto. O Sr. Sílvio Roberto, por que setor na sua campanha ele era responsável?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Ele não tinha setor específico. Ele andava com a gente, fazia caminhadas, tudo; era um colaborador, um amigo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E ele era o responsável pelo seu setor financeiro?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por que a segunda reunião foi somente com o Carlos Cachoeira e o Sr. Sílvio? O senhor autorizou ele lhe representar?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Ele foi por conta própria; eu estava em campanha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ah, ele foi por conta própria!?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Com certeza!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem é que lhe levou até o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – O Sr. Daniel.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E por que o Sr. Sílvio estava com o senhor? O senhor pe-

gou ele ao acaso, "entra aqui no carro que eu vou lá conversar com o cachoeira."

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – O Sílvio é uma pessoa amiga, e o Daniel chegou até ao Sílvio falando que tinha esse empresário em Brasília e que queria ajudar na minha campanha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Sr. Silvio não seria a pessoa autorizada, como em muitas administrações, a fazer os negócios escusos da sua futura gestão, e para isso ele precisa ser apresentado ao bicheiro que pilotava um esquema que, provavelmente, poderia favorecer o financiamento da sua campanha?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Com certeza não! Ele está lá há sete anos e meio, não existe um ato espúrio dele, nem participação que seja desabonadora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, o senhor há de convir comigo que pode ser até – coisa que eu duvido, é um direito que eu tenho – que ele não tenha feito nenhum ato espúrio. Agora, a fala dele é espúria. O senhor disse aqui há pouco que não autorizou ele falar o que falou. Então, ele fala coisas espúrias e depois é um santo na administração. É curioso isso, não é, prefeito?

O SR. RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO – Não estou tratando de santo. Primeiro, que ele não faz parte da administração; ele é um amigo; ele nunca teve cargos na prefeitura.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o Sr. Sílvio depois fala... Está gravado também – Polícia Federal a degravação. O que ele queria dizer: "Se eu puder ter uma aposentadoria e o Raul, tudo bem!"

Por acaso, Raul, o Cachoeira prometeu pagar um mensalinho, aí, para o seu grupo, ou pagar o mensalinho para o Seu Sílvio, que é tão seu amigo, e intermediar futuros negócios, do seu futuro governo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A minha aposentadoria é o meu trabalho, Deputado. Agora, o Sílvio fala por ele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E como é que o Sílvio... Como é que... Ele é seu amigo e fala com essa desfaçatez, assim, sobre o senhor e o compromete?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Está falado aí. Está registrado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, em todas as vezes que ele falou, foi desautorizado pelo senhor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu nunca o autorizei falar em meu nome. Em meu nome, falo eu.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nas gravações, é citado o nome do Sr. Alexandre, o mes-

mo que o senhor mesmo disse que o levou lá, não é? Ele seria notificado pelo Sílvio de como seria feita a entrega dos famosos R\$150 mil. Como é que isso foi feito? O senhor tem lembrança disso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando para o senhor que o Sr. Sílvio atestou para nós que não recebeu o repasse desses recursos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem é que ficou com eles?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando que ele não recebeu os recursos. Certamente, deve ter ficado com quem prometeu dar e não passou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria, porque... A declaração que nos foi entregue pelo Prefeito tem uma inconsistência em relação à que está no TSE, porque, em uma, a campanha custou R\$1 milhão e, na que nós temos disponível, hoje, no TSE, a campanha do Sr. Prefeito custou R\$500 mil. E, aqui, há uma RG Comunicações, CNPJ 04.681.980/0001-96, que diz que pagou R\$30 mil para o Sr. Amado Batista. É muito curioso, porque, na declaração do TSE, o comitê financeiro do seu partido, do PT, diz que o custo foi R\$50 mil. Quem é que está dizendo a verdade? A que o senhor entregou no TRE ou a declaração que está no TSE?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nós estamos, aqui, Deputado, com a prestação de contas no TRE, inclusive com recibo. A nossa campanha custou R\$1,096 milhão; Ficou mais de R\$500 mil para shows e eventos; e tem, aqui, os valores pagos para o Amado Batista.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois é, mas, se o senhor pegar este documento do TSE que tenho aqui – vou dar para o senhor, para o seu advogado, depois, poder checar –, aqui diz que foi pago para show R\$50.760,00 e, na sua prestação de conta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a já está concluído.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho só uma última pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele já está concluído.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, querido, é um minuto.

...na sua prestação, diz que foi R\$30 mil, e, aqui, está até com a letra de alguém “Amado Batista”. Então, queria que o senhor respondesse, aqui, sob juramento, se o senhor pagou R\$30 mil ou R\$50 mil. Essa é a primeira pergunta.

E a última pergunta, só um pouquinho, refere-se ao seguinte. O senhor foi expulso do PT, no ano de 2011. A título de que se deu a sua expulsão? O senhor

julga que a sua expulsão foi uma medida acertada da direção do PT ou foi um equívoco?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deixe-me falar em relação à primeira pergunta do senhor. Os R\$30 mil pagos ao show do Amado Batista estão declarados junto ao TRE. Nós trouxemos a campanha do comitê e a do candidato. Você entende?

Com relação à minha expulsão do partido, ela se deu por infidelidade partidária, porque a mesma pessoa com quem nós fomos nos filiar ao PSDB, posteriormente, veio para o PT, e eu não concordei com a candidatura dele de Senador. Sou amigo pessoal do Senador João Ribeiro, e o nosso grupo optou por apoiá-lo, que também fazia parte da base aliada, e, aí, o partido entendeu me expulsar por não ter apoiado um candidato da sua sigla. Agora, se foi justa ou não a expulsão, esse é um conceito que o partido que tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Quero só responder à questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

Inicialmente, quero dizer, Deputado, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que se trata, aqui, de uma autoridade que se ofereceu para depor e que veio também convocada por cinco requerimentos. Em segundo lugar, ele veio aqui e jurou dizer a verdade. Ainda que, jurando dizer a verdade, há o *Habeas Corpus* nº 73.035, para o qual já tem um acórdão na direção do que eu já tinha dito. Portanto, se houver alguma contradição, ele deve ser reinquirido, e isso vai constar, e, depois, no relatório final, as medidas serão tomadas. Portanto, nada diferente disso será procedido nesta manhã, ainda que vários dos senhores...

Espero que estejam satisfeitos com a minha resposta.

Vou passar, agora, a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, por dez minutos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Prefeito Raul de Jesus, eu entendo que aqui não estamos querendo crucificá-lo, apesar de o Senhor ter Jesus no nome. Mas, o senhor há de convir que aquele vídeo divulgado é uma coisa realmente muito grave pela forma com que foi feito naquela reunião em que o senhor diz, a princípio, que era um encontro com um empresário.

O fato de o senhor ter citado que lá é tudo na base do arranjo nos preocupa muito porque pareceu também, na sequência, quando o senhor assumiu, também foi na base do arranjo. Vou dar um exemplo. O senhor disse aí da CAT nº 28 que foi liberada pelo CREA, que é, realmente, a autorização com que a Delta conseguiu fazer vários outros contratos. Só que o CREA

não emite autorização nenhuma, não emite um documento que é uma Certidão de Acervo Técnico sem ter um atestado de capacidade técnica. Esse atestado de capacidade técnica é dado por quem contratou aquele serviço. Ele pode ser de um órgão público, ou pode ser de uma construtora de porte extremamente grande e que tenha sido executado aquele serviço. Muito bem. Esse atestado de capacidade técnica que habilitou o CREA a emitir a CAT foi feito pela sua prefeitura.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É verdade.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Para o senhor me convencer que isso também não foi feito no arranjo, e como o senhor tem conhecimento de que esse documento desencadeou uma série de outros contratos no Brasil, e que hoje a gente sabe que esses contratos no Brasil foram realizados de uma forma inclusive a prejudicar a coisa pública, eu preciso que o senhor me informe, e informe ao Brasil, como é que o senhor permitiu que a sua prefeitura desse esse atestado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, o atestado qualquer empresa tem acesso a ele; e certamente nele vai aquilo que a empresa tem como serviços prestados. O órgão competente da prefeitura, coube a ele emitir o atestado. Com esse atestado, o empresário, suponho, foi ao CREA. Certo? E consta, pelo Ministério Público, que houve uma falsidade na segunda e na terceira página, uma adulteração, onde foi indiciado quem supostamente o Ministério Público entendeu ter feito o ilícito. Mas não consta, aí, que a prefeitura tivesse emitido um atestado falso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu discordo do senhor e queria chamar a atenção do relator, porque quando o relator lhe fez a pergunta, pedindo de qual era a forma que era feito o transporte; se era parecido com o que é feito aqui no Distrito Federal, que o Governador Agnelo Queiroz assim o falou, que era por pesagem; e que muitas vezes, sendo por pesagem, pode se colocar lá dentro do caminhão, inclusive, pedra em vez de lixo. Mas no caso aqui era mais grave ainda, era porque não era feita a pesagem. No seu caso lá específico, para o senhor emitir esse atestado, para o CREA poder dar valor ao seu atestado, o senhor colocou que era por pesagem. E o Tribunal de Contas agora, em 2011, afirmou que o seu procedimento de controle era por viagem, e como era por viagem não tinha condições de dar um atestado com essa condição.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso para mim é um fato novo. Então, o secretário está mentindo; ele falou que tem todas as comprovações do peso de todo o lixo transportado do primeiro dia até

hoje. Aí já há colocações do Tribunal de que houve momentos em que não. Mas, vamos chegar à verdade; vai chegar o momento se o Tribunal ou o secretário está falando a verdade.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Qual a atitude que o senhor tomou com relação a essa pessoa que assinou o atestado até hoje?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ele não é mais servidor da Prefeitura há algum tempo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Mas o senhor não tomou nenhuma atitude em função de ele ter assinado um documento erradamente e que permitiu que, com isso, pudessem ser contratados outros...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, ainda não se comprova que ele errou nessa questão. Não há nada ainda contra ele. Não há um processo. Não há uma comprovação de que ele fraudou o edital. O edital está, a princípio, sob a análise do Ministério Público e periciado pela Polícia Federal, um diretor executivo da Delta, como foi ele que cometesse o ato ilícito...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não é o que o Tribunal de Contas diz. O Tribunal de Contas diz que a pesagem não existia, que era como coisa... Então, seria de bom alvitre, enquanto o senhor Prefeito, ainda o senhor fazer o acionamento desse funcionário.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Vou procurar... Ele não é mais funcionário da Prefeitura.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Um ex-funcionário...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas para mim é um fato novo...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ...e responde pelos atos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – ...e nós vamos tomar as providências, sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor sabe quem era o Presidente do Crea naquele momento em que se emitiu essa CAT 28/2009?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Qual era o nome dele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É a Drª Roberta Castro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Drª Roberta Castro.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Parece-me que já era ela. Não sei. Não posso falar com muita precisão. Parece-me que era Roberta Castro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ok!

Houve uma gravação da Polícia Federal, em agosto do ano passado, em que o então tesoureiro da Delta, Rodrigo Dall Agnol, combina com contador de

Cachoeira, Geovani da Silva, um depósito de R\$120 mil na conta da Srª Rosilda Rodrigues dos Santos, assessora da sua mulher, a Deputada estadual Solange. Conforme trechos, Geovani perguntou ao homem se podia mandar mesmo, porque, depois de mandar, não tinha jeito. Rodrigo dá risada e diz: "Não. Geovani pode falar o outro?" Rodrigo, então, diz: "Bom, Banco do Brasil, Ozilda Rodrigues dos Santos, 120120. Essa assessora fora exonerada depois que apareceu a Operação Monte Carlo. E disse que a conta na qual foi feita o depósito era operada pelo irmão da sua mulher, Pedro Duailibe, que era seu Secretário de Governo. O senhor não acha que com essa configuração toda, tendo a Delta prestando serviços para o seu governo, com esse depósito dessa forma, com uma pessoa que... Qual é essa justificativa que o senhor tem para isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO –

Deputado, essa justificativa, o Dr. Pedro Duailibe já a fez no Ministério Público. O que possa lhe assegurar é que a minha esposa, Deputada Solange, não tem nada haver com essa questão. Ela tinha uma assessora, e é comum, no Estado, os deputados terem no interior sua assessoria. Um deputado no Tocantins tem, em média, 50 servidores. Essa foi uma pessoa que ele mesmo indicou. É da cidade dele, certo? E pegou a conta dele para trabalhar, porque ele estava impedido de fazer isso, pela Justiça, de abrir conta em banco, segundo ele.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O seu Secretário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Secretário.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ele estava impedido de abrir conta em banco e era seu Secretário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Meu Secretário.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E o senhor confiava nele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Total.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Muito bem! É por isso que eu me preocupo com a questão dos arranjos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas nunca existiram arranjos em nosso Governo. O senhor pode estar certo disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ora, mas, se eu tenho um secretário, e eu sou Prefeito, e ele não pode abrir conta em banco, é pessoa confiável?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Vai chegar o momento em que ele vai esclarecer... Ele já esclareceu e, se for o caso de ser chamado aqui, esclarecerá para vocês.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E os R\$120 mil também estão esclarecidos, depositados pela Delta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pelo menos para o Ministério Público do Estado, ele já prestou esclarecimento. Agora, se é convincente ou não, isso a conclusão do processo é que vai dizer, se teve procedência, certo?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor vê que, como eu disse no início, não queremos lhe crucificar, mesmo o senhor tendo...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deixe-me explicar para o senhor. A questão do Dr. Pedro não ter conta em banco, ele estava com problema de pensão alimentícia. É isso a explicação que tive.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Quer dizer que...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ah, não, avalista, desculpe. Ele era avalista de uma...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Conta alimentícia ou avalista?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Avalista.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E por isso ele não podia ter conta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É. Não estava movimentando em banco.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É estranho, mas podia ser Secretário de Estado?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estava Secretário e serviu bem ao Governo, com toda a honradez.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu imagino! Imagino, até pelos contados aqui...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não tenha dúvida disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ok. Não tenho mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa esgotou-se. Obrigado.

Agora nós vamos ter uma fala de Líder por cinco minutos e, depois, temos os demais inscritos, ainda que a ansiedade faça com que eles queiram passar à frente.

Mas eu passo àquele que terá o direito à fala agora, que é o Deputado Chico Alencar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. Fora do microfone.) – Qual o próximo inscrito depois do Líder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois é o Deputado Silvio Costa. Deputado Domingos Sávio. E se estiver aqui o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Se não, o Senador Pedro Taques.

Cinco minutos, Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, colegas da CPI, depoente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, apenas dizer que V. Ex^a sabe das regras...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não posso perguntar. Posso afirmar.

E vou afirmar que o Prefeito de Palmas representa o padrão degradado da política dominante no Brasil de hoje. Em primeiro lugar, por uma trajetória errática, vínculos partidários de alta rotatividade. PDS, antiga Arena, PFL, PSDB, PPS, PT agora. Isso não o recomenda.

Em segundo lugar, nepotismo. Em terceiro lugar, assessores fantasmas e contas pulverizadas. Já inclusive ter idoneidade para abrir conta não conta para composição do primeiro escalão da prefeitura, como o Deputado Pitiman acabou de ouvir.

E o mais grave. Relações impróprias com “empresários” que praticam a promiscuidade pública e privada e que desconhecem totalmente a fronteira entre o legal e o ilícito. Curiosamente, o prefeito diz que conhece Cachoeira desde 94, e, dez anos depois, indo ao seu encontro, não sabe que ele é um notório contraventor, e de família com essa prática.

O irmão do Cachoeira, segundo jornal do Tocantins, teria lhe oferecido R\$1 milhão, e isso ainda pode vir à luz aí apesar das suas relações serem ou de parentesco distante ou de quase desconhecimento.

A prestação de contas também de campanha é muito nebulosa. Nós temos aqui, como o Deputado Onyx já revelou, uma que está no site do TSE, confiável, portanto, R\$503 mil, a campanha de 2004. E a outra, entregue aqui, de R\$1,094 milhão. Quer dizer, há uma discrepância enorme.

E, sobretudo, Prefeito, o diálogo gravado, documentado, exibido é revelador. O seu conhecido a distância Cachoeira fala com um grau de intimidade impressionante: “Mas Raul, o que você está precisando lá?” E: “Você acha que um grande show seria bom para você lá, na reta final?” “Ah, com certeza.” “Lá, Carlinhos, tudo é na base do arranjo. Palmas tem uma série de oportunidades a ser explorada no campo imobiliário, transportes. Lá tem uma questão que nós vamos rever, a concessão de água.”

Se isso não é barganha, não é troca, não é comportamento absolutamente ilícito, criminoso e corrompido, eu não sei mais o que esses conceitos e essas categorias significam.

Então, eu creio que esse depoimento aqui é muito emblemático. Parece que em nível de Estado também, com o Governador Siqueira Campos, a relação Cachoeira-Delta é tenebrosa, duvidosa, suspeita e grave. Isso esta CPI vai apurar. Já há um requerimento de convocação do governador. Mas tudo isso revela que esse tipo de política e financiamento de campanha, a

porta de entrada da corrupção, é insustentável. Ele é insustentável.

Seguramente, apesar do seu documento entregue aqui – isso é grave – dizer que o Sr. Carlos Cachoeira “não fez doações para a minha campanha, em que pese a expectativa criada”, pelo menos admite-se essa intenção, esse desejo, no mínimo, para não falar dos contratos posteriores com a Delta, que o senhor diz que não sabia que tinha vínculos com o esquema Cachoeira, mas, no mínimo, o show, trinta mil ou cinquenta mil, também há discrepância nas declarações, foi pago.

Mas até aí tudo bem. Fez uma doação de campanha, registrada, legal, não é caixa dois. Entretanto, a barganha, esse toma lá, dá cá que existe pelo País adentro é que degrada a política, degenera inclusive a credibilidade da vida institucional e política.

Eu quero deplorar esse tipo de procedimento. Parece que o senhor reuniu, na sua gestão do PT, tudo de errado que aprendeu anteriormente em outros partidos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, se há barganha no País, o senhor pode estar certo de que, na Prefeitura de Palmas, o senhor não vai encontrar. Lá nós agimos com procedência, decência e tudo dentro da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, por dez minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Prefeito, eu acho que o senhor veio aqui hoje com um grande objetivo: tentar desmoralizar esta CPI. O senhor não vai desmoralizar.

A primeira pergunta – é um pingue-pongue: O senhor conhece o Sr. Horácio César Fonseca Sobrinho?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Conheço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Conhece. Qual é a sua relação com ele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É um cidadão de Palmas, e hoje mora em Goiânia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Essa é uma resposta cínica do senhor.

Esse cidadão foi o cidadão que a Polícia Federal, na operação João de Barro, grampeou – e hoje está aqui o documento. O senhor dizendo: “Cadê, cadê a minha peça de ginástica, a minha máquina de ginástica que não chegou ainda?” O senhor pediu uma máquina de ginástica, segundo a Polícia Federal, para facilitar uma obra de R\$55 milhões, quando o senhor estava licenciado. É mentira sua ou da Polícia Federal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Se a Polícia Federal diz que eu peguei isso, a Polícia está mentindo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A Polícia está mentindo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tá bom. “A Polícia está mentindo.” Quem está mentindo é o senhor, porque a Polícia Federal diz aqui que grampeou a máquina...

Como é o nome de sua fazenda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A antiga, Casa Branca. Já vendi.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Fica perto de uma cidade chamada Porto Nacional?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ponte Alta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ponte Alta. Muito bem. O senhor sabe que, quando o senhor pediu essa máquina, que era R\$9 mil...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Exato.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não era R\$9 mil a máquina?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Paga com dinheiro honrado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Honrado do povo de Tocantins. Olha, não venha com cinismo para mim, não!

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do meu. Estou falando sério, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não venha com cinismo para mim, não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Espera aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, eu já vou preveni-lo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Prevenir, não. O senhor vai ficar calado. Vai me deixar falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Desculpe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não. Olhe o meu tempo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpe. Eu vou presidir aqui, não vou ficar calado e vou preveni-lo que V. Ex^a não pode ofender o depoente. O senhor falou que ele está mentindo...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, espera aí. Eu estou dizendo e vou provar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...e V. Ex^a não pode...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deixe-me terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Ex^a poderia utilizar em um ritmo e em um... Ele vai poder...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Todo mundo perguntou e V. Ex^a não atrapalhou. Quando eu começo a perguntar, V. Ex^a... Eu vou perder a melodia, a melodia da minha intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certas melodias não são permitidas aqui, Deputado. Aqui tem que ser uma melodia que seja respeitosa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Ex^a precisa estudar Português. V. Ex^a está me atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Eu vou devolver...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Ex^a está me atrapalhando. Eu não quero dizer que V. Ex^a quer defender porque ele é do PT, até porque ele não é do PT, ele está no PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou muito tranquilo ao presidir esta sessão...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas V. Ex^a está me atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou fazendo com imparcialidade e V. Ex^a não ataque o Presidente desta sessão, porque sempre tratei respeitosamente V. Ex^a...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a recíproca é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E, igualmente, V. Ex^a já teve um episódio. Outro depoente veio a esta sessão, V. Ex^a ofendeu o depoente e a sessão foi suspensa, e ele era de outro partido político. Nós aqui vamos respeitar todos.

Portanto, eu vou devolver o tempo de V. Ex^a, mas queria dizer a V. Ex^a que respeite o Presidente da sessão e, igualmente, respeite o depoente e que faça as suas perguntas com a inteligência, que lhe é peculiar e que não requer nenhum tipo de ofensa nem de aumento do tom de voz. Vou devolver a V. Ex^a o tempo de V. Ex^a, mas eu gostaria que V. Ex^a retirasse o que disse a meu respeito, porque V. Ex^a sempre teve de mim respeito, e exijo de V. Ex^a respeito. Já houve um precedente nesta CPI em relação a V. Ex^a, por isso, eu o adverti. Portanto, vou devolver o tempo e não admito esse tratamento de V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, V. Ex^a, por favor, devolva o tempo. (Pausa.)

Devolveu o tempo? (Pausa.)

Pronto, quero dizer a V. Ex^a que lhe tenho o maior respeito. Agora, V. Ex^a não tem o direito de dizer a forma como eu tenho de me comportar nesta CPI. V. Ex^a não é professor, é Presidente; e eu não estou aqui como aluno, estou aqui como cidadão brasileiro e como Deputado Federal, e vou provar que ele está mentindo. Ou está mentindo ele ou a Polícia Federal.

O senhor conhece Horácio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Conheço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor falou alguma vez, reclamando ao Sr. Horácio que esse material de ginástica não havia chegado?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor tem a gravação da Polícia. Leia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor falou ou não falou? Estou perguntando ao senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor tem a gravação. Leia ela.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor falou ou não falou?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Falei.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Falou. Muito bem.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Que não tinha chegado?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim. O senhor falou.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor. Falei que ele não havia pago na loja o equipamento.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah! Muito bem. Então, o senhor falou sobre esse equipamento.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim. Está gravado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. O senhor queria o equipamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu tenho a cópia do que o senhor disse.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor queria o equipamento, não é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Queria, não; eu comprei o equipamento.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu acabo de provar para a CPMI que esse cidadão está, na operação João de Barro, pedindo propina – e a palavra é esta, propina – de R\$9 mil, um equipamento para ginástica, para facilitar uma obra de R\$55 milhões. E ele acabou de dizer que falou sobre isso, porque não tinha pago o equipamento. Muito bem.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é uma afronta à minha honra, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não quero mais perguntar sobre isso, porque já provei.

Segundo ponto. Quem era a chefe de licitação ou o chefe de licitação, durante seis anos do seu Governo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não teve chefe de licitação por durante seis anos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quem era a responsável pela licitação, durante seis anos do seu Governo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não houve chefe de licitação, por seis anos, no meu Governo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quem é a Srª Kênia?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Kênia Duailibe, que se encontra aqui, é minha cunhada.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pronto. Ela é o que do senhor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Cunhada.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E ela não foi chefe de licitação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi chefe de licitação, não por seis anos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, então, o senhor gosta de cunhada.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não por seis anos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma. Espera aí. A sua cunhada foi chefe...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, eu queria que o senhor, primeiro, me dirigisse com mais respeito. Eu não estou aqui para ser...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor desrespeitou a CPI. O senhor está com cinismo aí desde que chegou.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor não consegue provar desrespeito nem cinismo meu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor desrespeitou. O senhor está pensando que tem um bocado de lesado, aqui. Não tem, não! Aqui, tem gente decente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou interrompê-lo um minuto. Eu vou interrompê-lo.

V. Exª fez uma afirmativa de que ele teria recebido propina. Eu gostaria de interromper as perguntas e pedir que V. Exª responda a essa acusação feita pelo Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Seis anos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acho que é uma acusação grave. Eu coloquei isso aqui, no início da minha fala. Existe uma gravação da Polícia Federal, na operação João de Barro, que coloca uma conversa minha com o Sr. Horácio, onde eu peço para ele pagar um equipamento, em Goiânia, de R\$9 mil. Essa é a propina, uma propina de R\$9 mil, por uma licitação de R\$50 milhões.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E quer dizer que ética tem tamanho? Mas, meu Deus do céu! Presidente, tenha paciência! Entendo, não me atrapalhe mais, não...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, eu tenho uma biografia melhor do que a que o senhor está imaginando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não quer saber da sua biografia, não. Eu quero que o senhor responda às minhas perguntas. Só isso.

Sua cunhada foi sua chefe de licitação durante seis anos. Não é verdade?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela foi chefe de licitação não por seis anos. Deve ter ficado, aproximadamente, três anos e meio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pronto. Três anos e meio.

Na época em que a Delta ganhou, era a Srª Kênia a chefe da licitação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar, mas ela está aqui. Era, Doutora?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, mas ela não é a interrogada. É o senhor. Ela era?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar se ainda era ela.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas pergunte para ela, então, agora, se ela era ou não. (Pausa.)

Não, ela não vai falar. É o senhor que vai...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, ela não pode. É o senhor que vai perguntar se era ela ou não. (Pausa.)

Era ou não era? (Pausa.)

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim, era ela.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Era ela. Que homem bom, meu Deus! Era ela.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi convidada por competência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. Eu disse que tenho, aqui, três envelopes, e tenho mesmo. Diga-me uma coisa. Então, já provei que quem botou a Delta lá foi a cunhada do Prefeito.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é um desrespeito que o senhor está falando, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual foi o hotel em que o senhor esteve com Sr. Cláudio Abreu, em Brasília?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu nunca estive com o Cláudio Abreu, em Brasília, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor nunca esteve?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor nunca esteve com o Cláudio Abreu, em Brasília?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem.

A sua Prefeitura compra medicamento de qual laboratório?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso prever. Ela compra por licitação.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De qual laboratório? O Vitapan vende para Goiás?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar, porque eu não acompanho...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como é que o senhor é Prefeito e não sabe precisar?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu sou Prefeito de uma cidade de 250 mil habitantes. Eu tenho um Secretário em quem eu confio, acima de tudo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu pergunto ao senhor... O Relator nem aqui está. Eu pergunto ao senhor: a Vitapan vendeu medicamento em Palmas ou não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar. Eu não sei dessa informação, mas posso passar para a CPMI.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não pode.

Diga-me uma coisa: qual é a agência de publicidade de Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Casa Brasil.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De onde é essa agência?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De Goiânia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. É o centro do furacão. É de Goiânia.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De Goiânia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Logo de Goiânia a sua agência? (Pausa.)

Ah, o senhor está meio ruim! Olhe, diga-me uma coisa. Então, Vitapan não comprou e a agência é de Goiânia. Quanto é o contrato do lixo, por mês, lá?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, o que nós pagamos, hoje, à empresa, pela coleta de lixo, é ínfimo pela realidade do que a cidade... limpeza, não estou...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quanto é? Olhe o meu tempo. Quanto é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Lixo, não. Nós não pagamos só lixo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quanto? Varrição e tudo, quanto vai para a empresa?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deve estimar... Isso varia muito, de acordo com o período. Não sei...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Em média, quanto é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – R\$1,3 milhão, em média.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – R\$1,3 milhão.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso para prestar doze tipos de serviço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, é um milhão e trezentos, não...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso “vareia”...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É não; não “vareia”, não; não varia, não; não é não. É um milhão e duzentos, que bate exatamente com os 10% que foi depositado na conta da sua cunhada, ou do seu assessor, R\$120 mil. Pega o histórico dos contratos do lixo da Delta em Palmas.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é muito grave, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É grave mesm! E eu estou dizendo aqui que esses 120, eles entraram na conta ou não? Os 120 mil entraram ou não na conta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É muito grave o que o senhor está falando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Entraram ou não na conta os 120 mil?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É muito grave o que o senhor está falando. Eu já falei sobre esse assunto, sobre a conta da assessora.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Meu amigo, eu tenho a minha forma de perguntar. Eu quero saber se os 120 mil entraram na conta ou não. Entraram ou não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso já foi declarado pela pessoa que movimenta a conta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Entraram na conta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Vamos considerar que entraram.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual é a relação dessa pessoa, cujo dinheiro entrou na conta, com o Sílvio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nenhuma, nem conhece.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não conhece o Sílvio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Puxa, Palmas toda conhece Silvio.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas esta senhora não mora em Palmas, mora em Araguaçu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Agora, veja bem. Coincidemente, o lixo de Palmas é entre um milhão e duzentos e um milhão e trezentos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – “Vareia”.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Coincidemente, entrou na conta de uma senhora R\$120 mil. E o senhor acha isso normal; o senhor está na CPI do Congresso Nacional, dizendo que R\$120 mil e acha isso normal.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Cento e vinte mil reais por uma comissão de uma fatura de um milhão e duzentos. É o que o senhor está afirmado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou perguntando ao senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o senhor está afirmado, e eu estou falando que isso não é verdade.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou perguntando se os R\$120 mil entraram. Entraram?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando que isso não é verdade. O dinheiro entrou e isso está público...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Deputado, eu quero impugnar a pergunta de V. Ex^a porque ela está já respondida.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por quem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por ele. Deputado, esta pergunta já foi respondida e eu impugno a pergunta de V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, está bom, Presidente. Eu vou para a próxima.

Qual é a empresa que vende fardamento escolar em Palmas.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Olha, eu não posso precisar para o senhor qual. Tem a secretaria da...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, fardamento escolar.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pois é, tem a Secretaria da Educação, que é quem faz esse processo licitatório. Então, eu não posso precisar para o senhor...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ela é de Goiânia também?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso lhe precisar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual é a empresa que vende livro em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Também não posso lhe precisar. Parece-me que a Prefeitura de Palmas não compra livros. Não tenho certeza. Nós temos um secretário...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual é a empresa que vende quites de material escolar em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Também não posso precisar. Palmas é uma cidade de 250 mil habitantes.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, está bom.

Então, veja bem, Sr. Presidente, eu tenho dois minutos e poucos. Eu queria que o senhor me desse, por favor, mais um minuto.

Veja bem. Primeiro ponto, Sr. Prefeito. A sua cunhada, durante três anos e meio, era fortíssima na licitação em Palmas; foi na época em que o senhor contratou a Delta. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. O senhor tem uma agência de publicidade de Goiânia, contratada por Goiânia. Eu quero que a CPI registre aí para pedir o contrato social dessa agência.

O terceiro ponto. O senhor diz claramente que recebeu um depósito de R\$120 mil e não sabe para quê.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não disse ao senhor que recebi. Que foi depositado na conta de uma assessora...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Que foi depositado na conta de um assessor...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não tente colocar palavras em minha boca, não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o senhor não sabe por que foi depositado R\$120 mil. O senhor nega, aqui, que não se encontrou com o Sr. Cláudio Abreu em um hotel de Brasília. O senhor está negando...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nego não, eu confirmo que nunca me encontrei.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E outra questão importante é que quero perguntar ao senhor, e essa é realmente muito importante. O senhor negou também – o senhor negou, o senhor negou – que não recebeu essa máquina sua fazenda, não é verdade?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A máquina...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De ginástica.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu recebi a máquina na minha casa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pronto, então recebeu a máquina...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Comprei e paguei...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O relator tem que botar. Recebeu a máquina?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Recebi, está lá.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, está certo.

Então, Presidente, eu quero dizer ao senhor o seguinte – infelizmente o relator não está aqui: se este cidadão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *Fazendo soar a campainha.* – O relator está aqui.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator – e peço mais um minutos – se este prefeito sair desta CPI e V. Ex^a não mandar este homem para o Ministério Público, é melhor fechar esta CPI, porque todos os links possíveis nós encontramos aqui. Todos os links possíveis! Um prefeito vem numa CPI e diz que entrou R\$120 mil na conta de um assessor; o prefeito vem numa CPI e diz que teve um telefonema numa máquina de ginástica por R\$9mil; o prefeito vem numa CPI e diz que a máquina de ginástica chegou à casa dele; o prefeito vem na CPI e diz que contratou uma agência que é de Goiás; o prefeito vem na CPI e diz que não se encontrou com o Sr. Cláudio Abreu; o prefeito vem na CPI e diz que a cunhada dele, durante três anos e meio, era chefe de licitação na época da Delta; e o prefeito quer que a gente acredite que ele é homem probo, quer que a gente acredite que ele está defendendo o povo de Palmas.

É evidente que o senhor está defendendo o povo, não o de Palmas: o seu povo, porque, na verdade... Outra coisa, outra coisa: não é possível, não é possível... Eu digo sempre, tem um livro de Carl Yung, *O Homem e seus Símbolos...* Não é possível que aquela imagem do senhor dizendo que tem oportunidades em Tocantins, só aquela, não seja suficiente para que esta CPI não mande esse cidadão para o Ministério Público.

Outra coisa: o senhor disse que tinha processo por improbidade, não foi?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Improbidade? Eu falei que tem um processo da operação João de Barro que não chegou à conclusão, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, o senhor está falando agora. O senhor falou que era improbidade.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o senhor é que não está me ouvindo bem. Eu não falei em improbidade aqui. O senhor é quem está falando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Esse processo é por quê?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando que é da operação João de Barro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, e como é esse processo? É o quê? Corrupção passiva, quadrilha, não é isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor tem o processo na mão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, meu amigo, eu estou perguntando ao senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou esperando ser chamado pela Justiça para me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa,...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ao tempo de V. Ex^a eu acresci.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Ex^a devolveu o que tinha, elegantemente, suprimido, não é? Por favor, só mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero contribuir com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como V. Ex^a reconheceu que eu devolvi, V. Ex^a teve de volta o tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Devolveu em parte, em parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de volta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Em parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a está concluído, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, só um instantinho. Mais um minuto para concluir, só. É só a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, não, o tempo de V. Ex^a está concluído.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas, por favor, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não posso, aqui,...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É a última pergunta, a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... desrespeitar todos os Parlamentares que estão inscritos como V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, Presidente. Eu tinha mais perguntas. Eu vou me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a pode se reinscrever.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder, me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer uma coisa, aqui: o fato de contratar uma agência de Goiânia em nada constitui ilegalidade. Eu só quero dizer isso aqui.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E eu disse isso aqui, Presidente? Eu não disse, não, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu disse a coincidência de Goiânia. Eu só quero o nome dos sócios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E quero pedir a V. Ex^a que requeira isso por meio de requerimento.

Eu peço, agora, o próximo inscrito, que é, exatamente, o Deputado Domingos Sávio, por 10 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu vou procurar conduzir toda a minha fala na linha mais respeitosa, como sempre fiz, porém, vou fazê-lo já tomado de indignação.

Em alguns momentos, percebo a preocupação de V. Ex^a em manter o equilíbrio, que é fundamental num processo de investigação e de análise, e eu manterei, mas também apelo a V. Ex^a para que não faça juízos de valor como o que acaba de mencionar, fazendo, de certa forma, uma defesa do depoente ao dizer que não é motivo de nenhuma preocupação contratar uma agência de outro Estado.

Eu posso dizer que não é, como pode ser. O processo de investigação que o dirá e não nenhum de nós, mas eu quero, senhor depoente, Sr. Prefeito Raul Lustosa Filho, inicialmente, refletir com o senhor, porque eu já fui prefeito também.

O senhor estava na reta final, olhasse. Em alguns momentos, o senhor disse: "Olha, reta final, é difícil, aperto, o tempo é curto". E é isso mesmo, não é verdade? E o senhor saiu lá de Palmas, veio para Brasília, de Brasília foi até uma cidade – Anápolis –, para buscar o apoio de um determinado empresário, buscar dinheiro, buscar apoio financeiro. O senhor não veio pedir voto aqui, o senhor não veio pedir voto. O senhor veio buscar dinheiro para a campanha, na reta final, apresentando perspectiva de vitória e apresentando àquele investidor de campanha quais os negócios que ele poderia fazer lá.

Pois bem, o senhor disse que voltou, que não recebeu nada, que não teve show.

O senhor procurou fazer algum contato, saber qual era a razão? O senhor voltou a fazer contato com o Sr. Carlinhos Cachoeira, com o Sr. Alexandre, até o período da eleição, para saber qual seria a ajuda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, nenhum?

O senhor também não procurou saber do Silvio? Não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Olha, essas questões, para mim, saltam aos olhos.

É claro que o senhor jurou dizer a verdade, mas a indignação do Deputado Silvio contagia todos nós, porque o senhor manifestou a preocupação de que o tempo era escasso... Qualquer cidadão candidato em uma cidade mil habitantes. Eu fui Prefeito de uma cidade quase desse porte. Sabe-se que reta final de campanha é um sacrifício enorme. Você sai, vai para outro Estado, provavelmente deve ter tomado um dia inteiro de campanha na reta final, depois vem aqui e nos diz na cara mais tranquila e passiva: "Olha, eu fui, mas depois não quis nem saber se doaram ou se não doaram", embora as gravações sejam contundentes, afirmam, não só afirmam, dialogam com o Sr. Silvio.

Volto a perguntar: o senhor disse, aqui, que o Sr. Silvio foi e é seu amigo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É meu amigo, sim, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, o senhor, com certeza, porque esse é um princípio elementar no processo de relação entre as pessoas, a gente escolhe as amizades ou tem como amigo pessoa que a gente confia. Este é um princípio mínimo, mínimo. E se o Sr. Silvio, e a voz era do Sr. Silvio, o senhor ouviu o vídeo, a voz era do Sr. Silvio mesmo ou era um clone do Sr. Silvio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era o Sr. Silvio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Era o Sr. Silvio. Então, não era um clone, era o Silvio. O Silvio dialoga com Cachoeira, e diz: "Não, tá bom. Eu vou te dar cinco contas para você depositar." E aí o senhor continua amigo e diz: "Não, mas esse dinheiro não chegou à campanha".

Agora, o senhor, por mais de uma vez, embora o Deputado Silvio tenha feito alusão a várias possíveis fornecedoras lá de Palmas, vindas de Goiás, mas o senhor, com frequência insiste em dizer o seguinte: "Meu Governo, a Prefeitura de Palmas, não tem nenhuma relação como as empresas do Sr. Cachoeira".

O senhor está acompanhando esta CPMI?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estou.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor já sabe, portanto, que a Delta é uma empresa que tem uma relação profunda, direta, repassa milhões para as empresas do Sr. Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas se chegou a Palmas, não por intermédio do Cachoeira.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu perguntei se o senhor sabe disso. O está acompanhando a CPMI.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tenho acompanhado sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor sabe. No entanto, o senhor insiste, como o senhor insistiu várias vezes, aliás, eu percebi isso no início quando o senhor fazia o seu discurso inicial falando das coisas que o senhor considera que devem ser tratadas aqui das obras feitas lá, que o senhor é um homem honesto, que o senhor é um homem honesto, que o senhor é honestíssimo, e assim por diante. E o senhor insiste em dizer que não há nenhuma relação com o grupo ou com as empresas do Sr. Cachoeira, querendo insistir e ignorar a relação com a Delta.

O senhor, hoje, tem consciência.

Então, o senhor... Não lhe ocorre, pelo menos vamos admitir essa pureza de alma. Tudo verdade. Eu não sou tão ingênuo assim. Mas o senhor já se indagou com a sua cunhada, que era coordenadora da comissão de licitação, com os seus secretários: "Olha, qual a situação da Delta, por que a Delta entrou aqui e depois teve algumas benesses"? Ou o senhor acha que a Delta não teve nenhuma benesse.

Qual a avaliação que o senhor faz?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela entrou por um procedimento legal. Participou e ganhou uma concorrência pública.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E sempre esteve lá por um procedimento legal, no entendimento do senhor, até hoje...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nunca houve nada diferente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... com mais de R\$70 milhões já pagos para ela.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Por um procedimento legal, repito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Prefeito, Sr. Prefeito, o senhor fez a primeira licitação em 2005.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não houve licitação em 2005, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O edital foi em 2005.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O edital é de 2005.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 2005. Começa a licitação no dia em que o edital é publicado. Em 2005. Em 2006 o senhor assinou o contrato.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Assinou-se o contrato.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Em 2006 o senhor assinou o contrato. O contrato foi tão bom para Delta que antes mesmo de eles terminarem o prazo de vigência, terminou o dinheiro que estava previsto. Então, o povo de Palmas começou a gastar

bem mais do que gastava com limpeza. Aí o senhor fez mais dois aditivos em 2008 e 2009, mais dois aditivos não, dois contratos com dispensa de licitação.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Duas dispensas de licitação. Está tudo dentro dos critérios legais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso. Porque o Tribunal dizia que não podia seguir determinado edital. Com certeza, porque o Tribunal sentia que ele estava viciado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Tribunal suspendeu o edital para uma denúncia da empresa concorrente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Uma denúncia de que não concordava com algo que o tribunal entendeu ter fundamento, porque senão ele dizia para a denunciante: “Não tem fundamento”.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Tribunal entendeu que tinha fundamento.

Pois bem. Por duas vezes o senhor fez contratos, depois...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ele entendeu que tinha fundamento, mas depois ele autorizou continuar com a licitação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Depois ele autorizou, com mudanças, com adequações. Não é isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar para o senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Com adequações no edital. Com adequações no edital. Agora, ainda assim, autorizando em 2008, o senhor fez mais um contrato com dispensa, em 2008, e mais um em 2009. Sr. Prefeito, ficou ainda praticamente mais um ano, ficou mais de um ano para o senhor, finalmente fazer uma licitação, e ainda quando fez... Ela está no tribunal como fraudulenta, como licitação equivocada. E o senhor acha que está tudo normal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela não está lá como fraudulenta, não, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E o senhor acha que está tudo normal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela não está como fraudulenta.

O processo de dispensa de licitação se deu dentro de um critério legal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas o senhor concorda que foi prorrogado quatro vezes?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foram quatro concorrências, cada uma de 180 dias.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Quatro contratos com dispensa de licitação em cima da Delta, com a cunhada...

Agora, vou concluir, mas quero fazer uma pergunta para o senhor. O senhor está acompanhando.

O senhor viu que o Senado cassou... O senhor sabe que o Senador Demóstenes foi considerado um braço operacional do Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Muito bem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Por alguns telefonemas. O Senado, na Comissão de Ética, por unanimidade, optou pela cassação do mandato dele, que vai a Plenário.

O senhor acha que um homem que agiu como Demóstenes merece ser cassado?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acredito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acredita que sim?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acredito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu também acredito. O Brasil inteiro acredita.

E eu quero, agora, fazer minha conclusão.

Sr. Presidente, Sr. Relator.

Sr. Presidente, aproveito para lembrar, pelo Regimento, que quando o relator se ausenta, o senhor pode designar alguém para ocupar o lugar, porque eu estou preocupado com isso. Um depoimento dessa envergadura, dessa importância. E com frequência a gente vê que o relator não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Sávio...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu peço que o senhor disponha, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Todas as vezes que perguntaram do relator, ele disse: “Estou aqui”. Ele está ali de pé, ouvindo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não estou sequer vendo o relator. Mas eu...

Com todo respeito, Sr. Relator, se o senhor está conversando com outras pessoas, não está nem na sala, eu não consigo compreender o grau de importância que está sendo dado. Para mim, é extremamente relevante, qualquer que seja o partido. Se é o Demóstenes, se é alguém do PT, se é do PSDB, eu peço que essa imparcialidade prevaleça e hoje é um dia para se configurar isso.

Eu quero concluir e pedir mais um minuto a V. Ex^a, por causa dessa questão do relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedido mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para fazer a seguinte reflexão: o próprio depoente concorda. O Brasil inteiro concorda.

O Demóstenes chega aqui e diz para todo mundo: “Olha, eu sou hiper honesto. Olha, falaram em meu nome. Olha, eu não fui braço operacional. Não existe nada disso. Aliás, eu nem sabia que Delta tinha a ver com Carlinhos Cachoeira. Era um empresário”. Foram mais ou menos essas as palavras desse Sr. Prefeito. Agora, eu quero ver a atitude que nós teremos de absoluta imparcialidade do PT, do PSDB.

O Demóstenes não tinha vídeo, que para mim não atenua nem diminui as responsabilidades. Mas o que nós temos hoje é aquilo absolutamente comprovado. É aquilo que está não só visto, ouvido, percebido, mas qualquer conjectura que desenvolvemos chega ao óbvio. Foi lá. Vendeu. Negociou.

Eu ainda faço uma última pergunta. O senhor acha que em 2004, um pouquinho antes da eleição, se esse vídeo fosse exibido em Palmas o senhor seria eleito prefeito?

Aquele grupo que o senhor falava que era um grupo horroroso, que tinha de sair... Será que se o povo de Palmas assistisse, no horário eleitoral, podia ser no último dia: “Olha o futuro prefeito de vocês, aqui, o que foi fazer lá?” Será que o resultado seria o mesmo? Em 2004, em 2008 e assim por diante?

Portanto, Sr. Presidente, se o povo não pode fazer o julgamento justo naquele momento, porque não tinha conhecimento dos fatos, nós hoje temos, Sr. Relator, conhecimento dos fatos. Hoje, o Brasil inteiro tem conhecimento dos fatos. Hoje, as coisas saltam aos olhos e as provas estão aí.

Portanto, é preciso que a punição seja feita. É preciso que esta CPI... Não pode cassar mandato de prefeito, mas pode indicar o Ministério Público, tomar todas as providências, inclusive para que seja resarcido aos cofres públicos aquilo que dele foi tirado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pergunto a V. Ex^a se gostaria...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Não tenho nada a responder ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, eu quero só, antes, dizer uma questão. Eu tenho procurado conduzir com a maior imparcialidade essa reunião, independentemente de quem esteja sentado aqui.

Já estiveram sentados aqui governadores do PSDB, governadores do PT, agora tem um prefeito do PT. A última pergunta eu fiz questão de me pronunciar, não por ele, mas pelo estigma da última pergunta não de V. Ex^a, de outro Deputado quando disse que um contrato, por ser de Goiânia, era um contrato ilícito.

Ora, a ilicitude não pode estar na sede do contrato, mas em si, se houver ilicitude. E eu o fiz em defesa de Goiânia. Do Estado de Goiás, que acho que não pode ter o estigma dentro desta CPI.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Somo-me a V. Ex^a. Nesse sentido me somo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foi nesse momento que alguns vieram aqui e disseram: “Paulo, ficou parecendo que você fez em defesa do depoente. Não! Eu fiz em defesa do Estado de Goiás, representado aqui pela Deputada Íris de Araújo. Então, fiz porque acho que o Estado de Goiás não pode ter o estigma dessa investigação aqui. Por isso que fiz, e não perdendo a imparcialidade.

O depoente me solicita um intervalo. Eu concedo um intervalo de cinco minutos. Em cinco minutos, nós voltamos. Como fizemos com todos os depoentes aqui, cinco minutos de intervalo.

O próximo inscrito é o Senador Pedro Taques.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 39 minutos.)

(A reunião é reaberta às 14 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bem, retomando a sessão, passo a palavra, agora, por dez minutos, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Raul de Jesus – tudo bem, Sr. Raul? –, nós temos demonstrado aqui que a empresa Delta tem uma relação quase que carnal com Carlinhos Cachoeira. Esse fato é um juízo de valor e de fato o que eu faço aqui, é uma posição minha: não existe Carlinhos Cachoeira sem a Delta e a Delta tem essas ligações que afirmei ao senhor com o Carlinhos Cachoeira.

Existem três tipos de fraudes em licitações: superfaturamento; ou no momento em que se adita o contrato; ou num terceiro momento em que ocorre a não entrega da quantidade ou da qualidade do objeto do contrato. São três tipos.

Se você levantar os relatórios do Tribunal de Contas, você encontra esses três tipos. Da Delta, necessariamente, a meu juízo, é o terceiro tipo. E notadamente nos contratos de lixo, esse terceiro momento é que ocorre.

Aquela gravação do senhor, é um juízo de valor que estou fazendo – e um Parlamentar pode fazer um juízo de valor, eu posso fazer esse juízo de valor –, V. Sa. estava acertando algo para o futuro. É um juízo de valor que eu faço e o reitero: estaria acertando algo para o futuro a esse contrato de R\$118 milhões.

As perguntas que eu faço são as seguintes, sempre levando em conta também que o Carlinhos Cachoeira com a Delta já estavam no que se denomina de segundo nível de criminalidade. Primeiro nível: mexendo com contrabando de máquinas caça-níqueis, jogo do bicho, jogo de azar. Segundo nível: passa a participar de fraudes em processos licitatórios. E um terceiro nível: a Delta com Carlinhos Cachoeira já nas empresas de remédio.

Essa é uma conclusão que eu tirei até agora.

Muito bem, tendo em conta isso, eu quero indagar ao senhor sobre o contrato do lixo: esse contrato ainda está em andamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do lixo?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do lixo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Consolidou o contrato.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Consolidou o contrato. O valor é esse que nós levantamos de 118 milhões?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Em cinco anos: Quantos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Cinco anos, 71 milhões

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Setenta e um milhões. Muito bem. O senhor sabe que, aqui no Distrito Federal, o contrato do GDF com a Delta diminuiu o preço depois de um levantamento? O senhor sabe?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não sabe? Quais os mecanismos de controle desse contrato?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do contrato do lixo?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do senhor, da prefeitura de Palmas com a Delta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É a Secretaria que faz o controle com seus fiscais.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Especificamente, quais os mecanismos de controle? Eu quero saber.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tem os fiscais que fazem as medições, e a Secretaria encaminha para o financeiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E isso é fiscalizado pela própria prefeitura ou por terceirizados?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pela própria Secretaria.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Própria secretaria.

Quantos e quais são os agentes municipais que comprovam essa varrição e coleta do lixo? O senhor tem essa informação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Quantos?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quantos são os agentes da Prefeitura que comprovam essa varrição e a coleta do lixo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar para o senhor a quantidade.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não sabe isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eles foram a campo com frequência? O senhor tem relatório disso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A secretaria deve ter.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A secretaria tem. O senhor pode demonstrar isso aqui, mandar para a CPI?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu digo que a secretaria deve ter, mas eu posso constatar e encaminhar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tá. Nos contratos de lixo. Eu vou repetir: nos contratos de lixo – sem fazer um trocadilho –, que é um lixo, a quantidade e qualidade do que é arrecadado e esta fiscalização que são importantes. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que nós solicitássemos do Prefeito o levantamento desta fiscalização que foi feita pela Prefeitura, o nome e o número dos fiscais que fizeram esta fiscalização.

Quais os registros escritos que existem dessa comprovação? Ainda existem lá na secretaria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com certeza, a secretaria detém.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esses registros?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor se existe isso ainda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, não posso precisar. Mas creio que sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, mas o senhor é Prefeito há quanto tempo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sete anos e meio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não controla a sua secretaria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Controle. Eu tenho um secretário em quem confio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então tem ou não tem, Sr. Prefeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Dever, não posso precisar para o senhor. Elegi um secretário porque eu confio nele. Agora, eu não sei como é...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor confia. Como é o nome do Secretário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O atual?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mário Nania.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele está com o senhor há quanto tempo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Esse está recente. Ele sucedeu o Dr. Pedro Duailibe.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse que está aqui é recente?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não sabe se existem esses controles lá?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É provável que tenha, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esses registros estão mantidos onde, na Secretaria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Secretaria de Serviço Público e Meio Ambiente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Existe um departamento próprio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Existem formulários de quantitativos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar, mas creio que há um controle e provavelmente terá formulários.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso é dividido por área geográfica?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não sei precisar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não tem noção como é feita a fiscalização da varrição?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, não tenho.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não tem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Onde estão esses registros o senhor não sabe?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deverem estar na Secretaria.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

Foi realizada alguma auditoria interna em cima desses levantamentos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu penso que ela ainda não foi necessária.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, auditoria interna, da Prefeitura. O senhor não tem um órgão de controle interno?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Temos um órgão de controle interno.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem, está na Constituição do Estado do Tocantins, eu a conheço.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não sei se fez nesse caso específico, mas existe órgão de controle interno.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Interno. Quem fez esse controle?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, eu não sei se houve a auditoria. Eu só estou falando que existe um órgão de controle interno.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

Quando o contrato foi extinto por realização do objeto? Quando foi extinto?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não é o Prefeito de lá?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O contrato foi extinto?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não, em razão da realização do objeto. Terminou em razão do prazo. O contrato ainda está em andamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor está falando de qual dos contratos, o vigente ou o anterior?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não me faça perguntas. Eu faço pergunta aqui.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Então eu não posso precisar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então eu vou repetir a pergunta para o senhor. Estou dizendo o contrato do lixo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não sei informar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não sabe informar, está certo.

O senhor sabe, por acaso, se o senhor tem condições... O Município do senhor é bem organizado em termos de documentos, de cadastros? O senhor tem condições de mandar a esta CPI um relatório dessa fiscalização?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O relatório estando lá, com certeza, nós o encaminharemos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estando lá. Então o senhor tem dúvida.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, eu não tenho dúvida. Eu estou falando para o

senhor que eu não posso precisar se eu tenho esse relatório. Mas o documento que tiver inerente a esse assunto nós estaremos encaminhando, e os demais que a CPI necessitar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor autoriza, como chefe do Executivo Municipal, que técnicos do Tribunal de Contas possam ir *in loco* fazer uma análise desses contratos ou técnicos da CPI?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Já estão fazendo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, eu estou dizendo da União.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acho que é necessário. Eu queria muito que isso acontecesse tanto na Prefeitura como no próprio Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não estou aqui indagando do Estado. Nós estamos indagando do Município. Está certo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu gostaria.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor autoriza isso como chefe do...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Está autorizado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Só são essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Os próximos inscritos eu vou chamando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita, eu me esqueci de uma, peço escusas.

Em 2007, o jornal de um cidadão chamado Salomão, o jornal denominado **O Jornal**, fez referência lá que o senhor teria recebido R\$1 milhão do Carlinhos Cachoeira. O senhor confirma isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Absolutamente?

Está certo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso não existe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, os próximos inscritos, não os vejo aqui: Deputado Maurício Quintella, Deputado Cândido Vaccarezza, Deputado Glauber Braga, Deputado Ronaldo Fonseca, Deputado Dr. Rosinha e, depois, o Deputado Vanderlei Macris.

O Deputado Dr. Rosinha abre mão.

Deputado Vanderlei Macris, a segunda rodada, pelo Regimento, o regulamento interno... (*Pausa.*)

Dez minutos para V. Ex^a.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Bem, eu não preciso de dez minutos, Sr. Presidente. Serei rápido.

Mas antes só queria dizer ao nosso relator – é uma questão de ordem a V. Ex^a – se já existe algum pedido de quebra de sigilo do Prefeito aprovado na Comissão?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele entregou aqui.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E de algumas pessoas ligadas ao Prefeito também, de algumas delas foi pedido? Eu tenho interesse em apresentar depois um requerimento de quebra de sigilo de mais três pessoas ligadas ao Prefeito também.

Mas a minha pergunta é rápida e objetiva.

Hoje, nós sabemos, Sr. Prefeito, que a relação – inclusive, eu queria só lamentar que o senhor acabou ficando sozinho aqui, quem estaria aqui para defendê-lo já não está mais; o senhor acabou ficando sozinho nessa história – do Deputado José Dirceu com a empresa Delta, de consultoria, foi uma relação que aproximou muito os interesses da empresa com o Deputado cassado José Dirceu. Portanto, ainda que indiretamente, com Carlos Cachoeira essa relação existiu, na medida em que a própria Polícia Federal trabalha com a hipótese de que Carlos Cachoeira seria um sócio oculto da Delta.

V. S^a, no ano em que assumiu a Prefeitura de Palmas, abriu uma licitação para contratar uma empresa para prestar serviços de varrição de rua e coleta de resíduos líquidos e sólidos vencida pela empresa Delta, conforme já foi estabelecido aqui, no momento em que a sua cunhada era a diretoria lá da área de licitação.

O que queria perguntar é o seguinte: o senhor já falou em relação a José Dirceu, o senhor conhece Waldomiro Diniz?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nunca vi, a não ser pela televisão, Deputado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Houve algum pedido do Sr. José Dirceu em favor da Delta durante o processo licitatório?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não houve. (*Pausa.*)

Houve de alguém do PT algum pedido?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Houve de sua parte... Em algum momento, durante a execução do contrato, o Sr. José Dirceu fez alguma visita ou ligou para V. Ex^a para tratar de assunto de interesse da Delta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não houve?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, queria só registrar isso, Sr. Presidente, e dizer que é importante que essa quebra de sigilo seja solicitada. Se para as pessoas que vou apresentar não foram ainda, o Sr. Relator, depois, pudesse considerar essa possibilidade.

É isso, Sr. Presidente.

Nada mais tenho a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Indago se o Prefeito gostaria de fazer uso da palavra, para fazer as suas considerações finais. Antes, indago se o Sr. Relator quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não.

Indago se V. Ex^a gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Então, concedo a palavra a V. Ex^a, para suas conclusões.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu quero, Sr. Presidente, agradecer a oportunidade de ter vindo aqui. Posso assegurar aos senhores membros desta CPI que nada temo do que aqui ficou registrado sobre a minha palavra, porque aqui jurei falar tão somente a verdade.

É natural que, no momento em que a gente vive neste País, muito poucos homens públicos não sejam vistos pelos olhos da sociedade como desonestos. As coincidências, hoje, colocam-me nessa condição perante a opinião pública brasileira.

Eu não tenho nada a temer. Eu chego aqui não necessariamente precisando, como disse o Deputado, de ter neste plenário representante da CPI de meu partido. Eu venho aqui com a minha consciência, com a fé que tenho em Deus, com a minha família e com os meus amigos. Espero que, no desfecho final, eu possa conseguir mostrar para o Brasil, para o meu Estado e para a minha família que não há necessidade de tanto, o que aqui me traz hoje sobre essas declarações.

Eu gostaria muito que a Senadora Kátia estivesse aqui para que, se fosse permitido, dirigir umas duas palavras a ela, mas não está.

Eu agradeço a oportunidade e posso dizer a vocês, com toda e absoluta tranquilidade: Palmas é governada por um governo sério. E, ao concluir tudo isso, vocês haverão de contactar o trabalho que ali nós prestamos. É duro que o Tocantins tenha essa fama muito ruim para o Brasil, mas ela não se estende ao paço municipal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT - SP) – Eu quero, em nome desta Comissão, agradecer ao Prefeito de Palmas, o Prefeito Raul Filho...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só uma questão.

Quem era o contato dele no Palácio do Planalto? É a única pergunta que eu deixei de fazer quando fiz minhas perguntas. Eu tinha dez minutos, fiz em três. Só esta pergunta: quem era o seu contato...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De que?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quem era o contato de V. Ex^a no Palácio do Planalto?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – No Palácio do Planalto. Quem era o seu contato?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não tenho contatos específicos, Deputado. A minha relação com o Palácio do Planalto é institucional. Não há uma pessoa que me atenda no Palácio.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião. Agradeço ao Prefeito Raul Filho e aos Srs. e Sr^{as} Parlamentares.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, suspensa às 14 horas e 39 minutos, reaberta às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 22^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 22^a Reunião realizada em 07 de agosto de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Se-

nado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB-GO), e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Lídice da Mata (PSB-BA), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM-MT) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) **e os Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Deputados: Jilmor Tattó (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Bruno Araújo (PSDB-PE), César Halum (PSD-TO), Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP) e Daniel Almeida (PCdoB-BA). Na oportunidade foram chamados a depor os senhores: Andressa Mendonça; que compareceu acompanhada por seu advogado, José Gerardo Grossi; e Joaquim Gomes Thomé Neto; que compareceu acompanhado por seu advogado, Jorge Willians Pereira Soares, e amparado pelo Habeas Corpus 114.259. Ambos os depoentes exerceram o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Bom dia a todos!

Saudo as Sras. e os Srs. Parlamentares. Cumprimento cada um e todos nesse retorno efetivo ás nossas atividades nesta Comissão, desejando que cada um possa aproveitar sua volta de forma eficaz na produtividade dos nossos trabalhos ao longo desses próximos dias que teremos para o cumprimento das nossas tarefas.

Solicito à nossa assessoria, guardiã dos nossos trabalhos, bem ao profissionais da imprensa e à assessoria parlamentar que se acomodem nos seus respectivos lugares, mesmo com espaço cada vez mais restrito diante do aumento da freqüência a esta reunião.

Declaro abertos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, inicio a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Do meu lado esquerdo, o Sr. Relator; do meu lado direito, meu caro e queridíssimo Vice-Presidente.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 21ª Reunião da nossa Comissão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a ata está aprovada.

Antes da destinação, objeto desta reunião, por estarmos reiniciando nossas atividades, antes de convocar os dois depoentes – Sra. Andressa Mendonça e o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, franqueio a palavra para manifestação do Plenário, através de solicitações...

A SRA. KATIA ABREU (PSD – TO) – Questão de ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Prefiro pela ordem, por ser regimental, para que, pelo menos, nesta segunda fase, iniciemos dentro daquilo mais próximo do nosso Regimento.

Pela ordem é mais oportuno.

Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu. Depois...

Peço ao eminente Vice-Presidente que anote o nome dos Parlamentares que estão solicitando a palavra pela ordem.

Pela ordem, inicialmente, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Três minutos.

Depois o Senador Alvaro Dias, o Senador Pedro Taques, o Deputado Rubens Bueno, Senador Fernando Collor, Deputado Domingos Sávio, Senador Randolfe Rodrigues – lá está –, Senador Pedro Simon.

Esses foram os que enumerei. Todos vão usar da palavra pela ordem.

Deixe-me anotar, por favor: Senadora Kátia Abreu, Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, Deputado Rubens Bueno, Senador Fernando Collor, Deputado Domingos Sávio, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Pedro Simon.

Darei três minutos a cada um.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de lhe pedir a oportunidade de falar durante cinco minutos, pelo menos, porque talvez eu tenha sido a única Senadora acusada frontalmente por esta senhora que está aqui neste momento.

Eu gostaria de fazer as minhas considerações em cinco minutos, se V. Exa. e os colegas assim permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Defiro mais um minuto a V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, a Lei nº 1.579, de iniciativa de Getúlio Vargas, que criou as CPIs, em 1952, diz em seu art. 4º, que constitui crime:

I – Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

E remete ao Código Penal, dando detenção de dois meses a dois anos.

Segundo o Inciso II do art. 4:

II – fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

A reclusão prevista é de um a três anos de cadeia, Sr. Presidente.

Esta senhora, Andressa Cachoeira, mulher de Cachoeira, deu declaração à imprensa [Sr. Presidente, por favor, eu gostaria muito da sua atenção], no dia 31 de julho, no site R7: “Mulher de Cachoeira também tem dossiê contra Kátia Abreu”.

“Alvo de dois inquéritos no Ministério Público Federal, a companheira de Carlos Cachoeira promete desmoralizar a Senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Irritada com as declarações da Senadora contra Cachoeira, Andressa Mendonça disse que vai apresentar um dossiê contra a parlamentar quando for depor na comissão mista que investiga as relações de Cachoeira com agentes públicos e empresas privadas. [na oportunidade em que ela chantageou o Juiz Alderico].

Ainda no dia 31, o Jornal *O Globo* noticia: “Juiz de Goiás acusa mulher de Cachoeira de chantagem.” Ela teve o despropósito de fazer uma proposta indecorosa ao Juiz Alderico. “Andressa disse ainda que tinha uma foto em que Rocha Santos aparece ao lado da Senadora Kátia Abreu.” Ora, eu prefiro estar ao lado de um juiz do que de um contraventor em uma foto. É mil vezes melhor. “A Senadora seria desmascarada por ela na CPI do Cachoeira. Andressa disse que Kátia Abreu não saía da casa de Cachoeira para pedir dinheiro que seria usado em campanhas eleitorais”. Pelo jeito, Sr. Presidente, a bela resolveu ser fera, e ela tem que tomar muito cuidado porque pode ficar enjaulada.

No dia 1º de agosto, Sr. Presidente, soltei uma nota no meu Estado de Tocantins, porque a imprensa

local deu repercussão ao jornal *O Globo* e ao R7, fazendo o seu papel de imprensa livre. E, entre os cinco itens da minha nota, para não cansar os colegas, vou repetir apenas o item 4:

4 – A Senadora reafirma que repetirá todas as vezes que forem necessárias as duras palavras contra esse senhor que é Chefe de Quadrilha e que usa a esposa para praticar calúnia, injúria e difamação, mesmo trancafiado na cadeia, lugar onde também deveria estar sua companheira, por tentar corromper a justiça brasileira

Isso foi no dia 1º de agosto, Sr. Presidente, logo depois do dia 31 de julho, quando saiu as matérias no jornal. No dia 2 de agosto, às 12h21m, na quinta-feira, a minha secretária do meu gabinete do Senado, recebeu a seguinte ligação: “Me responde, a Senadora vai se retratar do que ela tem dito na imprensa por esses dias? Nós conhecemos todos os passos dela no Tocantins e aqui. Ela tem que se retratar do que disse, porque, senão, nós vamos atrás da cabeça dela.”

Esse telefone foi um orelhão de Taguatinga, em Brasília, e esse cidadão que tome seus cuidados porque foram identificadas várias câmeras no entorno desse orelhão. Não sabemos se as câmeras estavam funcionando, mas há uma possibilidade de que sim.

No dia 3 de agosto, sexta-feira, fui pessoalmente a Goiânia, Goiás, e protocolei uma interpelação contra essa senhora. Portanto, Sr. Presidente, diante desses acontecimentos e dessas insinuações e suspeitas para me reter, na tentativa de me amedrontar, eu gostaria que essa senhora começasse o seu depoimento. É um direito que esta CPI tem, porque esta CPI não pode ser desmoralizada e qualquer de seus membros também não pode ser acusado impunemente e continuar aqui sentado como se nada tivesse acontecido. Peço apoio dos colegas: se esta senhora resolver falar como testemunha – não sei se continuará como testemunha, há algumas histórias de que ela não continuará sendo testemunha – , eu gostaria que ela iniciasse esclarecendo e mostrando quais são as fotos, as provas de que estive com Cachoeira, de que pedi dinheiro para esse contraventor, chefe de quadrilha, chefe de bando.

Então, essa tese, Sr. Presidente, de desmoralizar o acusador é para desmoralizar a acusação. Isso é álibi dos cínicos. E quero dizer a essa senhora que continuarei fazendo exatamente o que sempre fiz porque não tenho medo dela e nem do seu comparsa. Aliás, em vez de musa da CPI, ela passa, a partir de agora, a fazer parte de uma nova dupla, Cachoeira e Cascata, por ela ser uma mentirosa, caluniadora de pessoas de bem neste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pronto, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de deixar aqui esta declaração de que essa calúnia é por vingança, porque eu fiz, aqui, aquele dia, na CPI, o meu papel: desmascarei esse senhor aqui neste lugar para todo o Brasil, mostrando, de fato, o que todos nós aqui nesta CPI já sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu quero, então, dizer que ela não vai me intimidar. Não devo, não temo e estou aqui, na primeira fila, aguardando essa senhora Cascata chegar aqui para dizer quando, que horas e onde eu pedi dinheiro da contravenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senadora Kátia Abreu, V. Exa. usou da palavra, até por deferência desta Presidência, porque, na última sexta-feira, esta Presidência recebeu de S. Exa. essa última manifestação de um telefonema anônimo que S. Exa. recebeu em seu gabinete e esta Presidência tomou, com a Presidência do Senado, as providências legais e cabíveis em hora aprazada para tentar, na solidariedade que lhe é cabível e pertinente, sanear fatos dessa natureza que precisavam ser feitos.

Eu rogo a Deus que possa proteger V. Exa. porque o trabalho de V. Exa. tem sido muito útil a esta Comissão.

As providências jurídicas V. Exa. já tomou junto à Delegacia da Polícia Federal e junto à Justiça.

O Ministério Público deve apurar crime de ação penal, ação pública, com relação às arguições feitas em portais contra V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente, a sua presteza, a sua solidariedade, tanto do senhor, como Presidente da CPI, como também do Presidente Sarney e de toda a Polícia do Senado.

Eu não quis fazer publicidade no momento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... pelo quente da questão e esperei o momento apropriado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Que é este foro.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... para que nós pudéssemos aqui colocar diante desta CPI e de todo o Brasil

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Termino, Sr. Presidente, dizendo que não estou preocupada. Estou bastante segura e tenho fé em Deus e no meu tra-

lho e a certeza de que nada vai acontecer. Cachorro que late não morde.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Certamente, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Encerro dizendo que Carminha e Max só na tevê, Sr. Presidente. Não vão jogar meu nome no lixão, não, porque eu não sou uma criança indefesa. Sou uma mulher forte, destemida e obstinada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Alvaro Dias com a palavra.

Agora, três minutos, sim, porque foi uma deferência apenas especial à Senadora Kátia Abreu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o objetivo desta questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... pela ordem... é contribuir com a otimização dos trabalhos.

Esta CPI foi criada em 19 de abril e terá o seu término regimental no dia 4 de novembro. Ou seja, já se passaram 110 dias da sua criação. De forma que, considerando o recesso de julho, teremos apenas 88 dias de trabalho efetivo. Já foram consumidos, portanto, mais de 50% do tempo regimental desta Comissão. É certo que pode haver prorrogação, mas, obviamente, dependerá da vontade dos Srs. Senadores e Deputados.

A Comissão não tem recebido nem mesmo a totalidade do que já foi aprovado e requerido. Eu, inclusive, sugiro a V. Exa. que distribua aos colegas da Comissão o ofício enviado à Polícia Federal em Goiânia para a remessa dos arquivos referentes a vídeos que foram apreendidos na residência do Sr. Adriano Aprígio. Até hoje esses vídeos não chegaram. Nem mesmo um vídeo que está na Internet chegou à CPI. O vídeo do Deputado Otoni está na Internet, mas não está na CPI. Na CPI, apenas o vídeo referente ao Prefeito de Palmas.

Portanto, sempre o mesmo argumento: "estamos periciando", "estamos analisando". Mas até quando? Quando terminar a CPI é que teremos esse material?

O relatório dos dados do Coafi referente a empresas "laranja" está pendente, apesar, também, de já ter circulado na mídia.

A movimentação bancária da Delta está incompleta. Além de depoimento dos Governadores que foram relevantes, não tivemos depoimentos relevantes.

Eu peço também à Mesa que já ofereça o cronograma do trabalho. Aliás, grande parte dos materiais que está aqui, eventualmente, quando surge alguma coisa, segue depois para a perícia da Polícia Federal.

Então, era esse o registro para que não haja...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– As providências serão tomadas. Ok, Deputado Bruno?

Com a palavra o eminente Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, inicio corroborando o que disse o Senador Alvaro, expressando a V. Exa. e ao Sr. Relator respeito pela competência com que vêm conduzindo os nossos trabalhos. Agora, presidente e relator de CPI – e isso é mais em relação ao Sr. Relator – não são donos da CPI. Não existe relator imperial, relator monárquico. Isso não existe! Na CPI vigora o princípio da colegialidade.

Existe um requerimento da Senadora Kátia Abreu no tocante à divisão da relatoria em sub-relatorias. Isso precisa ser decidido pelo colegiado. Isso não pode ser uma palavra suprema do Relator. Nós poderíamos decidir isso colegiadamente; e, aí, de forma democrática, colhem-se os votos favoráveis e os contrários. Por quê? Porque existe aqui o princípio da efetividade, que tem que ser atingido.

V. Exa. está desenvolvendo o seu trabalho com competência, com mérito – e quero reconhecer isso expressamente –, mas, para que possamos otimizar os trabalhos, seria interessante deliberarmos sobre o que foi levantado pela Senadora Kátia Abreu.

Um segundo ponto, Sr. Presidente, diz respeito a essa ameaça à Senadora. Já ameaçaram a procuradores, já ameaçaram a policiais, a juízes, com tentativa de intimidação. Então, se a CPI não tomar uma providência, daqui a pouco nós estaremos ainda mais desmoralizados.

Quero me solidarizar com a Senadora nesse sentido. Nós não podemos, Sr. Presidente, permitir que isso ocorra. E V. Exa., aqui, já anunciou que as providências estão sendo tomadas – e o foram – desde a sexta-feira passada.

Muito bem!

Outro dado que trago aqui, Sr. Presidente. No final do semestre passado, na última reunião, eu fiz dois pedidos: um para que nós solicitássemos informações ao Senado americano, uma vez que lá existe em andamento um comitê de investigação em relação ao banco HSBC, com repercussões no Brasil. E isso foi dito pelo Senado americano no dia 17 de julho de 2012. E, por sua vez, aqui no Brasil, o HSBC está subtraindo informações à CPI. Foram remetidas agora, e já analisei a totalidade dessas informações. Nós precisamos dessas informações do Senado americano, aplicando o acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. A CPI precisa ter acesso a essas informações, que podem ser interessantes para o relatório da CPI no que tange a lavagem de dinheiro.

O outro pedido que fiz diz respeito ao ex-Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro. Já exis-

tem R\$690 mil que ele recebeu, pelo seu escritório, de uma empresa, de uma pessoa jurídica que funciona na Flórida, Estados Unidos. Eu pedi aqui o afastamento do sigilo bancário dessa empresa através do tratado de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. Essa empresa, essa pessoa jurídica está pagando e pode ter relações titularizadas pelo Sr. Copolla, que é comparsa do Sr. Cachoeira. Isso aqui se apresenta, penso eu, Sr. Presidente, como muito interessante.

Estou fazendo um pedido para que o Ministério Público Federal tome providências, junto à Corregedoria – se isso já não foi feito –, no tocante a ex-procurador-geral da República recebendo R\$690 mil de uma organização criminosa, enquanto procuradores da República, juízes e Senadores estão sendo aqui ameaçados por essa mesma organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, inicialmente me dirijo a V. Exa. com relação às sub-relatorias. Nós haveremos de discutir, de forma colegiada, como tem sido a tônica desta CPI em todos os seus momentos, sem arredar o pé nem distanciar-se dela um milímetro que seja, na reunião do próximo dia 14. Na oportunidade, como de praxe, trataremos a questão de forma colegiada.

Com relação às ameaças, as providências foram tomadas, como bem disse V. Exa.

As informações do HSBC, na sua totalidade, como V. Exa. já referiu, estão aqui – as que têm relação à CPI já estão aqui.

Com relação à solicitação de informações ao Senado americano, eu já determinei à Secretaria as providências.

Com relação ao ofício de V. Exa. – o último tópico a que V. Exa. fez referência –, a transferência de sigilo da firma americana, estamos providenciando uma resposta para lhe dar ainda nesta reunião.

Com a palavra, para adendo, o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, primeiro quero cumprimentar os ilustres Pares no retorno de nosso recesso e dizer que, no que tange à questão da subrelatoria, proponho que a gente discuta novamente esse tema na próxima reunião administrativa. Não há problema. Agora, não há nenhuma monarquia aqui instalada nos trabalhos da CPI, tanto que tenho buscado estabelecer um diálogo aberto com todos os Parlamentares desta Comissão. E, no que diz respeito à decisão colegiada, é bom lembrar que todos os... Primeiro, é um tema que nós – podiam aumentar o volume do microfone – debatemos desde a primeira reunião administrativa, e fomos, ao longo desse período, decidindo pelo sobrerestamento dos requerimentos. Não foi o Presidente, que poderia fazê-lo, sobreestar este ou aquele requerimento ou não o

incluir na pauta. Pelo contrário. Decidimos de maneira colegiada o sobrerestamento. O que eu proponho, então, é que incluamos na pauta esses requerimentos e vamos decidir se sim ou se não. Agora, a decisão foi colegiada em todas as reuniões administrativas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, nós apresentamos já no primeiro dia dos trabalhos a proposta das subrelatorias. Tanto tempo já se passou e o tema volta novamente, é recorrente a cada reunião. Por que isso? Porque há um volume de informações muito grande. Por exemplo, o caso do ex-Deputado Celso Russomano, de que fiz o requerimento. Talvez até fosse dispensável. Aliás, quando apresentei o requerimento, quem já dispensou de pronto foi o próprio Relator. Teria sido dispensável se nós tivéssemos a subrelatoria de movimentação financeira e que pudesse identificar que nada tinha a ver já no início, já dentro do processo da CPI.

Infelizmente, não temos informações, há sobrecarga de trabalho, e estamos informando, em respeito ao Relator, que ele indique os subrelatores, para que possa ajudar no trabalho e possa fazer com que haja racionalidade, e essa racionalidade indique resultados para a CPMI. É esse o objetivo, nada mais do que isso.

Então, Sr. Presidente, fora isso, eu gostaria de dizer a V. Exa. que hoje o jornal *O Globo* traz uma matéria, uma nota pelo menos, do jornalista Ilímar Franco, dizendo o seguinte:

Dupla militância.

A CPI do Caso Cachoeira descobriu que um consultor do Senado [o consultor é o Sr. Cláudio Demczuk de Alencar], especializado em Direito Penal, é advogado de Andressa Mendonça, mulher do contraventor Carlos Cachoeira. Ele integra a equipe do advogado José Gerardo Grossi e recebe honorários para defendê-la, e ganha um salário do Senado, mas não pode atuar nessa investigação. Os integrantes da CPI estão constrangidos.

Eu estou constrangido. Se alguém faz um concurso público, é consultor do Senado, tem dedicação exclusiva para a carreira de Estado que escolheu e depois vai advogar dentro de uma CPI, que faz parte da União e do Estado brasileiro, Sr. Presidente, tenho aqui a dizer que me sinto muito constrangido com esse consultor atuando aqui como advogado dentro desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Questão de esclarecimento a V. Exa. É legítimo e V. Exa. tem toda razão no seu sentimento de constrangimento na eventual notícia de dupla militância postada no jornal *O Globo*, mas, para tranquilizar

os trabalhos desta CPI, informo a V. Exa. que, na consultoria do Senado dada à CPI, não está a presença desse consultor. Esse consultor não trabalha na CPI; ele é consultor do Senado, mas não está trabalhando na CPI. Inobstante isso, o constrangimento ainda permanece.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL)

– Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, o objetivo da oitiva hoje da Sra. Andressa, dentre outros pontos, foi o da suposta chantagem feita por ela a um Sr. Dr. Juiz Federal. O Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Rangel, ele, durante 2 anos, chantageou – chantageou, portanto, ele é um chantagista também – um Senador da República que recentemente perdeu seu mandato, no momento em que ele seguia a tramitação da Operação Vegas e colocou para o então Senador que há pouco deixou o nosso convívio que ele o apoiasse – a ele, Procurador-Geral – porque assim este inquérito em que se transformou a Operação Vegas, ele não deixaria tramitar.

Eu já venho solicitando aqui, em várias reuniões, que esse Sr. Procurador-Geral da República que vem deslustrando o Ministério Público, o Ministério Público que foi criado para defender a sociedade... E esse Procurador-Geral já demonstrou e já se autoconfessou como réu no crime de prevaricação, ele é um prevaricador também; ele até agora sequer foi chamado a vir aqui. Ele não pode ter o receio daqueles que temem as perguntas que aqui serão feitas.

Do mesmo modo em relação a esta organização criminosa chamada Editora Abril, comandada por esse bandido chamado Roberto Civita, que tem dentre seus quadrilheiros o Sr. Policarpo Júnior, editor dessa polhastra revista aqui no Distrito Federal. Inclusive, um outro motivo da vinda da Sra. Andressa é de um suposto dossiê que teria sido feito pelo Sr. Policarpo Júnior.

Eu gostaria de, mais uma vez, reiterar a minha solicitação expressa – expressa – no que apresentei já à Mesa para que sejam convocados para prestar esclarecimentos a esta CPMI os Srs. Roberto Gurgel, o Sr. Roberto Civita, o Sr. Policarpo Júnior e outros que tais, que também estão elencados nos requerimentos que apresentei a essa Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – ...

porque aí está o coração de toda essa grande contravenção de que nós aqui estamos falando. Se não fosse esse núcleo contraventor chefiado pela *Veja*, com o apoio do Sr. Procurador-Geral, nós não estaríamos aqui, tratando desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador. Por favor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – É a solicitação que faço, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Deputado Miro Teixeira, as solicitações que V. Exa. encaminha estão postas na próxima reunião administrativa, como todos os requerimentos que estão consagrados. São 232 requerimentos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se serão colocados todos os trezentos ou se o Sr. Relator fará como das outras vezes, irá pinçar alguns desses trezentos requerimentos para que sejam apreciados na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como das outras vezes... Vamos fazer requerimentos, com certeza...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Porque na última reunião de que eu aqui participei, S. Exa. o Sr. Relator desta Comissão disse que esses requerimentos apresentados por mim da presença aqui desses senhores seriam levados na próxima reunião administrativa, que será realizada no dia 14, e eu gostaria de confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai colocar na próxima reunião administrativa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, a propósito, e por isso eu peço pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor se inscreve... Está inscrito aqui, Miro, por favor. Eu vou ouvir Domingos Sávio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é sobre o mesmo assunto, facilitaria porque vou usar meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já o inscrevi aqui. Quando V. Exa. se levantou, sua imagem é tão grande que eu o inscrevi imediatamente aqui após.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se fosse tão grande eu não precisaria ficar de pé, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, 3 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, meu pela ordem está afeto aos nossos trabalhos no que diz respeito à coleta de provas concretas e objetivas.

Antes, porém, eu não posso deixar de registrar que nós debatemos profundamente nesta Comissão a questão da vinda ou não do Procurador-Geral da República. Houve o entendimento de doutos Senadores,

com profunda experiência nas atividades jurídicas, de que havia, sim, um impedimento de fato que comprometeria, de maneira cabal, as funções extremamente relevantes, eu diria, a pedra angular da democracia, a pedra angular do Estado de direito, e, aí, não tenho procuração, nem a intenção de fazer defesa do Sr. Procurador-Geral da República, devidamente nomeado, ainda pelo Presidente Lula, e exercendo a sua missão, mas a Procuradoria Geral, as funções essenciais no Estado de direito da Procuradoria Geral da República e do Ministério Público, no meu entendimento, devem sempre que, em algum momento, ficar, por razão qualquer que seja, embasadas, levantar-me-ei para deixar claro que entendo que esta CPMI se debruçou sobre este assunto e o fez de forma democrática, clara, transparente, e o Brasil acompanhou isso. Mas a minha questão de ordem, Sr. Presidente, refere-se a uma preocupação objetiva. Falou-se aqui nas Sub-Relatorias, no acúmulo de trabalho, e o Senador Alvaro Dias lembrou que, há cerca de dois meses, fez requerimentos, solicitando que pudéssemos compartilhar aquilo que foi aprendido, que a Polícia Federal atribui a alcunha de malotes ou do conjunto de apreensões em cada local, e V. Ex^a lembrou há pouco, são mais de 20, parece-me que 28...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – 28 ainda.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – 28. Então, veja bem, Sr. Presidente: não tivemos a grande maioria desses documentos, desses vídeos, desses computadores disponibilizados. Temos recebido com frequência, e, hoje, deverá se repetir isso, a presença de depoentes que simplesmente se recusam e se valem do direito constitucional de permanecer calados.

Temos a perspectiva de provas, algumas vazaram para a imprensa, vazaram, e, aí, vem uma outra preocupação, a segurança da guarda desses documentos. Se um documento que está sob a guarda da Polícia Federal vaza para a imprensa, é preciso que tenhamos conhecimento claro de: primeiro, por que não chegam à CPMI essas informações para serem compartilhadas? Segundo, em que condições de segurança estão guardados? Terceiro, quais as providências objetivas que a própria polícia, que continua o inquérito, está fazendo para decifrar, para fazer a análise? E, aí, concluo, fazendo um apelo a V. Ex^a que, de pronto, designe um grupo de Deputados e Senadores, ao lado do Relator, para que possamos imediatamente ir à Polícia Federal, *in loco*, verificar o que está ocorrendo, ter da Polícia Federal informações objetivas do que foi apreendido, como está assegurada a guarda e a segurança absoluta desses documentos que são imperiosos para que esta CPMI chegue às conclusões e tenha as provas.

Portanto, Sr. Presidente, ali reside sim o cerne de todo o nosso trabalho. E peço a V. Ex^a que designe um grupo de trabalho para que, de pronto, possamos ir à Polícia Federal colher essas informações, trazer e compartilhar com o conjunto dos membros desta CPMI, informações que são preciosas para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para dirimir quaisquer dúvidas a respeito dessa matéria, acato, aceito e admito a solicitação de V. Ex^a e, de antemão, designo o Relator para, na próxima quinta-feira, em nome desta Presidência com a companhia de V. Exa. e pedindo o apoio do Senador Pedro Taques, designado por esta Presidência e na companhia do Vice-Presidente, para, junto à Polícia Federal, promover essa diligência e apurar e dirimir todos os fatos e comunicar na próxima sessão administrativa em forma de relatório.

Fica assim decidido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra os...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, eu ia dizer só que é unanimidade somando os votos do Paulo Teixeira com o do Senador.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu gostaria que, por favor, V. Exa. me inscrevesse como Líder, mas é para falar, não sobre CPI, mas sobre a TV Justiça, que também tem a ver com CPI, vou falar sobre a TV Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em hora, em hora.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, em parte, vou ser redundante com o que foi colocado pelos demais colegas membros dessa CPI, a necessidade que temos, em virtude do que já foi, em especial, esclarecido aqui pelo Senador Alvaro Dias. Estamos quase na metade do andamento da CPI e eu considero, Sr. Presidente, que é urgente que nós possamos ter alguns depoimentos em especial nessa CPI.

Por isso, Sr. Presidente, o meu “pela ordem” se reporta exatamente a duas questões:

1 – É de conhecimento que todos os depoentes dessa semana, alguns já com *habeas corpus* do Supremo, outros, independente do *habeas corpus* do Supremo tendo a prerrogativa, tendo o direito de utilizar o silêncio aqui na CPI dá conta de que, o conjunto dos depoimentos dessa semana, tendem a ser de-

poimentos em que nada contribuirão com as nossas investigações.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu faço um apelo a aquiescência de V. Ex^a da relatoria, se não seria o caso de nós anteciparmos para essa semana a sessão administrativa que estava marcada para semana que vem, tendo em vista o conjunto de requerimentos que temos a apreciar e que já foram destacados aqui pelo conjunto dos colegas parlamentares, em especial do Senador Alvaro Dias, e existe a urgência de apreciação de requerimentos das mais diversa ordem.

Eu quero, inclusive, citar e solicitar de V. Ex^a a prioridade em um requerimento que nós apresentamos essa semana de número 735 de 2012, que convoca o Sr. Francisco de Assis Oliveira e, depois, posso detalhar as razões que me levam a convocação urgente e imediata desse senhor. Então considero necessário e, é lógico, peço a aquiescência, a vénia de V. Ex^a e do relator, para analisar a possibilidade de nós anteciparmos para essa semana uma reunião administrativa para apreciarmos todos os requerimentos que estão pendentes.

No mais, Sr. Presidente, reitero, nós vamos ter e tudo indica que teremos uma semana de depoimentos de depoentes que não falarão. E nós temos depoentes que já manifestaram publicamente que querem falar. É o caso do Sr. Luiz Antonio Pagot; é o caso dos sócios do Sr. Cavendish na empresa Delta. Estes tiveram já requerimentos aprovados anteriormente, o do Sr. Luiz Antonio Pagot é, por exemplo, Requerimento nº 078, de 2012. E, nesse sentido, quero solicitar também a aquiescência de V. Ex^a e do Relator, senão seria o caso, de nós anteciparmos, até para a semana que vem ou o quanto antes, esses depoimentos, daqueles que notadamente e publicamente tem informações relevantes a prestarem a essa CPI. Eu creio que isso otimizaria os nossos trabalhos, o tempo e os encaminhamentos do que nós não termos uma semana em que, do ponto de vista dos depoimentos, ao que parece é, eu quero estar errado, ao que parece, ao que indica será inócuo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Com relação a sessão administrativa haverei de analisar com os demais líderes essa questão de V. Exa. Com relação à antecipação e o calendário, fica para uma posterior análise, até porque é pertinente a avaliação que V. Exa. faz.

Senador Pedro Simon, com a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu tinha me inscrito para fazer a pergunta para o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

Deputado Onyx, por favor, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou voltar a um tema que creio extremamente relevante quando nós atingimos quase metade do período de atuação da CPI que é o seguinte: Quem são e onde estão todos os assessores técnicos que estão dando suporte às investigações? Isso é uma coisa fundamental. Em outras CPIs, das quais participei, essas pessoas eram, não apenas conhecidas de todos, não apenas disponibilizadas a todos, mas elas tinham lugar fixo onde era possível qualquer parlamentar integrante de qualquer CPI ou a sua assessoria técnica acessá-los. Eles estão incógnitos, eles não existem no mundo de investigação dos parlamentares, existem no mundo de investigação do Sr. Relator. Não quero trazer nenhum problema ao Sr. Relator, eu quero apenas que a gente construa um processo de justiça. Nós temos hoje nos nossos centros de investigação, quer nos nossos gabinetes, quer nas lideranças dos nossos partidos, técnicos que têm imensas dúvidas, suspeitas. Eles ajudam a elucidar com quem? Essa é a pergunta.

Então eu queria, objetivamente, Sr. Presidente, propor, cada um dos parlamentares, de maneira reservada, como seria adequada a uma situação desse tipo, receber a relação nominal, com função, e-mail telefone. Porque se eu tenho problema relativo à transferência bancária, eu posso pedir ao meu assessor ou ao parlamentar, individualmente, que vá até esse especialista que veio do Banco Central e tire a dúvida. Isso é essencial.

Queria também contribuir no sentido de que deveria ter – e creio que a competente Secretaria Executiva da CPI pode providenciar isso – uma sala e um horário onde, vamos dizer, hipoteticamente, toda tarde, das três às cinco, teríamos um plantão da assessoria técnica disponibilizando aos parlamentares. Isso ajudaria a tirar inúmeras dúvidas, isso ajudaria na investigação. Temos aqui linhas investigativas temos diferentes. Sabemos que cada partido, cada parlamentar tem uma linha investigativa. Ele poderia agregar ao Sr. Relator via seus colaboradores. Então, eu acho que isso é vital – sem nenhuma brincadeira com o nome do Presidente –, é essencial para que a gente possa dar qualidade ao trabalho. Hoje nós temos aqui sigilos bancário, fiscal, telefônico. Temos um conjunto probatório muito importante e que vai para muito além. É isso que eu quero frisar, Sr. Relator, Sr. Presidente. Nós vamos muito além do que a Polícia Federal fez. Os dois delegados que aqui estiveram deixaram muito claro que eles estavam circunscritos às duas operações, a jogos ilícitos. A CPI está indo e poderá ir muito mais longe do que isso.

Queria voltar, para finalizar, Sr. Presidente, a reivindicar a análise e o estabelecimento de sub-relatorias para que nós possamos aproveitar esse tempo que nos resta com as informações que temos, com o melhor desempenho possível por parte desta CPMI, sob pena de nós constituirmos um extraordinário banco de dados e que não vai ser aproveitado na sua integralidade por falta de ferramentas adequadas. E as sub-relatorias são ferramentas a serviço de todos, não de a, b ou c.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx , com relação às sub-relatorias, V. Exa. já foi informado, dia 14 nós vamos votar, de forma colegiada, esta matéria.

Com relação à questão do assessoramento a esta CPI, não foi pela alusão que V. Exa. fez, mas defiro a solicitação de V. Exa. porque já está funcionando esse assessoramento. Parece-me que a Comissão precisa informar detidamente aos Srs. Parlamentares – e peço ao nosso secretário executivo, à secretaria e ao relator, que já me informou que já foi feito isso. Na sala da gráfica funciona o assessoramento à Comissão.

Vou passar a palavra ao relator, que trabalha com todos esses assessores e disponibiliza para todos os Srs. Parlamentares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu desconfio que eu tenho uma inscrição aí. Seria mais útil...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só para responder ao Deputado Onyx.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... que o relator falasse ao final.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é porque são variados os assuntos. Rapidamente, apenas para dizer o seguinte: na última reunião administrativa, nós estabelecemos que as demandas seriam encaminhadas por e-mail e nós vamos, prontamente, respondendo às demandas que chegam à relatoria. Tem que ter um mínimo de organização no trabalho da assessoria, que fica na sala da Gráfica do Senado. A questão da sub-relatoria é um tema que vamos enfrentar na reunião administrativa.

Em relação ao tema da assessoria – e é importante que ela compartilhe o seu trabalho com todos os membros da Comissão –, o que V. Exa. traz é uma novidade no sentido de colocar uma pessoa. Aí teria que ser uma pessoa que pudesse ficar disponível num plantão x. Eu admito essa hipótese como razoável. Vou trabalhar com o pessoal na linha de viabilizar isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Relator, não vou estabelecer nenhum debate, nada. É só uma contribuição. O que eu quero dizer e acho que vários parlamentares vão concordar comigo, a relatoria tem uma linha, permeada por muitos fatores que não cabe aqui analisarmos, e os parlamentares podem ter

linhas de condução investigativa diversas. Então, não dá para ter um filtro pela relatoria.

Com todo respeito que V. Exa. me merece, há que ter o direito de cada parlamentar acessar o técnico para conduzir-se na linha investigativa, porque, depois, vamos dizer que eu confirme uma suspeita, uma hipótese; vou trazer e compartilhar com V. Exa., mas eu vou trazer algo pronto, não durante o processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, só para esclarecer o seguinte: quando a demanda nos chega pelo e-mail/não há filtro de nossa parte. Há uma forma de encaminhamento. Nós podemos estabelecer outra forma; estabelecer esse plantão que faça esse diálogo direto com os parlamentares, até porque não significa dizer *a priori* que as contribuições de V. Exas. não serão incorporadas ao nosso relatório, porque, na minha opinião, todos nós estamos aqui buscando estabelecer uma investigação séria. Pode ser que como são muitas as janelas ou portas a serem abertas, podemos – quem sabe – incorporar muitas dessas contribuições ao nosso relatório. É o que eu inclusive desejo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A linha da minha contribuição é nesse sentido.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, vamos chamar a Sra. Andressa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira, com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Requeiro inicialmente, e peço a V. Exa. que dispense o requerimento por escrito – a secretaria pode tomar essa providência – que nós incorporemos já aos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito a manifestação do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, na última sexta-feira, no Supremo Tribunal Federal, quando se iniciou o julgamento da Ação Penal 470. Pelo conjunto da obra, pelo que ali está sendo examinado e pelo que aqui está sendo examinado; pelos valores que ali são tratados e por valores que aqui são tratados.

Teremos, ao final, na hora do relatório, propostas a fazer, graças a essas experiências, já que aquela ação nasce também numa comissão parlamentar de inquérito, a CPI dos Correios.

Tenho especial apreço pela parte em que o Procurador da República denuncia os tipos de intimidação que tentaram fazer contra ele. E com muita precisão e um foco muito dirigido ele se referiu a pessoas que atacam a honra alheia, seguramente porque elas mesmas não a possuem. Essa ênfase, eu faço nesse momento, pelo que já assisti em comissões parlamentares de inquérito, pelo que já assisti aqui nesta sala, em comissão parlamentar de inquérito, na CPI do PC

Farias. E a todo instante fica-se voltando a esse assunto e ataca o Procurador-Geral da República, ataca o Procurador-Geral da República.

Eu não tenho nada a ver com a palavra alheia, eu não sou um sensor, agora, eu começo a desconfiar que esta CPI, Sr. Relator – e eu vejo o seu esforço –, pode estar sendo também objeto de uma conturbação para não chegar a lugar algum.

Eu acompanho o esforço de V. Exa., nos falamos muito razoavelmente – duas, três vezes por semana pelo menos; agora, eu chamo a atenção de V. Exa.: existem movimentos que sugerem táticas para que não se chegue a lugar algum. E penso que vamos ter aqui, sim, que criar um foco, e esse foco da distribuição de dinheiro pela Delta me parece muito claro e é desse foco que querem fugir, no meu ponto de vista, no meu ponto de vista.

Não sei se o Sr. Relator já tem o cruzamento de dados dos dois programas, do I2 e do DW, se não me engano. Parece-me que o PSDB contratou duas consultorias privadas para fazer esses cruzamentos de dados e, se o fez, o fez muito bem, porque nós não estamos tendo acesso; então, que alguém tenha. Quero saber se o Relator tem e se temos meios, até porque hoje começa uma greve da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O.k. nada, Sr. Presidente, eu gostaria que tivesse o.k., mas não está o.k. porque estamos imobilizados aqui por um conjunto de coisas. Ou então vamos acabar logo esta CPI. Podemos acabar logo, dizendo: “olha, acabou a CPI.” Porque, ficarmos indo e voltando, indo e voltando, indo e voltando nos mesmos assuntos, é absolutamente abominável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, sim, o.k. Concluída a primeira fase dos nossos trabalhos...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer falar como líder. Vou passar a palavra a V. Exa.

Com a palavra, como líder, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quer responder ao Senador Simon, Sr. Presidente? Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, Excelência, já falei. Com a palavra, como líder, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, ao final desta CPI, evidentemente, vamos encaminhar os resultados ao Ministério Público. E é possível que

esse resultado chegue ao Supremo Tribunal Federal. Eu estou muito preocupado, como cidadão brasileiro e como parlamentar, com o que está acontecendo lá no Supremo Tribunal Federal. Essa TV Justiça – aliás, o Brasil, Sr. Presidente, é um dos poucos países do mundo em que há a TV Justiça – está contribuindo com o que chamo de parlamentarização do Judiciário. Se você analisar as últimas decisões do Judiciário, como, por exemplo, o sistema de cotas, verá que o Judiciário disse claramente que as cotas eram constitucionais quando a Constituição da República não permite que se trata iguais de forma desigual. Não se vai resolver o problema da educação no Brasil criando cotas. Você resolve dando o mesmo “V 0” a todo mundo, dando a mesma oportunidade a todo mundo.

Bom, recentemente, na votação do chamado ficha limpa, foi seis a cinco, e o Supremo atropelou o Inciso LVII do art. 5º da Constituição, que trata da presunção de inocência. Tenho a leitura de que o Poder Judiciário não tem que dar resposta ao pulsar das ruas. O Poder Judiciário tem que julgar à luz da Constituição da República. Estou vendo Ministro do Supremo antecipando um voto, ontem, no jornal *O Estado*. Então, não é possível que esta Casa – e aproveito o momento desta CPI para falar sobre isso – não comece um debate sobre a TV Justiça, se ela é importante ou se ela não é importante para a democracia do Brasil, porque, na verdade – vou concluir, Sr. Presidente –, os trinta e seis que, em tese, o Procurador pediu para condenar já foram condenados pela opinião pública. Agora, se nós não começarmos um debate nesta Casa sobre a TV Justiça, vai chegar o momento em que esta Casa não precisará mais existir, ou seja, o Poder Judiciário vai resolver tudo neste País.

Então, não é possível que fiquemos calados com o que está acontecendo neste País hoje – vou concluir, Sr. Presidente, calma! –, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço que V. Exa. conclua.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Essa história de você ficar com medo ou ficar em tese preocupado em abrir esse debate com o Supremo, isso é uma forma equivocada desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. exa. conclua, por favor, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, mas não são cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, são três minutos, Deputado; e V. Exa. já passou dois minutos dos três que eu lhe concedi.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Já, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O meu tempo aqui passa mais rápido do que os de antes. Está bom. Então, vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Chico Alencar com a palavra, como Líder.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, apenas para reiterar a gravidade e a importância desta CPI investigar as relações do Vice-Procurador-Geral Geraldo Brindeiro – e aí não tem nada de iniciativa fora da CPI ou para deslustrar o importantíssimo Ministério Público, muito ao contrário, por isso, nós do PSOL nos associamos ao Senador Pedro Taques. É gravíssimo ele com o direito que tem de trabalhar num escritório próprio, ter recebido, embora tenha negado aqui a esta CPI, vultosas somas do esquema Cachoeira.

Segundo, Sr. Presidente, comunicar a todos que finalmente recebemos a relação do Clube Nextel, ou seja, a diretoria da máfia, que chegou até nós da Polícia Federal.

São 46 rádios habilitados no exterior. Em um primeiro levantamento, ainda considerando nomes não identificados até o momento pela Polícia Federal, nós temos vínculos com o Legislativo desse núcleo criminoso, sem dúvida alguma: quatro – aliás, não só o Senador Demóstenes como um seu assessor – servidores públicos, e metade deles policiais militares, federais, civis, seis; advogados, dois; sócios em negócios de contravenção, cinco; assessores diretos do *capo di tutti i capi*, o Cachoeira, meia dúzia; diretores da Delta, três; e cargo de função do Governo de Goiás, o atual e o anterior, quatro; além de cinco da família, tanto consanguínea, mas também famiglia, com “gl”, família mafiosa.

Esses nomes são a chaves de muitas procuras desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exa..

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último inscrito pela ordem, Deputado Vanderlei Macris, que havia declinado, mas houve um resquício de uma dúvida de S. Exa., e devolvo sua inscrição para, aí sim, concluirmos essa primeira parte.

Por favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é coisa rápida e bem objetiva.

A avaliação que a bancada do PSDB está fazendo dos números que estão chegando à CPI tem uma deficiência grave, que eu gostaria que V. Exa. tivesse informação, uma deficiência grave de informação que a CPI está tendo. Ou seja, há uma deficiência de in-

formação do Banco Bradesco a esta CPI, e acho importante que a gente também tenha uma diligência ao Banco Central para saber por que essas contas do Bradesco não estão chegando à CPI.

Estou avaliando aqui os números e gostaria de pedir a V. Exa. que também incluísse uma diligência ao Banco Central para saber os motivos pelos quais o Banco Bradesco não está dando a informação a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem, eu estive com toda a direção parlamentar e executiva do Banco Central tratando dessa matéria, em meu gabinete. Mas a mesma comissão constituída, e agora acrescida de V. Exa., que irá ao Departamento da Polícia Federal com o Relator e o Vice-Presidente, na próxima quinta-feira, pode acrescentar essa diligência ao Banco Central. E eu peço encarecidamente o apoio, em nome desta Presidência, ocupará o meu Vice-Presidente Executivo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos Srs. Parlamentares... Houve uma mudança que para nós é importante: alguns parlamentares, em virtude de ocupações extras, envolvimentos com campanhas políticas, prescindiram dos seus trabalhos na Comissão e pediram, aos seus partidos políticos, substituições. Eu pediria aos Srs. Parlamentares que estão chegando hoje para seu primeiro dia de trabalho efetivo na comissão que possa se identificar inominadamente, mencionar à Comissão, até porque não chegou ainda, oficialmente, a notificação dos seus partidos políticos. Se há algum Parlamentar novo na Comissão, por favor, identifique-se.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Emiliano José, PT da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Emiliano José, PT da Bahia.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Deputado César Halum, PSD Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado César Halum, PSD Tocantins.

Chegou mais algum Parlamentar como os Srs. Parlamentares Emiliano e César? Sejam bem-vindos os dois Parlamentares.

Segunda fase desta reunião.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Andressa Mendonça, que vem a esta Comissão em decorrência da aprovação do Requerimento nº 209, de 2012, do Senador José Pimentel.

A Sra. Andressa comparece a esta Comissão na condição de investigada considerando que contra a sua pessoa foi formalmente instaurado o Inquérito

Policial nº 628, de 2012, pelo Departamento de Polícia Federal do Estado de Goiás.

Peço à Secretaria para providenciar a presença da Sra. Andressa Mendonça. (Pausa.) Seja bem-vinda. A Sra. Andressa Mendonça vem na companhia do seu advogado, eminente jurista Dr. Grossi.

A Sra. Andressa Alves Mendonça comparece a esta Comissão na condição de investigada. No uso das nossas prerrogativas, na condição de investigada, com todas as condições que esta Comissão vem dando, de forma administrativa, a todos os depoentes, quer na condição de investigado, quer na condição de testemunha, sem precisar recorrer ao Supremo Tribunal Federal para a manutenção das suas garantias individuais, eu questiono a V. Sa. se pode, para o efetivo desejo desta Comissão, colaborar, como já outrora fez em reuniões, em declarações à mídia, inclusive, nacional, se a senhora pode colaborar com esta Comissão no efetivo deslinde de tudo aquilo que a Comissão está investigando. Peço que a senhora se pronuncie, porque todos os seus direitos e suas garantias serão preservados.

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Microfone. Não ouvimos, Presidente.

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu faço outra pergunta. Esta Presidência faz outra pergunta à senhora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, era bom que falasse porque acho que não gravou. Estava sem som.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência faz outra pergunta à senhora – e já foi feita a outros que aqui sentaram: se esta sala, se esta reunião fosse transformada em uma reunião de caráter secreto para ouvir o depoimento, sem a presença da imprensa, a senhora poderia colaborar com esta Comissão?

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio sempre.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem pelo artigo...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A senhora sabe que o seu silêncio pode incorrer em prejuízo à sua defesa na condição de investigada.

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ANDRESSA ALVES MENDONÇA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – (*Fora do microfone.*) Questão de ordem, pelo art. 131, ela não sabe aqui na Comissão do que ela está sendo acusada. Como é que ela pode ser aqui, então, pelo silêncio, de alguma forma, apenada? Eu imagino – e aí vem a questão de ordem – que tem razão V. Exa., que teria razão V. Exa., se primeiro falasse o Relator. Afinal de contas, ela está aqui por quê? É preciso dizer isso a ela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Sra. Andressa Alves Mendonça comparece a esta Comissão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Gostaria de ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Sra. Andressa Alves Mendonça comparece a esta Comissão, como já foi dito aqui, na condição de investigada, pesando contra a sua pessoa o que foi formalmente instaurado através de Inquérito Policial 628/2012.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu adendaria apenas que seria uma oportunidade de a Sra. Andressa se defender também. Se existe direito constitucional de permanecer em silêncio, há também o direito constitucional de apresentar a sua defesa sobre os fatos que lhe são imputados...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o Relator pode descrever...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E é uma oportunidade, porque temos aqui uma pessoa de que há indícios de que ameaça juiz, ameaça parlamentares. Então, é uma oportunidade de a Sra. Andressa também apresentar sua versão sobre os fatos.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de saber se ela não queria responder a minha interpelação: quais são as acusações, qual é o dossiê, em que dia fui à casa do marido dela. Quem sabe ela quer dizer aqui agora, em público, e responder a minha interpelação, já que ela tem um dossiê contra mim e ia me constranger no dia de hoje.

A SRA. ANDRESSA ALVES MENDONÇA – Permanecerei em silêncio, nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. A senhora está dispensada.

Convoco o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mentirosa e cascatareira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Senadora Kátia Abreu, minha solidariedade. Estamos aqui... Vamos precisar ter uma reunião para uma conversa mais ampla, pelo que está se passando aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes da convocação do Sr. Joaquim Gomes...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo que está se passando aqui. Não é para ficar conformado com o que está se passando aqui não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor veja como era importante a tese que defendeu de que o Relator deveria questionar a depoente. Nós deveríamos ter o direito de fazer os questionamentos e ela poderia ficar aqui dez horas dizendo que ela manteria o direito constitucional de ficar calada...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi uma decisão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com o Relator fazendo as perguntas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque tem uma coisa: o silêncio fala. Vou repetir: o silêncio fala. E outra coisa. Um depoimento como o de hoje, que reúne toda a CPI, não serve para a CPI, só serviu para a revista *Caras*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Joaquim... (Pausa.)

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito a presença do Sr. Joaquim. Por favor, pela ordem, novamente V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, que fique bastante claro, pois esta reunião não estava sendo transmitida até agora há pouco, por conta da Comissão de Orçamento. Eu interpelei essa cidadã, estou aqui no dia de hoje para ouvi-la a respeito dessa acusação a meu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E ela silenciou.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E essa cascataira se silenciou. Essa gabola, que conta vantagem longe da CPI e chega aqui, fica em silêncio, tímida, tentando macular a honra alheia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, venha à Comissão. (Pausa.)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Presente o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, que está amparado, por medida cautelar, no HC nº 114.259, que lhe assegura o exercício da garantia constitucional da não autoacusação, podendo, portanto, permanecer em silêncio. É uma garantia dada pelo Supremo Tribunal Federal, como já disse outras vezes, profundamente dispensável por esta Presidência.

Ao Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto: o senhor foi convocado por esta Comissão de Inquérito para colaborar na elucidação de fatos que compõem esta CPI, cujo fato determinante foi a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo, como é do seu conhecimento.

Eu pergunto a V. Exa., que já esteve outra vez aqui na Comissão, demonstrando o sentido de colaborar, e foi dispensado por esta Comissão porque veio, atendendo a um chamamento desta Comissão, ainda com o estado de saúde agravado, e, por isso, procedi à dispensa de V. Exa. a um novo chamamento – V. Sa., desculpe-me –, e V. Sa. voltou a esta Comissão...

Parece-nos que o senhor, pela presença de ontem e pela volta de hoje, está querendo colaborar com esta Comissão, e rogo que essa colaboração seja efetiva.

O senhor tem vinte minutos para falar sobre o sentido da convocação e de sua presença nesta Comissão.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Excelência, eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço...

Eu vou fazer a mesma pergunta que fiz à senhora que antecedeu o senhor agora há pouco: se esvaziássemos a sessão e a tornássemos secreta, assim o senhor poderia colaborar, já que suas palavras podem nos ajudar na elucidação de fatos? Em reunião secreta, o senhor poderia colaborar?

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Pois não.

Excelência, eu não fui nem denunciado nesse processo. Nenhuma das duas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...Operações...

O SR. JOAQUIM GOMESTHOMÉ NETO – ...operações.

Eu não tenho nada para colaborar com nada. Eu não conheço de nada. Acho que foi por isso que o Supremo me deu essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O Supremo lhe deu essa prerrogativa, mas não precisa lhe dar essa prerrogativa porque nós da CPI, esta Presidência, está oferecendo esta prerrogativa, porque é um dever constitucional desta Presidência. Qualquer um dos depoentes, hoje inclusive na condição

de testemunha ou na condição de investigado, tem o direito de permanecer em silêncio, mas a colaboração é importante. E essa colaboração se faz mais importante ainda exatamente porque o senhor não está indiciado, como o senhor está colocando.

E aí eu queria que o Relator, e aí no sentido que V. Sa. esteve aqui e eu me senti sensibilizado, porque V. Sa. atendeu à convocação desta Comissão, ainda convalescendo de um cateterismo. Eu me recordo quando V. Sa. esteve aqui, vindo do Rio de Janeiro, convalescendo de um cateterismo. E eu publicizei isso. Enquanto alguns tentavam fugir da convocação dessa Comissão, o senhor atendeu. Então, o seu espírito está colaborativo.

E aí eu queria ouvir do Relator se ele teria alguma pergunta a lhe fazer. E se o senhor soubesse ou não, o senhor responderia, e aquelas perguntas que o senhor entender permanecer em silêncio, o senhor permaneceria em silêncio. Ninguém agravaria isso ao senhor. Mas aquelas perguntas que o senhor pode dizer que “sim” ou que “não”, que teve ou não uma participação efetiva, se estava ou não presente naquele fato determinado, se a sua presença foi importante ou não, ou que não tem absolutamente nada a ver com essa história, é fundamental, até para que nós possamos ter o nosso cumprimento do dever histórico junto ao País.

Eu peço a colaboração. E V. Sa. se sinta absolutamente protegido aqui nesta Comissão, não por esta Presidência, mas pelo dever, de ofício, de todos que compõem este parlamento.

Peço que ouça o Relator.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Excelência, gostaria de solicitar a sua compreensão, mas vou continuar calado, não vou responder.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que a questão central, Sr. Thomé, é se V. Sa. foi contratado pelo Sr. Idalberto para fazer quais serviços, porque V. Sa. comparece aqui como testemunha, não como investigado. Nós queremos saber que serviços o senhor prestou ao Sr. Idalberto. E ele entregava isso a quem? Ao seu Marcelão? Entregava isso ao Sr. Carlos Cachoeira?

Essa é uma questão importante para nós nesse processo de investigação. E isso o senhor terá oportunidade de negar, se foi contratado ou não foi, em que circunstâncias foi? É uma questão colaborar com a nossa investigação. É claro que toda a informação que temos aqui leva-nos a crer que o senhor foi contratado pelo Sr. Carlos Cachoeira, por intermédio do Sr. Dadá, que o senhor prestou serviços ao Sr. Marcelão. Isso os áudios evidenciam. Agora, é preciso saber se o senhor confirma isso ou não.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Eu continuo com o meu direito de ficar calado, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– O senhor está dispensado.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Obri-
gado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

*(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião
é encerrada às 11 horas e 49 minutos)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 23ª Reunião realizada em 08 de agosto de 2012, às dez horas e vinte e seis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB-GO), e Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Folletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR), Luiz Sérgio (PT-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), e Vieira da Cunha (PDT-RS). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN) e Fernando Collor (PTB-AL) **e os Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Silvio Costa (PTB-PE), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também**

estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: Senador Tomás Correia (PMDB-RO), Deputados: Paulo Piau (PMDB-MG), Jilmar Tatto (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Ivan Valente (PSOL-SP) e Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP). Na ocasião ocorreu a oitiva da senhora Andréa Aprígio de Souza, acompanhada de seu advogado, Paulo Sérgio Leite Fernandes, e amparada pelo HC 114623-DF, que iniciou seu depoimento e, após sugestão do Presidente da Comissão, continuou-o sob Reunião Secreta. Com o fim do depoimento da senhora Andréa Aprígio de Souza, a reunião tornou-se aberta. Então, prestou depoimento o senhor Rubmaier Ferreira de Carvalho, acompanhado de seu advogado, Bruno Felipe Gomes Leal, e amparado pelo HC 114588-DF.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Peço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que ocupem os seus lugares.

Álvaro, bom dia.

Peço à assessoria que tome as devidas providências para que iniciemos a nossa sessão.

O Sr. relator já se encontra presente.

Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 22ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Andréa Aprígio de Souza, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nº 59, do Deputado Carlos Sampaio, do Senador Álvaro Dias e do Deputado Onyx Lorenzoni; e do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho, em decorrência da aprovação dos requerimentos de autoria do Deputado Rubens Bueno e do Deputado Doutor Rosinha.

Peço à assessoria que faça presente à CPI a Sra. Andréa Aprígio de Souza.

A Sra. Andréa Aprígio está amparada por um HC de nº 114623. Parece uma xerox de todos que nós... Não precisa nem noticiar para os senhores. É a mesma coisa de sempre. Essa, relatada pela Ministra Rosa Weber.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma sugestão. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode, sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Talvez nós possamos botar no Orçamento para mandar para o Supremo Tribunal Federal. Existe um software – é

capaz até de eles conhecerem – que faz cruzamento de texto, que é o que pega plágio em teses etc., em grandes universidades internacionais. Pelo menos, para não submeter o Congresso Nacional a esse tipo de procedimento. Eu lhe peço mais meio minuto. Como advogado atuando já há quarenta e poucos anos, eu já vi reclamações em tribunais contra advogados que tinham petições assemelhadas no mesmo processo. Mas, de repente, a Suprema Corte, pelos seus membros, tem essa prática, que eu lhe confesso não me agrada, nem entre advogados – e que me permita a Ordem dos Advogados, não estou fazendo nenhuma crítica à atuação de nenhum colega –, e que, sinceramente, também, abomino no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aceito, acato, concordo, admito. Aceito, acato, concordo, admito e subscrevo o pensamento de V. Exa. Mas são decisões que nós apenas referimos aqui por uma questão protocolar e formal. As garantias que esta Comissão dá são públicas e não haverá de arredar o pé, por serem constitucionais, democráticas e, por si só republicanas.

Bom, que se providencie a presença da Sra. Andréa Aprígio de Souza.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos a depoente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ela só chegará quando V. Exas. deixarem de pedir a palavra pela ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente. O meu desejo é de que possamos nos desincumbir o mais rápido possível, então, eu aguardo, se ela já está disponível. É porque eu não a vejo em plenário. Mas aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Só uma informação a V. Exas. sobre a comissão constituída ontem, solicitada por V. Exa., Deputado Domingos Sávio. O Relator já toma as providências junto ao Departamento de Polícia Federal, Deputado Carlos Sampaio, ao Banco Central, para, amanhã, com a Presidência da Comissão, na pessoa do Presidente Paulo Teixeira, ou hoje à tarde, a depender da conveniência dos senhores... O Presidente Paulo Teixeira – a agenda é da Presidência do Presidente Paulo Teixeira – assume essa tarefa para fazer o diálogo.

Posso dizer que ontem mesmo já houve um movimento provocado pelos senhores, provocado pelo Sr. Senador Alvaro Dias com relação ao Banco Bradesco. Nós já iniciamos o recebimento das informações do Banco Bradesco.

Peço também aos senhores que cadastrem seus assessores num curso que estamos oferecendo. Já está funcionando, mas apenas, Deputado Miro Teixeira, quatro assessores estão cadastrados. Nós queremos oferecer esse curso... Um dos seus está lá, o seu está lá, Pitiman. Nós queremos oferecer esse curso para uma maior quantidade possível de assessores porque esse curso é exatamente o coração da CPI, é o cruzamento das nossas informações. Segundo a assessoria me informa, apenas quatro assessores foram cadastrados para conhecer o nosso sistema, o I2, que é o sistema que cruza os dados provenientes da transferência dos sigilos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – É que há uma outra restrição que não depende de V. Exa, não depende da Mesa: é a administração das chaves, porque, como são vários partidos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São os blocos, é. A administração das chaves é exclusivamente dos blocos que compõem...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – É dos partidos, e, sendo dos partidos, é do inferno; então, chegar um partido e entregar a outro, entregar a outro... Pode ser que... Semana que vem, por exemplo, está prometido que teremos acesso à chave. O servidor está treinado. Agora, eu observei... O Dr. Dirceu é sempre tão atencioso lá com a equipe dele, e eu observei que tem sido reduzido o ritmo de informações que estão chegando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Hoje, Deputado Miro, eu já tenho o volume completo. Hoje, pela manhã, eu determinei à Secretaria, ao Diretor Executivo, Dr. Dirceu, que me trouxesse, em termos percentuais, o volume de recebimento dessas informações...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – Vamos separar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... cruzando com os ofícios que foram remetidos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – Separando as coisas, porque há um serviço *on-line* que é precioso, que V. Exas. da Mesa e mais os servidores instalaram. Esse serviço *on-line* é o que nos transmite as informações bancárias. Esse é precioso. A gente acessa do celular. Porém, o que depende de informação física tem que ser alimentado primeiro no PRODASEN e depois ser colocado lá na sala...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade, são duas etapas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – ... e eu lhe afirmo: já não há atualização há alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – Ontem eu mandei olhar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar as providências, Deputado Miro Teixeira.

Pois bem, convoco a Sra. Andréa Aprígio de Souza. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda. Bom dia.

Andréa Aprígio de Souza está presente na companhia de seu advogado, munida, como já foi comunicado a esta CPI, de forma dispensável, mas por um dever de justiça e para efeito formal, repito-me, do HC nº 114623.

Sra. Andréa, já devidamente identificada nesta Comissão, vem, atendendo à nossa convocação, certamente, trazer colaboração importante para a elucidação dos fatos que o Poder Legislativo nacional, o Congresso Nacional está apurando.

Como é do seu conhecimento, a sua convocação foi motivada para que a senhora pudesse, em um depoimento colaborativo, elucidar fatos, retirar dúvidas e nos abastecer de informações que possam os Srs. Parlamentares traduzir em avanços no processo de investigação.

Afirmo à senhora que, inobstante o recurso do Supremo Tribunal Federal, prolatado pela Sra. Ministra Rosa Weber, aqui, nesta CPI, a senhora terá inobstante o recurso, todas as garantias dos seus direitos e das suas garantias constitucionais.

A senhora permanecerá silente quando lhe for conveniente, pelo princípio constitucional, mas também poderá falar, para nos abastecer, repito, colaborando com esta Comissão. É o apelo que faço a V. Sa, é o apelo que faço à senhora e passo a palavra para que a senhora possa usar os seus vinte minutos.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Primeiramente, gostaria de cumprimentar a todos. Bom dia a todos.

É sabido que a minha presença aqui é puramente para colaborar. Porém, antes de usar dos meus vinte minutos, eu gostaria de esclarecer que gostaria muito de preservar a minha família, em substancial os meus filhos. Em decorrência disso, espero esclarecer os quesitos descritos na minha convocação neste breve depoimento que darei. Porém, quero me resguardar o direito de não responder aos questionamentos apenas para não expô-los além da exposição que eles já estão sofrendo, do sofrimento e da dor, que realmente é bem profunda e difícil de administrar no que diz respeito à mãe, que sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A senhora terá todos esses direitos e todas essas garantias. A senhora pode ficar absolutamente tranquila. E tem o uso da palavra.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Obrigada.

Primeiramente, prezados Parlamentares, eu gostaria de iniciar minha fala compartilhando com os senhores um conselho que eu recebi da minha avó, uma pessoa a quem eu respeito muito, que admiro muito e que traz consigo a experiência de 95 anos de idade.

Sabiamente, no início do processo da minha separação, ela me disse: “Neta, lembre-se sempre de uma coisa: você poderá sair do casamento, mas o casamento não sairá de você”.

Naquele momento, eu não entendi bem a colocação dela. Somente agora comprehendi a amplitude de seu conselho. Não se levam de um casamento apenas os filhos, as lembranças, as histórias vividas. Hoje, sei que serei sempre a ex-esposa de Carlos Cachoeira. Ele será sempre o pai dos meus filhos. Mesmo com o fim do nosso casamento, as suas responsabilidades de pai não se extinguem.

Caros Parlamentares, esta é a única relação que existe entre mim e o Carlos: a cordialidade de um vínculo familiar, onde prevalece um respeito mútuo, em consideração aos filhos que juntos tivemos.

Ao ser convocada para comparecer a esta Comissão, na condição de testemunha, o meu sentimento não foi o de que estava comparecendo nessa condição, e sim como investigada. A base de minha convocação são matérias jornalísticas. Não há nenhuma sequer citação do inquérito que investigou a Operação Monte Carlo, mas várias citações da imprensa. Com o devido respeito que eu tenho aos propagadores dessas informações, eles devem, por justiça, investigar melhor os fatos, caso contrário corremos o risco de viver uma crise de direito, onde o indivíduo é declarado culpado até que ele prove o contrário. Não deveria ser diferente?

É de conhecimento público que acusações pairam sobre a minha pessoa, porém, essas acusações estão muito distantes da minha realidade, simplesmente porque sou uma defensora de valores éticos, morais e cristãos para mim e para minha família.

O patrimônio que está em meu nome é fruto de uma partilha de bens por ocasião de uma separação consensual, homologada em juízo, havida entre mim e o Carlos. Além disso, é fruto do retorno do meu trabalho. Quero reforçar que sou engenheira civil, sou advogada e administro pessoalmente as minhas empresas, das quais tenho retiradas de pró-labore e distribuição de lucro, que são totalmente capazes de suportar o crescimento do meu patrimônio e todas as transações financeiras realizadas por mim que estão devidamente declaradas à Receita Federal, com todos os seus tributos recolhidos.

Quero ressaltar que às páginas 176 e seguintes do volume 1, do inquérito da Operação Monte Carlo, há citação da análise feita pelo órgão competente que diz que é frente ao meu patrimônio e diz que o crescimento foi considerado compatível com a minha renda.

No sentido de esclarecer alguns equívocos que estão sendo veiculados pela mídia, gostaria de colocar alguns pontos.

Minhas empresas estão sendo acusadas equivocadamente como sendo canais de articulações ilícitas, o que vem indignado e entristecido a todos que se empenham para o crescimento delas. Por exemplo, a fundação. Essa fundação é fruto de um trabalho social que desenvolvo desde a minha época de adolescente. A fundação veio unicamente, unicamente para coroar esse trabalho voluntário de anos. Seus objetivos são exclusivamente para ações sociais. Ela é situada na cidade de Anápolis, em um bairro carente; atende a pessoas cadastradas; promove treinamento e inclusão social. Todas as ações dessa fundação são fiscalizadas pelo Ministério Público local. Em nenhum momento foi detectada nenhuma irregularidade, em nenhum momento da sua existência. Sua movimentação financeira é abaixo de R\$5 mil. E quero ressaltar que ela não recebe verba externa, apenas de sua mantenedora, a construtora.

Sou uma engenheira formada e tinha um desejo antigo de voltar a operar nesse ramo. Gostaria de reforçar que essa construtora se trata de uma micro empresa em fase inicial de operação. Foi constituída no final de 2010 e estava no seu primeiro projeto que ainda não foi concluso.

A indústria farmacêutica. Ela foi adquirida em 1999, em estado falimentar, ainda durante o meu casamento. Em nossa separação, na definição de partilha de bens comuns, recebi os direitos referentes a essas cotas da empresa, passando para a minha propriedade, resultando posteriormente em 95% das ações.

Gostaria de esclarecer que na época da aquisição da empresa o Carlos atuava como empresário em várias frentes, inclusive no ramo lotérico, com contratos legais firmados pelo Governo. Todos os recursos utilizados para a aquisição desse bem são de origem lícita. Com relação ao crescimento da empresa, ele foi suportado com a sua própria geração de caixa, que foi através de muito trabalho e dedicação sendo feito ao longo dos anos. A empresa não possui, em toda a sua existência, nenhuma movimentação financeira ilícita, irregular, escusa ou suspeita. É cumpridora de suas obrigações financeiras, tributárias, fiscais e trabalhistas. Gera emprego e cumpre o seu papel social e empresarial com respeito e dignidade.

Ressalto que, durante as investigações da Operação Monte Carlo, a empresa foi investigada e nenhuma movimentação financeira escusa foi encontrada.

Ao analisar os movimentos, balanços e movimentações financeiras da empresa dentro do processo investigativo dos últimos anos, a Receita Federal emitiu um parecer em que ela declara que não encontrou indícios de ilícitos e que a movimentação financeira da empresa é compatível com o seu porte. Ainda assim, foi determinado o sequestro e a indisponibilidade de todos os ativos financeiros e bloqueio de movimentações da contas de minha empresa, sem uma prova sequer, com base em deduções errôneas.

Diante disso, fomos forçados a buscar os nossos direitos, recorrendo ao TRF da 1ª Região cujo pleito nos foi garantido em uma liminar e foi confirmado em Corte Especial no dia 13 de junho de 2012, frente à total falta de provas.

Reforço ainda que, como dito pelo desembargador, minha empresa não é ré em nenhum processo. A ela não está sendo imputada a prática de qualquer crime e não há demonstrações de desvios da empresa nem confusão patrimonial com os seus sócios em todo o respeito à sua personalidade jurídica.

Gostaria também, neste momento, de refutar qualquer acusação de que a empresa utilizou-se de influências e pressões políticas para agilizar os seus processos perante o órgão regulador Anvisa.

Primeiramente, quero afirmar que a Anvisa é um órgão fiscalizador e orientador sério, cumpridor de suas normas. Todas as reuniões, em algumas delas eu mesma estive presente, foram eminentemente técnicas, sendo tratadas questões comuns às indústrias farmacêuticas. Em todas as reuniões, as atas foram realizadas e elas são públicas, e em nenhum momento foi solicitado privilégio para os nossos processos, que foram montados e estão sendo analisados dentro do rigor da lei.

Nossa empresa possui, ao longo dos anos, processos que foram deferidos e indeferidos, assim como qualquer outra empresa do segmento, e nunca teve motivos para se sentir lesada ou privilegiada pelo órgão regulador.

Respeitamos as decisões que, para nós, sempre foram técnicas e, quando eventualmente não concordamos com essas, recorremos administrativamente ou judicialmente, como meio para dirimir questões dúbias.

Enquanto casada com Carlos, sempre o respeitei e admirei a sua inteligência e o seu dinamismo. Porém, tínhamos uma vida profissional distinta, como muitos casais que atuam em ramos profissionais diferentes. Portanto, posso responder pelo que conheço e pela minha conduta.

Tenho procurado pautar a minha vida em princípios e valores éticos e morais e estou extremamente desconfortável com a exposição excessiva de minha imagem e de minha família, pois acredito que a discrição é uma grande virtude.

Minha postura reservada diante de tantas especulações e acusações infundadas se dá pela certeza da correção de minha conduta e de minhas empresas, aliada na crença de que o tempo demonstrará a verdade dos fatos e se fará justiça. As especulações só geram angústias e mais sofrimento.

Neste momento, tenho que pensar primeiramente nos meus filhos, que já estão sofrendo com a situação vivida pelo pai, necessitando mais do que nunca da serenidade e da atenção por parte de sua mãe, que sou eu.

Sei que os senhores e as senhoras têm família e que a grande maioria dos senhores e das senhoras tem filhos. Acredito, portanto, que saberão compreender essa minha decisão de não me expor mais do que o necessário, exatamente para não causar mais dor e sofrimento aos meus filhos, que tanto amo e com quem me preocupo, pois acredito ter esclarecido as dúvidas dos senhores e das senhoras baseada nos quesitos descritos em minha convocação. Faço um apelo para que respeitem minha decisão.

Cada um deve responder na medida dos seus atos. Creio sinceramente que V. Exas. irão analisar os fatos e provas e concluirão os vossos trabalhos de forma objetiva, isenta e justa.

Para encerrar, gostaria de deixar um questionamento: senhores e senhoras, acreditam sinceramente que alguém deixaria algum bem nome de uma ex-esposa ou de um ex-marido?

Esse esclarecimento eu fiz em respeito aos senhores e senhoras, a esta Casa parlamentar, os quais traduzem todo o meu conhecimento e capacidade de contribuir com os senhores. Mais nada eu tenho a declarar. Que respeitem o meu silêncio e compreendam como indignação de uma pessoa que está sendo injustamente envolvida em questão de que não é parte. Apenas peço esse respeito a todos vocês por uma mãe que está criando seus filhos dentro de uma situação extremamente delicada, visto que o pai está segregado há quase seis meses e eu preciso preservar os meus filhos, todos pequenos, dois deles em fase de adolescência e pré-adolescência, que por si só já é uma fase conflitante. Preciso preservar os meus filhos. É o meu dever como mãe. Espero que vocês compreendam.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator para perguntas, para os seus questionamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apenas para tranquilizar a Sra. Andréa, digo que ela comparece a esta Comissão como testemunha e as relações familiares de V. Sa. não serão objeto, e não é objeto, é claro, do foco de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Algumas questões foram analisadas precisamente verificando os dados das empresas de V. Sa. É curioso notar que, na declaração de renda, V. Sa. mantém dívidas, aliás, Carlos Cachoeira tem dívidas, a senhora tem dívidas com Carlos Cachoeira. A dívida foi de R\$185 mil em 2007. E essa dívida saltou para R\$1,9 milhão em 2010. Do que advém essa dívida?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Com todo o respeito que eu tenho ao senhor e a esta Casa, eu não gostaria de responder questões pontuais. A minha declaração de Imposto de Renda já está à disposição dos senhores e creio que eu estou em dia com a Receita Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. A senhora está em dia, é verdade, agora, a questão que está colocada é por que Carlos Cachoeira emprestou dinheiro para a senhora ou para as empresas de V. Sa., na medida em que a declaração de renda dele evidencia que ele não teria renda suficiente em empresas para fazer esses empréstimos. Esses empréstimos se deram em razão de quê? Por quê?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Senhores, eu não posso responder pela declaração de Imposto de Renda do Carlos. Eu respondo pela minha e a minha está devidamente declarada e correta no meu entendimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esse dinheiro...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Desculpe, mas eu realmente gostaria de exercer o meu direito de não responder os questionamentos. Espero não causar nenhum constrangimento com essa minha decisão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. A senhora não causa constrangimento. A questão central é que é importante que a Comissão tenha noção de por que esse dinheiro do Carlos Cachoeira foi emprestado à senhora. A senhora precisava? Era necessário nos negócios da senhora?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Com certeza, nesse momento, eu deveria estar precisando, porque foi o que ocorreu. Mas eu realmente não gostaria de responder. Desculpe-me, mas eu gostaria de encerrar. Eu creio que já declarei tudo aquilo que devo declarar e gostaria de preservar realmente a minha imagem, de realmente não ter que colocar posicionamentos perante o pai dos meus filhos, que está numa posição delicada. Os meus filhos estão sofrendo muito com isso. É muita dor, muito sofrimento. Eles sofrem, eles choram.

Eles sofrem pressão na escola, com os amigos onde quer que eles vão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sra. Andréa...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – A exposição está além do limite e eu gostaria de que vocês entendessem e pudessem me preservar neste momento delicado, que é extremamente delicado para uma mãe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, será que eu poderia me dirigir ao Relator?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só uma questão de esclarecimento. Vou esclarecer...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para um esclarecimento antes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...ao seu advogado: o nosso rito – só uma questão de esclarecimento, até porque esta Presidência tem absoluto estrito cumprimento das suas regras decididas por este Colegiado... Os senhores sabem que, nesta cadeira, acima de tudo, sou cioso das minhas obrigações e das minhas responsabilidades. Quando o depoente vem aqui na condição de testemunha ou na condição de investigado, independente – para nós hoje, com todas as súmulas do Supremo Tribunal Federal, isso independe –, as garantias são as mesmas, mas nós estabelecemos um rito. Se ele vem e se ele se abstém de falar à CPI, nós não temos outro caminho senão dispensá-lo, como vinha dispensando, mas agora não. A depoente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Usou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Usou da palavra, colocou a sua defesa. Nós respeitamos a sua defesa. Ouvimos. Nós lhe oferecemos todas as garantias para que ela expusesse. Ela expôs e ela vai ouvir a palavra do Relator, vai ouvir a palavra dos senhores e vai poder responder ou não aquilo que conhece ou aquilo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu pedi a V. Exa. a autorização para me dirigir ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, quero só dizer aos senhores que esta vai ser a conduta da Presidência.

Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu pedi autorização para me dirigir ao Relator, se ele concordar, é claro, se V. Exa. autorizar e ele concordar.

Primeiramente cumprimentando a testemunha pela maneira cortês como aqui se apresenta e dizer que aqui não haverá qualquer espécie de constrangimento a V. Sa. Nós todos seremos os primeiros a nos

levantar para nos colocarmos em oposição a qualquer espécie de constrangimento. Não tenha dúvida.

É bom assinalar que V. Sa. está aqui sim como testemunha, porque a exposição pode ser negativa ou positiva. No seu caso... No seu caso... É claro que comprehendo o desconforto. Aquela frase da sua avó tem outra leitura. Ela está... Não a conhecia, mas é interessante o casamento. Não sai de você. Aqui na CPI, surgiu outra frase: ex-mulher é para sempre.

Com V. Sa., não há qualquer desrespeito, e com qualquer pessoa. V. Exa. se apresenta e respeita a nossa Comissão também aqui vindo e aqui falando. Então, eu penso que V. Sa não tem mesmo que responder sobre Imposto de Renda do Cachoeira. É isso que gostaria de falar com o Relator claramente, publicamente. Ele está no papel dele. As respostas são sobre outras coisas especialmente que V. Exa. falou, já falou, e nós temos o direito de pelo menos dizer se concordamos ou divergimos, mas eu a cumprimento. Eu a cumprimento pela forma elegante, inclusive, como se apresenta, e V. Sa. há de entender o que estou falando. V. Sa. se apresenta elegantemente a esta Comissão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Contrariando um pouco o entendimento que tenho percebido que vai vingar na reunião de hoje, cumprimentando a depoente pela sua disponibilidade de falar, o proceder de V. Exa. em alguns casos foi no sentido de dizer o seguinte: vai responder as perguntas? Vou. Então, faz a sua introdução e a sua fala. Não vai responder as perguntas, não se faz a introdução e nem a fala.

Nesse caso específico, ela veio munida de um *habeas corpus*. Portanto, numa relação idêntica a dos outros que sequer se dirigiram a esta CPI. Por esta razão, se foi dada a palavra a ela, ela falou e disse que, a partir de agora não vai mais responder a nenhuma das indagações, tendo como *habeas corpus*. Eu tive a impressão de que ela disse que ela ia ser reservar ao direito de não mais falar.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A mim me parece que constrangê-la neste momento, diferentemente do que fizemos com todos os outros que são investigados, que estão envolvidos no núcleo criminoso, é dar um procedimento diverso a quem não merece o constrangimento por que está passando. Tenho para mim que a dispensa deve ser imediata, como nos outros casos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não tenho que estranhar o que o PSDB está fazendo, porém eu posso falar para elogiar...

(Discussão e tumulto no recinto.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deixe me falar, Sr. Presidente. Na verdade, eu estou perguntando para ela.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Vamos organizar, por favor. Por favor!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Miro fez uma referência de que o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Por favor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – ...e é bom que tenhamos a clareza – Presidente, só para deixar isso claro – de que nós respeitamos profundamente a posição de cada colega, do colega Carlos, mas eu pelo menos entendo, por exemplo, que o relator está numa linha de raciocínio absolutamente apropriada, porque ele está perguntando não é do Imposto de Renda do Carlinhos Cachoeira, é dela, por que ela pediu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Presidência... Por favor. Por favor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – ...e isso não tem nada a ver com relação familiar. Isso precisa ficar esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

Esta Presidência tem uma posição. Eu preciso que os senhores... Eu abri a palavra, o relator estava com a palavra...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E eu vou continuar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O relator estava com a palavra, e eu abri em atenção aos senhores, o que eu não vou fazer mais. Por favor. O que eu não vou fazer mais.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa., e apenas para esclarecer que se trata, na verdade, do Imposto de Renda da Sra. Andrea. E ela toma recursos emprestados do Sr. Carlos Cachoeira depois da separação. Então, numa relação de empréstimo, e uma relação que, neste momento, tornou-se suspeita. É claro que V. Sa...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Perfeitamente legal, não é senhor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Sa. pode se defender, tem a oportunidade de se defender sobre esses empréstimos. Agora, o dado concreto é que ele empresta à senhora, uma pessoa que está no centro da investigação, ele empresta para a senhora 1,9 milhão, não é mais o seu esposo, e a senhora... Como nós temos um papel de investigação, eu gostaria que a senhora compreendesse que nós precisamos, temos o

dever de suspeitar de um empréstimo como esse. E a senhora tem a obrigação de esclarecer a esta comissão.

Eu queria perguntar para a senhora o seguinte: busca e apreensão na realizada na casa do Sr. Adriano Aprígio, pela Polícia Federal, encontrou um contrato particular de compra e venda de janeiro de 2011, onde Adriano e sua esposa transferem todos os seus bens para a senhora, no valor de 5.311.795,20. Qual o motivo dessa transferência?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Volto a afirmar, Sr. Relator, e a todos vocês: quero usar o meu direito de não responder os questionamentos, quero usar o meu direito de ficar calada. Contrariando a algumas colocações aqui, imaginei que eu pudesse usar dos meus vinte minutos e que isso fosse legal e, depois, usar do meu HC para que não respondesse esses questionamentos. Se aqui soubesse que teria que ser submetida aos questionamentos, eu nada falaria.

A minha colocação foi no sentido de esclarecer os questionamentos da minha convocação e procurar ser respeitosa com a Casa parlamentar, com a CPMI, a qual eu respeito o trabalho de vocês. Eu gostaria que vocês também respeitassem a minha condição de ter o meu direito preservado, que é o de não responder os questionamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem o direito de não responder. Mas, na medida em que a senhora usou a palavra, a cada pergunta a senhora pode ficar silente. Nós vamos respeitar...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – O senhor me desculpe, mas isso não me foi informado anteriormente. Eu achei que eu estaria colaborando com as colocações iniciais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse é um procedimento conhecido...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, agora a senhora está informada, e eu vou continuar, Presidente. Eu vou continuar, Presidente.

A senhora possui contas no exterior?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu queria fazer uma sugestão. É uma sugestão, Presidente, e se o relator permitir.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Vai levar 30 segundos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Questão de ordem do Sr. Leonardo.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – A depoente manifestou que o seu receio em prestar depoimento é a exposição pública sua e de sua família.

Eu demandaria ao Presidente se não seria o caso de consultar a depoente, se nós transformássemos a

sessão numa sessão reservada, numa sessão secreta, sem a presença de pessoas externas à comissão, se ela não estaria disposta a rever seu posicionamento, e aí, sim, sem nenhuma exposição.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – A pedido do Sr. Leonardo e de todos os Srs. Parlamentares, a pedido do Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu já consultei o advogado se ele gostaria de uma sessão reservada, e ele me disse que não. Então, já temos essa resposta.

Devolvo aqui a Presidência ao Senador Vital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quanto ao porquê da pergunta, Presidente, é importante informar a todos que nessa busca e apreensão, nesse contrato particular, segundo a PF, trata-se da transferência de todos os bens que estavam em nome de Adriano Aprígio, sendo que, na realidade, esses bens – 5 milhões, 311 mil – pertenciam ao Sr. Carlos Cachoeira.

Diz, ainda, a PF que “infere-se, de acordo com as investigações, que tal medida se deu pelo fato de Adriano estar em vias de separar-se, o que gerou preocupação de Carlinhos Cachoeira quanto aos bens”

Por isso, estou indagando as senhora sobre isso.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO E SOUZA.– Eu entendo o senhor, mas, infelizmente, eu só posso responder pelos meus atos. Eu não tenho conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As testemunhas do referido contrato seriam o Sr. Geovani Pereira e o Sr. Gleiby, comparsas do Sr. Carlos Cachoeira.

Indago de V. Sa. se V. Sa. Possui contas no exterior, se possui imóveis no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de interromper o Relator, atendendo à solicitação do Deputado Picciani, já houvera sido feita informalmente pelo Presidente Paulo Teixeira, e eu, pessoalmente e publicamente, fui ao advogado e procurador da paciente, da Dra. Andréa, da testemunha...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Paciente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É, nós chamamos, na Justiça, também paciente, para quem não conhece. É um termo técnico.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – No *habeas corpus*...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É paciente também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não é um termo médico; é um termo técnico. Quem é advogado, quem milita no Direito sabe disso; é paciente também. É um termo técnico.

Como sou médico, as pessoas podem pensar que eu confundo.

Então, eu fui ao procurador e disse que a sugestão do Deputado Picciani nós poderíamos agora solicitar do Plenário a transformação da reunião numa reunião reservada, mantendo os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas constitucionais que a testemunha tem. Isso não diminui em nada, e a senhora sabe disso, os seus direitos, apenas pode lhe permitir ficar mais à vontade com os membros desta Comissão e, em determinadas perguntas que a senhora possa ter a condição de responder sem se autoincriminar, o que é um direito constitucional que a senhora tem, colaborar com a Comissão.

O seu advogado concordou e eu peço, encarecidamente...

Suspendo a reunião por três minutos, para determinar o esvaziamento desta sala e permitir somente a presença dos Srs. Parlamentares.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião torna-se secreta às 11 horas e 09 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retomando a reunião, nós temos aqui a presença do Sr. Rubmaier. É assim que se pronuncia o seu nome? Rubmaier Ferreira de Carvalho, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 528, de 2012, CPMI Vegas, de autoria do Deputado Rubens Bueno; e 532, de 2012, CPMI Vegas, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

O Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho está amparado por Medida Cautelar, no HC 114588, que lhe assegura o direito de ser assistido e comunicar-se com seus advogados durante a inquirição.

O senhor pode declinar o nome do advogado?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Dr. Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bruno.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Está no HC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está no HC. É um jovem advogado. Dr. Bruno. Está aqui. Eu não tenho o HC.

O direito de não firmar termo de compromisso legal de testemunha, haja vista a sua condição de possível investigado. O direito de permanecer em silêncio, incluindo o privilégio contra a autoincriminação, excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direito, em razão do exercício de tais prerrogativas.

O depoimento transcorrerá conforme o Item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência.

Os depoentes disporão de até 20 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, serão interpelados inicialmente pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, e depois os demais inscritos, dentro do assunto tratado, dispondão cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta dos depoentes, ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

Então, está com a palavra o Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Prezados Parlamentares, boa tarde.

Inicialmente, gostaria de ressaltar que estou aqui perante esta Comissão na qualidade de testemunha e não de investigado. Gostaria também de esclarecer que não conheço e nunca tive nenhum tipo de relacionamento com o Sr. Carlos Augusto e com ninguém ligado ao mesmo. Informo ainda que jamais prestei nenhum tipo de serviço de contabilidade para nenhuma das empresas investigadas. Por fim, não tenho dúvida quanto à minha inocência e lisura das minhas condutas pessoais e profissionais. Inclusive, todos os documentos que julgo necessários para provar tal fato já se encontram à disposição desta Comissão.

Dessa forma, diante de tantas acusações e da exposição, eu e minha família temos passado por vários dissabores. Portanto, peço a compreensão de todos no sentido de que respeitem o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Bom; eu passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Rubmaier, V. Sa. comparece aqui na qualidade de testemunha, e é importante dizer que o nome de V. Sa. aparece como contador de algumas empresas que são investigadas por esta CPMI. E é sobre essa compreensão que estamos aqui ouvindo V. Sa., pois, segundo consta, essas empresas de que V. Sa. seria contador foram empresas laranjas criadas pelo Sr. Carlos Cachoeira a fim de receber recursos ilícitos. Então, a nossa expectativa é de que o senhor possa colaborar com o trabalho desta CPMI, razão por que o senhor está aqui hoje.

Qual a profissão do senhor? O senhor exercer que profissão?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sou contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só a profissão de contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há quantos anos o senhor é contador?

Peço que o senhor fale junto ao microfone.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Trinta anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor possui empresas no nome do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só o escritório de contabilidade.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só o escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É procurador de alguma empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem procuração para movimentar contas bancárias de alguma empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui, mas eu gostaria que o senhor nos reafirmasse: o senhor conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca vi na minha vida.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca esteve com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não mantém nenhum tipo de relação com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nenhum tipo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Negócios?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com o Sr. Lenine Araújo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com o Sr. Gleyb Ferreira da Cruz?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Desconheço também. Não conheço nenhum desses cidadãos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Srª Rosely Pantoja?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ela é dona de uma empresa de que o senhor é contador.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não sou contador da empresa. A revista *Época* fez uma reportagem dizendo que eu era contador de várias empresas dele, mas eu nunca vi, tanto é que tenho como provar, perante os órgãos, que nunca fui contador dessa empresa. Eu não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal consta o senhor como contador da Alberto & Pantoja.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pois eu nunca constitui essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é contador dessa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca fui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é contador da empresa Adécio e Rafael Construções?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nega então o que está no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. Se está contando, é porque usaram algum código meu lá.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com a autorização do Relator, sobre esse aspecto, apenas para colaborar.

Isso que ele acabou de dizer é de uma gravidade rara. Agora, é de facilíma comprovação, porque todos esses registros são eletrônicos, especificamente no caso do contador, porque ele fica com autorização de acesso a Serasa e a outras coisas também. É de uma gravidade feroz, porque isso revela uma fragilidade de um sistema público que até este momento era de alta confiança de todos os operadores do Direito e da própria Contabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta-nos, exatamente, que o senhor é contador dessas empresas.

O telefone 3361.2981 pertence a V. Sa.?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pertence. Em meu nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E esse telefone consta como um telefone da Adécio & Rafael.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pois é. Isso aí eu achei muito estranho. E um jornalista falou assim: “Ah, mas esse endereço aí está no seu endereço”. E eu disse: “Não, meu amigo, eu não constituí essa empresa”.

Eu estou achando que as pessoas que estão envolvidas usaram o meu nome, dentro do meu escritório, de alguma forma para constituir essas empresas.

Não constitui nenhuma empresa dessas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não constituiu a Adécio & Rafael Construções e Incorporações...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Não constitui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...que posteriormente se passou a chamar G&C Construções e Incorporadora Ltda.?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. Não constitui essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que, então, o telefone do senhor consta...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exatamente; eu acho muito estranho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...como sendo...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– ...isso aí, porque a firma está constando no Goiás. Eu também tentei fazer essa investigação. A empresa está no Goiás. Meu local de trabalho é no Cruzeiro. Como é que o cara vai usar o meu telefone? Eu nunca trabalhei em empresa nenhuma do Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Adécio & Rafael pagou e é uma empresa fantasma, que serve às organizações do Sr. Carlos Cachoeira. O senhor não conhece nenhuma dessas pessoas, então?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é contador da Alberto e Pantoja Construções e Transportes?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca fui contador dessa empresa. Tanto é que fui no órgão competente, pedi cópia dos contratos, verifiquei... Em todos os órgãos, eu não sou contador da empresa, não foi constituída por mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, as informações que estão no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas são inverídicas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pode ser que tenham usado, pegaram alguma forma de usar essas informações para constituir a empresa, mas não sou contador dela.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece a Sra. Rosely Pantoja?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca vi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E Carlos Alberto Lima?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não. Não conheço nenhum dos dois.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece... O senhor é contador... Consta que o senhor também é contador da empresa Brava Construções e Terraplanagem Ltda.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

Sim. A Brava foi constituída, através de um funcionário meu, dentro do meu escritório, mas só foi constituída, em 2009. Não prestei nenhum serviço contábil para essa empresa. Só foi constituída perante os órgãos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como era o nome da empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Brava Construções.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o funcionário do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Marcos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Marcos...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– ...Teixeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Marcos Teixeira Barbosa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele era o proprietário único?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Da empresa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Brava.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, estou dizendo que ele não era proprietário. Trabalhava comigo, no meu escritório. Ele que fez a constituição da empresa, da Brava Construções, mas ele não tem ligação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Brava foi constituída,...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Foi constituída lá em 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...então, no escritório do senhor...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...por um funcionário do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, quando o funcionário constitui uma empresa, o senhor não é responsável?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim! Foi digitada a documentação pelo meu escritório, eu assinei. Aí a empresa foi constituída, não deu andamento na contabilidade, não sei dos sócios, todos... Agora, com essa investigação, até andei procurando, para saber o que que tinha acontecido, não encontro nenhum dos sócios. Mas, na realidade, só foi constituída dentro do meu escritório. Não prestei serviço contábil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Relator, seria o caso de saber se ele exerce também a tarefa de despachante, e não só a de contador.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não exerce.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se o Relator quiser.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Outra questão... Agora o senhor disse que foi constituída...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Constituída.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...no seu escritório.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor fez contabilidade da Brava Construções...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...e por quanto tempo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Não fiz contabilidade. A empresa foi constituída, entregou-se para os sócios, não fez o contrato de prestação de serviço para dar seguimento à contabilidade. Não foi feito nenhum tipo de contabilidade no meu escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Marcos continua trabalhando para o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi desligado quando?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Já tem um certo... Uns três anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece... Precisamente quando?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– O quê?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que o Sr. Marcos deixou de trabalhar com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Foi 2010...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2010, ele deixou de trabalhar com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Álvaro Ribeiro da Silva...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Conheci...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...e o Sr. João Macedo de Miranda?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Esses dois eu conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E de que forma o senhor conheceu eles?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eles eram as pessoas que frequentavam o ambiente, o prédio em que eu trabalhava, e através do conhecimento que a gente teve com ele. Ele já teve sala lá no mesmo prédio em que eu trabalho, eu constitui a empresa para ele; que são sócios, que eu sei, dessa Brava Construção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, eles eram empresários do ramo de construção civil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não sei lhe informar. Só sei que me pediram para constituir a empresa; eu constituí com esse ramo. Não sei informar se eles...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde a empresa foi inicialmente sediada?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Foi no Cruzeiro, no Centro Comercial Cruzeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No Cruzeiro?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem conhecimento de que no local onde essa empresa foi constituída funciona uma borracharia?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não faz esse controle; as pessoas informam e o senhor...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, para constituir uma empresa ele traz o contrato de locação do ambiente, certo?

Eu aqui até esclareci errado. Ele trabalhou no Centro Comercial Cruzeiro. Agora, como endereço da empresa ele usou um endereço que também desconheço, mas como os documentos são todos autenticados e entregues na mão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele apresentou contrato de locação do endereço para o senhor constituir a empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, sim, porque era necessário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem cópia desse contrato com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não, porque não tenho nenhum documento arquivado dessa empresa mais. Tanto é que a única coisa que tenho dessa empresa é esse contrato que foi pego na Junta Comercial; pedi uma segunda via da cópia do contrato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece ou é contador da empresa Veloso e Conceição Ltda.?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que as pessoas, então, que constituíram a Brava Construções teriam usado o nome do senhor na relação com outras empresas fantasmas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor só constituiu a empresa e não fez a contabilidade dela?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não dei seguimento...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não apresentou RAIS, nada?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nada, nada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor alguma providência em relação aos fatos, quando ficou que no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas o senhor era...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, eu tentei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez alguma representação junto à Receita Federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ainda não, porque estava aguardando localizar pelo menos os sócios, para saber de que forma eles fizeram, porque se consta, mas no CRC não consta, não consta no GDF, na Secretaria de Fazenda, que eu sou o responsável. Então, como é que eles conseguiram fazer...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas consta o senhor como contador.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pois é, mas já na Secretaria de Fazenda não consta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor não tomou nenhuma providência?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ainda não. Estou aguardando, investigando os fatos sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminada a inquirição do Sr. Relator, não há inscritos para fazer...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) (*Fora do microfone.*) Eu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas agora... Então, eu inscrevo aqui o Deputado Miro Teixeira... Não, o autor. Vamos começar pelo autor do requerimento – bem lembrado – que é o Deputado Rubens Bueno. Depois do Deputado Rubens Bueno, o Deputado Miro Teixeira; e depois do Deputado Miro Teixeira, um deputado que é da Receita Estadual de São Paulo, José Carlos Vaz de Lima, se assim lembrei corretamente; e o Senador Randolfe.

Então, Deputado Rubens, por dez minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu li há pouco aqui o despacho da decisão da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal. E agora estou lendo o despacho do Ministro Ricardo Lewandowski. Me lembra, o Parlamento brasileiro, a cópia da cópia da cópia de um deputado federal que utilizava o mesmo discurso para anunciar o necrológio de uma pessoa, e a cada discurso só mudava o nome e o local, mas usava sempre o mesmo discurso. Então, são praticamente as mesmas decisões com relação aos pedidos de *habeas corpus* impetrados por aqueles que vêm aqui depor nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho, aqui tem uma série de informações e o que chama à atenção é se o senhor fez ou não contabilidade, se constituiu ou não a empresa, é que a Brava Construções e a Alberto & Pantoja receberam mais de R\$40 milhões da empresa Delta; esta mesma empresa Delta que, há menos de dez anos, passou de uma pequena empresa para uma grande empreiteira nacional, dando aos grandes negócios com o Poder Público nacional. E por que razão uma grande empreiteira nacional, que tem contratos com o Governo, especialmente do PAC, vai colocar R\$40 milhões em duas empresas de fachada? É uma grande pergunta que fica no ar. E o senhor, como entende, é do ramo, sabe do que estou falando, empresas que não tinham nada a ver com aquilo que era tarefa, que era o serviço ou o que a empresa Delta fazia e, de repente, recebe tantos milhões de reais. Desse dinheiro para essas empresas de fachada está a abastecer aí aquilo que indicava o Sr. Carlos Cachoeira, o grande operador desse esquema des-

sas empresas de fachada. Aí, o senhor chega aqui e diz que não fez contabilidade, mas todo o relatório da Polícia Federal, inclusive o relatório do Coaf, indica a sua participação em determinados momentos, e até uma indicação de uma orientação de que os valores a serem sacados seriam de, no máximo, R\$99 mil, as regras que o senhor conhece bem, especialmente as regras do Banco Central.

Aqui, envolve campanhas políticas de Goiás, as contas aqui indicadas, o Coaf mostra. Então, vamos direto ao assunto, às perguntas, que, me parece, já foram devidamente explicadas ao longo deste debate, a sua participação ou não.

O senhor presta ou prestou serviço ao Sr. Carlos Cachoeira, conhecido como Carlos Augusto Ramos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Reafirmo que nunca vi esse cidadão na minha vida. Nunca prestei serviço nenhum para ele. Quem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah! O senhor não vê, não conheceu...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não conheço, nunca vi. Conheço de televisão, mas ter com ele, pessoalmente, nunca vi nem cumprimentei na minha vida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu não perguntei se o senhor conhece ou não. O senhor presta serviço...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, nunca tive. Nunca prestei serviço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...a ele, a alguma empresa dele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhuma.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento de que as empresas do Sr. Carlos Cachoeira prestam alguns serviços à Delta através desta empresa que o senhor constituiu, ou tem conhecimento?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não tenho, porque até então eu não...continuo fazendo a contabilidade. Nesse caso, eu constitui a empresa Brava. Essas outras não foram constituídas por mim. Então, eu não tenho como responder porque não tenho conhecimento, nem mais com os sócios da empresa. Tanto é que eles já sumiram também.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E esse dado de que os resgates eram feitos de até R\$99 mil? Qual a razão? Como contador, o senhor...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Excelência, eu não sei lhe informar isso aí

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não sabe informar. E a empresa Qualix, heim? A empresa Qualix, o senhor nega ter feito, segundo o relatório, mas

conta lá que o senhor recebeu R\$2,3 milhões de julho a agosto de 2005, e esse dinheiro foi retirado desta empresa Qualix S.A. O senhor pode falar sobre isso alguma coisa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Excelência, com todo o respeito a esta Comissão, eu não vou me manifestar além de tudo que já foi dito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quer dizer, aí fica, Sr. Presidente, Sr. Relator, um dado interessante, que é o silêncio que o condena, exatamente

sobre esta questão desses R\$2,3 milhões...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E qual é a sua pergunta? Eu não ouvi a sua pergunta. E essa cifra? Ele recebeu em dinheiro? Como foi isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Isso aqui está no relatório do Coaf. Consta que o Sr. Rubmaier recebeu R\$2,3 milhões entre julho e agosto de 2005. Portanto, dois meses. Ele recebeu R\$2,3 milhões, retirados das contas da empresa Qualix S.A., e ele não responde e diz que não tem nada a falar sobre isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor, então não quer falar sobre isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nem de quem é essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Também não.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não tenho conhecimento nenhum com a empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas o senhor não recebeu estes R\$2,3 milhões, então?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Entre julho e agosto de 2005?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não recebeu?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, nós temos que chamar o Coaf aqui, ouviu, Sr. Relator?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tem que chamar o Coaf aqui porque o relatório...

Nesse mesmo relatório, aparece a Brava, um das empresas desse esquema, recebeu 13 milhões da Delta e passou dinheiro a empresas ligadas ao Cachoeira.

Entre os beneficiários, está o Sr. Geovani Pereira da Silva, que é o responsável pelo caixa da organização do Cachoeira. O Sr. Geovani é o único dessa operação toda que é conhecida como Monte Carlo que está fora-gido. E a Brava tinha um faturamento mensal declarado de 1,5 milhão. Mas, somente em abril de 2010 – 2010! –, a sua movimentação foi superior a R\$4 milhões e, entre os depositantes, está o Sr. Walterci de Melo, conhecido empresário do ramo farmacêutico e sócio da ex-mulher de Cachoeira. O Walterci destinou R\$55 mil à Brava. O senhor pode esclarecer isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não conheço as atividades da empresa desde que era... Eu não sou o contador da empresa. Eu só constitui a empresa dentro do meu escritório. Não dei seguimento à contabilidade da empresa. Então, eu não posso responder pelo sócio da empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presi-

dente, diante dessas afirmativas, que não são assertivas – e espero que não sejam, até porque esses valores de monta levados às empresas Alberto & Pantoja e a Brava, que têm uma relação próxima, o Coaf identifica o Sr. Rubmaier como quem fez o resgate desse valor de 2,3 milhões, entre julho, dois meses, julho e agosto de 2005...

Então, eu gostaria de deixar registrado e pedir ao nosso relator e a todos os membros que nos ajudem agora junto ao Coaf para a identificação verdadeira, para que possamos, aí sim, se identificado, tomar uma providência contra o Sr. Rubmaier, porque aí estaria aqui cometendo perjúrio, estaria mentindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) –

Eu só quero dizer que, ainda que ele tenha um *habeas corpus*, ele está respondendo as questões que estão sendo formuladas. Então, vamos continuar fazendo as questões, na qualidade de testemunha, segundo o Dr. Bruno Felipe Gomes Leal.

Eu passo, então, agora...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para uma pergunta, rapidamente.

No escritório do senhor, Sr. Rubmaier, o senhor trabalha sozinho ou tem mais funcionários que trabalham com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO

– Tenho uma equipe de funcionários.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas pessoas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Cinco pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cinco pessoas trabalhando com o senhor.

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Brava Construções o senhor só criou a empresa.

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO

– Só foi constituída por mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual é a atividade específica: o senhor só cria as empresas ou tem...

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO

– Não, eu sou contador de várias empresas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E por que o senhor não foi contador da Brava?

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO

– Porque não deram seguimento à contabilidade da empresa; constituiu, não fizeram contrato de prestação de serviços e saíram do escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está ok, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG)

– Obrigado.

Agora, eu passo, então, a palavra para o ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Rubmaier, boa tarde!

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Boa tarde!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou achando muito interessante o seu depoimento, porque está revelando a falha no funcionamento terrível de órgãos de Estado relevantes, como a Receita Federal, como o Coaf. Porque eu não me lembro se foi tomado o juramento da testemunha no começo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Não foi, porque, no seu *habeas corpus*, um dos itens do *habeas corpus* é esse: não tomar o juramento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe, mas o ato voluntário ele pode praticar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Verdade, V. Exa. tem razão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O ato voluntário ele pode praticar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Porém, eu inferi que, pelo *habeas corpus*, ele não o faria.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O ato voluntário ele pode.

Então, eu pergunto, neste momento, se ele, resguardado o seu direito de silenciar – naquilo que o senhor achar pode lhe incriminar, claro, isso é constitucional, não precisamos do Supremo Tribunal Federal para respeitar a Constituição –, se V. Sa. se compromete a falar a verdade, somente a verdade. E aí, V. Sa. concordar, quem vai tomar esse termo é o Presidente da sessão. Porque eu não estou mais preocupado com V.

Sa., eu estou preocupado com essa utilização do aparelho de Estado para se criar... V. Sa. foi transformado em um prestador de serviços fantasma.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como vira e mexe a gente vê na televisão aí pessoa que mora em São Paulo, e o nome e a identidade foram usados no Rio Grande do Sul ou no Ceará, em algum Estado, no Estado do nosso Presidente, na Paraíba. V. S^a pode ter sido transformado nisso. Então, para eu ter a razoável certeza dessa gravidade, eu acho que V. S^a pode conversar até mais demoradamente com o advogado. Deve ser reconhecido esse direito de o advogado intervir aqui junto ao seu cliente. Porque tomar esse juramento seria importante para nós agirmos mais duramente na investigação dentro do Estado brasileiro. V. S^a concorda em prestar esse juramento quanto às questões que não lhe incriminarem, silenciando quanto ao que fizer etc?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ex^a...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que aqui disser tem que ser verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Viu, Deputado Miro Teixeira, eu lembro a V. Ex^a que o *habeas corpus* que foi conseguido pelo Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho, que foi concedido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, no item 3, diz – mas eu vou dizer a ele a partir da sua pergunta, e ele que, em última instância, decide –: “considerando a qualidade de investigado e investido e testemunha, há dispensa do firmamento do termo de compromisso legal de testemunha”. Então, ele está dispensado por *habeas corpus*. Então, eu ainda nessa condição pergunto se...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ele é investigado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele não é investigado, mas ele veio com um *habeas corpus*, cuja determinação do *habeas corpus* é essa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso é voluntário. Independentemente do *habeas corpus*, a Constituição garante a ele o direito de ficar calado, e nós respeitaremos esse direito. Agora, aqui tivemos uma testemunha que chegou com *habeas corpus*, leu uma declaração, respondeu algumas perguntas, por quê? Porque isso é voluntário. É a mesma coisa. Só que ele está fazendo afirmações sobre o aparelho de Estado que são de uma gravidade enorme, enorme. Eu, diante da resistência, garantindo a ele de silenciar, a resistência passa a ser da CPI de tomar o juramento. Passa a ser da CPI. A CPI não quer tomar esse julgamento, por quê? Ele tem o direito de silen-

ciar, e qualquer coisa que ele quiser, qualquer coisa que possa incriminá-lo, ele tem o direito de silenciar. É que a palavra dele é da maior utilidade aqui, a palavra dele é da maior utilidade. Ele está sendo usado ou não está sendo usado. E eu quero ter certeza disso porque as palavras seguintes em relação a esses órgãos do Governo e a seus responsáveis serão muito duras, e os procedimentos que serão pedidos à Procuradoria da República também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Deputado, eu vou, então, sabedor de que há um *habeas corpus* e de que um dos itens do *habeas corpus* diz que ele está dispensado de firmar o termo de dizer a verdade, como testemunha...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é proibido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Mesmo assim, voluntariamente, vou perguntar a ele a pedido de V. Ex^a.

V. S^a gostaria de assinar voluntariamente um termo de dizer a verdade aqui nesta CPI?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu já estou falando a verdade. Não há necessidade de eu assinar um termo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Não há necessidade. Então, respeitando a vontade ele, devolvo a palavra a V. Ex^a, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. S^a faz a

afirmação de que o nome de V. S^a foi utilizado sem a sua autorização, sem que V. S^a tivesse prestado serviço. V. S^a faz afirmação de que a sua empresa consta na Receita Federal como a empresa que faz a contabilidade de empresas fantasmas? Penso eu. De empresas fantasmas? A empresa fantasma não poderia ter um contador que fosse... Por isso me surpreende que V. S^a não queria assinar esse termo, porque seria muito favorável a V. S^a. O que está se passando é muito grave.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ex^a, não existe firma fantasma. Você constitui uma empresa. Daí, os sócios são responsáveis pelas atividades que eles vão seguir daí para frente. Eu não dei continuidade na contabilidade da empresa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas o fan-

tasma no caso não é V. S^a. O fantasma é aquela empresa que o está colocando como contador, em muitos casos. V. S^a não pode afirmar aqui que não é contador de 200 empresas. Se nós pegarmos essa falha no sistema isso pode estar acontecendo aos montes por aí. É muito grave. Não sei se estou conseguindo ser claro. A falha do sistema pode lançar dúvida enorme sobre...

Em seguida falará V. Exa. que é mais treinado nesses assuntos de fiscalização.

O que pode estar se passando é dramático. Eu considero verdade, lamento que ele não tenha assinado o termo já que ele pode silenciar sobre tudo que lhe aprouver, mas houve certa resistência da CPI para que ele assinasse. É dramático isso porque não se sabe mais, ao se pegar um documento do Coaf ou mesmo da Receita Federal se aquilo ali é absolutamente a verdade. Quer dizer, claro que quem está verdadeiramente trabalhando é apenado porque esse paga impostos, paga altos impostos aqui no Brasil, pagam-se muitos impostos no Brasil e de repente isso aí é um mecanismo de roubo, de desvio de dinheiro público, de lavagem de dinheiro. Por quê? Porque o sistema é falho. E a prova da falha do sistema está sentada ali.

Andou sendo procurado quanto tempo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não entendi.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A Polícia andou procurando o senhor em algum momento?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor prestou depoimento no inquérito criminal da 10^a Vara federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Chegou aqui hoje. Está na 10^a Vara?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nem é testemunha no processo lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foi ouvido em algum lugar como testemunha?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nenhum local.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem sobre o senhor algum inquérito por alguma razão?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor responde por algum processo na Receita Federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Qual.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pessoa física.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pessoa física?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor poderia dizer o valor glosado pela Receita, se for este o caso: de não declaração?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Precisamente não sei, porque está ainda correndo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mais ou menos.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Uns 300 mil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quantos clientes tem a sua empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Trabalho com cerca de 100 clientes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Cem clientes. É um trabalho tipo partido, tipo pagamento mensal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pagamento mensal. Tem contratos diferenciados...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Contratos de prestação de serviço com todos os clientes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com pagamento mensal. O senhor cobra quanto?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Depende do porte da empresa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Em que faixa? A faixa mais ou menos.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO –

Tem empresa que é quatro salários, três salários, dois salários, um salário. Vai do porte da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exa. está encerrado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E a Receita está lhe cobrando quanto? Trezentos mil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO –

Isso aí foi uma coisa particular, minha, que não declarei e aí fui autuado pela Receita. Mas estou recorrendo, estou provando que...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esta mesma Receita que o autua é a mesma Receita que o reconhece como o contador que V. S^a não é.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exa. está encerrado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas para perguntar ao Sr. Rubmaier: onde fica o escritório do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– No centro comercial do Cruzeiro Velho, precisamente há 25 anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual é a sala?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sala 122.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Um dois dois.

O senhor conhece o telefone 3361-2981?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É meu telefone, em meu nome, pessoa física.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é, presidente.

A construtora Veloso e Conceição que é uma das empresas laranjas da organização do Sr. Carlos Cachoeira, organização criminosa, tem sede exatamente, desde 2008, no centro comercial, área especial, no Cruzeiro Velho, usa o telefone do senhor, no endereço do seu escritório, e o senhor nunca recebeu carta dessa empresa, nada?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Desconheço....

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Antônio da Costa Veloso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem ele é?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ele frequenta o centro comercial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para fazer o quê?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ué, ele tem sala lá, trabalhava lá. Agora não está mais, mas trabalhou lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele tem negócios lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Atualmente não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o senhor conhece, quais são os negócios que ele desenvolve lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Bom, ele tinha essa empresa de construção civil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tinha uma empresa de construção civil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi o senhor que criou essa empresa para ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não constitui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo o endereço sendo o endereço e telefone do senhor, o senhor nega?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E agora, o senhor pode informar... A data não bate. O Sr. Marcos Teixeira Barbosa, que trabalhou com o senhor, constituiu a Construtora Veloso, então?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Acredito que sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor entende que quem fazia, criava essas empresas da organização Carlos Cachoeira era o Sr. Marcos Teixeira Barbosa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, ele trabalhava nesse setor de constituição de empresas, dentro do meu escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhava no setor de constituição de empresas dentro do escritório do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele saiu em?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Em 2010, final de 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Álvaro Ribeiro da Silva, o senhor disse que o conhece.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele faz o que no centro comercial do Cruzeiro Velho?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Olha, já tem uns 20 anos que eu o via lá, ele mexia com publicidade. Essa outra área dele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele continua trabalhando lá no centro comercial?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não, já tem muito tempo que saiu de lá, mais de cinco anos, muito mais de cinco anos que ele não frequenta mais lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor constituiu a Brava Construções, ele não estava mais lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não trabalhava mais lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Deputado José Carlos Vaz de Lima.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Obrigado, Excelência, cumprimento a todos e cumprimento nossa testemunha, que vem abrigado por um *habeas corpus* e que, mesmo assim, se dispôs a colaborar, a contribuir com esta Comissão, permitindo que muita coisa possa ser colocada e esclarecida. Mas, nesses

primeiros momentos da nossa conversa aqui, começam me assaltar, S. Rubmaier, algumas indagações. Vejo que o senhor é o homem que gosta da verdade. Percebo isso. Estranhou-me o senhor não ter querido assinar o documento, deveria ter assinado.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não tem necessidade, estou falando a verdade.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Sim, o senhor está falando a verdade, e é por isso mesmo. Isso é benefício para o senhor. O senhor está dizendo a verdade, e isso seria um benefício. Mas isso é um ato de vontade. O senhor não quis tomar essa atitude, tudo bem.

Vou fazer algumas perguntas um pouco pontuais. O senhor tem um escritório de contabilidade, segundo vejo, há muito tempo, vinte e tantos anos, como o senhor disse aqui. Como o senhor classificaria ou como está classificado o seu escritório: empresa de pequeno porte, microempresa ou microempresa individual?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Pequeno porte.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Empresa de pequeno porte, uma EPP. O.k.

O senhor tem contas bancárias na pessoa física e na pessoa jurídica evidentemente.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só tenho na minha pessoa física porque, na realidade, sou profissional liberal, não tenho empresa constituída.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O senhor não tem nada na jurídica?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O.k.

Seria muito difícil para o senhor declarar quais são as agências ou quais são os bancos em que o senhor tem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – No Banco do Brasil, BRB e Unibanco, atualmente Itaú.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Banco do Brasil, BRB e Itaú. Muito bem.

Mais outra pergunta assim de caráter muito meu, da minha atividade. |

O senhor tem como prática dar procuração para funcionários do senhor atuarem em nome do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só em órgão público, porque a pessoa que mexe com relacionamentos públicos precisa de uma procuração.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Tá bom. Então...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só para órgão público.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Funcionários do senhor têm essas procurações.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Têm procuração.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Ótimo. Muito bem.

Por que estou fazendo este questionamento, Sr. Rubmaier? Eu estou imaginando que o senhor está sendo vítima. Pode ser que esses seus funcionários ou ex-funcionários... O senhor pode não ter cancelado alguma procuração e o senhor pode estar sendo vítima disso. Eu estou falando sério.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu já tentei identificar de que forma essas empresas estão sob minha responsabilidade e não achei até agora.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O nome do senhor está espalhado.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu sei disso.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Deixa eu perguntar para o senhor: o senhor fez alguma ação de preservação de direito?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ainda não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Puxa vida! O senhor é contador!

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não fez? Estou falando sério. O senhor não fez?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não fiz, não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Olha, eu não daria a minha contabilidade para o senhor fazer. O senhor está ficando louco. Desculpe-me. O senhor pode estar sendo vítima.

Deputado Miro, ele pode estar sendo vítima

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou achando.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Eu também estou achando, Deputada Íris. E não fez a preservação de direito? Por que não fez?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Porque até então eu desconhecia todos esses fatos.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Sim, mas, quando tomou conhecimento, porque não fez, Sr. Rubmaier?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, mas aí, até então eu tenho que investigar...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Mas já deu tempo. Faz bastante tempo. O senhor precisa fazer isso...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Funcionário que tem hoje dentro do meu escritório

é só um *office boy*, que tem procuração só para lidar com órgão público.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não, mas o senhor precisa fazer, rapidamente, porque isso pode vir, depois, muito contra o senhor. O senhor pode “pegar cana” por causa disso, “cana” brava. Pode pegar.

Então precisa tomar cuidado com isso, porque, senão, vai ser muito ruim no futuro para o senhor. Faça isso rapidamente, muito rapidamente.

Sabe por que estou falando isso? Vou fazer outra pergunta para o senhor. O senhor conhece, evidentemente, uma empresa chamada Qualix.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Qualix, conheço.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Conhece bem. Conhece bem.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Conheço.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Conhece bem.

O senhor não vai negar que fez saques em nome dela.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Excelência, com referência a essa empresa, eu vou me reservar o meu direito constitucional de não responder nada que eu não tenha autorização para falar a respeito dessa empresa.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Eu estou preocupado porque há um rastro enorme com o nome do senhor – pode não ser o senhor; estou dizendo isso – nessa empresa lá no Coafi.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Certo.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O senhor sabe o que é Coafi.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sei, sim.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – E você sabe, quando cria confusão lá, o que acontece. Sabe, não é?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sei, sim.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Bota aí que tem conhecimento, tem clareza disso.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Então está bem.

Eu estou achando que o Coafi está com algum problema. Nós todos temos que tomar cuidado com esse negócio de Coafi.

Presidente, o senhor precisa tomar cuidado, porque, pelo que nós estamos percebendo aqui, ele pode estar sendo vítima. O Coafi pode estar errado nas

informações que está dando aqui para nós. Parece que... Foi uma fortuna que ele sacou lá e ele diz que não precisa falar disso. Uma coisa...

Deixa eu perguntar outra coisa para o senhor. Não quero estourar aqui muito o meu tempo. O senhor conhece uma pessoa – vou falar “pessoa” porque não sei se é jovem ou não – chamada Carlos Alberto de Lima?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não conhece.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não conheço, nunca vi.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não, eu perguntei se o senhor conhece.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não conheço.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Tá bem.

Sabe por quê? Ele é muito ligado a uma empresa que o senhor disse que não tem nenhum relacionamento, que é a Alberto e Pantoja.

Então, tome cuidado com isso de novo, porque o nome do senhor está lá.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Está como responsável na Receita, mas nos outros órgãos já puxei todo o meu cadastro e não tenho como...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Estou dizendo para o senhor tomar cuidado porque está lá. Fica a marca.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu sei disso.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – É registro que fica. E isso tudo é prova contra o senhor. O senhor, que gosta muito da verdade, precisa ir atrás disso. Por quê? Parece-me que estão mentindo em nome do senhor. Estão sacando dinheiro, vultosas quantias, Sr. Rubmaier, vultosas quantias.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. Eu vi as notícias. Realmente a empresa sacou não sei quantos milhões.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Puxa vida! Então, alguém está fazendo isso em seu nome.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não fez saques, mas, sim, constituiu a empresa e usou o meu...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – É Receita, é Coaf, é Polícia Federal. Não sei. O senhor devia fazer essa preservação de direito para, depois, ingressar com uma ação contra esses órgãos. O senhor vai ficar riquíssimo com isso. Estou falando. O senhor vai entrar com uma ação contra esses órgãos, portanto contra o Estado, que está lhe imputando grandes acusações, e vai ganhar uma fortuna de indenização. Deputado Vanderley Macris, uma fortuna. O senhor nunca mais

vai precisar trabalhar. O senhor devia fazer isso; rapidamente, o senhor devia fazer isso.

Finalmente, quero perguntar uma coisa para o senhor aqui. O senhor disse que não tem nenhum relacionamento com o Sr. Carlos Augusto Ramos, aqui chamado de Carlos Cachoeira, e que o senhor nunca o viu.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Nunca teve contato com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nenhum contato.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Nunca falou por telefone?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nem por telefone. Nunca falei com esse senhor.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – E as empresas que ele tem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, em relação a essas empresas que estão envolvidas aí e que dizem que eu constituí, eu reafirmo: só constituí a Brava dentro do meu escritório, nenhuma outra empresa.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Nenhuma outra.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nenhuma outra.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Então, tome cuidado, porque o senhor pode estar sendo envolvido numa teia enorme, e tudo isso que o senhor está dizendo de defesa de verdade ou aparece...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Porque, se não aparecer, o senhor está enroladinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Obrigado.

O último inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Ainda há o Macris.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpe-me. Ele não se inscreveu.

É o último inscrito, porque ele não se inscreveu. Ele confiou no brilhantismo de V. Exa..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Rubmaier, só quero reiterar a pergunta. O senhor não conhece, não conheceu, não tem notícia, não tem nenhuma informação sobre o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sobre o Sr. Francisco de Assis, esse nome lhe é familiar?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Já teve algum contato?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Gleiber, Sr. Geovani?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Feito.

Só para esclarecer novamente uma questão. Pelo que atribuem ao senhor e que realmente não foi indicado, informado, o senhor de fato passaria a ser, em vez de simplesmente testemunha desse caso, vítima da organização. O senhor poderia relatar, até para esclarecer para todos nós, como o nome dessas empresas Alberto & Pantoja e Brava apareceram, tendo o senhor como contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Bom, eu imagino que é porque eles se conhecem. Essas pessoas que você citou da Alberto & Pantoja e da Brava Construções devem ter usado o meu CPF para colocar como responsável na Receita Federal, certo? Então, eles se conhecem, mas não foi nenhuma constituída por mim, só a Brava Construções.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Sobre a movimentação financeira que o Coaf...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– ... já identificou, o senhor reafirma que nega a existência dessa movimentação financeira.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Essa movimentação financeira não ocorreu, é isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Por mim, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Então, se não ocorreu pelo senhor e se está no Coaf – eu entendi a ironia aqui apontada, mas eu acho pouco provável ter havido erro no Coaf –, alguém praticou de falsidade ideológica com os documentos, com as suas informações.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Mas o senhor estava falando dessas três empresas que o senhor está citando aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não. Estou falando da movimentação que o Coaf apresenta e que atribui ao senhor.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

Como citei anteriormente, com referência à Qualix, vou me resguardar no direito de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

A sua linha estava indo bem: o senhor estava negando.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não! Com referência à Qualix, que o senhor acabou de informar aqui, consta que eu saquei. Então, com referência à Qualix, vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Permita, Sr. Rubmaier. O senhor nega, peremptoriamente – e o faz bem aqui –, qualquer relação quanto à Alberto & Pantoja e Brava Construções. Quando se refere à movimentação do Coaf e à outra empresa, o senhor se utiliza do direito do silêncio.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu não falei em outra empresa. Não toquei no nome de outra empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Não. Eu estou me referindo à empresa citada no Coaf.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

No Coaf consta a Qualix e nesta eu vou me resguardar o direito. Estes fatos serão provados: de que forma foi feito esse tipo de trabalho em relação à Qualix. Então, no momento, eu não tenho documentos necessários para provar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Entendi. E sobre essa empresa: o senhor nega que foi contador dela, que fez qualquer tipo de trabalho em relação a essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

Com certeza. Nunca prestei serviço contábil para ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu queria... Essa certeza sua eu queria na sequência em relação ao Coaf. O senhor nega qualquer tipo de trabalho em relação à Qualix?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Qualquer trabalho?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Qualquer ação em relação a essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Óbvio, então, que essa movimentação que o Coaf aponta não foi em relação ao senhor, já que o senhor não fez nenhum trabalho em relação à Qualix, certo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Certo? Perfeito. Então, o que o Coaf aponta não se refere ao senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– O senhor fez uma pergunta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu não entendi. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Não. Eu estou reiterando a pergunta. O senhor disse, o senhor nega para mim qualquer relação em relação à Qualix, que tenha feito qualquer trabalho em relação a essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, eu num...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Obviamente, se a operação do Coaf se refere a essa empresa, o senhor nega então que os dados que são apontados no Coaf sejam dados relativos ao senhor, certo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. De acordo com o que informei em relação à Qualix, eu não vou prestar esclarecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

O senhor acabou de me dar duas informações em um minuto. Primeiramente o senhor negou em relação à Qualix, agora o senhor está dizendo que não vai dar...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Desde o começo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

... vai utilizar o direito constitucional do silêncio.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– ... eu expliquei que não vou falar sobre a Qualix, porque não tenho autorização para falar dessa empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Pois é. Mas ainda há pouco o senhor disse para mim que não tem nada a ver com a Qualix, nenhuma operação.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não tenho. Nunca prestei serviço para ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Então é essa informação. Não precisa de silêncio para essa informação, certo? Eu estou querendo encontrar, dialogar com o senhor sobre as duas informações que o senhor acabou de prestar.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Certo. Mas com referência à Qualix eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu acho que esse, Sr. Relator, foi o silêncio mais revelador que eu já vi, mais revelador e contraditório que

eu já vi nesta CPI, porque o depoente iniciou silêncio mais contundente. O depoente disse claramente, o depoente disse claramente para nós que não fez nenhum trabalho com a Qualix, que não foi contador da Qualix. Quando apontado, quando confrontado com os dados do Coaf, aí ele utiliza o direito constitucional de permanecer em silêncio. Mas antes ele faz uma declaração em relação à Qualix. Há contradição aí. O senhor poderia ter negado em relação à Qualix e sequencialmente negar também os dados do Coaf, o que eu reitero: eu acredito que é pouco provável que o Coaf tenha errado nas informações e acho pouco provável que o Coaf tenha encontrado um outro homônimo seu para apontar em relação às operações financeiras.

De acordo com os relatórios da Polícia Federal, os telefones divulgados – isso já foi perguntado pelo eminentíssimo Relator, mas eu queria só insistir nesta pergunta –, como o senhor justifica as coincidências, segundo os relatórios da Polícia Federal, de os telefones divulgados em nome da empresa Brava estarem também registrados no seu nome?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. Quando você vai constituir uma empresa, na hora em que você vai digitar o cadastro nacional, que é o CNPJ, pede o número de um telefone.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Então, com certeza, usaram o meu número de telefone. Você não tem que provar o número. Só no cadastro que pede: telefone. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Senador...**O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)**

– Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha então, o senhor disse que usaram. Usaram. Quem? De quem o senhor suspeita?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO –

É como eu estou falando. Foi constituída a Brava dentro do meu escritório. As outras empresas não foram. Talvez através dela, pelos dados que tenham meus, devem ter constituído outras empresas, mas não por mim. Foi por outro contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas quem? O senhor suspeita de quem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É difícil apontar alguém. É muito difícil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Da Brava o senhor foi consultor, o senhor foi contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Eu constitui a empresa. Só dei andamento nos órgãos públicos para constituir a empresa. Só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Hum,hum. E quem foi que pagou pelos seus serviços?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Foi o senhor Alvaro Ribeiro da Silva que é o que consta como sócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Que é o sócio da Brava.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exatamente. Pelo menos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor acredita que essa coincidência dos telefones da Brava com os seus, apontada no relatório da Polícia Federal, o senhor não deduz que tenha sido o seu eventual cliente que tenha apontado?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, com certeza. Então, cabe investigar. Acredito que a Brava, a Alberto e essas outras são todas ligadas. Imagino isso

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ah, o senhor imagina?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É. Não tenho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Brava, Alberto & Pantoja...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É. Devem ter conhecimento um com o outro, porque se usaram o meu telefone, eles têm conhecimento um com o outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Então o senhor acredita que há uma relação entre essas empresas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu acredito. Não tenho certeza. Não posso afirmar, mas acredito que pode ter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O seu cliente, o dono da Brava, Álvaro...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ribeiro da Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Álvaro Ribeiro. O senhor o conhecia antes? Teve algum contato anteriormente com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Conhecia antes, anteriormente. Como estou falando, conheço ele há muitos anos; trabalhou no prédio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor o conhece desde quando?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Há mais de dez anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ele é o sócio...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Majoritário da Brava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E o senhor sempre o conheceu como...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Conheci lá no prédio onde eu trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– No prédio, como sócio dessa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não; a empresa foi constituída por mim e depois de a constituir ele saiu do prédio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor sempre o conheceu como empresário?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– De que ramo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Publicidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Do ramo de publicidade.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A Brava, constituída pelo senhor, era no ramo de...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Construção civil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor não teve curiosidade de perguntar a ele por que essa mudança de ramo, de publicidade para construção civil? Por que essa variação?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não há necessidade, porque qualquer um que chegar para constituir uma empresa vai dar o nome da empresa, o endereço, trazer a documentação. Quer esse objetivo; a gente vai trabalhar naquele segmento. Daí, não cabe a mim ficar especificando por que ele está mudando de ramo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)

– Desculpe,

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)

– Sr. Rubmaier, o senhor não ficou curioso ao identificar que o endereço do Sr. Álvaro era o mesmo endereço da empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim. Eu vi no contrato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)

– E lá funciona uma borracharia.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu verifiquei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor não teve curiosidade de checar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo assim, o senhor fez?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não... Eu não posso chegar... O cara vai constituir uma empresa... O cidadão chega para constituir uma empresa, eu não vou ao local saber se aquele endereço é oficial. Basta um contrato de locação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas, por precaução, não seria adequado o senhor checar onde era essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, isso não cabe a mim; cabe ao órgão que faz a vistoria no ambiente. Certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas o senhor conhecia o Sr. Álvaro...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nenhum contador faz isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Se o senhor conhecia o Sr. Álvaro há dez anos, o senhor tem contato. Ele trabalhava no mesmo prédio que o senhor; então, o senhor tinha algum tipo de relação com ele.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só conhecimento mesmo, de vê-lo dia a dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas o senhor o conhecia há dez anos.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

Sim, há dez anos. Eu tenho vinte e poucos anos de prédio, de sala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas ele nunca o tinha procurado antes, mesmo há dez anos conhecendo o senhor, para montar nenhum outro tipo de empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Para esse tipo não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

O senhor não tinha nenhuma relação pessoal com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. Só o conheço, aliás, conhecia, porque atualmente não o vejo há um certo tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E ele também não está mais no prédio do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não localizo ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, só quero deixar clara aqui uma questão. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Pode.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O escritório do senhor, então, criou a Brava Construções e criou a Construtora Veloso e Conceição?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Essa Veloso e Conceição eu desconhecia que foi feito dentro do meu estabelecimento. Pode ter sido feita através de um funcionário meu, mas eu não tinha conhecimento de que ela foi constituída por mim. Só tenho certeza da Brava. Essa eu tenho certeza, porque eu lembro que eu assinei algum documento dela na constituição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a Construtora Veloso, além de usar o telefone do senhor, usa o endereço do senhor.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Aí é complicado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tinha conhecimento disso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último inscrito, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Sr. Rubmaier, as pessoas se conhecem, muitas vezes, por afinidade de trabalho, não é?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Hum, hum.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor é contador. O senhor conhece o Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, não o conheço.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Nunca o viu? Nunca esteve com ele em lugar nenhum?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Em nenhum local.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Já ouviu falar dele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Já ouvi falar através de reportagem, mas não por conhecê-lo pessoalmente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

O senhor reafirma que o senhor foi usado nessa história?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Se o senhor tem tanta segurança assim, por que o senhor pediu um *habeas corpus* para não falar?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO –

Excelência, eu nunca participei de uma situação como essa, então eu não sei o que seria, o que iria acontecer aqui e eu me precavi por esse motivo; porque eu nunca tive envolvimento nenhum com a Justiça em nada na minha vida.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor podia me dizer como se faz uma constituição de uma empresa? Isso é feito por meio eletrônico, por exemplo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não. A pessoa chega ao escritório com as cópias dos documentos de identidade e CPF autenticadas, um contrato de locação do local onde vai funcionar a empresa, sugere o nome da empresa e eu redijo o contrato. Ele leva ao cartório, reconhece firma, devolve para mim e eu dou entrada no órgão competente, que é a Junta Comercial; e lá já sai todo o processo liberado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor precisa de uma senha para dar entrada nesses documentos do escritório?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Nada disso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nada, nada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Inscrição na Receita, precisa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, aí eu tenho que ter a minha inscrição na Secretaria de Fazenda, só na Secretaria de Fazenda.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E como é que o senhor acha que alguém fez isso em seu nome?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É muito fácil.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Como é fácil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– O meu número...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pega o seu número...?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– ...e digita lá; é aceito, o órgão aceita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Uma pergunta aí, Deputado?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sendo assim, o senhor não tem controle das empresas que estão inscritas em seu nome?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim, a Secretaria de Fazenda dá o relatório de todas as empresas que você é responsável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E antes de sair esse escândalo...?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Antes dessa situação toda, não tive a curiosidade de puxar. Agora, mediante essa situação, verifiquei e, realmente, a Brava Construções está lá como responsável por ela. Essas outras empresas não constam na Secretaria de Fazenda como sendo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é a questão. É que tem um mundo de empresas que estão ali na Receita Federal, com ele como contador, que a Secretaria de Fazenda não o identifica também como contador. Teria que bater, como bate naquelas em que ele realmente é o contador. Se houver essa falha realmente no sistema, nós podemos estar diante de uma encrenca muito pesada. Aliás, a encrenca não será nossa, mas estaremos dando a solução ou alertando para uma encrenca.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ok.

Na Receita Federal, quando se vai fazer a inscrição da empresa, isso não é feito por meio eletrônico? Na Receita Federal, não na Junta Comercial.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sai tudo pela Junta hoje. Você vai constituir a empresa e, no final, você coloca os dados do contador.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso no computador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Para efeito de Receita Federal. Digita o meu CPF. Digitou, não precisa eu assinar nada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para fazer isso na Receita Federal não precisa de uma senha sua?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para poder realizar essa inscrição? Só com a...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só digitou o meu CPF.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Só o seu CPF?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Só o CPF.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Qualquer pessoa pode fazer isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Qualquer pessoa pode. Agora, junto à Secretaria de Fazenda, não. Na Secretaria de Fazenda você tem que ter a inscrição e digitar o número da sua inscrição para liberar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso é sua senha no caso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É, uma senha.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A inscrição é a senha.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E só o senhor tinha essa senha, ou não?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Os funcionários que trabalham comigo, que trabalhavam na época – eu conhecia todos...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Tinham.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Tinham, claro.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que funcionários tinham essa sua senha?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só o Sr. Marcos que trabalhava nesse setor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Sr. Marcos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Marcos Teixeira?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele tinha essa senha sua para a constituição de empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele poderia ter feito isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pode.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor nunca duvidou dele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Até então não havia necessidade.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E agora?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Agora, diante desses fatos, a gente começa a ter certeza...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E ele tinha essa sua senha?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Tem. Tinha, quer dizer.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem.

Aqui nós temos informações também da Receita Federal de que o senhor tinha...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só um minutinho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Claro.

Sr. Rubmaier, o senhor concorda que há uma lógica, de que se o senhor tinha a senha e o Sr. Marcos tinha a senha, se não foi o senhor que constituiu as empresas, foi o Sr. Marcos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, essa é a lógica que eu gostaria que o senhor confirmasse.

Muito bem, vou fazer mais uma pergunta aqui para terminar.

O senhor tinha rendimentos, de acordo com a Receita Federal, no ano de 2007... 2008, 211 mil; 2009, 176 mil; 2010, 158 mil; 2011, 182 mil. Mas 2007, lá atrás, 713 mil. Esses rendimentos de 2008 a 2011 são absolutamente compatíveis com a sua função, com a sua profissão como contador. Agora, 2007 são 713 mil. Por que essa diferença tão grande? Por que salta aos olhos essa diferença?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Na época eu vendi um imóvel meu e depositei na minha conta pessoa física, foi onde fui autuado pela Receita.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Essa é a discussão que o senhor diz que tem uma pendência na Receita Federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Era isso, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas para completar, o Sr. Marcos Teixeira Barbosa trabalhava com o senhor até 2010. Hoje o senhor tem notícia dele, o que ele faz? Ele montou um escritório de contabilidade?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não trabalha na área de contabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Trabalha em quê?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ele trabalha com empresas de instalação de câmera, de monitoramento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Trabalha com empresas de instalação de câmera, monitoramento.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Instalação de câmera para condomínio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele é contador também?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhava no escritório do senhor e não é contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não há necessidade. Ele tinha prática na área de constituição de empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele tinha a senha para constituir empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Tinha.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Perdão, Sr. Odair, nosso relator, eu estou apresentando um requerimento convocando o Sr. Marcos Teixeira Barbosa, porque ele acaba de confirmar que quem constituiu essas empresas para serem utilizadas pela organização criminosa foi o Sr. Marcos.

Portanto, é importantíssimo que a gente convoque o Sr. Marcos aqui, esse pedido de convocação que vou fazer a partir de agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós vamos aprovar na próxima sessão administrativa a convocação do Sr. Marcos Teixeira Barbosa. E o senhor poderia nos informar depois os dados deles. O CPF dele o senhor tem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Aqui em mãos não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor pode encaminhar a esta CPMI?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O seu domicílio é onde?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Eu moro em Brasília, DF.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu poderia me reinscrever? Eu posso substituir a minha reinscrição por duas, três ou quatro perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Em que região de Brasília? Não precisa dar o seu endereço.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Moro na Arnaireira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não sou familiarizado aqui. É um condomínio?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É uma região administrativa de Taguatinga.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é um sítio? Ali tem até uma família ilustre que mora por ali, é uma propriedade grande, um sítio.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não, eu moro em casa mesmo, sem ser sítio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É condomínio fechado?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe. É uma casa mais ou menos de quantos metros quadrados?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Uns duzentos metros quadrados.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De três, quatro quartos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Como eu tenho dois filhos, quatro quartos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ)

– Estou só vendo uma questão de compatibilidade, para ficar bem claro, compatibilidade de receita. Parece absolutamente compatível a região onde o senhor mora com o que o senhor fatura, em seu favor, até que isso se revela. Já que levantamos a questão e fizemos a pergunta, era para saber se com a sua renda o senhor morava num lugar compatível. Para nós, aqui, eu tenho a impressão de que resposta é sim.

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – No exterior o senhor não tem? Casa no exterior?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ainda não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ainda não?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Ainda não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E propriedade rural?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Também não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Também não tem propriedade?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Não tenho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor viaja sempre para o exterior?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca fui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nunca viajou?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– Nunca.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor vai ter que pensar naquilo que eu disse. O senhor vai ficar rico.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO

– É verdade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou falando. O senhor vai ficar rico. Prepara, pede para seu advogado preparar essas ações. O senhor vai ficar rico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu quero perguntar se o nobre Relator tem algo ainda a...

Bom, antes eu quero convocar todos os Srs. e Sras. Parlamentares para reunião na terça-feira, às 10 horas. Rogo que todos estejam aqui, porque não haverá sessão. Às 10h15.

E quero agradecer a participação do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho. Igualmente dos seus advogados, representados aqui pelo jovem Bruno Felipe Gomes Leal.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, secretada às 11 horas e 09 minutos, reaberta às 12 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 07 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 24ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do**

Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Sérgio Souza (PMDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Cyro Miranda (PSDB-GO), **e dos Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT/SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB/DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB/RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB/PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PSDB/SP), Dr. Rosinha (PT/PR), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) e Kátia Abreu (PSD/TO) **e os Deputados:** Gladson Cameli (PP/AC), José Carlos Araújo (PSD/BA) e Armando Vergílio (PSD/GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) e Jilmar Tatto (PT/SP). Na oportunidade, foram apreciados os seguintes requerimentos:

		CPMI, com a finalidade de investigar especificamente as contravenções praticadas pela organização criminosa comandada pelo senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, como exploração de jogos de azar.	Abreu	
	569/12	Requer a criação de Subcomissão no âmbito desta CPMI, com a finalidade de investigar especificamente as ações ilícitas praticadas pela empresa DELTA SA.	Senadora Abreu	REJEITADO
	570/12	Requer a criação de Subcomissão no âmbito desta CPMI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar proposições e soluções a fim de vedar condutas ilícitas no processo licitatório e apresentar aprimoramento a Lei nº 8.666, de 25 de junho de 1993 – Lei de Licitações.	Senadora Abreu	REJEITADO
	653/12	Requer a convocação do Sr. Carlos Augusto Ramos, pela segunda vez, na condição de testemunha, para depor perante esta CPMI.	Deputado Pitiman	APROVADO
	661/12	Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr. MARCELO HENRIQUE LIMÍRIO GONÇALVES, CPF: 077.099.701-49.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	677/12	Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa BOLDT S.A.	Deputado Cândido Vaccarezza	APROVADO
	680/12	Requer seja convocado o Senhor Fábio Passaglia para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
	687/12	Requer a convocação de Carlos Augusto de Almeida Ramos para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputado Silvio Costa	APROVADO
	717/12	Propõe à CPMI solicitar informações ao Senado Norte-Americano sobre as constatações que acaba de fazer em relação à participação do banco HSBC em atividades de lavagem de dinheiro.	Senador Pedro Taques	APROVADO

	<u>718/12</u>	Requer sejam solicitadas informações sobre movimentações financeiras/bancárias, inclusive protegidas por sigilo, da empresa Ocean Development II, que envolva a remessa ou recebimento de valores de brasileiros ou pessoas jurídicas sediadas no Brasil, ao Procurador-Geral ou pessoa por ele designada dos Estados Unidos da América, por meio do Ministério da Justiça.	Senador Pedro Taques	APROVADO
	<u>719/12</u>	Requer que seja requisitado à Procuradoria Geral da República cópia do Relatório da Polícia Federal que comunica o envolvimento do Governador Marconi Perillo com o esquema de Carlinhos Cachoeira.	Deputada Iris de Araújo	APROVADO
	<u>722/12</u>	Solicita a oitiva de Alex Antonio Trindade de Oliveira para que, sob compromisso, esclareça os	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

		fatos e as circunstâncias acerca de sua ligação com a quadrilha chefiada por Carlos Augusto Ramos, bem como sobre as transações financeiras realizadas para a organização por Gleyb Ferreira da Cruz.		
	<u>724/12</u>	Solicita a oitiva de Leide Ferreira da Cruz para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca de sua ligação com a quadrilha chefiada por Carlos Augusto Ramos, bem como sobre as transações financeiras realizadas para a organização por seu irmão Gleyb Ferreira da Cruz.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>725/12</u>	Solicita a oitiva de Poliana Barbosa de Carvalho Cunha, funcionária da empresa Libra Factoring, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca das transações financeiras realizadas para a organização por Gleyb Ferreira da Cruz e Geovani Pereira da Silva.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>727/12</u>	Solicita a oitiva de João Furtado de Mendonça Neto, secretário de segurança pública de Goiás para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias a respeito do pagamento de viaturas locadas pela Secretaria de Segurança Pública juntamente à Delta Construções, empresa ligada à organização criminosa investigada por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>728/12</u>	Solicita que, ouvido o Plenário desta CPMI, seja requisitada a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Miranda e Silva Construções, inscrita no CNPJ sob o número 12.246.243/0001-93, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>735/12</u>	Requer a oitiva de Francisco de Assis Oliveira, proprietário da empresa FAO Assessoria, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca de sua ligação com a organização criminosa chefiada por Carlos Augusto Ramos, sua relação com empresas de fachada utilizadas para a movimentação financeira da organização, bem como com Adriano Aprígio de Souza.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>738/12</u>	Requer a convocação de MARCOS TEIXEIRA BARBOSA.	Deputados Odair Cunha e Vanderlei Macris	APROVADO
	<u>739/12</u>	Solicita informações à empresa G3 PROJETO SPE 32 LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 199.300,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

	<u>740/12</u>	Solicita informações à empresa VITESSE VEÍCULOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 201.350,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>741/12</u>	Solicita informações à empresa VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 515.000,00, em 15 de julho de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>742/12</u>	Solicita informações à empresa C.W.A. CONSTRUTORA LTDA ME informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 50.000,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>743/12</u>	Solicita informações à empresa BARRAMARES GRÁFICA E EDITORA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 119.980,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>744/12</u>	Solicita informações à empresa SAGA SOCIEDADE ANÔNIMA GOIÁS DE AUTOMÓVEIS informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 110.000,00, em 27 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>745/12</u>	Solicita informações à empresa COMERCIAL SANTA CECÍLIA DE SECOS E MOLHADOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 100.000,00, em 27 de julho de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>746/12</u>	Solicita informações à empresa MEIRELLES ALIMENTOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 50.000,00, em 12 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>747/12</u>	Solicita informações à empresa SAFIRA SP TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA EPP informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 25.000,00, em 19 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>748/12</u>	Solicita informações à empresa GGM GRANITOS E MINERIOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 46.000,00, em 28 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	<u>749/12</u>	Solicita informações à empresa FORTIORI PESQUISA DIAGNÓSTICO & MARKETING LTDA – EPP informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 18.000,00, em 11	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

		de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA.		
	<u>761/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) de ROSSINE AIRES GUILMARÃES.	Deputado Rosinha	Dr. APROVADO
	<u>762/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da pessoa jurídica ELETRO CHANCE DO BRASIL INDÚSTRIA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ: 01.461.906/0001-76.	Deputado Rosinha	Dr. APROVADO
	<u>763/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da pessoa jurídica ELETRO CHANCE SRL, CNPJ 05.714.336/0001-30.	Deputado Rosinha	Dr. APROVADO
	<u>765/12</u>	Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial - IP nº 3444/2012, em desfavor do Deputado Federal João Sandes Júnior (PP-GO), instaurado no Supremo Tribunal Federal, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carlo, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.	Deputado Rosinha	Dr. APROVADO
	<u>767/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) do Sr. MARCELO HENRIQUE LIMÍRIO GONÇALVES, CPF: 077.009.701-49.	Deputado Rosinha	Dr. APROVADO
	<u>769/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa TECNOLOGIC TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 01.290.240/001-30.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
	<u>770/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa BET CO. LTD, CNPJ nº 05.881.476/001-00.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
	<u>771/12</u>	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa ALBERTO & PANTOJA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA (CNPJ nº 11.620.733/0001-45).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>772/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa ALBERTO & PANTOJA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA – CNPJ 11.620.733/0001-45 - junto ao Banco HSBC BANK BRASIL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>773/12</u>	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa GM COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS LTDA (CNPJ nº 36.873.222/0001-66).	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	<u>774/12</u>	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa JR PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (CNPJ nº 11.682.299/0001-28).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>775/12</u>	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa BRAVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA (CNPJ nº 10.894.642/0001-35).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>776/12</u>	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ICF - INSTITUTO DE CIÊNCIAS FARMACEUTICAS DE ESTUDOS E PESQUISA, CNPJ 04.951.747/0001-86.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>777/12</u>	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa IDONEA FACTORING (CNPJ nº 07.729.818/0001-99).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>778/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa MIRANDA E SILVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>780/12</u>	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás cópia integral dos processos de nomeação de CAMILA ALVEZ GOMES e ÍTALA BARBOSA VAZ.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>781/12</u>	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa LIBRA FACTORING (CNPJ nº 02.745.907/0001-05).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>782/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa MCGL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A, CNPJ: 09.130.235/0001-72.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>784/12</u>	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa INSTITUTO DE NOVA EDUCACAO LTDA, CNPJ 09.524.663/0001-80.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>785/12</u>	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) de ANDRESSA ALVES MENDONÇA, CPF nº 895125.371-68.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>786/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa CONSTRUTORA RIO TOCANTINS CRT (CONSTRUTORA VALE DO LONTRALTDa) – CNPJ 04.201.540/0001-94 junto ao BANCO DO BRASIL S.A. e ao BANCO RURAL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>787/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário	Deputado Odair Cunha	APROVADO

		da empresa WCR PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ 73.573.271/0001-00- junto ao BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.		
	<u>788/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÂNIA LTDA. (FACULDADE PADRÃO) CNPJ 02.684.686/0001-02 - junto ao BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>789/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa ROYAL PALACE DIVERSÕES LTDA-ME - CNPJ 06.972.693/0001-60 – junto ao BANCO DO BRASIL S.A. e ao BANCO ITAU S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>790/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa PLANETA CENTERDIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA – CNPJ 04.644.289/0001-32- junto ao BANCO ITAU S.A. e ao BANCO DO BRASIL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>791/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA-CNPJ 08.206.896/0001-71- junto ao BANCO UNIBANCO.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>792/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa MAPA CONSTRUÇÕES – CNPJ 5.080.972/0001-57 junto ao BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL e ao BANCO ITAU S.A..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>793/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa MZ CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 00.570.731/0001-72 - junto ao BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL e ao BANCO DO BRASIL S.A ..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>794/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa EMPRODATA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 39.309.141/0001-26 - junto ao BANCO DO BRASIL S.A ..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>795/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa DATA TRAFFIC- CNPJ 01.175.068/0001- 74 - junto ao BANCO DO	Deputado Odair Cunha	APROVADO

		BRASIL S.A. e ao BANCO HSBC BANK BRASIL S.A ..		
	<u>796/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa BRAVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA- CNPJ 10.894.642/0001-35 junto ao BANCO ABN AMRO REAL S.A. e ao BANCO UNIBANCO – UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>797/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa JR PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ 11.682.299/0001-28 junto ao BANCO BRADESCO SA.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>798/12</u>	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa GM COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS LTDA- CNPJ 36.873.222/0001-66 - junto ao BANCO ITAU S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>799/12</u>	Solicita que esta CPMI requisite ao Governo do Estado de Goiás, cópia integral dos processos de pagamentos dos empenhos a seguir indicados, acompanhados das cópias das ordens de pagamentos e da íntegra dos processos dos respectivos contratos que ampararam tais pagamentos.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>800/12</u>	Requer que esta CPMI requisiite, ao Governo do Distrito Federal cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até a presente data.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>801/12</u>	Requer que esta CPMI requisiite, ao Governo do Estado de Tocantins, cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até o presente momento.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>802/12</u>	Requer que esta CPMI requisiite, ao Governo do Estado de Goiás, cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até o presente momento.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>803/12</u>	Requer que esta CPMI requisiite, ao Governo do Estado de Mato Grosso cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até a presente data.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>804/12</u>	Requer que esta CPMI requisiite, ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de Janeiro de 2007 até a presente data.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	<u>805/12</u>	Requer seja solicitado, no prazo de até 10 dias, à Organização das Voluntárias de Goiás CNPJ: 02106664000165, informações referentes aos recursos recebidos e repassados a instituições de ensino no estado de Goiás, no âmbito do Programa Bolsa Universitária desde 01 de janeiro de 2002 até o presente momento.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>806/12</u>	Requer cópia, ao Governo de Goiás, do processo de licitação e contrato administrativo para fornecimento de marmítas para os presos da CEPAIGO, cuja empresa vencedora foi a CORAL REFEIÇÕES INDUSTRIAS	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>807/12</u>	Requer cópia integral, em meio digital, da Reclamação Disciplinar nº 119-18.2012.5.18.0000, instaurada em face do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Dr. JULIO CESAR CARDOSO DE BRITO, bem como uma lista de ações propostas, que envolvam empresas ligadas à organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>808/12</u>	Requer ao Senado cópia das portarias de nomeação e exoneração dos funcionários do gabinete do ex-Senador Demóstenes Torres, referentes à última legislatura, bem como cópia da eventuais nomeações, no âmbito do Senado Federal, de pessoas nominadas como Quênia (ou Kênia ou outra forma de escrita, desde que com a mesma fonética).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>809/12</u>	Requer seja solicitado ao Conselho Nacional do Ministério Público o envio à CPMI de cópia integral, em meio digital, do procedimento instaurado em face do Procurador de Justiça do Estado de Goiás BENEDITO TORRES.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>810/12</u>	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o governo do Estado do Tocantins e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>811/12</u>	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Distrito Federal e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	<u>812/12</u>	Solicita a remessa a esta CPMI dos laudos periciais realizados pela Polícia Federal, Superintendência de Goiás, no material encontrado na casa de ANDRESSA ALVES MENDONÇA, CPF nº 895125.371-68, bem como eventual depoimento prestado a autoridade policial competente.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>813/12</u>	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o governo do Estado de Mato Grosso e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>814/12</u>	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o governo do Estado de Goiás e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>815/12</u>	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás, as filmagens de segurança feitas nas entradas do Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), entre os dias 01/01/2011 e 31/12/2011.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>816/12</u>	Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial - IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), instaurado no Supremo Tribunal Federal, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carlo, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>817/12</u>	Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial - IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Stepan Nercessian (PPSRJ), instaurado no Supremo Tribunal de Justiça, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carla, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>818/12</u>	Requer a convocação de FAUSTO JOSE PASSAGLIA JUNIOR CPF: 195.619.891-15.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>819/12</u>	Requer a convocação de CONRADO CAIADO VIANA FEITOSA, CPF: 857.383.011-53.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>820/12</u>	Requer a convocação do Sr. FREDERICO MÁRCIO ARBEX, CPF nº 03184034631, para prestar esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	<u>821/12</u>	Requer a convocação de Adriana Sauthier Accorsi	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>822/12</u>	Requer a convocação de Cel. EDSON COSTA ARAUJO	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>823/12</u>	Requer a convocação de GIL TAVARES	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>824/12</u>	Requer a convocação de GERALDO MESSIAS	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>826/12</u>	Requer cópia de processos judiciais, em trâmite na 3ª Vara de Fazenda Pública de Goiânia.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>827/12</u>	Solicita a quebra do sigilo telefônico pelo período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 a 29 de fevereiro de 2012, incluindo os dados de estação rádio-base ERB'S, mensagens porventura recebidas ou enviadas, bem como, as informações cadastrais dos telefones ou rádios mencionados.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	<u>831/12</u>	Requer informações ao Deputado Federal Sandes Júnior.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Solicito à assessoria as consultas protocolares a respeito do quórum efetivo de deliberação, porque visualmente já podemos iniciar a reunião. Em dois minutos.

Peço aos Srs. Parlamentares que se encontram em seus lugares que se posicionem. (Pausa.)

Não há quórum para deliberação, mas vamos iniciar a reunião.

Peço aos Srs. Parlamentares que se posicionem nos seus efetivos lugares para oficialmente darmos início à reunião.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não iniciamos a reunião ainda.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas registre, por favor. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São 10 horas e 30 minutos.

Determino à Secretaria desta Comissão que interceda junto aos Parlamentares que estão na Comissão Especial de Reforma do Código Penal do Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, e que pertençam

a esta Comissão, para que sejam convidados para estarem presentes a esta reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 23ª reunião da Comissão.

Não podemos deliberar porque há ausência de quórum segundo informa a Secretaria.

Passo aos senhores uma informação importante.

Senador Randolfe, Deputado Miro, alguns Parlamentares, na última sessão, V. Exas. solicitaram o empenho desta Presidência no sentido de agilizar junto ao Banco Bradesco o envio de todos os dados e transferência de todos os dados bancários motivo do ofício e dos requerimentos aprovados nesta Comissão.

Passo a ler o ofício que esta Presidência recebeu ontem da direção jurídica do Banco Bradesco, que afirma que, desde o recebimento do primeiro ofício desta CPMI, aquela instituição estabeleceu uma equipe para tratar e responder todas as requisições. Em razão de um volume de informações, foi dada prioridade a to-

dos os lançamentos com valores superiores ou igual a R\$5 mil.

Desde o dia 15 de junho, a instituição encaminhou 103 arquivos via transmissão eletrônica, contendo extratos e informações no total de 115.398 documentos, que atendem a 98,7% dos valores envolvidos nas contas requisitadas, sendo que o restante das informações, que envolvem lançamentos inferiores a R\$5 mil e equivalem a 1,3% dos valores envolvidos, serão entregues até o início do mês de setembro, conforme o prazo estabelecido. Em razão das notícias divulgadas na imprensa, no sentido de não ter atendido às requisições desta CPMI, a instituição manteve contato com técnicos do Prodases para verificar o que estava ocorrendo. Nessa data, uma equipe de técnicos, acompanhada de dois Diretores Estatutários, com eles se reuniram e sanaram os problemas.

Então, todos os dados do Bradesco – esseório está em rede à disposição dos senhores –, todos os dados referentes às transferências envolvendo o banco Bradesco estão à disposição.

Pediram a palavra, pela ordem, inicialmente, o Deputado Vanderlei Macris, depois, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, meu caso era só sobre oório, não quero falar muito, não. É porque dá a impressão de que a Comissão começou a reclamar à toa. Não é verdade, não. É porque os dados vêm com o dígito errado. Bom, aquela frase final, “agora corrigimos as distorções” é o que há de principal. O diabo é saber por que nesse sofisticado sistema bancário brasileiro ainda pode acontecer esse tipo de coisa! Eu acompanhei aqui os técnicos da Comissão, uma mão de obra enorme, tendo em vista esses, como eles chamam aí, pequenos detalhes que foram corrigidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então nós estamos hoje com... Deputado Miro Teixeira, segundo levantamento da diretoria da Comissão, estamos com mais de 88% das transferências bancárias em nossos arquivos; mais de 88%. Alguns erros pontuais estão sendo cirurgicamente resolvidos com cada instituição bancária.

Pela ordem, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, em princípio, estou satisfeito com a informação dada por V. Exa. tendo em vista que o requerimento solicitando informações ao Bradesco foi de minha autoria e que mostra o acerto da decisão desta CPI em requisitar os documentos, porque nós estávamos já há quatro meses de trabalho

desta CPI e os documentos do banco Bradesco ainda não tinham sido enviados a esta Comissão, como de resto outros tantos de outros bancos, por sinal, já estavam em poder da CPI.

Nós temos a certeza, Sr. Presidente, de que não serão os depoimentos desta Comissão que darão à CPI a possibilidade real de desvendar toda essa organização criminosa, mas, sim, os documentos que a CPI está recebendo, os cruzamentos de dados, as informações bancárias. Então, eu entendi necessário que nós reclamássemos essa informação. Tanto é verdade que o próprio banco considera que essa informação foi atendida exatamente na deliberação de destacar dois diretores para cuidar dessa questão e a CPI, espero eu, tenha recebido todas as informações. Portanto, eu me considero satisfeito; a ida ao Banco Central, em princípio, não há necessidade, mas, sim, à Polícia Federal, porque os vídeos ainda não chegaram a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a V. Exa. a compreensão e a justiça que faz ao desempenho administrativo da Comissão, porque, durante esta semana, tratamos efetivamente de dar vazão a todos esses requerimentos que não foram completamente atendidos pelas instituições bancárias. O banco Bradesco veio e trouxe toda uma equipe para sanear todas as dúvidas. Por isso que temos a satisfação de dizer que mais de 88% dos nossos arquivos, com transferências de sigilo bancário, estão à disposição, aí sim, para estudo desta Comissão. Corroboro, Deputado Macris, com V. Exa. no sentido de que os depoimentos fazem parte dos nossos trabalhos, mas certamente não têm o peso que terá o estudo que os Senadores e Deputados, através de suas assessorias, com o alto padrão técnico que dispõem, possam fazer para o cruzamento de dados existentes no rico material de que nós dispomos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só o seguinte: a Polícia Federal tem data e horário para nós visitarmos à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado e Presidente Paulo Teixeira vai comunicar esse encontro, já está tratando disso com o Diretor-Geral.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para dar sugestão para os que vão à Polícia Federal. Claro que isso já ocorreu a todos, porém um lembrete a mais não faz mal. Para nós sabermos exatamente o que foi apreendido na casa do Cachoeira. O que foi... Quer dizer, os laudos de... Não precisa mandar tudo não. É só mandar o rol do que foi apreendido na casa do Cachoeira e do Adriano Aprígio. Senão, nós ficamos aqui sem saber, afinal de contas, qual é o conjunto da obra. Nós sabemos de uma coisa ou outra, mas o conjunto não aparece. Só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela informação que V. Exa. traz. Eu só queria destacar a importância que tem a análise dos sigilos que estão chegando à CPI, e por isso que insistimos tanto na vinda dos sigilos que ainda não tinham chegado, em especial do Banco Bradesco. Só para destacar e ilustrar a informação que V. Exa. traz e a importância que ela tem para a CPI, nós tínhamos diagnosticado, sem os sigilos do Bradesco, a transferência de R\$200 milhões de empresas notadamente laranjas... Ou melhor, R\$200 milhões da conta da sede nacional da Delta para empresas notadamente laranjas. Com a análise preliminar dos dados do Bradesco, esse número já chega a R\$302 milhões. Parece-me que é na análise dos sigilos que está o fio da meada do caminho de investigação desta CPI.

Eu quero cumprimentar V. Exa. e também o Relator, pois percebo na pauta de hoje que há vários requerimentos que levam à investigação no sentido de quebra do sigilo dessas empresas, repito, notadamente laranjas, da empresa Delta e a convocação de pessoas, personalidades que fazem parte da construção desse esquema.

No mesmo sentido, Presidente, eu só queria reiterar uma questão que me preocupa. No final de semana, todos devem ter acompanhado a matéria veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo. O que me chamou a atenção na matéria foi a reprodução, a apresentação, mais uma vez, de vídeos que notadamente foram adquiridos... (*Falha na gravação.*) V. Exa. já prestou esclarecimento na reunião anterior em relação a esse tema. Eu queria reiterar a V. Exa., e já sei a resposta, que os vídeos que estão na CPI são os vídeos que já são de conhecimento de todos os parlamentares. Eu queria reiterar, solicitar a V. Exa., que reiterasse à Polícia Federal a informação, em definitivo, de fato, de qual é o conjunto de vídeos apreendidos pela Polícia Federal na Operação Vegas/Operação Monte Carlo. Nós temos sido surpreendidos com a veiculação de

um vídeo ou outro que não se encontra aqui na CPI, e seria fundamental e importante que estivesse em nosso poder.

Então, faço essa solicitação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exa. e peço, com a admiração que tenho pelo trabalho desenvolvido nesta CPI por V. Exa., que represente também esta Presidência e a CPI no encontro, logo mais, com o Delegado-Geral da Polícia Federal que a CPI vai ter. A participação de V. Exa. nesse encontro é de fundamental importância para a troca de ideias e de conhecimento a respeito desse material. Todos os vídeos que recebemos efetivamente estão à disposição dos Srs. Parlamentares. Alguns vídeos foram postados de forma clandestina e foram divulgados de forma clandestina. E aí não é de responsabilidade da CPI a sua veiculação e o seu controle, mas este assunto V. Exa. certamente trará em relatório na próxima sessão, se aceitar o convite desta Presidência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Convite aceito, com muita honra. E agradeço o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...para ir, na companhia do Relator e do Presidente Paulo Teixeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator, duas informações importantes aos senhores. Duas informações importantes aos senhores.

Amanhã nós teremos a presença – e espero a colaborar com esta Comissão – do Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, da Srª Rosely Pantoja da Silva, do Sr. Hillner Braga Ananias. Teríamos também a presença do Sr. Aredes Correia Pires, mas, não obstante todo esforço que a nossa valorosa e competente Polícia do Senado tem feito na busca e na localização dos depoentes, não conseguimos localizar o ex-corregedor de Polícia Civil do Estado de Goiás.

Fica, então, a sua convocação para a próxima quarta-feira.

Na terça-feira que vem, estaremos convidando os Srs. Procuradores Léa Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado, até porque me parece que um dos procuradores, nessa matéria do Fantástico, se posicionou claramente sobre as operações. E, certamente, muito haverão de colaborar os Procuradores Léa Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado.

Na quarta-feira, teremos aqui o Sr. Jayme Rincón, que já previamente agendou a sua presença nesta Co-

missão e, aí sim, certamente, haverá de ser encontrado o Sr. Aredes Correia Pires.

Então, nas próximas reuniões de terça e quarta-feira, nós teremos esses convidados a depor.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, eu pediria a V. Exa., Sr. Presidente, já que vão ser ouvidos esses dois Procuradores citados, que V. Exa. analisasse a possibilidade de convocar também o Sr. Procurador Alexandre Camanho de Assis, que é Procurador aqui do Distrito Federal e é Presidente da Associação do Ministério dos Procuradores.

E lhe digo o motivo, que, inclusive, é um fato novo, Sr. Presidente: o Sr. Alexandre Camanho é o braço direito do Procurador-Geral da República, Dr. Rangel e esse Procurador da República Alexandre Camanho de Assis foi quem levou esses dois procuradores, cujos nomes V. Exa. acaba de citar, ao encontro dos jornalistas da Revista Veja, o Gustavo Ribeiro e o Rodrigo Rangel e entregou a eles – eles estavam acompanhados do Sr. Policarpo Júnior –, a mando do Procurador-Geral da República, os inquéritos na íntegra das duas operações Vegas e Monte Carlo, que corriam sob segredo de justiça.

Isso constitui-se num crime inominável, Sr. Presidente. Eu tenho o dia em que isso foi entregue. Foi entregue numa sexta-feira, 2 de março, por volta de meio-dia, a reunião demorou duas horas e meia, foi realizada no antigo Hotel Meliá, no restaurante, em que, repito, o Sr. Alexandre Camanho de Assis e esses dois procuradores a que o senhor já se referiu – Drª Leá e Dr. Cláudio, se não me engano... Dr. Daniel –, eles três, juntamente com os dois jornalistas de Veja já citados e mais o Sr. Policarpo Júnior, receberam esse material. Vejam V. Exas. a gravidade do que eu aqui estou afirmado. E eu já solicitei também informações a esses Procuradores, com base na Lei de Acesso à Informação, que eles digam, que eles explicitem a sua agenda deste dia 2 de março de 2012, uma sexta-feira, onde eles estiveram.

Portanto, eu espero que esse Procurador-Geral da República, que cada vez mais fica demonstrado que ele é um participante, integrante dessa quadrilha criminosa, o Sr. Roberto Gurgel, como eu já disse, além de prevaricar é um ímparo e também um chantagista. Que esses procuradores que o servem sejam aqui ouvidos para tirar as dúvidas que porventura ainda existirem a respeito desse comportamento deletério que S. Exa. tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra, pela ordem, a V. Exa, antes, afirmo ao Senador Fernando Collor de Mello que não há requerimento de convocação...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Já existe, Sr. Presidente. Se V. Exa. solicitar à sua assessoria, irá verificar que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já existe? Vou solicitar. Os procuradores que eu mencionei são procuradores do caso Vegas e Monte Carlo, que estariam para ser ouvidos por esta Comissão no momento em que havia uma audiência de instrução e julgamento e nós, da Comissão, entendemos que não havia condições jurídicas e legais para tanto naquele momento. De posse agora de entrevistas dadas por parte de um dos procuradores do caso, esta Presidência entendeu convocá-los ou convidá-los a participar da próxima reunião.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu penso que nós temos aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito convocada com o fim determinado, como manda a Constituição do País. Em fato determinado, penso que nós estamos, de certa maneira, apesar dos esforços de V. Exa., dos esforços do Relator, do Vice-Presidente e de tantos companheiros que sempre aqui estão, acabamos ficando sob temas recorrentes que nos impedem de pegar os ladrões públicos. Nós estamos aqui para pegar os ladrões públicos, não é nem para definir se o Cachoeira é bicheiro ou não é bicheiro. Essa é uma discussão que não é nossa aqui, não.

O que estamos querendo aqui é saber quais os laços da Delta com o Poder Público, saber como se lava dinheiro, quais são as empresas fantasmas para as quais o dinheiro da Delta é transferido, quais são os políticos beneficiados dessa maneira. Nós não estamos aqui para tentar intimidar instituições públicas. Instituições públicas também não são pura e simplesmente incriticáveis não, podem ser criticadas todas as instituições, a começar pelo Congresso Nacional, e a começar individualmente, pelos atores, pelos agentes públicos, como nós podemos receber críticas sobre os nossos mandatos. É que não é essa a questão. A questão é trazermos esta CPI para os trilhos, não permitirmos quaisquer desvios. Por enquanto, isso também está sendo mantido em uma linguagem parlamentar adequada, mas vai chegar a hora em que não vai ser. Por quê? Porque a política é assim.

Então, eu sou contra à vinda desses procuradores a que V. Exa. se referiu. Eles podem dar a entrevista

que eles quiserem dar, todo mundo pode se manifestar, a Constituição não veda, agora eu não faço disso nenhum cavalo de batalha, não. Aqui vieram delegados da Polícia Federal prestar esclarecimentos e colaborar com a Comissão. Pode haver até uma sessão secreta com eles, se eles tiverem coisas a falar que possam nos orientar a perseguir a prova contra os ladrões públicos que há décadas roubam este País, há décadas. Esta sala aqui já presenciou mais de uma CPI com ladrões públicos roubando esta Pátria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora à nossa pauta. Como eu havia me comprometido com esta Comissão, o primeiro ponto de pauta diz respeito às sub-relatorias. Afirmo que coloquei como primeiro ponto de pauta as sub-relatorias em comum acordo com o Relator, o Deputado Odair Cunha.

Atendendo a uma solicitação da Comissão, na pessoa dos Deputados Luiz Pitiman, Rubens Bueno...

Luiz Pitiman, ausente.

Rubens Bueno, ausente.

Kátia Abreu, ausente.

São cinco requerimentos. Não há quórum para deliberação ainda – a informação é da Secretaria –, mas nós vamos continuar até que tenhamos quórum para deliberação.

Passo a palavra para manifestação do Relator, que efetivamente vai dar sua posição. E, aí, sim, de forma colegiada, haveremos de decidir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exa. e cumprimentar todos os pares.

Esse tema das sub-relatorias é um tema que nós tratamos quando da elaboração do nosso plano de trabalho. É um tema, na minha opinião, que já foi deliberado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Relatoria tem buscado trabalhar no sentido de acolher as mais diversas sugestões dos pares desta Comissão. Todos os Parlamentares, se olharmos a pauta aqui, a grande maioria – é só uma questão de contar – dos requerimentos que nós vamos aprovar hoje ou cuja aprovação estamos propondo são requerimentos não da Relatoria. Se pegarmos todos os requerimentos que aprovamos até hoje, a maioria absoluta dos requerimentos é de Parlamentares da Comissão, o que é uma prova evidente de que a Relatoria tem buscado trabalhar de maneira integrada com os nossos pares, e esse tema das sub-relatorias foi um tema que tratamos no plano de trabalho.

Por essa razão, nós estamos encaminhando pela rejeição dos requerimentos nominados por V. Exas.

Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, para discutir. Discutir e encaminhar ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos encaminhar. Dois de cada lado, como sempre procedemos.

O Deputado Paulo Teixeira é quem faz, por esta Presidência, a consulta ocular das iniciativas parlamentares.

Por favor, Deputado Paulo Teixeira.

Contra e a favor. Que se manifeste o Parlamentar a favor da criação e contra a criação das relatorias.

Por favor, manifestem-se, Srs. Parlamentares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, a questão é a seguinte: nós não temos, no meu ponto de vista, que votar mais isso. Essa matéria – eu queria até falar antes com o Deputado Rubens Bueno, que é um dos autores do requerimento, mas não tive oportunidade, por culpa minha, e não dele – foi traçada aqui no plano de trabalho. Eu gosto de sub-relatorias. Acho que podem agilizar. Só que nós passamos já de certo tempo. Agora, dizer pura e simplesmente “vamos votar”, e não acontecer, pode ser complexo também. Então, imagino que, talvez, possa ser sobreposta, Relator, essa matéria.

Eu fico com a posição de V. Exa. hoje, na ausência de absoluta necessidade, mas acho que se pode trazer essa nova fórmula de sobreposta, porque pode ser que, lá na frente, o Relator chegue aqui e diga: “Estou sobre carregado”.

Neste momento, eu apoio a posição do Relator de não se criar sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já falou, apoiando a posição do Relator, pela Câmara, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas propondo sobreposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Nós estamos votando...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não sei se o...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos votando porque houve uma harmonia no sentido de que transferimos a decisão ao Colegiado, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.K.. Agradeço a V. Exa.

Já falou... Carlos Sampaio, a favor das sub-relatorias.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, até por uma questão histórica da minha

atividade neste Parlamento – eu fui Sub-Relator de importantes CPIs: da CPI dos Correios, da do Mensalão, da CPI dos Sangueusgas, da CPI dos Cartões Corporativos, enfim –, eu tenho para mim que a metodologia de trabalho mais adequada é a divisão de serviço, em que todos alimentem o Relator.

Eu tendo até a concordar com parte das ponderações do Deputado Miro Teixeira não no que tange ao sobrerestamento. Sou contrário, acho que temos de votar. Mas, talvez, isso tenha ficado para um momento extremamente adiantado nesta CPI e, talvez, pudesse não ter o efeito que se imaginava. Mas continuo um defensor das sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor defende a tese, mas entende a extemporaneidade?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. Continuo achando que está no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há Senadores inscritos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há Senadores inscritos, nem contra nem a favor. Por questão de deferência ao autor do requerimento, que não estava presente, porque estava em outra atividade parlamentar, o Deputado Rubens Bueno, nós vamos inverter a ordem antes da discussão. Seria precedente ao encaminhamento a discussão, mas, tomando de ofício essa posição, monocraticamente, a Presidência vai dar a palavra ao Deputado Rubens Bueno, para defender, em nome de todos os autores, o seu requerimento.

Concedo a palavra a V. Exa. por três minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, esse requerimento se deu exatamente pela complexidade do esquema montado, o esquema do Sr. Carlos Augusto Cachoeira. Dada a complexidade desse esquema, nós apresentamos a proposta de sub-relatoria,creditando que seria muito mais ágil, muito mais prático, muito mais racional que o Relator geral, a seu critério, pudesse indicar os sub-relatores, para que tratassem da questão de movimentação financeira. Poderia haver um grupo especial para tratar disso, até porque o que está sendo dado de atenção àquilo que é requerido aqui, principalmente aos bancos, de movimentação financeira não tem acontecido a contento. Não há resposta devida, as respostas são contraditórias, os prazos não são atendidos. Então, deveria haver aqui um sub-relator para cobrar permanentemente as movimentações financeiras, que são grandes, envolvendo esse esquema criminoso.

É preciso também verificar os contratos e fazer uma devassa. Como é que a empresa Delta, por exemplo, que era uma pequena empresa há nove ou dez anos, de repente, torna-se uma das maiores empresas do País, envolvendo milhões e milhões de reais de dinheiro público, de contratos públicos, especialmente do PAC do Governo Federal? Não há um sub-relator para investigar esses contratos e muitos outros que dizem respeito à loteria, que dizem respeito a governos estaduais ou a partidos, o que seja. Enfim, poderia haver alguém aqui que aprofundasse a questão desses contratos, para ser trazido aqui um relatório consistente.

Aqui, trata-se de jogos ilegais e de loterias. Sabemos que há um envolvimento muito grande de polícias, de secretarias de segurança, de contratados, de arapongas em jogos ilegais e em loterias, especialmente em loterias estaduais. E não há aqui algo para chamar a atenção para esse aspecto e para aprofundar essa questão.

Sr. Presidente, esse fato se dá para que uma CPI possa não só investigar e levar ao Ministério Público o que tem de ser levado, para apurar os crimes e efetivamente denunciá-los à Justiça, mas também há aquilo que deve ser feito pelo próprio Congresso, para corrigir falhas, para que isso não volte a acontecer. É o caso das loterias. E não temos aqui uma informação mais adequada e aprofundada.

Finalmente, é preciso estabelecer normas de combate à corrupção. Essas normas o próprio Congresso, Senado e Câmara, a partir desse relatório final votado por esta Comissão, votaria em plenário, para corrigir essas deficiências que existem no Parlamento brasileiro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já o quê?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não se pode contraditar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não se pode contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que não se pode contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exa. não pode fazer uma contradita, mas pode se inscrever para, no encaminhamento, votar a favor da posição do Relator. V. Exa. pode fazer sua inscrição. Os oradores inscritos são dois pela Câmara e dois pelo Senador.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V. Exa. já acompanhou isso aqui. Pela Câmara, a favor da posição do Relator, já se posicionou o Deputado Miro Teixeira; contrário à posição do Relator, já se posicionou o Deputado Carlos Sampaio. No Senado, não se apresentou nenhum Parlamentar contrário ou a favor da posição do Relator.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu posso falar pelo Senado, porque pode ser que eu esteja aqui em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V. Exa. será Senador um dia, com absoluta certeza. E com apoio do povo de Pernambuco.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vamos chamar, agora, os Srs. Parlamentares para a votação nominal.

Senadores.

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o parecer do Relator. Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É só um? São dois de cada Casa, pelo Regimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

Eu convido o meu Vice-Presidente e atento companheiro Paulo Teixeira para o escrutínio.

Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Presidente, pelo não enfraquecimento da CPMI, voto “não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Considerando extemporâneo, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Pedro Taques.

Ausência justificada, em virtude de o Senador estar na condição de Relator da Comissão Especial de revisão do Código Penal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senadora Vanessa Grazziotin.

Mais dois do Bloco.

Senador Walter Pinheiro. (Pausa.)

Senador Aníbal Diniz. (Pausa.)

Senadora Ângela Portela. (Pausa.)

Senador Delcídio do Amaral. (Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Completo o Bloco. (Pausa.)

Bloco da Maioria. (Pausa.)

Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Senador Ciro Nogueira. (Pausa.)

Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

O Bloco da Maioria também foi chamado.

Bloco Parlamentar da Minoria.

Senador Jayme Campos. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Contra a proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Jarbas Vasconcelos.

Bloco União e Força.

Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bloco PSD.

Senadora Kátia Abreu. (Pausa.)

Senador Sérgio Petecão. (Pausa.)

PSOL, que agora, para nossa satisfação, assume a titularidade nesta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A honra é minha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Em decorrência da conhecida extemporaneidade do tema, voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srs. Deputados.

Deputado Vacarezza.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Relator Odair Cunha, voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputada Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Luiz Pitiman.

Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, não vejo nenhuma extemporaneidade. Nós estamos de fato com muito trabalho e seria extremamente positiva a Sub-Relatoria. Voto pela Sub-Relatoria; portanto, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Completo o PSDB.

PP.

Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Iracema Portella. (*Pausa.*)

Completo o PP. (*Pausa.*)

Democratas. (*Pausa.*)

Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*)

Mendonça Prado. (*Pausa.*)

PR.

Quintella Lessa. (*Pausa.*)

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – PSB.

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Miro Teixeira, PDT.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Rubens Bueno.

A proposta é “sim” ou “não”.

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu voto “sim”, pelo fortalecimento da CPI. E se há algo de extemporâneo aqui foi causado pela Mesa dirigente dos trabalhos. Aliás, está na imprensa de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– PTB: Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, só uma curiosidade aqui. Eu vou votar, mas eu quero saber se a gente vai votar cada item desses, um por um.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, sim! É porque cheguei atrasado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pode ficar tranquilo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Porque aí seria perder tempo ao quadrado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pode ficar tranquilo. Vote.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto “não”, porque este é um assunto vencido. Lá atrás, se discutiu isso e perderam, mas insistiram de novo. É “não”!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– PSC: Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, voto acompanhando o relator, até porque acredito – só para justificar – que cada membro desta CPMI já faz aqui o papel de Sub-relator. Colocar nomes aqui a exclusivos sub-relatores seria diminuir o trabalho de cada um de nós que estamos aqui nos esforçando para averiguar e investigar todos os casos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– PCdoB: Delegado Protógenes. (*Pausa.*)

Osmar Júnior. (*Pausa.*)

PSD: José Carlos Araújo. (*Pausa.*)

Armando Vergílio. (*Pausa.*)

Roberto Santiago. (*Pausa.*)

César Halum. (*Pausa.*)

Completo o PSD.

Peço ao Sr. Vice-Presidente que proceda ao escrutínio. (*Pausa.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o relator: 16. Contra o relator: 4.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Definida a votação. Derrotados os requerimentos.

Agora vamos, por votação simbólica, apreciar os requerimentos que já estão em poder dos senhores.

O item 1 da nossa pauta – no caso agora seria o item 2: requerimentos de convocação e convites.

Passo a palavra ao relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na nossa proposta aqui, nós estamos colocando para aprovação de convocação o Requerimento 200, que convoca o Deputado Carlos Aberto Leréia; o Requerimento 230, de mesmo conteúdo; o Requerimento 203, que convoca o Deputado Sandes Júnior; o Requerimento 231, que convoca o Deputado Sandes Júnior também.

Sr. Presidente, por pedido do Deputado Maurício Quintella, eu vou, de ofício, destacar esses dois temas, lembrando também que o Deputado Carlos Alberto Leréia já se colocou à disposição da CPMI, logo no

ínicio dos nossos trabalhos. Então, estou destacando os dois requerimentos iniciais para, ao final, nós termos condições de debater os dois temas, porque o Deputado Maurício Quintella e o Deputado Carlos Sampaio já me pediram isso. E vou fazer de ofício, ao final deste bloco, para tratarmos especificamente da convocação dos mesmos.

Requerimento 358, que convoca... nós estamos propondo também a reconvoação do Carlos Augusto Ramos, para deixar aprovado aqui.

Nós estamos num processo de aberto, num período eleitoral, e é bom que esses requerimentos estejam aprovados.

Estamos propondo o Requerimento 358 e o Requerimento 363, de mesmo conteúdo. O Requerimento 358 é de autoria do relator e o Requerimento 363, do Senador Alvaro Dias. Também o Requerimento 653, de autoria do Deputado Luiz Pitiman; o Requerimento 687, do Deputado Sílvio Costa; o Requerimento 665, que convoca...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exa. pediu destaque no 665...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O 665, o 758 e o 779, os três falam da convocação específica da Prefeita Lêda, que eu pediria a V. Exa. que... Ao final, faria a ponderação e depois o destaque.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos destacar então.

O Requerimento 823 trata da convocação de Gil Tavares e de Geraldo Messias – ambos prefeitos – o Requerimento 824.

O Requerimento 478 solicita a convocação do Sr. André Teixeira Jorge, do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto. Eu pelo a atenção dos senhores.

Quaisquer dúvidas a respeito dos nomes que estão aqui, os senhores têm a oportunidade de interromper a leitura do Relator e pedir esclarecimentos. Efetivamente, ele tem o histórico de todos esses nomes e os senhores também sabem o histórico da convocação, a razão da convocação de alguns desses nomes, até porque o requerimento é público, no requerimento de convocação a justificativa é pública. Então, os senhores fiquem à vontade para consultar o Relator de um ou outro nome que está inserido nessa votação simbólica.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente. Para uma questão de ordem, Sr. Relator, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, por favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem.

Sr. Presidente, eu apresentei – o Sr. Relator assinou comigo – um requerimento na última reunião, de nº 738, em função da última manifestação aqui feita pelo senhor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já está na pauta, Deputado Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não. O 738?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir logo. Vamos ouvir a votação simbólica, Macris.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 513...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O 738 está na pauta.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente. Perdão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requer que sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Sr. Fábio Passaglia. O 544, do Senador Randolfe Rodrigues, de igual teor, na mesma razão do Deputado Rubens Bueno. O 608 requer a convocação também do Sr. Fábio Passaglia, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, é 680?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 680. O 722 requer a oitiva do Sr. Alex Antônio Trindade de Oliveira, do Senador Randolfe Rodrigues. O 724 requer a oitiva de Leide Ferreira da Cruz, do Senador Randolfe Rodrigues. O 725 solicita a oitiva de Polyana Barbosa de Carvalho Cunha, do Senador Randolfe Rodrigues. O 727 requer a oitiva do João Furtado de Mendonça Neto, do Senador Randolfe Rodrigues. O 738 requer a convocação de Marcos Teixeira Barbosa, do Deputado Vanderlei Macris e deste Relator. O 735, do Sr. Francisco de Assis Oliveira, do Senador Randolfe Rodrigues. O 818, do Sr. Fausto José Passaglia Júnior, do Relator. Do 819, de Conrado Caiado Viana. O 820, do Sr. Frederico Márcio Arbex e o 821, de Adriana Sauvage Accorsi. E o 822, do Coronel Edson Costa Araújo, também do Relator.

São esses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, o encaminhamento desta Presidência.

Em votação. Os destaques ficam para o final, os senhores já destacaram aquilo que poderia ser destacado.

Em votação.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Só uma pergunta a V. Exa, pela ordem.

Presidente, por favor, até hoje – não sei se V. Exa. tem esse número aí – quantas pessoas nós convocamos fora essas daí? O senhor sabe disso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à assessoria para manifestar ao Deputado Sílvio Costa. Mais de 30, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mais de 30. Nós escutamos quantas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Escutamos mais de 30. Convocamos muito mais do que isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, mas eu queria uma pergunta mais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Uma resposta mais segura.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Porque é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Secretaria vai dizer a V. Exa. daqui a pouco, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, Presidente. Eu vou ter que votar sem essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Sr. Deputado.

Em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas por unanimidade estas convocações com respeito e ressalvas aos destaques.

Agora, vêm as quebras e as transferências de sigilo, porque necessitam de escrutínio nominal.

Com a palavra o Sr. Relator. (*Pausa*.)

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bem, Sr. Presidente.

Requerimento 515. (*Pausa*.) Requerimento 515. Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal do (Sr. Frederico Aurélio Bispo, da Deputada Íris Araújo; o 661 requer... Solicita a esta CPI quebra de sigilo bancário, fiscal, SMS, telefone de Marcelo Henrique Limirio Gonçalves, do Relator; o 677 solicita que esta CPI requisite a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefone da empresa Bold S.A, do Deputado Vaccarezza; o 728, a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Miranda e Silva Construções, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE VITAL DO RÉGO (PMDB – PB) – Eu peço a atenção dos senhores... Eu peço a atenção dos senhores e o acompanhamento... E o acompanhamento, por favor, porque muito mais importante do que a votação anterior é esta votação. Nós estamos votando transferência de sigilos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 761 requer do Sr. Rossini Aires Guimarães, do Deputado Ro-

sinha; o 762, da Eletro Chance do Brasil, Indústria e Máquinas Ltda, do Deputado Rosinha; o 763 requer o sigilo bancário da pessoa jurídica Eletro Chance SRL (uma empresa internacional), Deputado Rosinha; o 767, o do Sr. Marcelo Emílio Gonçalves, do Deputado Rosinha; o 767, o Sr. Marcelo Limirio Gonçalves, do Deputado Rosinha; o 769, o da Tecnologia Eletrônica Ltda, do Deputado Vaccarezza; também do mesmo Deputado, o 770, da empresa Bete Cor Ltda; o 776, o do Instituto de Ciências Farmacêuticas de Estudo e Pesquisa, do Relator; o 777, o da Idônea Factory; o do 778, da Miranda e Silva Construções e Terraplenagem; o 781, o da empresa Libra Factoring; o 782, o da MCGL Empreendimentos e Participações S.A; o 783, o da Organização das Voluntárias de Goiás; o 784, o do Instituto Nova Educação Ltda; o 785, o de Andressa Alves Mendonça; o 772, o de Alberto e Pantoja... É um complemento na verdade... Vou lê-lo, então:

“Requer a esta CPI o complemento das informações relativas à quebra de sigilo bancário da Alberto e Pantoja Construções e Transportes junto ao HSBC; também requer o complemento da empresa Construtora Rio Tocantins junto ao Banco do Brasil e Banco Rural; complementos também do 787, da WCR Produção e Comunicação Ltda Banco Mercantil do Brasil; o 788, complementos da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia junto ao Banco Industrial e Comercial S/A; o 789, do Royal Palace Diversões Ltda ME junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú; o 790, do Planeta Center Diversões Eletrônicas Ltda junto ao Itaú e ao Banco do Brasil; o 791, da Organização Independente de Comunicação Ltda junto ao Unibanco; o 798, da Mapa Construções junto ao Banco Caixa Econômica Federal e Banco Itaú; o 793, complemento ainda, da MZ Construções Ltda junto à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil...”

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Ex^a leu 798, é 789. Eu até passei para outra página aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT – MG) – Sete...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sete oito nove... Porque V. Ex^a, agora, já estava no 790, no 791...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT – MG) – Tá... OK...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que o 789, V. Ex^a o leu como 798, confundindo o Deputado Vaccarezza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está dito...

O 794, da Emprodata Administração de Imóveis e Informática junto ao Banco do Brasil; o da Datatrafic, o 795, junto ao Banco do Brasil e junto ao HSBC; o 796, da empresa Brava Construções e Terraplenagem junto ao Banco Real e ao Unibanco e à União de Bancos Brasileiros; o 797, da JR Prestadora de Serviços, Cons-

trutura e Incorporadora junto ao Bradesco; o 798, GM Comércio de Pneus e Peças Ltda junto ao Banco Itaú.

O Requerimento nº 719, do Senador Pedro Taques, requer informações sobre movimentações financeiras e bancárias, inclusive protegidas por sigilo, da empresa Ocean Development. É o Requerimento nº 718.

O Requerimento nº 827 solicita a quebra de sigilo telefônico, pelo período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 a 29 de fevereiro de 2012, incluindo os dados de estação de rádio base, mensagens recebidas e enviadas, bem como as informações cadastrais dos telefones ou rádios mencionados. São os rádios Nextel.

É o que propomos, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos com todos os requerimentos formulados ao Relator, à exceção de um, para o que peço vênia ao Relator. É o Requerimento nº 783, porque ele diz respeito à quebra de sigilo das bolsas de estudo que foram cedidas no Estado de Goiás, o que, tenho para mim, foge por completo do escopo desta CPI.

Nessa mesma linha, Sr. Relator, se me permitir, apenas adiantando, no próximo bloco, também no mesmo sentido, há o Requerimento nº 805.

Portanto são essas duas ressalvas que faço. Nesse bloco, o Requerimento nº 783 e, no bloco seguinte, o Requerimento nº 805.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Requerimento nº 783 não trata de bolsa de estudos em Goiás. Pode, no meio, até ter, mas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu vou acolher o destaque, mas a minha opinião será favorável a seguir. Depois, vou me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolhidos os dois destaques.

Por favor, repita o número dos destaques.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Requerimentos nºs 783 e 805, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Oitocentos e...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para confirmação.

Os senhores já têm conhecimento de todas as transferências de sigilo. No rito pré-estabelecido por esta Comissão, vamos votar o primeiro, e a votação validará as 34 outras transferências seguintes. São 35 transferências, menos os dois destaques que foram postos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, permita-me. É só uma pergunta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós estamos solicitando a quebra de sigilo telefônico e bancário da Sra Andressa. Eu pergunto: nós aprovamos em relação à Sra Andréia?

O SR. ODAIR CUNHA – Já.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E eletrônico também, como todos tecnológicos.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Pedro Taques. (Pausa.)

Ausência justificada.

Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Walter Pinheiro. (Pausa.)

Anibal Diniz. (Pausa.)

Angela Portela. (Pausa.)

Delcídio do Amaral. (Pausa.)

Wellington Dias. (Pausa.)

Fechamos o bloco.

Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Sérgio Souza. (Pausa.)

Ciro Nogueira. (Pausa.)

Paulo Davim. (Pausa.)

Benedito de Lira. (Pausa.)

Jayme Campos. (Pausa.)

Alvaro Dias. (Pausa.)

Cássio Cunha Lima. (Pausa.)

Cyro Miranda. (Pausa.)

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jarbas Vasconcelos. (Pausa.)

Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.,

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srs. Deputados.

Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Relator Odair Cunha.

Voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman. (*Pausa.*)

Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – “Sim”, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Iracema Portella. (*Pausa.*)

Ônix Lorenzoni.

O SR. ÔNIX LORENZONI (DEM – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno. (*Pausa.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – “Sim”.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Miro “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes.

Osmar Júnior. (*Pausa.*)

José Carlos Araújo. (*Pausa.*)

Armando Vergílio. (*Pausa.*)

Roberto Santiago. (*Pausa.*)

César Halum. (*Pausa.*)

Concluída a votação, com a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, são 20 votos favoráveis ao Relator e nenhum voto contrário. Então, por consenso, favoráveis aos encaminhamentos propostos pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimentos de providência também em votação simbólica. Bom, requerimentos de votação simbólica.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, o 127 requer seja encaminhado pelo Coaf informações relativas às movimentações consideradas atípicas da empresa Delta, do Senador Alvaro Dias.

O 539 também requer ao Coaf informações sobre movimentações financeiras consideradas atípicas de todas as pessoas físicas, jurídicas, com requerimento de quebra de sigilo. É um geral.

O 540 solicita que esta CPMI requisite às Unidades de Inteligência Financeira de outros países, informações sobre movimentações consideradas atípicas de todas as pessoas físicas e jurídicas com requerimento de quebra aprovado nesta CPMI de igual teor.

O 542 de igual teor, em relação à Delta.

O 717 solicita informações ao Senado Norte-Americano sobre as constatações que acaba de fazer

em relação à participação do HSBC em atividades de lavagem de dinheiro, do Senador Pedro Taques.

O 719 requer que seja requisitada à Procuradoria-Geral da República cópia do relatório da Polícia Federal que comunica o envolvimento do Governador Marconi Perillo com o esquema de Carlinhos Cachoeira, da Deputada Íris de Araújo.

O 739 solicita as informações à Empresa G3 Projeto SPE 342 Ltda. relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$199.300,00 mil, em 3 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplenagem Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues.

De igual teor os outros requerimentos, Sr. Presidente, seguem: o 740, também do Senador Randolfe Rodrigues, a Vitis e Veículos Ltda; o 741 à empresa Viação Anapolina Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 742 à C.W.A Construtora Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 743 solicita informações à empresa Barramares Gráfica e Editora, do Senador Randolfe Rodrigues; o 744 da Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis; o 745 da Empresa Comercial Santa Cecília de Secos e Molhados, também do Senador Randolfe Rodrigues; o 746 da empresa Meirelles Alimentos Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 747 da Safira SP Tecnologia e Comércio Ltda. EPP; o 748 da GGM Granitos e Minérios Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 749 da Fortiori Pesquisa Diagnóstico e Marketing Ltda. EPP, do Senador Randolfe Rodrigues; o 765 do Dr. Rosinha requer cópia do inteiro teor do inquérito policial 3444/2012; o 771 requer informações a pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos das contas da empresa Alberto e Pantoja Construção e Transportes, conforme anexo; o 773, daqui para a frente, do Relator, informações a pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa GM e Comércio de Pneus Ltda.; o 774 da empresa JR Prestadora de Serviço, Construtora, Incorporadora Ltda. São empresas que identificamos que pagaram essas empresas fantasmas ou receberam recursos delas.

Essas empresas são empresas que funcionam. Para evitar a quebra de sigilo dessas empresas, nós estamos requisitando informações dessas empresas.

De igual teor, o 775, da empresa Brava Construções e Terraplanagens Ltda.

O 780 requer que esta CPMI requisite ao Governo do Estado de Goiás cópia integral do processo de nomeação de Camila Alves Gomes e Ítala Barbosa Vaz, do Relator.

O 799 solicita que esta Mesa requisite ao Governo do Estado de Goiás cópia integral dos processos de pagamento dos empenhos a seguir indicados, acompanhados das cópias de ordem de pagamento e da

íntegra de processos dos respectivos contratos que amparam tais pagamentos, nos termos do requerimento.

O 800, ao Governo do Distrito Federal, cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde janeiro de 2007 até a presente data.

O 801, ao Governo do Estado do Tocantins, também, de igual teor.

O 802, que esta CPI requisite ao Governo do Estado de Goiás cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta também.

O 803, requisite ao Governo do Estado de Mato Grosso cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta, matriz e sucursais.

O 804, requisite ao Governo do Estado de Mato Grosso cópias integrais de todos os contratos celebrados com a Delta.

O 805, o Deputado Carlos Sampaio já pediu...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr.

Relator, é apenas uma correção, para adequar o 799 ao 800, 801, 802, porque em todos se pede a cópia geral e, no nº 799, entra-se num detalhamento, ainda, a meu sentir, inoportuno. Então que apenas fossem todos idênticos em todos os Estados. Até porque Goiás detém o menor percentual de investimentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que no 799 me parece que são outras empresas. Vou pedir à relatoria que cheque aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O.k.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 805, eu estou propondo aqui – propus ao Deputado Carlos Sampaio, ouço a Comissão – manter este:

Requer que seja solicitado, no prazo de até 10 dias, à Organização das Voluntárias de Goiás CNPJ 02106664000165, informações referentes aos recursos recebidos e repassados a instituições de ensino do Estado de Goiás, no âmbito do programa Bolsa Universitária, desde janeiro de 2002 até o presente momento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com isso, eu retiraria a quebra de sigilo da pauta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos, porque acho que um precede ao outro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós mantemos aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos. Fica apenas um requerimento de informações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entendo que a Organização Voluntárias de Goiás, nos informando, nós não vamos quebrar o sigilo.

O 806 requer cópia ao Governo de Goiás do processo de licitação em contrato administrativo, para fornecimento de marmitas para os presos da Cepaigo, cuja vencedora foi a Coral Refeições Industriais.

O 807 requer cópia integral, em meio digital, da Reclamação Disciplinar nº 119-18.2012.5.18.0000, instaurada em face do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Dr. Júlio Cesar Cardoso de Brito, bem como uma lista de ações propostas, que envolvam empresas ligadas à organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

O 808 requer ao Senado cópia das portarias de nomeação e exoneração dos funcionários do gabinete do ex-Senador Demóstenes Torres referentes à última legislatura, bem como cópia das eventuais nomeações, no âmbito do Senado Federal, de pessoas denominadas como Quênia (ou Kênia, com k, ou outra forma de escrita, desde que com a mesma fonética).

O 809 requer seja solicitado ao Conselho Nacional do Ministério Público o envio a esta CPMI de cópia integral, em meio digital, do procedimento instaurado em face do Procurador de Justiça do Estado de Goiás, Benedito Torres.

O 810 requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado do Tocantins e a empresa Delta, a empresa JM Terraplanagem e Construções e a Rio Tocantins Construções Ltda.

O 811 requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Distrito Federal e a empresa Delta, Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).

Requerimento nº 812/12.

Solicita a remessa a esta CPMI dos laudos periciais realizados pela Polícia Federal, Superintendência de Goiás, no material encontrado na casa de Andressa Alves Mendonça, CPF nº 895.125.371-68, bem como eventual depoimento prestado à autoridade policial competente.

Requerimento nº 813/12.

Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Mato Grosso e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).

Requerimento nº 814/12.

Mesmo conteúdo e mesmas empresas em relação ao Estado de Goiás.

Requerimento nº 815/12.

Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás, as filmagens de segurança feitas nas entradas do Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), entre os dias 01/01/2011 e 31/12/2011.

Requerimento nº 816/12.

Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial – IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), instaurado no Supremo Tribunal Federal, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carlo, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.

Requerimento nº 817/12.

Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial – IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Stepan Nercessian (PPS-RJ).

Requerimento nº 826/12.

Requer cópia de processos judiciais, em trâmite na 3ª Vara de Fazenda Pública de Goiás...

Enquanto localizo o Requerimento nº 826, Sr. Presidente...

Quero aditar aqui o Requerimento nº 808, conforme sugestão de V. Exa.

Requerimento nº 808/12.

Requer ao Senado cópia das portarias de nomeação e exoneração dos funcionários do gabinete do ex-Senador Demóstenes Torres, ou da Liderança dos Democratas do Senado Federal, porque pode ser que essa Quênia tenha sido contratada pela Liderança dos Democratas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tenho uma sugestão à V. Exa. no Requerimento nº 813. V. Exa., Sr. Relator...

Aqui pede a relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Mato Grosso e as empresas Delta Construções S/A, etc.

Acho que não deveria ser só Mato Grosso. V. Exa. deveria ficar com a autorização para todos os Estados brasileiros. Nós, dificilmente, teremos a possibilidade de outra reunião administrativa em um curto espaço de tempo. E não me parece correto que se concentre exclusivamente sobre um Estado, pois já temos dados aqui de diversos Estados com a quebra de sigilo.

Como disse o Presidente antes, a prova técnica é o que melhor nos socorre. Porém, acho que ficaria melhor também – não é queda de braço – Estados e Municípios. Porque na União nós já pegamos ali na CGU.

Agora, faço a emenda a esse requerimento para todos os Estados e Municípios. Faço essa emenda.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, proponho que o Deputado Miro Teixeira faça um requerimento e que nós analisemos isso *a priori*. Como

aditamento, não é possível neste momento. Temos um foco, o senhor (inaudível)...

Eu me comprometo a analisar, Deputado Miro Teixeira, levantar o tema na próxima reunião administrativa...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu só quero deixar com V. Exa. esta possibilidade: nós votaríamos e V. Exa. iria requisitando, expedindo os ofícios na medida da necessidade da investigação.

Acho que isso aí incluiu uma frase, não tem muita dificuldade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se o Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria aditar aí...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas não quero dificultar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Melhor nós nos concentrarmos naqueles contratos que temos clareza que o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Carlos Cachoeira atuavam. Essa é a compreensão clara da Relatoria. V. Exa. pode fazer o requerimento e eu me comprometo a analisá-lo para a próxima reunião administrativa.

Só queria aditar aqui, até por sugestão do Deputado Carlos Sampaio, que dos... O 800, 801, 802, 803 e 804, além de cópia integral dos procedimentos, processos, contratos, nós requisitemos empenho e ordens de pagamento também. É a nossa proposta, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só em relação a esse tema – e, assim, não é tal qual destacou o Senador Miro Teixeira; não vamos fazer disso batalha –, queria reiterar a necessidade que teríamos de fazer a mesma solicitação em relação a outros Estados da Federação. E quero dizer por quê. Veja: até agora, nos levantamentos que temos nesta CPI da transferência de empresas da Delta S/A para empresas laranjas, nós já encontramos transferências que constam em, pelo menos, três Estados da Federação, a saber: transferidos para empresas laranjas em São Paulo: R\$149 milhões; empresas laranjas no Rio de Janeiro: R\$56 milhões; no Centro-Oeste, no esquema do Sr. Carlos Cachoeira: R\$97 milhões, num levantamento preliminar. Isso aqui é igual boletim de urna antiga do TRE: a cada dia, aumenta R\$302 milhões.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem uma catraca de US\$40 milhões nas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Então, veja: se nós, num levantamento preliminar – e isso ainda tende a aumentar –, já encontramos isso, me parece que é necessário, indispensável fazermos os cruzamentos com os contratos existentes da empresa

em outros Estados. Quero reiterar aqui, Sr. Presidente: nós estamos diante de um esquema bilionário – no meu entender, o maior esquema de corrupção da história da República. Se, em três Estados, por amostra, encontramos 300 milhões, obviamente me parece que é indispensável nós termos o deferimento da solicitação do Deputado Miro Teixeira.

De qualquer forma, o Relator já se posicionou em relação a esse tema. Eu quero aqui antecipar que – e me permita o Deputado Miro Teixeira –, junto com ele, nós faremos o requerimento estendendo aos demais Estados da Federação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exa. fica encarregado de redigi-lo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem. Na mesma linha, apenas uma observação. Eu acho que é extremamente oportuno o que o Senador Randolfe coloca, até por uma questão de isonomia, de princípios, princípios fundamentais do nosso comportamento. Nós temos que investigar tudo. E aí salta aos olhos também a questão dos contratos da empresa Delta com o Dnit, com o Ministério dos Transportes, com todo o Poder Público, especialmente com o Poder Público. Então, é fundamental que nós façamos isso de forma plena para que aquilo que tem que ser descoberto o seja e as providências sejam tomadas, inclusive com aquele propósito de tentarmos recuperar o dinheiro do povo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências hão de ser tomadas pelos Srs. Deputados que assim assinalaram os seus pontos de vista.

Volto a palavra ao Deputado Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu já...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já leu todos?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, vamos proceder à votação nominal.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não. Votação simbólica.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas, em função das ponderações do Deputado Miro e do Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para disciplinar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para disciplinar, com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito obrigado, Presidente, pela disciplina.

Presidente, com as ponderações do Senador e do Deputado Miro, o Relator disse que ia tomar providência. E eu não entendi qual é a providência. Queria saber qual é a providência para poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Com a palavra o Sr. Deputado Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Silvio Costa, havendo requerimento formal, eu vou analisá-lo com critério. Esses requerimentos que estamos aprovando aqui foram criteriosamente analisados. As propostas de V. Exas. têm alguma razão de ser. Preciso analisar melhor. Exatamente por isso, solicito que V. Exas. encaminhem o requerimento, e nós vamos analisar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Em votação o último conjunto de providências que a CPI acabou de ouvir, que são encaminhamentos junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras para movimentações consideradas atípicas.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

E, assim, nós somamos, nesta reunião, 103 requerimentos considerados e deliberados, sendo 96 aprovados, respeitados sete destaques, e haveremos, agora, de discuti-los.

Há destaques em discussão. Vamos ao primeiro destaque.

Em votação...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL.
Fora do microfone.) – Sr. Presidente, eu queria falar sobre os destaques...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os destaques são colocados em discussão e em votação.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O Deputado Maurício Quintella quer fazer...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– O Relator vai se posicionar.

Quanto aos destaques, não há discussão, há encaminhamento. Do mesmo jeito que nós encaminhamos, o Relator encaminha, e dois Parlamentares se posicionam contra e a favor.

O Sr. Deputado Paulo Teixeira vai fazer, aqui, a disciplina dos senhores oradores.

Peço ao Relator para nominar o primeiro destaque aos Requerimentos nºs 200 e 230, dos Srs. Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro

e do Deputado Carlos Sampaio, que requerem a convocação do Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia, para prestar depoimento nesta CPMI.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero, antecipadamente, manifestar-me aqui no sentido de os retirarmos da pauta, para, portanto, jogá-los no bloco dos processos sobrestados ou dos requerimentos que sobrestaremos. Entendo que, no caso da Prefeita Lêda Borges, diante das ponderações feitas a mim aqui pelo Deputado Carlos Sampaio, para que não incorramos em injustiças, dado que se trata de pessoas públicas, vou acolher, até que façamos mais diligências. E vamos jogar o Requerimento nº 665, a proposta do Relator, o de nº 758 e o de nº 779 no bloco de requerimentos que vamos sobrestrar.

Dito isso, analiso, agora, os itens 200, 230...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Peço-lhe só um minuto.

Determino a retirada deste bloco, com a anuência dos senhores, não havendo manifestação contrária a essa posição do Relator, dos Requerimentos nºs 665, 758 e 779.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles se juntam ao bloco de sobrestados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, voltamos à discussão dos requerimentos atinentes aos Srs. Parlamentares. Não é isso?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Trata-se dos Requerimentos nºs 200, 230, 203 e, agora, 231, que foram destacados pela Relatoria, especialmente no que diz respeito ao Deputado Sandes Júnior, em razão do pedido do Deputado Maurício Quintella Lessa. Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvi-lo antes de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Antes da manifestação do Sr. Relator, vamos destacar e discutir, agora, o destaque dos Requerimentos nºs 203 e 231 – não é isso? – acerca da convocação do Deputado Federal Sandes Júnior.

Houve uma solicitação de destaque pelo Deputado Quintella Lessa, que quer se posicionar, até porque o Sr. Deputado, membro atuante desta CPI, foi Relator do processo do Sr. Deputado Sandes Júnior na Comissão processante. E esta Presidência, em comum acordo com membros da CPI, no trato dessa matéria, deixou que a Câmara Federal se posicionasse primeiro, em respeito à Câmara dos Deputados, às instituições que compõem a Câmara dos Deputados. Em respeito àquele Poder, deixamos que ele se posicionasse primeiro, através de suas instâncias, à Comissão processante. Por isso, a CPI não deu passos anteriores nessa direção, para que a Câmara tomasse as providências

cabíveis. Agora, sim, a CPI se posiciona e aí ouve o Sr. Deputado Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, tão logo as notícias que foram veiculadas pela imprensa sobre a participação de Deputados Federais e de Senadores apareceram, a Câmara tomou providências, e foi instalado, no âmbito da Corregedoria, um procedimento, foi instalada uma Comissão de Sindicância com a participação de cinco Deputados Federais, liderados pelo Corregedor. Cada Deputado Federal relatou o caso de um colega especificamente, mas os relatórios foram trabalhados de forma coletiva e aprovados de forma coletiva.

Então, há fatos diversos. O caso do Deputado Sandes Júnior difere do caso do Deputado Leréia, por exemplo – são os dois que estão aqui na pauta hoje.

Em relação ao Deputado Leréia, há mais de uma centena de conversas telefônicas que demonstram uma intimidade maior, uma relação não só social, mas também de negócios com o Sr. Carlinhos Cachoeira e com os diversos membros da organização. E, por conta disso, por unanimidade, com base nos documentos desta CPI – porque nós fizemos uma transferência de dados, a CPI transferiu os dados para a Comissão de Sindicância, o STF transferiu os dados, a Polícia Federal transferiu os dados –, esta Comissão decidiu mandar o Deputado Sandes Júnior, obviamente sob a homologação da Mesa Diretora, para o Conselho de Ética. Então, havia dados suficientes para que se chegasse a esse ponto.

Em relação ao Deputado Sandes Júnior, não. Nós investigamos durante todo esse período. A única coisa nessa sindicância que se apurou em relação ao Deputado Sandes Júnior foi que houve dois telefonemas: em um, ele solicitando um patrocínio para o time de futebol do filho, que não se configurou, e, em outro, ele solicitando o pagamento de R\$7 mil à empresa farmacêutica do Sr. Carlos Cachoeira para o pagamento de uma suposta pesquisa eleitoral, que também não se configurou. Fora isso, Sr. Presidente, mais nada, absolutamente nada, durante todo esse período.

Nós esperamos 90 dias, não só em relação ao Sandes, mas também em relação ao Leréia para verificar se novos fatos viriam e a Comissão não se desmoralizasse em arquivar ou não mandar para o Conselho de Ética por algum motivo. Nesses 90 dias, nada mais surgiu em relação ao Deputado Sandes Júnior.

Perguntamos aqui, questionamos os delegados tanto da Operação Vegas como da Operação Monte Carlo se, em relação a esse Deputado, haveria qualquer indício de cometimento de irregularidade ou crime. Os

dois delegados da Polícia Federal também negaram a esta CPI essa participação.

Então, não me parece justo e prudente, como aqui foi previamente argumentado pelo Deputado Carlos Sampaio em relação à prefeita, que você coloque um Deputado sentado, como interrogado numa CPI, nessas condições, só para justificar a convocação do outro.

Portanto, por conta de tudo isso, o relatório também em relação ao Sandes Júnior foi aprovado por unanimidade na corregedoria da Câmara, solicitando o arquivamento e o não envio para o Conselho de Ética. E eu solicito que, pelo menos por enquanto, o requerimento de convocação do Deputado Sandes Júnior fique sobrestado nos mesmos moldes dos restantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator para se posicionar com relação ao Sandes Júnior. (Pausa.)

Como autor do requerimento, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, como o Conselho de Ética da Câmara não deu continuidade ao processo com relação ao Deputado Sandes Júnior e tampouco há notícias da instauração de inquérito policial por parte do Ministério Público contra o Sr. Deputado, eu estou retirando, estou pedindo o sobrestamento também deste requerimento da minha autoria, que é o Requerimento nº 203/2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica retirado de pauta.

Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria, então, de pedir aos nobres Pares aqui, que nós, diante da manifestação do Deputado Carlos Alberto Leréia no sentido de vir a esta CPI, aprovemos o requerimento como convite. Ele virá...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como convite, em respeito a S. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele virá, já é decisão do Parlamentar de vir. Então, que nós aprovemos aqui o requerimento de convite.

Em relação ao Deputado Sandes Júnior, eu substituiria esse requerimento, numa próxima reunião administrativa, com requerimentos de informações, para que essas informações viessem à CPMI. É claro que se o tema do Deputado Sandes Júnior foi tratado na corregedoria da Câmara dos Deputados, nesta CPMI, o tema está sendo tratado também. Não é concebível que a relatoria chegue a alguma conclusão sem a manifestação formal do Deputado Sandes Júnior.

A forma pode ser variada. Por isso, eu vou transformar esse requerimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas o sobrestamento não resolve?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Relator, o sobrerestamento não resolve a preocupação de V. Ex^a?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós vamos sobrestrar o requerimento de convocação do Deputado Sandes Júnior. Estou informando e já pedindo o apoio de V. Exas para o fato de que, numa próxima reunião administrativa, eu farei um requerimento de informações ao Deputado Sandes Júnior.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator, Silvio Costa. Vou lhe chamar de Odair Pinha! É Silvio Costa meu nome. Não é Silvio Torres!

Sr. Relator, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com a palavra...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado de Pernambuco, pelo PTB de Pernambuco, Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, veja bem, em relação ao requerimento do Deputado Sandes Júnior, V. Exa. não pode nem sobrestrar, porque o autor retirou. Então, a palavra não é “sobrestrar”. Ele retirou.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Eu retirei da pauta e estou sobrestando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para mim, V. Exa. tinha retirado em definitivo.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Não, senhor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, como não retirou, nós não podemos tratar iguais de forma desigual. Daqui a pouco Sandes Júnior é da base do Governo e Leréia, da oposição. Aí vão vender que nós aliviamos com Sandes Júnior e botamos pesado em Leréia. Não dá para inventar essa história aqui de meia solidariedade. Ou convocam-se os dois, ou convidam-se os dois, ou não se convoca nenhum, até porque as gravações de Leréia e de Sandes Júnior são semelhantes. Vou respeitar aqui o posicionamento do Relator, mas são semelhantes. Então, ou se convocam os dois, ou não se convoca nenhum. Vamos sobrestrar tudo, então. Alguém aqui tem que ter a coragem de dizer: “Bom, eu voto a favor, eu voto contra”. Agora, não dá para V. Exa. tomar esse posicionamento, porque, sinceramente, eu vi o Deputado Sandes Júnior pedir passagem para time de futebol, o diabo a quatro. Então, por que é que se vai aliviar com Sandes Júnior e bater pesado em Leréia? Porque o Leréia é do PSDB?

Então, vamos ajeitar aqui como é que nós vamos fazer isso, como é que a gente vai resolver isso. É um

impasse. Ajeitar no sentido etimológico da palavra, e não no sentido político.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Com a palavra o Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, primeiro que eu não concordo. Quero pedir atenção ao Deputado Silvio Costa. Nós não estamos fazendo nenhuma divisão entre bases do Governo e Governo. Mesmo que para alguns possa usar para dar parecer, não há base fundamentada. Nós tratamos com bastante cuidado essa questão dos Deputados. V. Exa. foi claro para esperar manifestação da Câmara.

Eu, pessoalmente, acho, data vénia – vou usar um termo jurídico com o nosso Relator –, eu não acho correto sobrestrar a discussão do Sandes Júnior, porque, pelo que disse o Relator do processo da Câmara, pela avaliação que fez a Câmara, não existe incriminação do Sandes Júnior nesse caso. Então, vai ficar como a Espada de Dâmocles na cabeça do Deputado, sem razão?

Eu acho que a solução de o Relator fazer um requerimento, de a gente aprovar que se faça requerimento de pedido de informação para o Sandes Júnior é mais adequado. Se surgir qualquer fato novo, como com qualquer um aqui, cabe... Pode pedir à Câmara ou pedir ao...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não a ele próprio. Houve outros Deputados colocados. Eu conversei pessoalmente com o Deputado Leréia. Sou amigo do Deputado, tenho boa relação com ele. O Deputado Leréia disse que estava disponível para vir à CPMI. Nós não vamos fazer uma convocação do Deputado. É um convite. Com os cuidados que V. Exa. tomou e que o Relator tem tomado.

Então, acho que não procede esta discussão em relação ao Sandes. Eu prefiro que nós aqui retiremos esse requerimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica sua sugestão ao Sr. Relator.

O encaminhamento até agora...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Sr. Deputado, que eu vou passar a palavra pela ordem a V. Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Da forma mais consensualizada possível, depois do posicionamento do Sr. Senador José Pimentel, autor do requerimento, nós já retiramos de pauta o requerimento. Por força do pedido do autor, isso não passa por uma discussão colegiada. É prerrogativa do autor. E agora nós estamos encaminhando para um pedido de informação ou à Comissão processante, ou à Mesa Diretora da Câmara sobre a situação do Sr. Deputado Sandes Júnior.

Com relação ao Sr. Deputado Leréia, que já se manifestou interessado em participar dos debates nesta Comissão, trazendo informações a respeito da sua relação com o Sr. Carlos Almeida Ramos, ele virá atendendo a um convite desta Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu estou percebendo um equilíbrio, que é extremamente louvável por parte do relator e dos demais pares desta Casa, na condução desta questão. Nós não podemos, de maneira alguma, deixar de investigar todos os nossos colegas, todos os nossos pares, e seguramente não faremos isso, não seremos omissos. Mas, por outro lado, também não podemos nos precipitar.

A bem da verdade, qualquer ação dessa natureza estabelece, do ponto de vista de opinião pública, a natureza política do nosso mandato, de todos nós, é algo inseparável. Portanto, observo o seguinte: vejo com naturalidade a posição do Senador José Pimentel, colocando pelo sobrerestamento? Vejo. Porque há outro requerimento também sobre o Sandes Júnior, do Deputado Carlos Sampaio, que, não tenho dúvida, deve ter esse sentimento de sobrerestamento. Mas sinto que, deliberando hoje pelo convite de um e pelo sobrerestamento de outro, já inicia um processo de uma forma equivocada.

Conversei também com o Deputado Leréia, que, por mais uma vez e de forma muito clara, manifestou que, em momento algum, terá dificuldade em estar aqui. E mais: ele disse que entendia que todos deveriam prestar os devidos esclarecimentos. Na medida em que a Comissão começa a optar por convidar um e não convidar outro, já não são todos.

Então, faço uma ponderação ao relator e aos demais pares, até porque o próprio Deputado Sílvio fez, agora mesmo, uma menção de tantos convidados e convocados e nós ainda não conseguimos ouvir talvez nenhum terço do que já convocamos ou convidamos... Hoje mesmo, nós acabamos de aprovar a convocação

de uma série de pessoas, e com razões muito fortes, muito relevantes.

A Câmara não chegou a nenhuma conclusão que possa indicar o Deputado Sandes Júnior, e nós nos rejubilamos por isso porque não queremos nenhum colega nosso envolvido com nada de errado. E quando está envolvido, tem que ser punido. Mas torcemos para que não esteja, desejamos o bem de todos, indiferentemente de partido, se é da Base ou se é da oposição.

Também a Câmara não concluiu absolutamente nada sobre o Deputado Leréia. Portanto, faço a ponderação ao nobre relator. Temos uma série de convocações já feitas hoje e, se não vamos convocar um ou convidar um, que não convidemos também o outro. Tenhamos mais um pouco de prudência, para, no momento certo, nós tocarmos esta matéria para frente.

Muito obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, por favor. Glauber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, estou compreendendo que, em primeiro lugar, no que diz respeito à primeira convocação do Deputado Sandes Júnior, a avaliação, neste momento, nesta reunião administrativa, não pode ser feita a partir do momento em que o autor do requerimento retirou a sua proposta. Acho que, para uma próxima reunião administrativa – creio que vários parlamentares têm a vontade de se manifestar sobre o assunto –, outro parlamentar pode apresentar novo requerimento com o mesmo teor.

No que diz respeito ao convite ao Deputado Leréia, se o próprio parlamentar já se manifestou publicamente, dizendo que quer comparecer a esta CPMI para dar suas declarações, não existe qualquer motivo para que esta Comissão vote por um sobrerestamento. Isso não tem o menor cabimento. O Deputado se manifesta publicamente, e os Deputados da CPMI dizem: “Não, olha, mesmo com a sua manifestação favorável à sua apresentação, de que quer prestar depoimento, nós da CPMI decidimos nem convidá-lo, para que você não possa estar lá presente dando esclarecimentos”. Nesse sentido, não existe cabimento. E espero que hoje a gente se manifeste, sim, inicialmente, em relação ao convite ao Deputado Carlos Leréia e, se o relator achar necessário ele não atender o convite, que a gente vote a convocação do Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Presidente, pela ordem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de V. Exa, Deputado Rubens, o Senador Randolfe pediu a palavra. Então, passo a palavra ao Senador Randolfe e, depois, a V. Exa.

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Sr. Relator, quero ponderar pelo programa máximo e não pelo programa mínimo.

Quero só lembrar que para um dos primeiros depoimentos desta CPMI foi convocado um Senador da República, no caso, o Senador Demóstenes Torres. Os primeiros fatos que envolveram o Senador Demóstenes Torres, que concordo, muito mais graves em relação aos membros da Câmara, se tornaram públicos no mesmo momento em que surgiram os fatos envolvendo os Deputados.

É lógico que tem tratamento distinto e tem aqui uma situação regimental: o autor de um dos requerimentos, no caso o Senador Pimentel, retira o seu requerimento, ou pelo menos propõe o sobrerestamento do seu requerimento. E isso somente o autor pode fazer e, obviamente, para que esse requerimento seja reapresentado, alguém tem que reapresentá-lo. Nesse sentido, em vez de não ouvirmos nenhum dos dois, eu queria sugerir o programa máximo. Assim como o Deputado Leréia destacou que não há nenhum óbice a comparecer por convite aqui, tenho certeza de que o Deputado Sandes Júnior não oferecerá nenhum óbice a prestar esclarecimento.

Então, estabeleçamos – é a proposta que faço – a isonomia por cima e não por baixo em não convocando. Estabeleçamos a isonomia por cima, convidando ambos os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou na mesma linha do Deputado Glauber. Se há vontade e disposição de vir depor perante a CPI, na mesma esteira a convocação imediata do Pagot – Luiz Antonio Pagot. Por diversas vezes, publicamente, declarou que gostaria de vir depor e teria muito a falar.

Agora, estou ouvindo aqui que esse convite deve acontecer porque ele também se dispôs a falar. Ora, por que um caso sim e outro, não? Então, temos que ter aqui um equilíbrio naquilo que o Relator está procurando conduzir e corretamente... Eu não entendi.

Está aprovado, mas nós não conseguimos fazer com que isso aconteça. E quantas vezes ele já disse que queria vir falar aqui. Não é porque foi aprovado. Por que não já tê-lo convocado há tanto tempo?!

De repente, chega aqui um convite, se tem uma posição e vem outro convite e outra posição. Nós temos que ter um certo equilíbrio de buscar levar à sociedade o respeito que deva ter. Eu não sou contra trazer quem quer que seja de convidado. Não. Se vamos convidar um, convide o outro. Mantém o equilíbrio, mantém o respeito desta Comissão Parlamentar. Não apenas perante o Parlamento, que é nosso dever, mas perante a sociedade, de quem somos procuradores, de quem somos mandatários.

Esse é o papel que eu acho que nós devemos cumprir. E não ficar nessa de convoca um, não convoca o outro; convida um e não convida outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Ónix Lorenzoni. Depois, Deputado Leonardo Picciani e, aí, nós encaminhamos.

O SR. ÔNIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero chamar a atenção de que nós temos quatro convocações que já foram feitas e que são importantíssimas para o funcionamento desta CPMI, porque serão elucidativas do *modus operandi* da quadrilha que, segundo levantamentos preliminares que foram feitos e nós estamos fazendo, como disse o Senador Randolfe, são 40 milhões em uma direção para um conjunto de empresas laranja de um Estado, 16 milhões em outro Estado, 90 milhões em outro Estado, 140 milhões em outro Estado, mas tem uma única origem, que é a empresa Delta Construções.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E quem é mais importante? O Cavendish.

O SR. ÔNIX LORENZONI (DEM – RS) – Ou seja, vou fazer uma analogia a Roberto Jefferson: nós estamos atrás dos petequeiros e deixando de cuidar do peixe grande. Isso é um fato. Não estamos indo atrás de quem temos que ir nesta CPI. A pergunta é: qual é a dificuldade de trazermos aqui o Sr. José Quintella e o Sr. Romônio Machado, sócios do Sr. Cavendish, que provavelmente são testemunhas daquela afirmação do Sr. Cavendish de que com 6 milhões comprava Senador? Quero saber quem ele comprou.

E por que é que o Sr... estamos aqui desde que cheguei falando que o A quer falar, que o B quer falar, que o C quer falar, um homem que pilotou um orçamento de bilhões, Sr. Luiz Antonio Pagot, lá do Dnit, esse quer falar, mas ninguém quer que ele fale.

E eu quero trazer uma informação, Sr. Presidente Vital do Rêgo. Se o senhor for verificar qual é a empreiteira brasileira que mais recebeu dinheiro nesse semestre, do Governo Federal, é a Delta. Lá no Dnit a Delta é campeã. E aí? Vamos ficar na disputa político-partidária? Ah, vamos dar um tiro lá no governador do partido A, um tiro no governador do partido B ou nós vamos cumprir com o nosso dever? Essa é a pergunta

que eu quero fazer. Reunião administrativa, Presidente Vital, é para isso. Nós já procedemos à convocação, há mais de mês. V. Exa. e o nosso Relator, por quem tenho respeito e sei que está fazendo um trabalho sério, pediram um prazo para que nós adequássemos a convocação. Existe prazo mais adequado para trazer essas pessoas do que agora? Semana que vem? Para que tenhamos tempo de cotejar o que elas dizem com os documentos que nós temos aqui, as pesquisas que fizemos com o que elas poderão argumentar aqui, as relações que nós já sabemos com aquilo que elas vão tentar calar diante da veracidade da linha investigativa, para que possamos usar o tempo que resta para esta CPI, para produzir resultado.

Então, eu quero, na verdade, abordar este tema. Com todo respeito. Já ouvimos aqui o decorador da casa do Cachoeira. Daqui a pouco vamos ouvir aqui o psiquiatra, o psicólogo da ex ou da atual do Cachoeira. Semana passada, as pessoas se sensibilizaram com a ex-mulher do Cachoeira, que veio aqui e que disse que não tem nada a ver com ele. Só que no cronômetro das visitas ao Cachoeira ela já ganhou da atual. É um caso extraordinário, em que a ex-mulher vai atrás do marido mais do que a atual. Eu nunca vi isso. Nunca vi isso. Isso tudo nós já aferimos aqui. Agora, nós não estamos querendo aferir a gênese: por que Cachoeira se aproximou de Cavendish? Porque dava muito mais dinheiro, Presidente Vital, do que fazer jogo do bicho ou fazer maquininha. Por que é que a organização criminosa do Sr. Cachoeira, que todos nós concordamos, foi atrás de ter um acordo, um conluio, com diretores da Delta de várias regiões do País e com a Delta? Porque lá é que está o dinheiro grosso. Esse é o fato. E que dinheiro é esse?

Eu concluo, Presidente, e agradeço a generosidade do tempo que V. Exa. me concede.

O grave de tudo isso, Presidente, é que esse dinheiro a que eu me refiro é a mina em que o Cachoeira mirava. E para isso ele precisava da associação criminosa que envivia a Delta. Era o dinheiro do cidadão e da cidadã brasileira. E é desse que nós temos que cuidar. É dinheiro público. É por isso que temos que trazer essas pessoas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Leonardo Picciani. Depois, vamos encaminhar.

Deputado Leonardo Picciani.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, depois do Leonardo Picciani, me dê um pela ordem, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, eu considero que V. Exa. teve todas as possibilidade hoje de...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E no Regimento tem escrito a quantidade de pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, V. Exa. já teve três, mas eu passo... Como a palavra está com o Deputado Leonardo Picciani, eu gostaria que ele usasse da palavra.

Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr.

Presidente, eu quero falar sobre o tema em discussão, da convocação dos Srs. Deputados Federais Sandes Júnior e Carlos Leréia. Eu acho que essa questão, após as informações prestadas pelo Deputado Maurício Quintella, que acompanhou de perto essa questão na Comissão de Sindicância da Câmara dos Deputados, e o encaminhamento formulado pelo Relator, a partir dessas informações, estão adequados. Eu resolvi me inscrever após a proposta do Senador Randolfe, que eu entendo. Mas eu queria dizer ao Senador Randolfe que está sendo mantida aqui a isonomia. O Senador Demóstenes Torres, quando foi convocado a vir a esta Comissão, já estava com o procedimento aberto no Conselho de Ética, situação em que se encontra o Deputado Carlos Leréia, que será convidado, diferente da situação em que se encontra o Deputado Sandes Júnior.

É importante que essa questão fique clara, para que não se misture aqui. E aí discordo também do Deputado Silvio Costa, que não há nenhuma ingerência por ser de partido A, partido B ou partido C. Trata-se da situação em que cada um, individualmente, encontra-se no seu processo, a situação do seu processo junto à sua Casa de origem, a Câmara dos Deputados, e também as outras instituições, o Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público.

Então, muito ao contrário do que tratar com isonomia os iguais, aqui se trata de casos distintos. Então, não há como aplicar uma isonomia que não seria isonômica. Aí, sim, traria diferença de tratamento.

Portanto, o apoio à proposta formulada pelo Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, eu gostaria de comunicar a V. Ex^{as}s que em minhas mãos, para decisão colegiada, o requerimento que diz respeito a informações ao Deputado Federal Sandes Júnior, do PP de Goiás, assinado pelo Sr. Relator e pelo Deputado Maurício Quintella, Relator da comissão processante na Câmara dos Deputados.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, desculpe, mas tem que votar o convite para o Deputado Carlos Alberto Leréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar o convite para o Deputado Carlos Alberto Leréia...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Quero saber pelo menos qual informação está sendo pedida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu posso ler para V. Exa:

“Com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, requer que o Deputado Federal Sandes Júnior preste a esta comissão informações relativas ao seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

As informações a serem prestadas deverão conter esclarecimentos acerca da contribuição de campanha recebida pelo parlamentar nas eleições de 2010, do Laboratório [cita o nome do laboratório] Midway.

O Deputado Sandes Júnior, na sua justificativa, foi mencionado em ligações, dezenas de ligações interceptadas pela Polícia Federal, nos autos da Operação Monte Carlo.

Além disso, o Deputado recebeu contribuição de campanha, nas eleições de 2010, do Laboratório Midway, no valor de R\$300 mil.

Uma das parcelas da contribuição da campanha recebida pelo parlamentar, no valor de R\$150 mil, foi realizada em 21/09/2010, exatamente um dia após o Laboratório Midway receber a transferência do valor de R\$150 mil da empresa fantasma Alberto & Pantoja.

Eu estou fazendo apenas uma pincelada na justificativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele precisa responder a essa questão central.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, é uma outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou atender V. Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só para ficar claro, Presidente. Quer dizer que ficou sobrestado o requerimento sobre a possibilidade de ele vir aqui, não é isso?

Nós só pedimos as informações e, se for o caso, poderemos convidá-lo ou convocá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É exatamente isso.

Com a palavra o Senador...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex^a e ao Relator informação sobre o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Qual a data em que a relatoria e a Presidência pretendem marcar os depoimentos já citados aqui dos Srs. José Quintella e Romênio Machado, sócios da empresa Delta? Do Sr. Luiz Antonio Pagot, já citado aqui. Do Sr. Fernando Cavendish, dono da empresa Delta? E o requerimento aqui aprovado do Sr. Francisco de Assis, elemento central da engrenagem das empresas laranjas que dialogam com a empresa Delta?

Então, solicito, interponho à Mesa essa solicitação verbal de informação sobre a data que a Mesa, a relatoria pretende definir. As datas desses depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Atendendo a solicitação de V. Ex^a, e recolhendo também, até porque a Presidência iria se manifestar exatamente nesta hora para informar à Comissão a respeito desses procedimentos que têm como cargo ou encargo desta Presidência, também o Sr. Deputado Miro Teixeira oficiou à Mesa, através de requerimento, que nesta reunião administrativa seja marcada a data da oitiva do Sr. Fernando Cavendish.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Perdão, Sr. Presidente, como V. Exa. disse que ia falar agora sobre isso, fixar a data, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou com o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só acrescentando, além do Sr. Fernando Cavendish, os outros quatro nomes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou com o Relator e com o Vice-Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, só para complementar a informação do nobre Senador: também do Sr. Assad e do Sr. Paulo Preto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Deputado Sílvio Costa com a palavra.

É sobre esse assunto?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É claro que é sobre esse assunto, sobre o assunto de convocação.

O Deputado Garotinho, em uma sessão aqui, disse que precisava que esta CPI ouvisse, segundo ele, duas bombas, duas testemunhas que queriam se apresentar. Informou na semana passada a mim que teria procurado V. Exa. para que V. Exa. marcasse essa reunião em que essas pessoas viriam aqui fazer esse depoimento.

A lógica desta CPI, infelizmente, tem sido a lógica da Constituição da República: as pessoas vêm aqui e não falam, lamentavelmente. Eu gostaria de perguntar a V. Exa. se realmente houve essa conversa entre V. Exa. e o Deputado Garotinho. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é dizer ao Sr. Relator, com todo o respeito a V. Exa., Sr. Relator – olhe para mim, Relator – que V. Exa. não pode fazer uma invenção. O Deputado Leréia, se é para convocar – já que, na minha opinião, estamos tratando iguais de forma desigual – não pode ser convite, porque com o Deputado Leréia não foi um encontro fortuito. Então, não pode inventar isso, porque tem uma diferença entre sentar à Mesa como convidado e sentar à Mesa como convocado. Não dá para inventar, ou convoca ou não convoca. V. Exa. tem de parar com essa coisa de dizer que vai fazer um convite, porque, a partir daí a CPI fica efetivamente, definitivamente, sem sentido. Acho um equívoco neste momento tratar iguais de forma desigual.

Portanto, V. Exa., por favor, conserte e faça a coisa certa: é convocação, não é convite.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem efetivamente, porque V. Exa. havia anunciado aqui, pelo art. 95 da Câmara, um procedimento de fixação de datas.

Então, em termos de questão de ordem, eu lhe requeiro que prossiga no que foi anunciado: vamos marcar a data do Cavendish, vamos marcar a data de quem mais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem marca as datas das convocações é esta Presidência...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso, exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente. E esta Presidência vai marcar as datas das convocações, como tem marcado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E isso V. Exa. acaba de anunciar. O que peço é que V. Exa. mantenha o que foi anunciado antes para que não haja desvio daquele curso. Em seguida, todas as demais manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O requerimento do Sandes Júnior já foi deliberado por esta Comissão.

Para o Carlos Alberto Leréia eu preciso da confirmação do convite do colegiado desta Comissão.

Aqueles que concordam com o convite ao Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Durante o dia de hoje, esta Presidência vai definir, como tem feito durante todas as semanas, a data das convocações das semanas subsequentes. Durante esta sessão, eu já havia definido com o Sr. Relator que, no próximo dia 28, o Sr. Fernando Cavendish estará presente nesta Comissão. Durante o restante do dia, vamos definir os outros convocados, que estarão entre os dias 28 e 29.

Nada mais havendo a acrescentar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, para concluir, oficialmente anunciado o dia 28...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Só um minuto, por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, por favor. Só um minuto, por favor!

Eu tenho quórum e eu preciso aprovar a ata.

Aqueles que concordam com a ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a ata por unanimidade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu passarei a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– (Fora do microfone.) Pela liderança.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Só um minutinho.

Encerrada a Ordem do Dia, vou passar a palavra, como Líder, e depois a todos que pela ordem se posicionarem, ao primeiro inscrito, Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a ordem dos trabalhos àquele que ordena melhor do que eu, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PT – SP) – Deputado Paulo Teixeira, Sr. Presidente, só para confirmar

a nossa diligência de hoje à tarde. Está confirmada às 18h na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está confirmada a diligência na Polícia Federal hoje à tarde às 18h, que foi marcada pelo Relator.

Inscritos os Deputados Jilmar Tatto, o Senador Fernando Collor de Mello, o Deputado Rubens Bueno.

Por enquanto, vejo esses três inscritos.

Deputado Jilmar Tatto com a palavra.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, nobres Srs. Deputados, primeiro, eu quero elogiar o trabalho desta CPI, a condução do trabalho do Presidente Vital do Rêgo e a organização e o trabalho do nobre Relator Odair Cunha. Nós tivemos, Sr. Presidente, no final de semana, algumas matérias que saíram no jornal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campainha.*) – Peço atenção ao orador na tribuna.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – ... principalmente na revista *Carta Capital* e também na TV Record, que trata do Jornalista Policarpo Júnior, que é o diretor da sucursal da revista *Veja* aqui em Brasília.

Veja, Sr. Presidente, o nome desse jornalista vem aparecendo em todos os momentos da investigação. O delegado que esteve aqui e que coordenou, organizou os trabalhos de investigação da Operação Monte Carlo, falou do Jornalista Policarpo Júnior. Ele tem 73 vezes o seu nome citado de forma direta e indireta, a maneira como ele se movimenta, se comporta e a maneira que ele tenta buscar as suas fontes. Este Jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*, apareceu inclusive naquela montagem, naquela gravação do Hotel Naoum, onde as gravações internas das imagens não foram gravações feitas pelo Hotel Naoum, mas foram a partir da organização criminosa do Cachoeira, tendo como o Dadá, digamos assim, o “técnico” – entre aspas – que fez as gravações. A matéria da revista *Veja* foi justamente a partir daquelas gravações feitas de forma ilegal.

O Jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*, aparece numa operação, num processo de licitação, numa combinação de 70 empresários, ele tenta se infiltrar não como jornalista, não como alguém que quer fazer um furo de reportagem, mas como alguém ligado à empresa Delta, para justamente poder beneficiar esse crime organizado.

O Jornalista Policarpo Júnior aparece nas gravações agora pedindo para que fossem feitas ligações com o Deputado Jovair Arantes, do PTB, conversando, dialogando, com Carlinhos Cachoeira, o chefe desse crime organizado, justamente para fazer uma matéria para prejudicar o Deputado Jovair Arantes quando do assunto Conab. Não se trata aqui de buscar fontes. Tra-

ta-se aqui, na verdade, de buscar informações ilegais, ligadas ao crime organizado do Carlinhos Cachoeira.

Aqui foi feita uma espécie de acordo de não colocar em pauta a convocação desse jornalista, apesar de todos esses indícios. Não quero, de maneira alguma, em tempo algum, e se trata, aqui, de dizer, de falar sobre a liberdade de imprensa, de falar sobre a democratização dos meios de comunicação.

Nós estamos falando, na verdade, de um senhor que, na minha opinião, atravessou o Rubicão. Se trata, aqui, de convidar um senhor que, na minha opinião, começa a envergonhar a categoria desses profissionais sérios, que trabalham seriamente e que ajudam no processo de democratização e de transparéncia da sociedade brasileira. Se trata, na verdade, de convocar um senhor que ... O Sindicato dos Jornalistas deveria tomar providência. Ele está envergonhando os jornalistas brasileiros, essa profissão.

Portanto, a CPI, neste momento, decidiu não convocá-lo, apesar de todos os indícios, apesar de a Polícia Federal dizer ter gravado mais de 73 diálogos desse senhor, e diálogos não republicanos, diálogos esses que, necessariamente, não são diálogos para buscar fontes, diálogos esses, na verdade, que têm relação direta com o crime organizado do Carlinhos Cachoeira.

Portanto, aqui não se trata de politizar, não se trata de condenar a imprensa, não se trata de fazer o debate da imprensa brasileira, que é livre, democrática e tem de cumprir o seu papel no Brasil. Esse debate nós não queremos fazer.

Na verdade, nós queremos saber de um senhor que atravessou o Rubicão, um senhor que está usando a sua inteligência, a sua profissão e usando um meio de comunicação, que é a revista *Veja*, para se aliar ao crime organizado, para fazer matérias para prejudicar esse ou aquele empresário, esse ou aquele político, e, aqui, eu falo de todos os partidos, de todos os partidos, inclusive.

Portanto, espero, tenho fé de que esta CPI, no momento adequado, vai convocá-lo. No momento adequado, vai chamá-lo para que se sente aqui, do lado esquerdo da mesa, para que ele possa explicar como ele age, qual é a relação que ele tem com o crime organizado, com Carlinhos Cachoeira, a relação que ele teve com Demóstenes, que foi cassado, a relação que ele tem com o Sr. Abreu, a relação que ele tem com esse crime organizado que é objeto da CPI.

Portanto, eu espero, com muita paciência, que nós não tenhamos, agora sim, Senador Collor, que não tenhamos medo.

Aqui, nós tivemos coragem de convocar Senadores. Aqui, tivemos coragem de convidar governado-

res. Aqui, esta CPMI teve coragem, inclusive agora, de convidar ou convocar Deputados.

Espero que nós tenhamos coragem e não temmos medo de convocar um jornalista, ou, mais do que isso, um pseudojornalista.

Estendo, para não dizer que há perseguição em relação à revista *Veja*, porque tenho uma opinião muito particular em relação a essa revista, estendo, inclusive, aos outros profissionais que foram citados pela Polícia Federal – do *Correio Braziliense* –, aqueles dois jornalistas, para encerrar, lá de Goiás, de um jornal local de que não me recordo o nome, e todos aqueles que estejam envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Para sua conclusão.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Portanto, é esse o pedido que eu faço a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Passo a palavra, agora, ao Senador e Presidente Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr.

Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de manifestar a minha mais profunda frustração pelo fato de, hoje, não ter sido levado à votação o requerimento convocando para prestar depoimento, nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o bandido Policarpo Júnior e os seus asseclas, respectivamente, Gustavo Ribeiro e Rodrigo Júnior.

Trouxe, hoje, uma informação que é um fato novo. É um fato novo que, talvez, possa ajudar nessa convocação, ao final, por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

À data de 02 de março, uma sexta-feira deste ano de 2012, encontraram-se esses dois jornalistas, Rodrigo Rangel e Gustavo Ribeiro, dessa revista que é um coito de bandidos chamada *Veja*, comandada pelo seu chefe maior, que é o Sr. Roberto Civita. Encontraram-se com dois Procuradores – aliás, três Procuradores: a Sra. Léa Batista de Oliveira, o Procurador Daniel de Resende Salgado. Esses dois levados ao encontro, com os jornalistas já citados por mim, do Sr. Procurador Alexandre Camanho de Assis, que é o braço direito desse Procurador-Geral da República que vem deslustrando o Ministério Público da nossa Pátria.

O Sr. Gurgel, Roberto Gurgel, é uma peça apodrecida dentro dessa instituição que nós tanto louvamos, que é o Ministério Público Federal. Ele não pode mais continuar exercendo as suas funções.

É também um criminoso, é um prevaricador, é um chantagista. Chantageou um ex-Senador que até há pouco convivia aqui conosco. É ele que faz com que esses procuradores tentem intimidar Parlamentares para

que eles se calem em relação à possível convocação, que também já está solicitada. Dele, Sr. Procurador-Geral, e da Subprocuradora-Geral Cláudia – e isso é gravíssimo –, que têm a reserva de mercado em relação aos processos que chegam à Procuradoria-Geral da República, que tenham pessoas citadas com foro privilegiado ou com prerrogativa de foro.

Pela primeira vez na história da Procuradoria, vê-se tal reserva de mercado. Não se participa mais, não se resolve mais a distribuição pelo sorteio eletrônico ou pela distribuição, obedecendo a qualquer tipo de sistemática. A sistemática é uma só: chegou algum processo na Procuradoria-Geral da República que inclua pessoas nesses processos que tenham prerrogativa de foro, imediatamente esse processo é encaminhado às mãos da Sra. Subprocuradora Cláudia, esposa do Procurador-Geral.

Portanto, ao lado da minha manifestação de frustração muito grande, pelo fato de hoje não termos aqui votado a convocação desse Sr. Policarpo Júnior, desses outros a que já me referi, eu quero aditar esse fato novo, talvez, Sr. Relator, que possa ajudar e reforçar a convocação dele.

Eles estiveram reunidos no dia 2 de março, sexta-feira, com dois jornalistas de *Veja*, levando esses Procuradores aos jornalistas de *Veja* os dois inquéritos que resultaram na Operação Vegas e na Operação Monte Carlo e que corriam sob segredo de justiça. Vejam V. Exas., Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a gravidade desse fato!

Eu, aqui, venho denunciando seguidamente – aqui, na CPMI, e também da tribuna do Senado – esse fatos criminosos que estão sendo urdidos na Procuradoria-Geral da República. Quero dizer que isso se restringe a esse grupo que circunda o Procurador-Geral. Não é a instituição Ministério Público. E também esses jornalistas que estão lá acoitados, que estão lá acobertados pela Editora Abril. Não é toda a imprensa brasileira.

Por isso, ao lado dessa frustração, repito: quero aqui reforçar a minha denúncia. E eu dou nome, data, hora e pessoas que estiveram presentes a essas reuniões, para ver se isso pode sensibilizar, de uma vez por todas, para que seja colocado em votação o requerimento em que se convoca... E aqui está o Deputado Rosinha, que apresentou ainda antes de ontem ou ontem um requerimento também convocando o Sr. Policarpo Júnior. Que urge trazê-lo aqui, porque, no meu entender, no coração dessa organização criminosa, está a Editora Abril e a Procuradoria-Geral da República.

Lá, no quarto 1.103 do antigo Hotel Naoum, era o local onde o Sr. Policarpo Júnior se reunia com as

empreiteiras todas, para saber e tirar informações delas e dar a essas informações o uso que julgasse conveniente na publicização ou na publicidade que daria por intermédio da sua revista.

O Sr. Roberto Civita é convededor de todos esses assuntos e de todas essas questões. Eu sei também. E, no momento oportuno em que ele aqui estiver sentado, nesta cadeira, eu irei contar alguns fatos que são horripilantes a respeito da atuação desse senhor, como dirigente de uma empresa de comunicação, que se emporcalhou e que envergonha hoje o Brasil, que é essa revista *Veja*, patrocinada pela Editora Abril.

Peço a V. Exa., Sr. Presidente, que junto com o Sr. Relator, façam o possível para que aqui tenhamos presentes, respondendo a essas indagações que vários de nós teremos a fazer não somente à Procuradora Léa Batista de Oliveira, o procurador Daniel de Resende Salgado, o Procurado Alexandre Camanho de Assis, que são os braços que praticam os cirmes do Sr. Procurador Geral da República, mas também os jornalistas e bandidos Policarpo Júnior, Gustavo Ribeiro, Rodolfo Rangel e alguns outros que oportunamente aqui trarei também o requerimento pedindo a convocação desses senhores para aqui prestarem os seus esclarecimentos.

E quero dizer que não adianta mais invocar a questão de sigilo de fonte, porque esse sigilo de fonte, há muito, já foi para o espaço; não há mais nenhum sigilo em relação a essa questão, nem o segredo de justiça que deveria ser obedecido, a começar por aqueles que representam o Ministério Público neste caso específico, como essa procuradora Léa, como todos os outros que têm conhecimento, tinham que manter segredo de justiça. E ela própria fica dando entrevistas dizendo do conteúdo com as informações que tem na Operação Vegas e nos processos da Operação Vegas e da Operação Monte Carlo. Por isso, Sr. presidente, agradeço a V. Exa. o tempo que me foi concedido e lamento, mais uma vez, sair daqui extremamente frustrado por não termo hoje convocado para esta CPMI o bandido chamado Policarpo Júnior e, com ele, os seus asseclas, aqueles outros, aquela raizinha miúda que faz o trabalho podre do Sr. Policarpo Júnior, que são os jornalistas Gustavo Ribeiro e Rodrigo Rangel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo orador, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, aproveitando a presença do Relator, Deputado Odair Cunha, e aí insistir junto à Mesa e à Presidência especialmente, que, ao marcar os próximos depoimentos, convocações e convites, se dê prioridade àqueles que queiram esclarecer alguma coisa a esta

CPMI. Nós estamos dando prioridade àqueles que não querem e vão à Justiça pedir o direito de aqui não falar e produzir testemunho contra si próprios, provas contra si mesmos.

O que me chama a atenção é o fato de o Sr. Antônio Pagot já ter dito diversas vezes que quer vir à CPMI porque tem muito a falar. Aliás, o Sr. Carlos Augusto Cachoeira, quando esteve aqui, também disse que ele também tinha muito a falar depois do depoimento que faria à Justiça Federal, no Estado de Goiás. Como já fez e lá não falou, quem sabe seja a hora de ele voltar aqui e poder esclarecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Sr. Carlos Augusto Cachoeira disse aqui que, depois do depoimento à Justiça Federal, em Goiás, ele estaria pronto para vir aqui e que teria muito a falar.

Também é importante destacar o Sr. Cavendish, o volume do grande de negócio dessa relação público-privada que tomou conta das obras públicas no País, o Sr. Cavendish é de fundamental importância. Mas junto com eles a prioridade de quem quer falar, que é o Sr. José Quintela e o Sr. Romônio Machado, que são sócios do Sr. Cavendish na empresa Sigma. Então, se nós dermos prioridade àqueles que queiram falar, que queiram vir contribuir com os seus depoimentos... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estamos prestando atenção a V. Exa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

Apenas para registrar no sentido de que esta CPMI ganha agilidade, ganhe algum tipo de ação mais própria e mais presente para que se busque, efetivamente, as investigações e que se chegue a um desiderato e que isso seja, finalmente, colocado aqui à disposição deste Plenário, para que possamos votar.

Finalmente, não vou usar todo o meu tempo, dizer que o Senado abriu sindicância para apurar a situação do consultor Cláudio Denzuque de Alencar, que está nesta CPMI qualificado como advogado de defesa da Sra. Andressa, atual esposa do Carlos Cachoeira.

Então, quero louvar aqui que é um requerimento que nós apresentamos para que se investigue que esta sindicância traga à luz aqueles que estão no serviço público aqui fazendo com que seja uma carreira efetiva de qualidade para o Legislativo brasileiro, mas que não seja divulgado particular daqueles que estão aqui testemunhando contra o próprio interesse público do País. Diante disso, Sr. Presidente, finalizando, quero dizer que esta CPMI precisa ser trazida à luz nos bons debates a que ela se propôs. E não aqueles que, por razões pessoais, buscar esse ou aquele.

Que isso se faça em uma delegacia de polícia, mas não em uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo orador, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Eu me inscrevi justamente por ser autor de um dos requerimentos que acabaram não sendo analisados, que é o de convocação do jornalista Policarpo Júnior.

Não foi analisado, mas eu espero que, na próxima reunião, e que seja bastante rápido, de preferência já no início de setembro, possamos colocá-lo em debate e votá-lo.

Não dá mais para que fiquemos protelando, não o meu requerimento, que é muito recente, mas o do Senador Fernando Collor de Mello. Porque, cada vez que passa mais tempo, vai-se tornando clara a necessidade de convocação desse cidadão. E a convocação dele não é por ser jornalista, é por ser um cidadão que usava e era usado – e nós temos que investigar até que ponto isso é verdadeiro – uma organização criminosa. Ele usava a organização criminosa como fonte de informação e ele era usado pela organização criminosa ou, como nós nos dispusemos aqui a investigar essa organização criminosa e seus braços, era um braço da organização criminosa? São respostas que têm que ser dadas nesta Comissão e são respostas que têm que ser dadas pelo Sr. Policarpo.

Alguns procuram nos intimidar dizendo que chamar jornalista para depor é querer cercear o direito de pensamento, o direito de expressão e a liberdade de imprensa. Não é absolutamente nada disso. Eu, profissionalmente, sou médico e estou Deputado e aqui nós convocamos Deputados, convocamos Senadores, e quantos médicos já foram convocados para depor em outras situações ou mesmo em CPMIs, quando necessário. E ninguém diz que é cercear o direito profissional.

Será que jornalista é protegido constitucionalmente de não poder depor em lugar nenhum, mesmo quando suspeito de ter cometido crime? Não vejo dessa maneira. Cercear o direito à liberdade de expressão e de imprensa é através de outros meios e de outros métodos e não esse de tornar público o seu depoimento em uma CPI.

Já está aprovado ou está sendo investigado que algumas das ações usadas são criminosas. A do Hotel Naoum é uma delas. Está provado como foi feita através agora da documentação e qual foi o resultado da publicação da matéria na revista *Veja*? O estudo que solicitei junto à assessoria e que foi feito demonstra muito bem isto: cada relação, cada telefonema, cada

tema das relações de telefone gerava uma matéria ou deixava de gerar. E por que deixava de gerar? É possível fazer esses estudos, tranquilamente.

Quando ele alega que usava membros da organização criminosa como fonte de informação não é verdadeiro, já passou disso. Como quando pede que seja investigado o Deputado Jovair Arantes. Não era fonte de informação. Era ele solicitando um trabalho à organização criminosa. Ou quando a organização criminosa, através da ausência da empresa Delta em uma licitação na cidade de Curitiba da BR-280, indica o Policarpo para ir naquela audiência de licitação para que lá pudesse alimentar a matéria.

Se ia existir crime ou não naquela licitação, é outra questão a ser investigada. Mas se alguém se apresenta em nome de uma empresa orientado por membros de uma organização criminosa, há uma forte suspeita que tem que ser investigada.

Então, aqui, não podemos ficar protelando com um discurso de proteção da mídia, quando não é proteção da mídia, é proteção de um cidadão sobre o qual há suspeita de ações criminosas. Nesta CPI, não nos cabe fazer esse tipo de proteção.

Há alguns que fazem o debate que está envolvendo a empresa Abril, que edita a *Veja*. Não estou fazendo nenhum tipo de ilação nesse sentido. Estou dizendo que um dos funcionários da empresa Abril tem de ser investigado. Se há uma profunda ou maior relação com a organização, só poderemos prová-la quebrando seu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Será que esta CPI terá a necessidade de fazer isso após ouvi-lo? Essa é uma resposta que será dada após a convocação dele. Sendo ele ouvido, poderá ser levantada suspeita, e, inclusive, pode-se chegar a esse patamar de investigação se for necessário.

Então, peço aos Pares desta Comissão, agora bastante esvaziada, que acompanhem o noticiário daqui para frente, que leiam, daqui para frente, não só a revista *Veja*, mas também outras fontes de informação, que virão mais temas, mais questões a respeito do comportamento desse jornalista.

O que peço é investigação. Não estou pedindo condenação prévia, não o estou acusando previamente, dizendo que ele cometeu crimes. Não! Faço, aqui, a defesa da sua convocação, uma vez que ele se sente à vontade entre nós. Por ocasião do Conselho de Ética que estava investigando o Deputado André Luiz, ele foi depor naquela Comissão, parece-me que voluntariamente e em favor do Cachoeira, pelo que tudo indica. Então, é alguém que já se fez presente no Congresso Nacional, inclusive dando depoimento em Comissões. Então, ele já se sente à vontade, provavelmente, para

aqui dar as explicações que deve não a esta CPMI, mas, sim, à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Dr. Rosinha.

Os dois últimos inscritos são o Deputado Miro Teixeira e, depois, o Deputado Emiliano José.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Também estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não registrei a sua inscrição, mas o faço por último.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – SP) – Sr. Presidente, eu não usaria esse tempo da minha inscrição, tendo em vista o que se está passando aqui em relação ao quórum, mas é que me preocupei. Sr. Presidente, as vozes, quando vêm dos esgotos da política, não preocupam, mas, quando vejo o Líder do PT assumir um discurso de restrição, sim, de coação, sim, ao exercício da profissão de jornalista – é um discurso de coação, sim! –, aí eu me sinto no dever de falar. Por quê? Porque o PT é considerável. Estamos falando de um grande Partido, com tradição democrática. Estamos falando do Partido da Presidente da República, estamos falando do Partido do ex-Presidente da República Lula. Não estamos ouvindo vozes aleatórias, e aí começo a temer.

O Policarpo foi o primeiro. E está falando aqui uma pessoa que mal conhece o Policarpo. Eu digo que mal o conheço, porque tenho medo de dizer que não o conheço e de, uma vez, ter estado com ele ali no Cafuzinho. Então, digo que mal conheço o Policarpo Júnior. Esse é o primeiro caso do que será um Estado policial. Esse é o Brasil se preparando para ser uma Argentina, em termos de controle de imprensa pela intimidação, pela intimidação! Querem tornar rombudas as pontas das lanças dos jornalistas! Querem correr atrás de quem grita “pega ladrão”, em vez de pegarem o ladrão!

Então, não vou usar o tempo. Apenas não quis silenciar, pela gravidade do que ouvi, pela iniciativa do Líder do PT, que falou nessa qualidade aqui, na Comissão. Fico à vontade para fazer a referência, porque, antes de ele se retirar, eu o comuniquei que falaria sobre isso e sobre o discurso dele, que, se não existisse, eu retiraria minha inscrição aqui.

Chamo a atenção de cada jornalista deste País, de cada meio de comunicação deste País, porque é assim que começam certos movimentos. Aparentemente, é contra uma pessoa que já deu uma peça magnífica, que tem várias versões sobre os perseguidos, a era do nazismo. Tem várias versões, mas é que começa assim: primeiro, vieram buscar o meu vizinho porque ele era católico. Eu, como não sou católico, não protestei.

E por aí vai. Até que depois não havia mais ninguém para falar. Como é meio lugar comum, princípio de referência dos discursos políticos, eu não vou fazer. Não é porque o tema é o dos lugares comuns não. Lugares comuns se tornam lugares comuns exatamente pelo que podem representar com muita facilidade. Mas é que depois pode não haver mais ninguém para falar.

Se os jornalistas deste País não prestarem atenção ao que está se passando, se não procurarem entender que este é o primeiro, que outros virão atrás e que isso não ficará no plano federal apenas, será no plano estadual também, serão os prefeitos municipais a intimidar, a coagir, porque o que fiscaliza a atividade pública é a imprensa. O ideal seria que cada cidadão pudesse fiscalizar a atividade pública. Está no art. 37 da Constituição, definindo os princípios que regem a Administração Pública. Mas como é possível fiscalizar a moralidade, a imparcialidade, cada um com seus afazeres? Existe uma entidade privada, uma instituição privada que faz isso, que é a imprensa. O resto é uma instituição chapa-branca. Tudo é chapa-branca na fiscalização. Aliás, chapa-branca que não funciona, imóvel, porque, quando acaba uma CPI, começa outra logo depois, com fatos muito parecidos. O roubo não para. Cazuza disse: “O tempo não para”. Pode-se dizer: o roubo não para. Porque tem uma CPI atrás da outra, sobre os mesmos fatos e as mesmas coisas. Quase sempre, CPIs nascidas com denúncias na imprensa. E, de repente, isso vira um terror para aqueles que têm tradição de corrupção. O que eu não vejo no PT.

Por isso eu me insurjo contra as opiniões. Ele tem o direito de emitir-las, o Deputado Jilmar Tatto. Mas o silêncio poderia representar uma forma de consentimento. Eu me alarmei com as palavras do Deputado Jilmar Tatto, repito, e disse a ele antes de ele sair que eu faria este pronunciamento modesto aqui. É de nos atemorizarmos.

E peço a atenção, realmente, peço a atenção de todos os jornalistas para esse fato. É assim que começam os estados policiais. Há exemplos do século XX, e agora no século XXI há novos exemplos. Vejam lá o que está se passando com o *Clarín*, na Argentina – perseguições a uma família –, e a outros veículos. E isso vai se desdobrando depois para Estados e Municípios – lá, uma denominação diferente: as províncias. E lamento que tenhamos chegado a este ponto.

Enalteço, por outro lado, a postura de alguns petistas. Por quê? Porque a matéria não foi trazida hoje aqui a debate. Presumo que um dos requerimentos estaria prejudicado e o outro eu penso que haveria argumentos muito sólidos para derrotar.

Mas assim como estou falando do PT que me preocupa, falo também do PT, que neste momento

está aqui presidindo a sessão, pelo Deputado Paulo Teixeira, do PT do Deputado Odair Cunha, que aqui estava, que é o Relator, e que não se mobilizou – e estava aqui o Deputado Vaccarezza – para colocar em votação qualquer requerimento ofensivo.

Mas as palavras me preocupam muito. Como disse, repetindo um clássico, o Deputado Paulo Teixeira: o que é sólido se desmancha no ar; as ideias nos preocupam. As ideias nos preocupam. Quando o Líder do PT faz pública essa ideia, esse conceito, eu aí entendo que nós teremos uma luta pela frente. E haverá gente disposta a lutar, acredito que mesmo dentro do PT.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Passo a palavra ao Deputado Emiliano José, e o último orador será o Deputado Domingos Sávio.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente, para dizer que concordo num ponto – e apenas num ponto – com o Deputado Miro Teixeira, no que diz respeito ao fato de nós estarmos fazendo este debate já com o quórum absolutamente diminuto. Mas, no resto, nós discordamos. E não falo na condição apenas de Deputado, mas de Jornalista há mais de 30 anos – como Jornalista.

O que resta saber é a nossa posição diante do crime. Essa é a questão que está posta em relação especificamente ao caso do Jornalista Policarpo Júnior. É se esta CPMI tem condições de analisar o crime de maneira igual ou se o que se chama instituição jornalística pode praticar crimes impunemente e nós olharmos os crimes como se nada tivesse acontecendo.

Nós não estamos tratando da relação complexa entre jornalista e fonte, pura e simplesmente. É uma relação necessariamente complexa. Ao jornalista cabe ir atrás de tudo e discutir com quaisquer fontes.

No caso do Jornalista Policarpo Júnior, está visito, provado, sabido e consabido o tipo de relação que foi estabelecida com o crime organizado, que foi uma relação de troca e de negociação permanente, uma atitude de combinar matérias e cobrar a presença de arapongas, de bandidos – a palavra é essa mesmo! – para trabalhar a favor de suas propostas e combinar matérias que beneficiavam o lado do crime e o lado da Veja.

Então, nós não podemos discutir isso desta maneira simplista, a de dizer que o que está em jogo é a liberdade de imprensa, ou evocar Maiakovski de maneira tão rápida e leveira, como se isso fosse verdadeiro. E, nesse caso, não é. Trata-se aqui de saber se nós, diante do crime aí expresso, largamente expresso, dos muitos crimes praticados pelo Sr. Policarpo Júnior, na relação específica de intimidade profunda, de cumpli-

cidade total com o Sr. Carlos Cachoeira. Trata-se de responder se nós vamos ter uma atitude de fechar os olhos diante disso, porque se trata de um jornalista, ou não.

É absolutamente inconsistente a ideia de que isso implicaria – esta é uma visão catastrofista, naturalmente – uma atitude sequencial: “Agora vão querer atacar a imprensa brasileira!”. Ora, ora, nesse tipo de raciocínio, o Estado inglês virou Estado policial. O Estado inglês, o berço da democracia, virou Estado policial porque enfrentou o crime da imprensa, porque enfrentou o Sr. Rupert Murdoch, o que tem muita semelhança com as coisas que estão acontecendo aqui. O Estado inglês soube enfrentar o crime organizado da imprensa. Foram para os tribunais, foram parar em tribunais. Jornalistas e donos de empresas foram presos porque estavam cometendo crimes.

Não há nenhuma diferença, ou talvez seja mais grave o que fez o Jornalista Policarpo Júnior em relação ao que aconteceu na Inglaterra. A Inglaterra é um Estado policial? É até um Estado democrático e, por ser democrático, tem, com relação a quaisquer crimes, inclusive com os de imprensa, a mesma atitude, o mesmo comportamento. Fosse assim, os Estados Unidos, que têm fechado muitas concessões, seriam um Estado policial.

Ora, vamos nos entender quanto a essa questão. O que nós estamos discutindo aqui é se vamos fechar os olhos – e essa foi a questão posta pelo meu Líder, Deputado Jilmar Tatto – diante de tantas evidências. Aqui, alguns foram colocados por indícios, por isso... No caso, não. Podem fazer a discussão. Está aí. Se quiserem o Dossiê Policarpo... E o Deputado Miro Teixeira conhece largamente porque é um Deputado extremamente informado, a quem respeito profundamente pela sua capacidade, pelas suas intervenções nesta Casa, pela longevidade e experiência que tem. Então, ele sabe o que esse cidadão fez, não como jornalista, mas extrapolando à larga o que é verdadeiramente jornalismo, os limites não éticos da profissão, mas ele extrapolou indo para o crime, fazendo, junto ao Carlos Cachoeira, uma associação visando não só produzir matéria, mas “eu lhe dou isso e você me dá aquilo”.

Falam em 72 ou 73 telefonemas. Há muito mais. Há evidências de que há mais. Podem ser só os 73. Mas quantos diálogos ouvimos que indicam um procedimento absolutamente fora de qualquer ética da profissão? Será que é possível a um jornalista escapar de quaisquer limites éticos da profissão? Ou isso não é possível, não é correto e tem que ser punido pela sociedade democrática e pelo Estado de direito?

Então, a decepção do meu Líder, Deputado Jilmar Tatto, e do Dr. Rosinha, nosso companheiro Deputado

também, do Senador Fernando Collor, quanto a esse aspecto específico, que é o que estou discutindo, do procedimento absolutamente fora de quaisquer limites éticos do jornalismo, é também minha. Portanto, considero que esta CPMI, se tiver atitude isonômica, chamará necessariamente o Policarpo Júnior para falar e explicar por que tanta intimidade e tanta troca de interesses entre ele e um contraventor, um chefe de quadrilha como o Sr. Carlos Cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado.

O SR. MIRO TEIXERIA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu me reinscrevi, mas eu até retiraria a minha reinscrição se V. Exa. só me permitisse dizer o seguinte: para se pesquisar mais sobre a questão do Maiakovski, que me parece ser autor de uma das versões; o original não é dele não.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA. *Fora do microfone*) – Não, há duas versões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa questão literária não é objeto desta CPI.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Deputados, ainda que tenhamos de fato um baixo quórum neste momento, eu não poderia me calar e, mais do que isso, não poderia me ausentar de um debate que é extremamente relevante.

Início a minha consideração sobre este debate que envolve a imprensa, e aqui também foi colocada em questão a Procuradoria-Geral da República e o papel do Procurador-Geral da República, para mim, as duas colunas de sustentação de uma democracia. A imprensa livre e o Ministério Público livre e atuante são sustentáculos, são bases fundamentais da democracia. Portanto, não podemos nos calar quando percebemos que, por algumas razões, se ataca, ainda que por conceitos pessoais ou por entendimento estritamente pessoal ou por opiniões, algo que respeito.

Começo justamente por dizer que estou protocolando agora, Sr. Presidente, dois requerimentos. É muito oportuno porque tem a ver com este debate. Tem a ver porque os requerimentos nasceram de, mais uma vez, denúncia da imprensa, e denúncia bem fundamentada.

A revista *Época* desta semana publica matéria consistente, com dados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em que se verifica que houve licitação fraudulenta beneficiando a Delta, na prefeitura da cidade, da grande cidade de Guarulhos e que, à época, o Prefeito Sebastião Almeida, ou melhor, o Prefeito Elói Pietá e o hoje Prefeito Sebastião Almeida acompanharam tudo isso.

A empresa Delta, todos sabem, aí não é uma questão de Base ou de oposição, é hoje o centro financeiro e operacional de maior significância do esquema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira. E está lá em Guarulhos com operação fraudulenta.

Apresento aqui esses requerimentos de convocação destes senhores: o Sr. Elói Pietá e o Sr. Sebastião Almeida.

Isso veio de uma denúncia. É claro que vai desagravar quem está sendo denunciado. E aí quero fazer a minha reflexão e as minhas observações sobre o que se falou aqui hoje.

Falou-se de forma insistente e de maneira já contundente, chegando a chamar de criminoso, de bandido, um determinado jornalista, precisamente o Sr. Policarpo, que eu também acredito não conhecer. Posso ter cruzado com ele pela rua ou em algum ambiente aqui de trabalho, mas não acredito que o conheça ou que tenha trocado uma palavra com ele.

Não quero fazer a defesa dele. E, se tiver que convocá-lo ou convidá-lo, que, com o meu PSDB, não terá dificuldade nenhuma de fazê-lo.

Mas eu quero só lembrar uma coisa: vieram aqui dois delegados da Polícia Federal, as figuras que se debruçaram sobre toda investigação Vegas e Monte Carlo. E nós perguntamos diretamente a eles: se as pessoas da imprensa que eram citadas tinham envolvimento ou pelo menos indícios de envolvimento com o esquema criminoso e, de maneira pontual, se o Sr. Policarpo tinha, no entendimento dele ou pelo que ele investigou, envolvimento com a operação ou com o esquema criminoso. E ele respondeu de maneira clara: “Não!”

Mas é claro que o Sr. Policarpo e a revista *Veja* desagradam a alguns. É claro que um ou outro periódico desagrada. É claro que a revista *Veja* denuncia. A *Época* fez essa denúncia, que está dando oportunidade ao Poder Público de investigar. A *Folha*, os jornais de todos os Estados. As outras revistas de circulação nacional também fazem denúncia, ora desagrada o PT, ora desagrada o PSDB. Eu vi aqui de uma maneira contundente um trabalho dirigido, orquestrado, já chamando até de bandido. Mas chama de bandido, mas depois diz que nós não temos uma acusação específica do crime.

Aí eu me uno ao Deputado Miro: a imprensa livre é fundamental. A imprensa livre não está isenta de responder por qualquer atitude criminosa. A imprensa livre tem que ser levada às barras da justiça, tem que ser formalmente acusada; agora, a imprensa livre ser colocada num processo de investigação porque denunciou?! Ora, conteste a denúncia, apure, processe por calúnia dentro do Código Civil, tome as providências

cabíveis. Eu já fiz isso com relação a jornalistas que me caluniam e acho que todos que são caluniados devem fazê-lo, mas nunca querer calar a imprensa. Nunca querer dizer: "Vamos passar a investigar o fulano." Isso, sim, é intimidar. Isso, sim. Vamos quebrar o sigilo bancário, sem uma motivação concreta? Vamos quebrar o sigilo fiscal! Mas, se o próprio delegado que veio aqui, disse que não se constatou nenhum envolvimento com o esquema criminoso. Constatou-se que ele desagrada algum partido político.

Aí vem o Líder do PT e faz esse rosário de ataques, depois seguido por alguns outros Deputados. E o Senador Collor – e eu fico triste porque é a segunda vez que eu tenho que contestar a posição dele e, infelizmente, ele já se ausentou e eu tive que aguardar a minha vez – não se limitou a isso, ele mais uma vez foi ao ataque contra o Procurador-Geral da República. E aí eu entendo, por mais que tente minimizar a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público.

O Procurador-Geral da República, neste momento histórico para o País, representa o povo brasileiro. Eu entendo que é um desserviço fazer de forma insidiosa, permanente, em todas as sessões, um ataque com adjetivos que eu repudio de chamar de bandido, de criminoso, sem uma fundamentação concreta e sobre uma questão que esta Comissão deliberou. Esta Comissão, de forma soberana, livre, independente, de maneira democrática, conduzida pelo Presidente Vital e pelo Vice-Presidente e agora Presidente Paulo Teixeira, pelo Relator que colocou em discussão a matéria, decidiu que não havia de convocar aqui o Sr. Roberto Gurgel, que entendia que ele goza de prerrogativas e, mais do que isso, de obrigações perante o País, que ele tem que estar em uma posição de independência para promover a ação, para promover a lei, para defender o povo brasileiro. Ele ficou por cinco horas, de maneira tranquila, de maneira serena, apresentando uma peça rica em provas.

Eu li uma crônica de um grande jurista no Estado de Minas, dizendo que deveria ter sido feriado nacional, Deputado Miro, aquela tarde. Muitas das vezes o Brasil para para assistir a um jogo da seleção, deveria ter parado para assistir a peça acusatória de cinco horas do mensalão. Cinco horas! Com provas concretas, com depoimentos robustos, com documentos que comprovam o saque do dinheiro do povo no Banco do Brasil. O tráfico de influência para beneficiar o Banco Rural. Os empréstimos fantasmas do PT, tudo comprovado! Depois, ele é atacado aqui, nesta CPMI, como se ele, sim, que está ali defendendo o povo brasileiro, fosse o bandido! É uma tentativa de desmoralizá-lo! Isso não presta serviço à Nação, pode prestar serviço a alguns outros interesses.

Respeito e haverei sempre de respeitar, pelos meus princípios democráticos, o direito não só do Senador, mas de quem quer que seja. Há a condição de imunidade de fala, de expressão – e é bom que o povo brasileiro saiba que imunidade parlamentar não é para tudo –, mas, mesmo assim, entendo que deve responder pela sua fala. Cada um que acusa deve responder pelo que fala. Ao se dizer que procurador-geral da República é bandido, é criminoso, isso é algo que tem de estar fundamentado. Entendo que isso é responsabilidade do exercício do mandato. Pelo menos, eu ajo assim. Se outros assim não agem, que respondam perante o povo brasileiro! Aqui estamos não porque somos maiores ou melhores do que quem quer que seja. Só estamos aqui porque representamos o povo e devemos a ele uma satisfação! No meu entendimento, respeitar o povo brasileiro implica respeitar a imprensa livre, respeitar o Ministério Público soberano.

Esse tipo de ataque ou essa colocação insistente de que a revista *Veja*, de que o jornalista tal tem de sentar no banco, tem de ser investigado, sem de maneira concreta dizer qual é a acusação, isso, para mim, é colocar, de forma inquisitória, a liberdade de imprensa no banco dos réus!

Portanto, fica aqui também meu repudio, Deputado Miro Teixeira. Estamos unidos nisso, não para defender A ou B, revista A ou B, fulano ou sicrano, mas para defender a liberdade de imprensa e o respeito às instituições. Assim como o Congresso Nacional merece respeito, a Procuradoria-Geral e o Ministério Público, que são a base da nossa democracia, merecem respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência que teve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares.

Damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente.

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 1^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1^a Reunião, de instalação, realizada em 08 de agosto de 2012, às dez horas, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos Senadores: **Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Antônio Carlos Valadares (PSB-**

-SE), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Ricardo Ferreira (PMDB-ES), Benedito de Lira (PP-AL), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Magno Malta (PR-ES), Armando Monteiro (PTB-PE), Marta Suplicy (PT-SP), José Pimentel (PT-CE), Ana Rita (PT-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Eduardo Amorim (PSC-SE). Deixou de comparecer o Senador: Clóvis Fecury (DEM-MA). Na Reunião foi eleito Presidente o Senador Eunício Oliveira e Vice-Presidente o Senador Jorge Viana, sendo designado Relator o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal brasileiro.

Esclareço que a presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e do vice-presidente da Comissão. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. (*Pausa.*)

Comunico aos Srs. Senadores que chegou a esta Comissão um ofício do Senador Renan Calheiros, líder do PMDB:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a a indicação do Senador Eunício Oliveira para Presidente da Comissão Temporária prevista no art. 374 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236/2012, que institui a Reforma do Código Penal Brasileiro.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a votos de apreço e consideração.

Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

Então nós já temos o candidato a Presidente.

Gostaria de saber das lideranças políticas – partidárias, melhor dizendo – quem é que vai ocupar a posição de Vice-Presidente, porque não é uma votação isolada. Vota-se logo para Presidente e Vice-Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, na iminência da instalação da Comissão, eu coloco o meu nome. (*Pausa.*)

É bom que nós estejamos instalando uma comissão, porque é um negócio muito rápido: se tem acordo, esse acordo já deveria ter vindo para cá com nome e com tudo. Estamos instalando uma comissão que já começa... Você já ia sair... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nada impede que o nosso colega Magno Malta se lance candidato. Logicamente que o PMDB...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já tirei. Já voltou.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, eu quero agradecer a V. Ex^a.

Eu tenho uma informação de que o Bloco da maioria, o bloco constituído de PT... (*Pausa.*)

Srs. Senadores, conhecido o nome do candidato a Presidente, para Vice-Presidente, o bloco constituído por PDT, PSB, PCdoB, PRB e PT faz a indicação do nome do Senador, excelente homem do Acre, homem que representa toda a Região Norte do Brasil, do nosso querido Jorge Viana.

Tendo, como já disse, número regimental, as cédulas...

Cadê as cédulas? (*Pausa.*)

Srs. Senadores, considerando que não houve até agora nenhuma manifestação contrária, eu pergunto a V. Ex^as: poderemos fazer a eleição por aclamação do Presidente e do Vice-Presidente?

Então por aclamação. (*Palmas.*)

Eleitos os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana respectivamente Presidente e Vice-Presidente da comissão temporária que analisará o Projeto de Lei 236, de 2012.

Eu queria, antes de convocar o Presidente e o Vice para tomar assento à mesa, cumprimentar o Senador Pedro Taques pela ideia, pela iniciativa de propor ao Presidente do Senado Federal a composição de uma comissão de juristas para fazer a adequação do Código Penal brasileiro, que, apesar de todos os avanços que tivemos nestes últimos 82 anos,...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Setenta e dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aliás, 72 – muito obrigado, nobre Senador –, o Código Penal brasileiro não acompanhou realmente as modificações, as alterações constantes quer na Constituição e em leis complementares, em leis aditivas. Pois bem, mais de 200 leis. Isso, realmente, estabelece uma dificuldade enorme para quem exerce o Direito Penal.

O Presidente imediatamente acolheu a proposta do Senador Taques, compôs a comissão e essa comissão entrega ao Senado o anteprojeto que será analisado por esta comissão especial.

Tenho certeza absoluta de que daqui sairá um código absolutamente atualizado, tudo concentrado num único – numa linguagem mais clara – livro para que não precisemos, no momento de fazer as consultas, buscar “n” leis.

Por isso, Senador Pedro Taques, quero cumprimentar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os Senadores e o Presidente do Senado Federal.

Dando continuidade, convido S. Ex^as os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, eleitos Presidente

e Vice-Presidente, respectivamente, para tomar seus lugares, e agradeço ao eminente Senador Magno Malta pela ajuda que deu a esta Presidência.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sr^{as}s Senadoras, Senador Benedito de Lira, que presidiu até agora esta reunião; meu querido companheiro Senador Pedro Taques, que originou do seu requerimento a criação de uma comissão extra Congresso, uma comissão especial extra Congresso para debater esse assunto; meu companheiro Senador Valadares, que tão bem preside o Conselho de Ética desta Casa; meu querido companheiro Aloysio Nunes:

Quero dizer aos senhores que, hoje, ao instalarmos esta Comissão, acredito que damos início a uma das mais relevantes e urgentes tarefas da nossa histórica jurídica contemporânea.

Ao cumprimentar aqui o nosso companheiro eleito Vice-Presidente, indicado pelo Bloco do Partido dos Trabalhadores e demais Partidos que o compõe, meu querido companheiro Jorge Viana, e o nosso Secretário Executivo, Magno Malta, que secretariou aqui os trabalhos, quero também dizer que esta tarefa não será uma tarefa fácil.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus companheiros, Senadores; ao meu Partido PMDB; ao Presidente Sarney, que também fez a indicação do nosso nome, pela confiança da indicação para a Presidência deste Colegiado, que contará com a preciosa colaboração, sabedoria e espírito público do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Armando Monteiro; Senador Benedito de Lira; Senador Clovis Fecury; Senador Jorge Viana, que será o nosso Vice-Presidente; Senador Pedro Taques que, como já disse, foi o autor do requerimento que criou a comissão especial extra Congresso; Senador Eduardo Amorim; Senador Gim Argello; Senador Jayme Campos; Senador José Pimentel; Senador Luiz Henrique; Senador Sérgio Souza; e Senador Vital do Rêgo, Corregedor desta Casa e Presidente da CPI; e da Senadora Ana Rita; e da nossa Vice-Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senadora Marta Suplicy. Aos quais agradeço antecipadamente pela escolha.

Reconheço, mais uma vez, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o cuidado da Comissão formada por alguns dos nossos mais eminentes juristas, que, ao longo de sete meses, em 24 reuniões, analisaram e debateram seis mil sugestões encaminhadas por brasileiros de todos os recantos deste País. Presidida pelo Ministro Gilson Dipp e relatada pelo Procurador Luiz Carlos Gonçalves, contou com a participação de uma lista de juristas ver-

dadeiramente estelares, a quem também quero aqui neste momento agradecer.

O desafio que agora nos cabe, Senador Jorge Viana, consiste em atualizar o Código Penal, aprovado em 1940, para um Brasil predominantemente rural, oligárquico, arcaico, aos princípios da Constituição de 1988 e às necessidades de um País urbano, democrático, moderno, globalizado, plural, em pleno Século XXI.

Sem antecipar valores sobre alguns pontos polêmicos, quero apenas sublinhar que o projeto tem mais de 500 artigos, em comparação com os atuais 356 artigos vigentes em todo o Código Penal Brasileiro, que, em razão de inúmeras alterações nos últimos 70 anos, ou mais de 70 anos, transformou-se em verdadeira colcha de retalhos, que o tempo, a vida e a história na sua dinâmica implacável tornaram obsoleto, Senador Aloysio.

Orgulho-me de vir de um Estado, meu querido Ceará, que sempre enriqueceu o Direito brasileiro com juristas do mais elevado quilate, desde Clóvis Beviláqua a Paulo Bonavides, Aderbal Freire, Álvaro Ribeiro Costa, Andrade Furtado, Antônio Martins Filho, Dolor Barreira, Heribaldo Dias, Lincol Moura de Matos, Magdaleno Girão e César Asfor Rocha.

Obviamente, não é este o meu caso. Por isso, entendo a missão que agora assumo, como a de um facilitador, a de um organizador dos trabalhos dos meus Ilustres e das minhas Ilustres colegas, a exemplo do papel que tenho procurado fazer como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nesse período em que tive a honra de presidi-la.

Entendo também que a legitimidade outorgada a nós, Senadores, eleitos pelo povo, representantes dele e dos nossos Estados, capacita-nos a alcançar o necessário equilíbrio entre a excelência doutrinária do que nos foi entregue pela comissão e o sentimento da opinião pública, que nos cabe representar. Hoje, infelizmente, esse sentimento reflete a insegurança de uma cidadania amedrontada e em defesa, diante da escalada da criminalidade, da violência e, muitas vezes, Senador Cícero Lucena, da impunidade.

Com fé, esperança e entusiasmo, vamos atender ao chamado, que, na verdade, é um grito de socorro da sociedade brasileira por segurança, por tranquilidade, por convivência civilizada e pelo império da lei, base indispensável do respeito aos direitos humanos.

Mais uma vez, eu me sinto profundamente grato e honrado pela escolha, inclusive nesta manhã, por aclamação, pelos Srs. Senadores, ilustres juristas, Aloysio Nunes, que foi Ministro da Justiça e faz um brilhante trabalho nesta Casa, e Pedro Taques, brilhante Procurador da República, que faz um brilhante trabalho nesta Casa; pela nossa Senadora Marta Suplicy, que

desempenha um papel extremamente importante e honra cada voto que recebeu, não apenas nesta última eleição, mas em todas as eleições dadas pelo povo de São Paulo; pelo meu ilustre companheiro e amigo, Senador Armando Monteiro, sempre muito quieto, muito calmo, muito tranquilo, mas extremamente objetivo e competente naquilo que faz nesta Casa; pelo nosso Presidente Valadares, sempre atento, sempre vigilante e sempre muito presente em todos os atos desta Comissão; pelo nosso companheiro Magno Malta, em defesa intransigente daquilo que ele acredita que seja o melhor para a sociedade brasileira; pelo meu querido ex-Governador e agora Vice-Presidente também desta Comissão, que fez um belíssimo trabalho no Código Florestal, o meu querido amigo Jorge Viana; pelo nosso querido decano aqui, que presidiu esta Comissão, o meu agradecimento ao Senador Benedito de Lira, também um Senador dedicado das Alagoas; pelo meu querido companheiro Vital do Rêgo, a quem reverencio em todos os atos partidários, o meu respeito. Aos senhores e às senhoras, o meu agradecimento.

Aos que vão nos auxiliar nessa caminhada, aos senhores e a mim próprio, peço a Deus que nos ilumine, para que a sociedade brasileira receba esse instrumento, que é o instrumento do relacionamento entre toda a sociedade, da sua própria convivência, da sua harmonia, que é o nosso desejo.

Muito obrigado.

Algum dos senhores quer fazer uso da palavra?

(Pausa.)

O Senador Jorge Viana, que é o nosso Vice-Presidente, deseja fazer uso da palavra. V. Ex^a tem a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu queria parabenizar o Senador Eunício, e agradecer o privilégio de estar na condição de Vice-Presidente desta Comissão. Não posso deixar de agradecer e cumprimentar a ação do Senador Pedro Taques – como eu, também recém-chegado a esta Casa – que, trazendo a realidade para cá, propôs que fosse criada uma comissão especial, que foi tão bem conduzida pelo Ministro Gilson Dipp. Hoje há o desdobramento desse trabalho: a instalação desta comissão temporária.

Parabéns, Senador. Em pouco tempo, V. Ex^a ampliou o respeito que o Brasil tinha por V. Ex^a.

Eu queria dizer também que lidar com esse tema é de muita responsabilidade. Nós temos aqui pessoas que atuam. Não posso deixar de registrar a Vice-Presidente desta Casa, Senadora Marta, que tem uma vida dedicada. Não posso deixar de falar aqui também do Senador Magno, que também dedica a sua vida àquilo que acredita.

Quero também fazer uma referência especial a todos, Senador Benedito de Lira, Senador Vital do Rêgo, Senador Valadares, Senador Monteiro e, por último, o Ministro, Senador Aloisio, que certamente tem uma contribuição extraordinária a dar pela vida toda, pela função de Ministro que desempenhou no Governo do Presidente Fernando Henrique e pela ação que desempenha aqui nesta Casa.

A minha contribuição eu já estava dando independentemente de estar até mesmo na Comissão, porque esse é um tema que está presente na vida dos brasileiros. Em qualquer pesquisa que se faça, em qualquer conversa que se tenha, estes são os três mais importantes temas do Brasil, hoje: a imunidade, a criminalidade, a violência. Isso está presente no noticiário e na vida de todos. E há um desafio para os legisladores. Impunidade tem muito a ver certamente com se as leis estão sendo ou não eficientes.

Gostaria de dizer que também trago, pelo menos é minha intenção, uma vivência que tive no Acre. Com ajuda de instituições, com o Ministério Público, com a Justiça, o próprio governo, na época, o Governo do Presidente Fernando Henrique, nós lidávamos com esses temas no Acre.

O Acre era o Estado mais violento do País. Tinha, no final dos anos 80, começo dos anos 90, números que nos envergonhavam a todos. Mais de 50 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. Isso restrito à capital, ao entorno de Rio Branco, não ao Estado todo. E isso decorria, certamente, da presença do crime organizado, do esquadrão da morte. O Estado do Acre, hoje, é o Estado menos violento da Região Norte do País, com 19 assassinatos para cada grupo de 100 mil, bem abaixo da média nacional, que é 26, e, certamente, abaixo do Norte e do Nordeste. Foi uma luta muito grande. O Senador Magno Malta esteve algumas vezes, e eu me referi ao trabalho de V. Ex^a nos ajudando a fazer esse desmonte lá, e hoje o destino nos colocou aqui, liderados pelo Senador Eunício, a conduzir um trabalho nesta Comissão.

Só queria dizer que a vivência nossa no Acre deu certo. As políticas, o encontro com a sociedade, com a lei deu certo. Certamente, o Acre hoje quer reduzir mais ainda esses indicadores de violência. Nós identificamos sérios problemas na legislação. É uma legislação que precisa ser atualizada. Ela é de 1940. A sociedade mudou, o Brasil mudou, o mundo mudou, e, certamente, uma legislação que precisa de reforma, de alteração é o Código Penal Brasileiro. Essa tarefa cabe aos legisladores, mas penso que uma das tarefas desta Comissão é estabelecer um diálogo direto com a sociedade, com os aplicadores da lei, com os operadores da lei. Tive o privilégio de fazer dois seminários

no Acre, no recesso: em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul. Foi impressionante a participação da sociedade, dos movimentos sociais, de promotores, de juízes, de religiosos, enfim, todos querendo dar a sua contribuição para o aperfeiçoamento de uma das mais importantes leis do Brasil, que é o Código Penal.

Muito obrigado, Presidente. Conte comigo como um auxiliar inteiramente comprometido com essa causa, que é uma causa da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Pede a palavra o Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero parabenizar pela eleição. Vejo que esta Comissão não poderia estar em melhores mãos do que V. Ex^a. Tenho certeza de que nós conduziremos este trabalho como a sociedade brasileira deseja.

Esta Comissão fez um esboço, um anteprojeto de um código em oito meses. Fez uma lipoaspiração na legislação material penal do Brasil. Nós temos mais de 1.200 tipos penais, mais de 1.200 crimes, em 120 leis especiais ou leis extravagantes. Isso mostra um cipoal de leis e crimes que traz a insegurança para o cidadão. A Comissão conseguiu reunir isso em quinhentos e poucos artigos, como o Presidente Eunício fez referência. A sociedade brasileira aguarda, espera é que nos possamos votar este Código ao menos aqui no Senado da República, ainda este ano, Sr. Presidente. É difícil? É muito difícil.

Uma lei, como nós todos sabemos, ela precisa ouvir o cidadão, o destinatário da norma, o titular do Poder, e é bom que assim seja. Temos que realizar audiências, defendendo isso, para que cidadão, entidades, associações, sindicatos, partidos, igrejas possam ser ouvidos. Isso eu defendo. Agora, não podemos perder o momento histórico que vivemos e algo que é metafísico, a chamada vontade política. É quase que esotérica essa coisa chamada vontade política de aprovarmos esse Código neste ano.

Temos temas que suscitam debates na sociedade, e é bom que assim seja. Não poderemos ter receio, medo de debater todos os temas, ouvindo o cidadão. Agora, a minha preocupação, quero expressar aqui, é que, desde logo, não podemos ficar neste cipoal de temas polêmicos. Muitos temas que se encontram no Código estão aguardando uma normatização há muito tempo: é o caso de enriquecimento ilícito, é o caso do terrorismo, é o caso de crimes praticados via rede mundial de computadores, é o caso dos crimes finan-

ceiros, que é uma lei de 1986, feita por economistas e com prazo de seis meses, mas está até hoje vigorando.

Portanto, estou muito animado com a Comissão, um otimismo, mas um otimismo realista, mas trago esta preocupação: não podemos nos perder em debates que não têm fundamento. Temos que debater, ouvir o cidadão, porque não há como se falar em uma lei sem que o titular seja ouvido, que é o povo. Precisamos fazer isso, mas precisamos também votar e resolver a situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Senadora Marta Suplicy, já vou dar a palavra a V. Ex^a e ao Senador Magno Malta, mas, antes, eu queria só, alertado pelo Senador Pedro Taques nessa questão de prazo, dizer que, pelo Regimento, desde o dia da publicação, teríamos vinte dias úteis para apresentação de emendas. Este prazo foi publicado dia 10 de julho, mas, com o recesso, contaria agora. O Regimento, no seu art. 374, permite que esta Comissão Especial possa, inclusive, até quadruplicar os prazos, desde que aprovados pelos Srs. membros, para que a apresentação de emendas e dos relatórios possa ter sequência. Se são 20 dias úteis, podemos prorrogar por mais 20, por mais 40, por mais 60 e até por mais 80 dias a apresentação de emendas pelos Srs. Senadores.

Consulto os Srs. Senadores...

Pede a palavra o Senador Aloysio. Acho que é sobre o tema, não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sobre este tema exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... para ver que prazo, até porque estamos instalando esta Comissão num período eleitoral, mas isso não impede que possamos, mesmo neste período, fazer algumas audiências de comum acordo, porque o Congresso, embora não seja deliberativo, vai estar aberto, vai estar em funcionamento, para que possamos agilizar.

Quero deixar aqui para o Senador Pedro Taques que a sua preocupação também é a nossa preocupação de agilizarmos e de entregarmos este Código Penal o mais rapidamente possível à sociedade brasileira, porque, como disse, há uma angústia nessa questão da insegurança pública e precisamos dar uma resposta, e a sociedade espera essa resposta de todos nós.

Senador Aloysio, V. Ex^a pediu a palavra em relação a esta matéria que estamos discutindo. Com a permissão da Senadora Marta Suplicy e do Senador Magno

Malta, já dou a palavra. Só quero definir que essa é a única deliberação que vamos fazer nesta manhã aqui.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se examinarmos aqui o artigo que trata da tramitação de projeto de código, o art. 374 do Regimento Interno, somados todos os prazos, se se admitir que os prazos começam a fluir no dia em que foi publicado o projeto no *Diário do Senado*, ou seja, no mês de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dez de julho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dez de julho. Esses prazos se esgotariam no dia 4 de outubro, se somarmos todos esses prazos. Fiz a conta aqui com a ajuda preciosa da Assessoria. O prazo seria 4 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, são vinte dias a partir da publicação. Como tivemos Congresso até o dia 17, você tem 10 dias. E hoje, dia 8, com 10, 18 dias, nós tivemos mais dois dias teoricamente para emendas.

Então, os prazos são de 20 dias para emenda, a partir da publicação; 10 dias úteis para o relator geral e para os subrelatores; e 5 dias para o relator geral. Quer dizer, os prazos são extremamente pequenos do ponto de vista. Nós podemos fazer essa prorrogação, mas não precisamos utilizá-la.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por isso eu gostaria de propor a V. Exa. o seguinte: prorrogarmos os prazos para apresentação de emendas, tendo como termo inicial desse prazo de 20 dias a data de hoje, que é a data em que se instala efetivamente a comissão. Por isso nós descontaríamos o tempo que transcorreu durante o recesso e durante esses dias em que trabalhamos sem que a comissão tivesse sido instalada. E aí começariam a contar esse prazo de 20 dias a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, só para esclarecimento, para ser preciso no Regimento, e essa é a nossa condição aqui, o Regimento diz que é a partir da publicação, mas permite a prorrogação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estou propondo que nós prorrogemos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por 40 dias, porque tem que ser retroativo a 10 de julho, que é a publicação. Como é 10 de julho, já se passaram quase 20 dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então recupera esse tempo de 28 dias e prorroga por esse tempo. O prazo começa a fluir a

partir de hoje, descontando esse tempo que transcorreu entre a publicação e hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É só para ficar dentro do Regimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Começa a correr hoje o prazo para apresentação de emendas. E aí nós teremos matéria-prima suficiente, imagino eu, Sr. Presidente, para apresentação de emendas nesta fase e também com a possibilidade de virem a ser apresentadas emendas pelo relator geral e mesmo pelos relatores parciais, se forem designados relatores parciais. Mas esse prazo para apresentação de emendas pelo conjunto da Casa começaria a fluir a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Descontados os 28 dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então vamos fazer o número redondo de 50 dias, que vai dar exatamente no final do mês em relação à semana que vamos ter de esforço concentrado aqui no Congresso Nacional.

Vou pedir à Secretaria da Mesa que distribua a todos os Senadores, já está na Internet, mas distribua o processo físico para que cada um tome conhecimento e se dê divulgação na Casa para que todos os Senadores que desejarem apresentar emendas, fazendo parte ou não da comissão, possam apresentar as suas emendas a essa matéria importante.

Consulto os Srs. Senadores se ficamos no prazo contado retroativo da publicação de 50 dias.

Estão todos de acordo?

Faremos uma prorrogação depois, se for necessário.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o prazo para que possamos ajustar dentro do Regimento os prazos adequados para apresentação de emendas, ficando a assessoria encarregada desta tarefa.

Senador Magno Malta, V. Exa. tem a palavra. Em seguida, Senadora Marta Suplicy.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente Eunício, quero parabenizar V. Exa. por assumir a presidência desta Comissão tão especial e tão importante para o Brasil.

Saúdo também o Senador Jorge Viana, os demais Senadores, o Senador Benedito de Lira, meu padrinho – o Aloysio falou a idade dele hoje para mim, eu fiz um cálculo e acho que dá para ser meu padrinho –, e quero abraçá-lo também e cumprimentá-lo pela condução da instalação da Comissão, Senadora Mar-

ta, Senador Pedro Taques, Senador Aloysio, Senador Valadares, nosso Senador Armando Monteiro, nosso sergipano querido...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Amorim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E o Senador Amorim – quem disse que eu esqueci o nome dele? Obrigado, Senador Valadares.

Penso que é de bom tom, Senador Eunício, na verdade, a prorrogação do prazo, porque acho que o tema é tão forte que não podemos decidir nada acondadamente aqui.

Estamos dentro de um processo eleitoral, e esse processo eleitoral vai nos impedir de fazermos o trabalho como vamos fazer, fora do processo eleitoral, por isso o prolongamento dos prazos. E acho que, em havendo necessidade, Senador Aloysio, nada nos impede que o façamos novamente, porque o tema é duro, é difícil, e aqui, reiterando a palavra do Senador Pedro Taques, e, quem sabe, até melhorando, todos os temas são absolutamente polêmicos. Tudo que você trata no Código Penal tem gente a favor, tem gente contra. Precisamos saber onde o conjunto da maioria da sociedade tem os seus anseios, preservando e respeitando certamente as minorias, sem expô-las, mas precisamos saber onde está o conjunto da sociedade, na sua grande maioria, o seu grande anseio.

Na verdade, hoje, quando se faz pesquisa na sociedade, dois temas têm vêm à tona com muita força: segurança pública, a violência e saúde. Do contrário, não vamos resolver o problema da violência, porque se tornou cultural a questão da impunidade. Um policial hoje tem muito medo de fazer uma prisão, mesmo que desarticule uma quadrilha, porque ele sabe que amanhã vai estar na rua, e ele começa a correr risco com a família dele. Então, virou uma coisa cultural. Esse novo Código Penal, para que nós não esperemos mais setenta anos para ter uma comissão como esta – e parabéns ao Senador Pedro Taques pela iniciativa –, mais setenta anos para que nós tenhamos uma nova cultura de que cometendo crime no Brasil o sujeito vai ser punido.

Não é que o Código Penal vai mudar a situação do crime no Brasil, porque o que vai mudar é uma cultura preventiva, mas não precisamos esperar mais setenta anos. Por isso penso que temos temas polêmicos mesmo, e todos são, e nós temos de nos debruçar em cima de todos. Temos aí a redução da maioridade penal para nós nos debruçarmos. É um caso absolutamente grave. Acho que o advento das drogas, que é o adubo da violência neste País, tem nesse tema da maioridade penal o seu grande aliado. Nós temos de nos debruçar mesmo. Todos os temas são polêmicos.

Penso que o prolongado prazo, nós temos tempo de trabalharmos essas emendas, propor as emendas e o tempo para discutirmos, para tomarmos posição em nome da sociedade brasileira... Bom seria que tivéssemos tempo para que esta Comissão pudesse, sim, debater com a sociedade civil, viajando este País. Não teremos esse tempo.

Então, é preciso que nos debrucemos mesmo aqui, até, se necessário for, abrindo mão de outras comissões de que fazemos parte, dada a importância desta para o País, para, depois, não encerrarmos como um fiasco, oferecendo ao País um fiasco. Precisamos oferecer ao País alguma coisa absolutamente contundente e em tempo hábil, responsável e que responda por alguns anseios da sociedade brasileira.

Por isso, estou muito satisfeito de ter tido o meu nome indicado para esta Comissão; coloco-me à disposição da mesma forma como me coloquei nas CPIs de que participei e produzi. Abro mão de tudo na Casa, de tudo para poder ficar dedicado, todo o meu tempo, para que tenhamos uma resposta importante. Acho que já está na hora dessas duas Casas, a nossa Casa aqui responder à sociedade com uma agenda positiva. Estamos vindo de uma agenda absolutamente negativa. Uma agenda positiva!

Eu presidi a CPI da Pedofilia aqui, uma agenda positiva para esta Casa, e está na hora de darmos outra agenda positiva à sociedade brasileira.

Eu quero ressaltar, Senador Jorge Viana, que na época da CPI do Narcotráfico, V. Ex^a era Governo e fez uma fala muito bem feita aqui. Ai, Senador Aloysio, os meus respeitos – porque quando tem que criticar eu não tenho problema em falar olhando e criticar –, e agradecimento ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, em sendo Jorge do PP, vivia sua dificuldade, com ameaça de morte com a família 24 horas por dia... Na primeira ida da CPI ao Acre, ficamos cinco dias no Acre, escavando cemitério clandestino de Hildebrando Pascoal, da quadrilha dele. Era um sujeito que, do ponto de vista do crime, era o dono do Estado, aterrorizava. E esse Governador, do PT, veio à Brasília em busca de ajuda, desesperado, e aí as instituições o socorreram, e o Presidente da República, que era do PSDB, foi presente. Em oito meses, Fernando Henrique fez, quero trazer isso à luz, um presídio de segurança no Acre, socorrendo o Acre, onde está toda a quadrilha do Hildebrando Pascoal.

É interessante que os caras hoje levam dois, três anos para fazer um presídio de segurança máxima, inauguram e os caras fogem. Aquele lá foi feito em oito meses. Deu dinheiro, Jorge fez o presídio – e, olha, quem está presa lá é a quadrilha de Hildebrando –,

e ninguém fugiu de um presídio que foi feito em oito meses, presídio de segurança máxima,

Então eu quero aqui trazer à luz essa atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso naqueles dias, e, diga-se de passagem, um Governador do PT, mas, como o Jorge e o Tião lidaram sempre responsávelmente com essa questão, o nosso Presidente naquela ocasião não foi sectário e irresponsável a ponto de não querer tomar uma atitude por ser ele do PT e construiu um presídio em oito meses. Deu dinheiro, o Jorge fez e lá está a quadrilha de Hildebrando presa até hoje, diga-se de passagem, até hoje, respondendo pelos crimes.

Temos jeito. A gente tem jeito de juntar e tomar atitude. Por isso, fico muito feliz de hoje V. Exa. representar aqui, nesta Comissão... O Jorge está aqui, eu estou aqui, nós, que conhecemos todo aquele imbróglio que aconteceu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o Pedro nós fomos o comendador Arcanjo no Uruguai. Não é, Pedro? *(Pausa.)*

Arcanjo está preso também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ajudou lá também. Vamos relembrar aqui: ele, o Luiz Francisco, o Santoro, na época, o Pedro. Mas estou dizendo que com o Pedro eu tive outra ação que foi a do Arcanjo, que foi preso no Uruguai e que continua preso no Mato Grosso.

De maneira que eu agradeço a Deus por esse momento. Acho que o Brasil vai ganhar ao final desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy. Tem a palavra V. Exa.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de parabenizar o Presidente da nossa Comissão, da CCJ, e agora Presidente desta Comissão tão importante para o Brasil.

Senador Eunício, conto muito com o bom senso que V. Exa. tem demonstrado na condução da CCJ. Acho que esta Presidência é de enorme responsabilidade, e todos nós nos sentimos – pelo que já pude escutar dos discursos aqui feitos e também fora daqui – bastante confortáveis. Acreditamos que teremos uma condução não só de bom senso, de acordo com os prazos, com o máximo da rapidez, mas, ao mesmo tempo, com o máximo de tempo necessário para que façamos um bom trabalho.

Quero também parabenizar a escolha do Jorge Viana como Vice-Presidente,

Gostaria de colocar que uma comissão desse porte é uma comissão que vai mudar a vida dos brasileiros, e ela já vem muito atrasada, atrasada em décadas. Temos hoje, na sociedade, temas que não eram passíveis de análise: temas que não existiam na sociedade, alguns deles; outros eram tão tabus que não se permitia conversa sobre eles.

Então, quero parabenizar dois momentos. Primeiro o momento de o Senador Pedro Taques ter proposto ao Senador Sarney a criação da comissão, a escolha do Presidente da Comissão, que foi extremamente adequada, e dos membros da Comissão, que fizeram esse, não sei como estão chamando, projeto ou pré-projeto para nos auxiliar. Foram não só muito bem pensadas, adequadas, mas muito ligadas à contemporaneidade que vivemos.

Uma comissão desse tipo e um projeto desse tipo, uma mudança de um código penal não é feita para o dia que vivemos somente, não é feita somente para o que a sociedade pensa naquele momento, ela é feita para nós que vivemos hoje e para as gerações futuras. Essa antena, essa sensibilidade, eu quero dizer que esta Comissão teve não só essa sensibilidade, mas a coragem de propor posições muito claras e determinadas nos temas mais difíceis de serem abordados pela sociedade, temas que nós, Parlamentares, muitas vezes, temos mais dificuldades em discutir, analisar ou até votar, porque são polêmicos mesmo. Esta Comissão tem que ser uma Comissão destemida, assim como foi a comissão que trabalhou para que pudéssemos fazer o nosso trabalho. É isso que espero.

E por isso queria já, sei que é uma prerrogativa do Presidente Eunício, propor como Relator uma pessoa que tenho bastante confiança na sua sensibilidade, no seu bom senso, na sua coragem, que é o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Senador Valadares, que é o Presidente do Conselho de Ética desta Casa, tem a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, inicialmente gostaria de felicitar V. Exa. por sua eleição para conduzir os trabalhos ao lado dos que estão aqui nesta Comissão para ajudá-lo a empreender este trabalho hercúleo, que será objeto em nossos estudos.

Nós temos certeza de que V. Exa. haverá de conduzir com proficiência, brilhantismo, inteligência, competência e rapidez, sem atropelar naturalmente a necessidade de aprofundarmos todos os assuntos, os trabalhos desta Comissão.

Por isso sabemos da importância que representa essa mudança do nosso Código Penal, que é um instrumento, sem dúvida alguma, de combate ao crime, de buscar o equilíbrio e a harmonia na nossa sociedade.

Desde a sua vigência até os tempos atuais, houve muitas mudanças. O Brasil evoluiu, ganhou estatura política, econômica, democrática, mergulhou em um regime de plenitude democrática, que nunca vimos em nossa história. As liberdades estão aí consolidadas não só por meio da nossa Constituição de 1988 como também da legislação infraconstitucional. A Internet, hoje, é um instrumento que demonstra que o Brasil evolui neste aspecto. Os nossos tribunais estão hoje se utilizando da Internet como forma de acelerar o acesso do cidadão à Justiça. Um *habeas corpus*, antigamente era impetrado por um advogado que usava a máquina Remington e uma papelada imensa. E essa papelada depois se transformava num arquivo. E o cartório ia juntando, e as traças iam comendo esses arquivos.

Enfim, tínhamos uma Justiça ultrapassada. Tínhamos uma Justiça envelhecida, mas ela se modernizou e, hoje, sem dúvida alguma, dá um contributo enorme à celeridade processual, mas esta está diretamente relacionada com a modernidade. E esta modernidade podemos conquistar nesta Comissão, dando continuidade ao trabalho à Comissão feita pelo Presidente José Sarney.

E agora, na nossa Comissão Especial, vamos nos debruçar sobre a modernização da nossa legislação penal.

Assim como já se referiu a Senadora Marta Suplicy, seria realmente uma homenagem a um companheiro nosso, que é um estudioso profundo da legislação penal do nosso País, professor também de Direito Constitucional, de Direito Penal, Senador Pedro Taques.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um aparte, Senador?

Acho que a indicação de S. Exa. para a relatoria seria, vamos dizer assim, melhorar mais ainda o nível da nossa participação nesta Comissão Especial.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SE) – Só pedindo uma carona...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SE) Agradeço também para dizer que concordo com V. Exa., porque, além de todas as qualidades de parlamentar do Senador Pedro Taques, ele, mais do que qualquer um de nós, tem experiência na operação do Direito, na aplicação do Direito e do Direito Penal. Portanto, seria uma excelente escolha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu também apoio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tenho certeza de que esta Comissão, Sr. Presidente, e V. Exa., que é um homem equilibrado, que trabalha dentro da harmonia, haverão de atender a esse pedido, que tenho certeza envolve o pensamento de todos aqueles que compõem esta Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Tem o nosso apoio, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, tem a palavra V. Exa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria me congratular com esta Comissão pela eleição do Senador Eunício e do Senador Jorge Viana, que tenho certeza estão à altura desse desafio.

O Senador Eunício tem desempenhado na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, um relevante papel; tem conduzido com equilíbrio, com serenidade, com competência e, portanto, credenciou-se amplamente a poder exercer outras e destacadas funções nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – E o Senador Jorge Viana, que tem também credenciais de uma trajetória respeitável ao longo da sua vida pública, e que já no exercício do seu mandato no Senado, vem realizando trabalhos importantes, como, por exemplo, o do Código Florestal. Então, tenho a melhor expectativa em relação ao trabalho desta comissão.

Mas eu queria também me somar no sentido de reconhecer que temos, nesta Comissão, um Senador, como o Senador Pedro Taques, que tem todas as condições de desempenhar-se aqui, na condição de Relator, pela sua experiência, por ser um operador do Direito, por conhecer todos os meandros dessa questão e, mais, por ter também indiscutivelmente, do ponto de vista ético, o padrão de correção e de comportamento. Ele, portanto, tem todas as condições de muito bem se desempenhar nessa missão.

Portanto, quero também me somar aos companheiros que lembraram, de forma, a meu ver, muito própria, o nome do Senador Pedro Taques, para exercer a função de Relator geral nessa Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar esta reunião e come-

çarmos a reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça, de que todos aqui são membros, eu queria, de público, fazer aqui o registro do que eu já esperava que pudesse acontecer nesta Comissão.

Tenho procurado aqui, como eu disse, apenas harmonizar os trabalhos. Tenho procurado apenas cumprir com o papel que nos foi delegado nesta Comissão. Sem ser jurista, sem ser do manejo do Direito, tenho aprendido muito com V. Exas, que, nesse período de convivência, têm me permitido essas informações e esse aprendizado a cada dia.

É óbvio que, por escolha soberana dos senhores, eu me tornei Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Não me canso de agradecer que, durante todo esse período, nenhuma reunião nesta comissão deixou de acontecer por falta de quórum. Todos os senhores, Senadores e Senadoras, mesmo se dividindo entre uma CPI, uma Comissão de Infraestrutura ou uma comissão especial, entre um problema que tem de resolver num Ministério ou alguma coisa, sempre estiveram presentes nesta Comissão.

É apenas para dizer aos senhores que eu queria fazer uma surpresa, e não poderia ser diferente, Senador Aloysio Nunes. Eu obviamente quero apenas, como disse, compilar, organizar e harmonizar os trabalhos, e vou dividir essa tarefa com todos os senhores. Se me for permitido, e me é permitido pelo Regimento, a criação de sub-relatorias, eu não terei nenhuma dificuldade. Não quero aqui também criar várias sub-relatorias. Criamos, nesta Comissão, apenas uma sub-relatoria para o Senador Pedro Taques, que é o seu Presidente, para que ele pudesse compilar. E já pensando nessa matéria, eu designei o Senador Pedro Taques, que é muito mais brilhante do que eu – tive a honra de poder designá-lo –, para que ele fosse o Presidente da Subcomissão, única subcomissão criada por esta Comissão, na questão de compilar todas as matérias de âmbito penal existentes aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para estudar os seus projetos dentro do Congresso Nacional e aqui na Comissão.

Então, não poderia ser outra a minha escolha, diante de tantos membros preparados, competentes. Eu vejo, olhando para ali, o nosso ex-Ministro competente. V. Exa. não sabe o tamanho da admiração que tenho pela coragem e pela forma com que V. Exa. se conduz aqui nesta Casa, com firmeza. Muitas vezes sem a preocupação do resultado do que vai acontecer nas ruas, ou de que maneira as pessoas vão interpretar o voto ou a posição de V. Exa., muitas vezes corajosos até demais, do meu ponto de vista. Mas é assim mesmo. A gente deve fazer o enfrentamento daquilo que imaginamos que é o melhor para o Brasil e para aqueles que nos colocaram aqui.

Portanto, eu não poderia deixar, nesta manhã, antes de encerrar essa reunião, de fazer, até pela agilidade que quero dar a esta Comissão, a escolha do relator, sem consultar inclusive os partidos políticos, como é do meu estilo fazer algo mais democrático possível.

Confesso aos senhores que tenho muitas dúvidas em relação a todos os Srs. Senadores do ponto de vista de achar que se escolher um eu tenho certeza de que estou deixando de escolher outro que talvez tenha tanta ou mais competência do que aquele escolhido. Mas não é o caso. Portanto, eu convido o Senador Pedro Taques para ser o Relator desta Comissão e tomar assento à Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, objetivamente V. Ex^a tem a palavra para obviamente se manifestar em relação a isso.

Em seguida, eu vou encerrar esta reunião e vou começar a reunião deliberativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está composta hoje por onze itens e precisamos deliberar na sequência.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAKES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas para agradecer a confiança e afirmar que eu assumo um compromisso de trabalhar.

Penso que esse projeto do Código Penal seja a legislação que marca uma legislatura. E este Código não poderá sair sem o empenho, o trabalho de todos aqui. Portanto, o relator do Código não representa outra coisa a não ser um instrumento, um veículo das demandas de todos os Senadores que aqui se encontram e do cidadão brasileiro.

Eu agradeço a confiança e renovo meu compromisso de trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, antes de encerrar esta reunião e começar a outra, eu queria combinar com V. Exa., porque V. Exa. já fez esse estudo a nosso pedido e agora da Mesa. A Presidência tem a honra... o Senador Eunício Oliveira tem a honra de convidá-lo formalmente – e agora já empossado como Relator – para amanhã, ou na tarde de hoje, ou na noite de hoje podermos, mesmo se não for possível por talvez a ausência de muitos dos Srs. Senadores, já fazer uma reunião, mesmo que seja informal, entre a Presidência, a Relatoria e alguns membros que queiram participar, para que começemos a fazer o cronograma, um plano de trabalho; e para que a sociedade brasileira veja o que queremos e pretendemos fazer – se Deus quiser – nesse Código, que precisa ser entregue a toda a sociedade brasileira.

Eu espero que Deus nos ilumine, como iluminou Ulysses Guimarães quando promulgou a Constituição Cidadã, Senadora Marta Suplicy, que deu a amplitude do direito aos menos favorecidos, às classes discriminadas e às mulheres brasileiras.

Senador Pimentel, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, eu proporia, se o senhor concordar e os membros da Comissão, que nós suspendêssemos essa reunião de hoje, desse tema, e que ela retomasse amanhã, às 10h, com a pauta exclusiva, que é o plano de trabalho, porque evitaria qualquer discussão regimental e agilizariam os trabalhos, conforme V. Ex^a está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem nenhuma objeção. Amanhã, se V. Ex^as concordarem, amanhã nós faremos uma reunião deliberativa já em relação a este tema, para que o Senador Pedro Taques apresente o plano de trabalho, se todos estiverem aqui amanhã. Se quiserem fazer também hoje... Como amanhã já... Senador Pimentel, como amanhã já é um dia... O Senador Pedro Taques já tem compilado...

Senador Pedro Taques, eu quero deixar bem claro o seguinte...

Senador Armando, Senador Aloysio, quando ainda no Conselho de Ética, eu pedi ao Senador Pedro Taques, sabendo que a matéria viria não essa, mas outra matéria viria à Comissão de Constituição e Justiça, eu pedi ao Senador Pedro Taques que, mesmo não fazendo parte do Conselho de Ética, acompanhasse toda a matéria, porque eu já imaginava, na minha cabeça, que, chegando aqui, eu queria indicá-lo como relator. Nesse mesmo trabalho, quando vi o Senado Pedro Taques fazendo reuniões, e eu participei de algumas delas, em relação a esta questão do Código Penal, não foi à toa que eu o designei Vice-Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça para que ele pudesse já compilar todos os dados.

Então, o Senador Pedro Taques participou dessa discussão, participou da discussão com os juristas que foram, da comissão fora do Congresso que foi elaborada, até porque foi uma proposta dele... Então, eu acho que o Senador Pedro Taques já tem um plano de trabalho na cabeça, nós já discutimos isso antes, já discutimos isso antes. E eu proporia isso... Para que amanhã pela manhã, as pessoas tivessem a liberdade de viajar. Há muita gente com compromisso nos Estados, e candidatura. Tem gente que é candidato, inclusive Senadores que são candidatos que estão nesta Comissão. Senador Aloysio, já antecipando o prazo, se for possível, nós poderíamos fazer essa reunião deliberativa

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Logo depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Logo depois da Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para não deixar para noite, porque o Senado começa a virar casa noturna...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É. Para o Senado não virar casa noturna. Então, vamos fazer o seguinte: vamos marcar para 19h, porque acredito que às 19h a Ordem do Dia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Ordem do Dia estará encerrada seguramente, Presidente. Hoje a matéria será pacífica, será um projeto tão bem relatado por V. Ex^a a respeito da execução penal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Da execução penal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, eu acredito que nós podíamos fazer às 18h.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, fica marcado, fica convocado, Senador Pedro Taques, Senador Jorge Viana, senhores membros desta Comissão, para que, às 18h de hoje, o Senador Pedro Taques saia daqui, daqui a pouquinho da Comissão de Constituição e Justiça, porque ele vai participar, e vai fazer o seu plano de trabalho, porque nós estaremos à disposição às 18h, já convocando reunião desta Comissão...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permite, esse plano de trabalho já está pronto desde o primeiro ano de faculdade. Nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não conhecia V. Ex^a. A minha filha é que foi sua aluna. As informações do Senador Pedro Taques me chegaram antes de ele chegar ao Congresso Nacional pela voz da minha filha mais velha, Manoela, que deve estar me assistindo neste momento, lá em São Paulo, que foi sua aluna e sempre o indicou como um brilhante professor.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião. E vamos dar sequência, já que vários são os membros desta Comissão, à pauta da comissão em seguida.

Vou encerrar. Está encerrada.

Em um minuto vou abrir a reunião deliberativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 5 minutos.)

Senador Eunício de Oliveira, Presidente.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 150 páginas
(OS: 13943/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

